

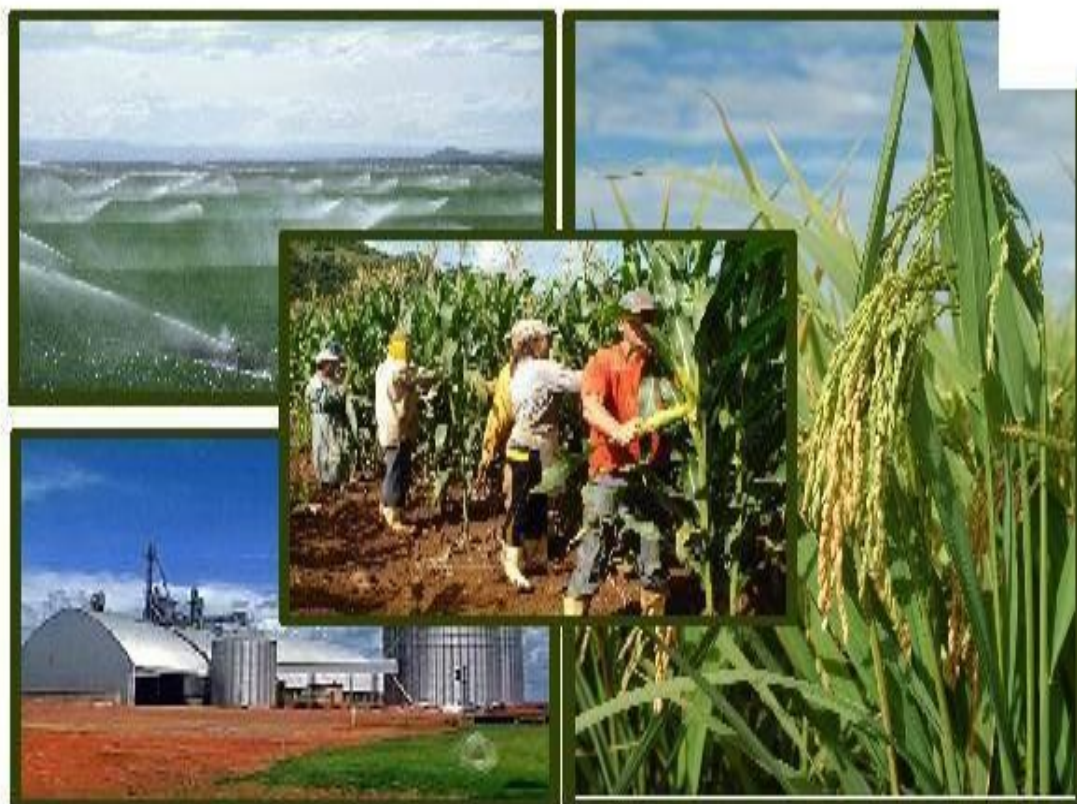


Conab

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Prestação de Contas Ordinária Anual

Relatório de Gestão do Exercício de 2010



Curitiba 2011

Agricultura e abastecimento em boa companhia

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento
Superintendência Regional do Paraná

Prestação de Contas Ordinária Anual

Relatório de Gestão do Exercício de 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU n.º 63/2010, da Decisão Normativa TCU n.º 107/2010, Portaria CGU n.º 2546/2010 e da Portaria TCU n.º 277/2010.

Curitiba, 2011

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
WAGNER GONÇALVES ROSSI
Ministro

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – Conab
ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
Presidente

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PARANÁ
LAFATE JACOMEL
Superintendente Regional

GERÊNCIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO
VALDECIR SASSI
Gerente

GERÊNCIA DE OPERAÇÕES
VALMOR LUIZ BORDIN
Gerente

GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO E SUPORTE ESTRATÉGICO
ITAMAR DE PIRES LIMA JUNIOR
Gerente

UNIDADE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO
GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO E SUPORTE ESTRATÉGICO
ITAMAR DE PIRES LIMA JUNIOR
Gerente

pr.gedes@Conab.gov.br
Fones: (041) 3313-2721 e (41) 3313-2746
Fax (041) 3313-2742

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão da Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no Estado do Paraná (SUREG-PR), relativo ao exercício de 2010, foi elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, Portaria CGU nº 2546/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010.

Tomando-se por base a Parte A-Conteúdo Geral, do Anexo II, da DN 107, não foram atendidos os itens 3, 6, 14 e 16 por não terem sido registradas ocorrências durante o exercício e também o item 13, por dispensa, conforme orientações contidas no Quadro A1-Relacionamentos entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais e Contábeis do Relatório de Gestão, da citada Decisão Normativa.

O Plano Plurianual-PPA e a Lei de Responsabilidade Fiscal direcionam claramente o foco da gestão pública para a qualidade e transparência na utilização dos recursos públicos. Assim, apresentamos neste Relatório a atuação da Sureg-PR, segundo esses preceitos, e de acordo com as Ações executadas por esta Regional no âmbito dos Programas do Governo Federal.

As atividades desenvolvidas estão inseridas nas diversas Ações que compõem os programas de governo inscritos no PPA, havendo atividades que foram realizadas, também, sob a forma de descentralização orçamentárias/financeiras, em atendimento a Termos de Cooperação celebrados pela Conab com outros órgãos públicos detentores das ações orçamentárias.

As ações finalísticas, ou seja, aquelas diretamente vinculadas à missão institucional, compõem o Programa Abastecimento Agroalimentar visando, entre outros objetivos, ao aumento e diversificação da produção agrícola e a formação de estoques públicos, com vistas à regularidade do abastecimento interno e à segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

As demais ações, inseridas no Programa acima mencionado, são de cunho administrativo e foram desenvolvidas de acordo com a legislação e acordos que regem a relação entre a Empresa e os empregados.

As Ações Orçamentárias: Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados e Contribuição à Previdência Privada não constam neste Relatório, pois a execução orçamentária é realizada pela Matriz (UG 135100), em Brasília, por meio da folha de pagamentos.

As atividades desenvolvidas durante o exercício sob exame estão inseridas nas diversas ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2008-2011 e nos Planos Internos da Conab. Também foram executadas ações decorrentes de parcerias ou convênios firmados com diversos órgãos, estando todas as atividades condizentes com o Estatuto Social e alinhadas com o Planejamento Estratégico da Companhia, cujo desenvolvimento das Ações e os resultados alcançados estão explicitados no presente documento.

Este Relatório procura enfocar, além do detalhamento das atividades, todos os esforços desenvolvidos pela Conab, no âmbito da SUREG-PR, para cumprir sua missão institucional que é **contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.**

Lafaete Jacomel

Superintendência Regional do Paraná
Superintendente

Alexandre Magno Franco de Aguiar
Presidente

SUMÁRIO

ITENS/SUB ITENS	DESCRIÇÃO	FOLHAS
	Relação de Siglas	009
	Relação de Quadros	015
1	Identificação da SUREG – PR	019
2	Responsabilidades, Institucionais, Objetivos, Programação e Execução Orçamentária	022
2.1	Competência Institucional	022
2.1.1	O Papel da Conab na Execução das Políticas Públicas	022
2.1.1.1	Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização	023
2.1.1.2	Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	026
2.1.1.3	Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento	027
2.1.1.4	Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas	028
2.1.1.5	Gestão de Estoques – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários	032
2.2	Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais	034
2.2.1	Assegurar a Execução Efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e Atuar Proativamente na Formação e Gestão dos Estoques Públicos	034
2.2.2	Fortalecer a Atuação no Segmento da Agricultura Familiar	035
2.2.3	Estar Apta para Atender os Programas Sociais e Emergenciais de Distribuição de Alimentos	035
2.2.4	Organizar e Fortalecer o Comércio Varejista de Pequeno Porte	036
2.2.5	Articular a Modernização do Mercado de Hortigranjeiros	036
2.3	Programas e Ações	037
2.3.1	Programas	037
2.3.1.1	(0352) Programa Abastecimento Agroalimentar	037
2.3.1.2	(0360) Programa Gestão da Política Agropecuária	038
2.3.1.3	(0901) Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	039
2.3.2	Ações dos Programas Executadas pela Superintendência Regional do Paraná	039
2.3.2.1	(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	040
2.3.2.2	(20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames	043

	Periódicos	
2.3.2.3	(2012) Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	044
2.3.2.4	(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	046
2.3.2.5	(4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras	049
2.3.2.6	(2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	052
2.3.2.7	(2130) Formação de Estoques Públicos	059
2.3.2.8	(2272) Gestão e Administração do Programa	065
2.3.2.9	(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	071
2.3.2.10	(0300) Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	078
2.3.2.10.1	Subvenção à Comercialização	079
2.3.2.10.1.1	Operações Realizadas Através do Programa - PROP	079
2.3.2.10.1.2	Operações Realizadas Através do Programa PEP	079
2.3.2.10.1.3	Operações Realizadas Através do Programa VEP	080
2.3.2.10.1.4	Operações Realizadas Através do Programa PEPRO	080
2.3.2.11	(4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação	080
2.3.2.12	(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	083
2.3.2.13	(0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista	086
2.3.2.14	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	88
2.3.2.15	Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos	89
2.3.2.16	Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebido por Movimentação	90
2.3.2.17	Execução Física das Ações Realizadas pela UJ	91
2.4	Outras Ações, Programas e Atividades	92
2.4.1	Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	92
2.4.1.1	Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS	94
2.4.1.1.1	Compra Direta da Agricultura Familiar -CDAF	96
2.4.1.1.2	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar - CPR - Estoque	97
2.4.1.1.3	Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea - CPR – Doação	97
2.4.1.1.4	Remoções de Produtos Vinculados ao MDS	98
2.4.1.1.5	Execução Orçamentária	98
2.4.1.1.6	Distribuição de Alimentos	99

2.4.1.2	Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA	102
2.4.1.2.1	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR- Estoque	103
2.4.1.2.2.	Remoções dos Estoques	103
2.4.1.2.3	Execução Orçamentária	103
2.4.1.3	Participação na Execução do Fome Zero	104
2.4.2	Distribuição de Alimentos – Ministério da Integração Social	106
2.4.2.1	Aquisição de Gêneros Alimentícios	107
2.4.2.2	Distribuição de Cestas de Alimentos	108
2.4.2.3	Execução Orçamentária	108
2.4.3	Comercialização de Produtos Agrícolas dos Estoques Públicos	109
2.4.3.1	Programa Vendas em Balcão	109
2.4.4	Levantamento da Produção, Custos e Estoques Privados do Café	111
2.4.4.1	Levantamento da Safra Brasileira de Café	112
2.4.4.2	Levantamento dos Custos de Produção	114
2.4.4.3	Levantamento dos Estoques Privados de Café	114
2.4.5	Acompanhamento da Safra Brasileira de Cana de Açúcar	116
2.4.6	Serviços de Armazenagem	118
3	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	120
4	Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	120
5	Informações Sobre Recursos Humanos	120
5.1	Composição dos Recursos humanos	120
5.2	Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	124
5.3	Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	125
5.3.1	Análises Críticas sobre Composição dos Recursos Humanos	125
6	Informações Sobre Transferências	130
7	Declarações que os Contratos, Convênios e outros Instrumentos estão Disponíveis e Atualizados no SIASG e SICONV	131
8	Declaração sobre o Cumprimento das Obrigações Estabelecidas na Lei 8.730/93 – Declaração de Bens e Rendas	133
9	Estrutura de Controles Internos da UJ	134
10	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	135
11	Gestão do Patrimônio Imobiliário	138
12	Gestão da Tecnologia da Informação	139
12.1	Gestão da Tecnologia da Informação	139
12.2	Tecnologia da Informação	140
12.2.1	Planejamento da Área	140

12.2.2	Perfil dos Recursos Humanos Envolvidos	141
12.2.3	Segurança da Informação	142
12.2.4	Desenvolvimento e Produção de Sistemas	143
12.2.5	Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI	147
12.2.6	Portal da Companhia	148
13	Informações sobre a Utilização dos Cartões de Pagamento	149
14	Renúncias Tributárias	149
15	Atendimento às Determinações do TCU	149
16	Informações Sobre Tratamento das Recomendações Realizadas pelas Unidades de Controle Interno, Apresentando as Justificativas para o Caso de não Acatamento	149
17	Informações Contábeis da Gestão	149
17.1	Declaração do Contador	150 e 151
17.2	Demonstrações Contábeis Previstas na Lei nº 4.320/64	151
17.3	Demonstrações Contábeis – Lei 6.404/76	151
17.3.1	Balanço Patrimonial – Lei 6.404/76	152
17.3.2	Demonstração do Resultado	154
17.3.3	Demonstração do Valor Adicionado	155
17.3.4	Demonstrações dos Fluxos de Caixa	156
17.3.5	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	157
17.3.6	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	158
17.3.7	Composição Acionária do Capital Social	170
17.3.8	Parecer da Auditoria Independente Sobre as Demonstrações Contábeis	173
18	Distribuição dos Recursos do Fundo Partidário	174
19	Financiamentos, Renegociações, Ações de Execução, Ressarcimentos e Inadimplência dos Recursos Oriundos dos Fundos Constitucionais de Financiamento	174
20	Indicadores de Desempenho das IFES	174
21	Relatório de Revisão dos Critérios Adotados Quanto à Classificação nos Níveis de Riscos	174
22	Informações Sobre a Remuneração Paga aos Administradores	174
23	Contratação de Consultores na Modalidade “Produto”	177
24	Desimobilização de Ativos Imobiliários	177
25	Informações Sobre as Entidades Fechadas de Previdência Complementar	177
26	Informações Relevantes que Influenciam na Conformidade e no Desempenho da Gestão	205

RELAÇÃO DE SIGLAS

SIGLAS	IDENTIFICAÇÃO
AAD	Auxiliar Administrativo
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnica
ABRAPAN	Associação dos Trabalhadores Rurais Três Lagoa
AGF	Aquisição do Governo Federal
ASG	Auxiliar Serviços Gerais
ATA	Assistente, Administrativo
ATO	Assistente Operacional
ATR	Açúcar Total Recuperável
CAN	Correio Aéreo Nacional
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CEASA	Centrais de Abastecimento
CETIP	Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos
CFP	Ex - Companhia de Financiamento da Produção
CGSI	Comitê Gestor de Segurança da Informação
CGU	Controladoria Geral da União
CIBRIUS	Instituto Conab de Seguridade Social
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COAMO	Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAD	Conselho Nacional de Política sobre Drogas
CONSAD	Consórcios de Segurança Alimentar Desenvolvimento Local
COPAV	Coordenadoria de Planejamento e Avaliação
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPJ	Controle de Processos Judiciais
CPR – DOAÇÃO	Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea
CPR – ESTOQUE	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar
CSLL	Comissão sobre o Lucro Líquido
DANFE	Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
DCO	Documento Confirmatório da Operação
DEST	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

DFA	Delegacia Federal de Agricultura do Paraná
DERAL	Departamento de Economia Rural
DIAFI	Diretoria Financeira
DIFIN	Diretoria Financeira
DIPAI	Diretoria de Política Agrícola e Informações
DIRAB	Diretoria de Operações e Abastecimento
DIRAD	Diretoria Administrativa
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A
EFD	Escrituração Fiscal Digital
EGF	Empréstimo do Governo Federal
EMATER/RO	Associal de Assistência Técnica, Extensão Rural do Estado de Rondônia
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A
ETL	Extração, Transformação, Carga
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GEARE	Gerência de Avaliação de Resultados
GEASA	Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras
GEASI	Gerência de Administração de Rede e Segurança da Informação
GEBEM	Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho
GECAD	Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns
GECAF	Gerência de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura Familiar
GECAP	Gerência de Capacitação e Desenvolvimento
GECOM	Gerência de Comercialização
GECOV	Gerência de Controle de Convênios de Operações Governamentais
GEDES	Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico
GEFAD	Gerência de Finanças e Administração
GEFIS	Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais
GEFOG	Gerência de Controle Financeiro de Operações Governamentais
GEMOV	Gerência de Movimentação de Estoques
GEOPE	Gerência de Operações
GEPOR	Gerência de Planejamento e Programação Orçamentária
GPS	Global Position System
GERAC	Gerência de Análise e Custos
GESIN	Gerência de Sistema e Informação

GESOF	Gerência de Engenharia de Software
GESUT	Gerência de Suporte Técnico
GRU	Guia da Recolhimento da União
GEVEP	Gerência de Avaliação e Vistoria dos Estoques Privados
ha	hectare
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ICMS	Imposto de Circulação de Mercadorias
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisa Espacial
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MF	Ministério da Fazenda
MI	Ministério do Interior
MOC	Manual de Operações da Conab
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NFE	Nota Fiscal Eletrônica
NOC	Normas da Organização
OAN	Ouvidoria Agrária Nacional
OCI	Órgão de Controle Interno
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAANET	Acesso da internet do Programa de Aquisição de Alimentos
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PCCS	Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PEP	Premio de Escoamento de Produto
PEPRO	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
PESOJA	Prêmio Equalizador da Soja
PGPAF	Programa de Garantia Preços para a Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PMTI	Projeto de modernização da Tecnologia da Informação
POSIC	Política de Segurança da Informação e Comunicação
PR	Paraná
PR/GSI	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
PRODEA	ex Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos
PROGE	Procuradoria Geral
PROHORT	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROP	Prêmio de Risco de Opção Privada
PRORE	Procuradoria Regional
PSI	Política de Segurança da Informação
REFAP	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
SAAGRA	Sistema de Administração Quantitativa de Armazenagem de Grãos
SAS	Serviço de Assistência a Saúde
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
SEAP	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SEC	Sistema Eletrônico de Comercialização
SECOF	Setor Contábil e Financeiro
SECOM	Setor de Comercialização
SEDEC	Secretaria Nacional de Defesa Civil
SEDEN	Setor de Desenvolvimento Empresarial
SEGEO	Setor de Apoio, Logística e Gestão da Oferta
SEOPE	Setor de Operações de Estoques
SEPAB	Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento
SEPPIR	Secretaria da Promoção de Políticas da Igualdade Racial
SEREH	Setor de Recursos Humanos
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SETAD	Setor Administrativo
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAJUR	Sistema de Atividade Jurídicas
SIAGRO	Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento
SIASG	Sistema Integrado de Administrações e Serviços Gerais
SICARM	Sistema de Cadastro de Armazéns
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contatos de Repasse

SIGABrasil	Sistema de Informação Geral Atualizada
SIGEST	Sistema de Gestão de Estoques
SIGPLAN	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIMAB	Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores S/A
SIMEPAR	Instituto Tecnológico de Meteorologia do Estado do Paraná
SINTEG	ex Sistema de Controle Integrado
SISAC	Sistema de Apreciação de Atos de Admissão e Concessões
SISCOD	Sistema de Geração de Códigos para Acesso Externo
SISCOE	Sistema de Comercialização Eletrônica
SISCOT	Sistema de Contratos Administrativos
SISMAT	Sistema de Material
SOF	Secretaria de Orçamento e Finanças
SPA	Secretaria de Política Agrícola
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUARM	Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques
SUCON	Superintendência de Contabilidade
SUFIN	Superintendência de Finanças
SUFIS	Superintendência de Fiscalização de Estoques
SUGOF	Superintendência de Gestão da Oferta
SUINF	Superintendência de Informação do Agronegócio
SUMAJ	Subprocuradoria de Matéria Judicial
SUMOC	Superintendência de Modernização e Capacitação
SUOPE	Superintendência de Operações Especiais
SUPAD	ex Superintendência de Administração
SUPAF	Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar
SUPOR	Superintendência de Orçamento e Avaliação
SUREG-PR	Superintendência Regional do Paraná
SUREH	Superintendência de Recursos Humanos
SUTIN	Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação
TCU	Tribunal de Contas da União
TEC	Técnico
TI	Tecnologia da Informação
TNS	Técnico de nível superior
TPF	Tabela de Participação Financeira
TVN	Termo de Vistoria e Notificação
UA	Unidade Armazenadora

UF	Unidade da Federação
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada
UNICAMP	Universidade de Campinas
VEP	Valor de Escoamento de produto
XFAC	Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos

RELAÇÃO DE QUADROS

QUADRO Nº	IDENTIFICAÇÃO	Fls.
Quadro 1	Identificação da SUREG-PR	019
Quadro 2	Alterações do Estatuto Social	020
Quadro 3	Organograma da SUREG-PR	021
Quadro 4	Demonstrativo dos Resultados da Execução Orçamentária da Ação ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	040
Quadro 5	Demonstrativo das Despesas Realizadas	041
Quadro 6	Demonstrativo dos Beneficiários do SAS	041
Quadro 7	Demonstrativo do Atendimento a Vacinação Contra Gripe	042
Quadro 8	Indicadores de Desempenho	042
Quadro 9	Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira da Ação ASSISTÊNCIA MEDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS – EXAMES PERIÓDICOS	044
Quadro 10	Demonstrativo dos Resultados da Execução Orçamentária e Financeira da Ação AUXILIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	045
Quadro 11	Demonstrativo dos Beneficiários por Benefício Concedido	045
Quadro 12	Indicadores de Desempenho	045
Quadro 13	Demonstrativo dos Resultados da Execução Orçamentária e Financeira da Ação AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	047
Quadro 14	Demonstrativo dos Beneficiários	047
Quadro 15	Indicadores de Desempenho	048
Quadro 16	Demonstrativo dos Resultados da Execução Orçamentária e Financeira da Ação CADASTRO NACIONAL DE UNIDADES ARMAZENADORAS	049
Quadro 17	Demonstrativo das Despesas Realizadas	050
Quadro 18	Demonstrativo da Capacidade Estática Cadastrada	050
Quadro 19	Indicadores de Desempenho	051
Quadro 20	Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira da Ação FISCALIZAÇÃO DOS ESTOQUES E DAS OPERAÇÕES DE GARANTIA E SUSTENTAÇÃO DE PREÇOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS	053
Quadro 21	Demonstrativo das Despesas Realizadas	053
Quadro 22	Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas – Estoques Públicos	054
Quadro 23	Demonstrativo das Ocorrências Constadas nas Fiscalizações	054
Quadro 24	Demonstrativo dos Quantitativos dos Instrumentos de Comercialização Fiscalizados	055
Quadro 25	Demonstrativo do Numero de Apólices	056
Quadro 26	Demonstrativo da Execução Orçamentária	056

Quadro 27	Indicadores de Desempenho	057
Quadro 28	Demonstrativo dos Resultados da Execução Orçamentária e Financeira da Ação FORMAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS	060
Quadro 29	Composição da Execução Financeira das Aquisições de Produtos	061
Quadro 30	Comparativo das Aquisições de Produtos	061
Quadro 31	Demonstrativo das Remoções Realizadas	063
Quadro 32	Demonstrativo da Posição dos Estoques	064
Quadro 33	Indicadores de Desempenho	065
Quadro 34	Demonstrativo dos Resultados da Execução Orçamentária e Financeira da Ação GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	066
Quadro 35	Demonstrativo da Execução da Despesa	066
Quadro 36	Demonstrativo do Efetivo por Situação Contratual	067
Quadro 37	Demonstrativo do Perfil do Efetivo por Situação Contratual	068
Quadro 38	Demonstrativo do Perfil do Efetivo da SUREG-PR e sua Lotação	069
Quadro 39	Demonstrativo do Perfil do Efetivo das Unidades Armazenadoras e sua Lotação	069
Quadro 40	Demonstrativo do Perfil do Efetivo da SUREG-PR e das Unidades Armazenadoras e sua Lotação	070
Quadro 41	Indicadores de Desempenho	070
Quadro 42	Demonstrativo dos Armazéns Próprios, por Unidade Armazenadora, Localizados no Estado do Paraná	071
Quadro 43	Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira da Ação RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE PRÓPRIA DE ARMAZÉNS	072
Quadro 44	Demonstrativo das Despesas com a Manutenção, Modernização e Adequação das Unidades Armazenadoras	072
Quadro 45	Descrição das Despesas Realizadas em Manutenção, Modernização e Adequação das Unidades Armazenadoras	073
Quadro 46	Indicadores de Desempenho	078
Quadro 47	Operações Realizadas Através do Programa PEP	079
Quadro 48	Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira da Ação CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS, EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	081
Quadro 49	Demonstrativo dos Treinamentos Realizados por Área de Conhecimento	081
Quadro 50	Demonstrativo das Despesas Realizadas com Treinamento	082
Quadro 51	Indicadores de Desempenho	082
Quadro 52	Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira da Ação PESQUISA, ACOMPANHAMENTO A AVALIAÇÃO DE SAFRAS	084
Quadro 53	Demonstrativo das Despesas Realizadas	084

Quadro 54	Indicadores de Desempenho	084
Quadro 55	Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira da Ação CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO, DEVIDAS POR EMPRESAS PÚBLICAS E DE ECONOMIA MISTA	086
Quadro 56	Demonstrativo das Despesas Realizadas	087
Quadro 57	Indicadores de Desempenho	087
Quadro 58	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa	089
Quadro 59	Despesas por Modalidade de Contratação	090
Quadro 60	Demonstrativo da Execução Física das Ações Realizadas pela UJ	092
Quadro 61	Área de Atuação do PAA	094
Quadro 62	Demonstrativo das Metas Previstas pelo MDS	096
Quadro 63	Demonstrativo de Aquisições pela CDAF/MDS	097
Quadro 64	Demonstrativo de Aquisições pela CPR - Estoque/MDS	097
Quadro 65	Demonstrativo de Aquisições pela CPR - Doação/MDS	098
Quadro 66	Remoções dos Estoques do MDS	098
Quadro 67	Demonstrativo da Execução da Despesa - MDS	098
Quadro 68	Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos – Brasil/Paraná - MDS	100
Quadro 69	Demonstrativo de Aquisições de Gêneros Alimentícios - MDS	101
Quadro 70	Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos – Beneficiários - MDS	101
Quadro 71	Demonstrativo da Execução da Despesa – Distribuição de Alimentos - MDS	102
Quadro 72	Demonstrativo de Aquisições pela CPR – Estoque - MDA	103
Quadro 73	Demonstrativo de Remoções dos Estoques - MDA	103
Quadro 74	Demonstrativo da Execução da Despesa - MDA	103
Quadro 75	Fome Zero – Demonstrativo das Doações Realizadas	104
Quadro 76	Fome Zero – Demonstrativo da Distribuição de Produtos	105
Quadro 77	Fome Zero – Demonstrativo da Distribuição de Alimentos	106
Quadro 78	Demonstrativo da Distribuição de Cestas de Alimentos pelo MI	107
Quadro 79	Demonstrativo de Aquisição de Gêneros Alimentícios - MI	108
Quadro 80	Demonstrativo da Distribuição de Cestas de Alimentos - MI	108
Quadro 81	Demonstrativo da Execução da Despesa na Distribuição das Cestas de Alimentos - MI	108
Quadro 82	Demonstrativo de Vendas em Balcão	111
Quadro 83	Demonstrativo da Evolução da Produção de Café – Safra 2009/2010	112
Quadro 84	Demonstrativo da Evolução da Produção de Café – Safra 2010/2011	113

Quadro 85	Demonstrativo de Produção e Produtividade do Parque Cafeeiro	113
Quadro 86	Demonstrativo de Estoques Apurados por Seguimento e Unidade da Federação	114
Quadro 87	Demonstrativo da Distribuição Espacial e por Entidade dos Estoques de Café	115
Quadro 88	Demonstrativo da Execução da Despesa	115
Quadro 89	Demonstrativo da Produção de Cana de Açúcar	117
Quadro 90	Demonstrativo da Produção de Açúcar	117
Quadro 91	Demonstrativo da Produção de Alcool	118
Quadro 92	Demonstrativo dos Armazéns Próprios Localizados no Estado do Paraná	119
Quadro 93	Receita da Armazenagem com produtos de Terceiros	119
Quadro 94	Estoques Médios Depositados	119
Quadro 95	Restos a Pagar Processados	120
Quadro 96	Restos a Pagar Não Processados	120
Quadro 97	Composição do Quadro de Recursos Humanos	121
Quadro 98	Demonstrativo da Variação do Efetivo por Situação Contratual	122
Quadro 99	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária	122
Quadro100	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade	122
Quadro101	Composição do Quadro de Estagiários	123
Quadro102	Quadro de Custos de Recursos Humanos	123
Quadro103	Composição e Custo de Recursos Humanos – Quadro Terceirizado	124
Quadro104	Demonstrativo dos Contratos de Terceirização de Área Fim	124
Quadro105	Evolução do Numero de Empregados	126
Quadro106	Faixa Etária X Tempo de Trabalho	127
Quadro107	Evolução do Numero de Treinandos e do Custo Per Capta	128
Quadro108	Serviços de Saúde	129
Quadro109	Evolução das Demandas Trabalhistas	129
Quadro110	Demandas Trabalhistas, por SUREG e Risco	130
Quadro111	Gestão da TI da UJ	139
Quadro112	Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	175
Quadro113	Síntese da Remuneração dos Administradores – Diretoria da Conab	176
Quadro114	Síntese da Remuneração dos Administradores – Conselho Fiscal da Conab	176
Quadro115	Síntese da Remuneração dos Administradores – Conselho de Administração da Conab	177
Quadro116	Informações Encaminhadas à Matriz Objetivando o Pagamento das Subvenções de PROP, PEP e PEPRO	207

176QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DA SUREG-PR

IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL		
Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		
Código SIORG: 14		
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Superintendência Regional do Paraná da Companhia Nacional de Abastecimento		
Denominação Abreviada: SUREG-PR		
Código SIORG: 087.144	Código LOA: 22211	Código SIAFI: 22211
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Empresa Pública Federal		
Principal Atividade: Abastecimento Agroalimentar – Administração Pública em Geral		
Código CNAE: 8411-6		
Telefone/PABX: 41-3313-2700 FAXs: 41-3313-2742 e 41-3313 2743		
Endereço Eletrônico: pr.sureg@conab.gov.br		
Página da Internet: http://www.conab.gov.br		
Endereço Postal: Rua Mauá, 1.116-Centro Cívico-Curitiba-PR-CEP 80.030.200		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade jurisdicionada		
A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PARANÁ – SUREG-PR está subordinada hierarquicamente à Presidência da CONAB e funcionalmente às respectivas Diretorias, tendo sido criada pela Resolução CONAD nº 05 de 11 de maio de 1998, mediante deliberação do Conselho de Administração da CONAB, em sua 62. ^a Reunião Ordinária realizada em 8/5/1998, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Art. 15, Inciso VIII, e considerando os Arts. 11, §1º e 18 do Estatuto Social e os Arts. 52 a 70 do Regimento Interno da Companhia.		
Outras normas infraleais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Lei da Armazenagem lhe confere o Art. 16, Inciso IX, do Estatuto Social (versão 24/03/2008) e o Art. 3º Inciso IX do Regimento Interno da Companhia (versão aprovada 25/11/2009)		
Manuais e Publicações relacionadas às Atividades da Unidade Jurisdicionada		
Publicações disponíveis na página da Internet		
1. Manual de Operações da CONAB		
2. Publicações Especializadas		
3. Regimento Interno		
4. Estatuto Social		
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Gestora		
Código SIAFI	Nome	
135271	Unidade Armazenadora de Apucarana	
135268	Unidade Armazenadora de Cambé	
135544	Armazém Frigorífico Curitiba	
135274	Unidade Armazenadora de Paranaguá	

135267	Estoque Regulador PGPM/PR
135280	Unidade de Comercialização Curitiba
135437	Mercado de Opção/PR
135545	Unidade CONAB - PAA/PR
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
135265	Companhia Nacional do Abastecimento – sede – Superintendência Regional do Paraná
Relacionamentos entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
22.211	22.211

A Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, constituída nos termos do art. 19, inciso II, da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990 é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O seu Estatuto Social foi aprovado pelo Decreto 99.994, em 26/12/1990, com alterações nas seguintes datas.

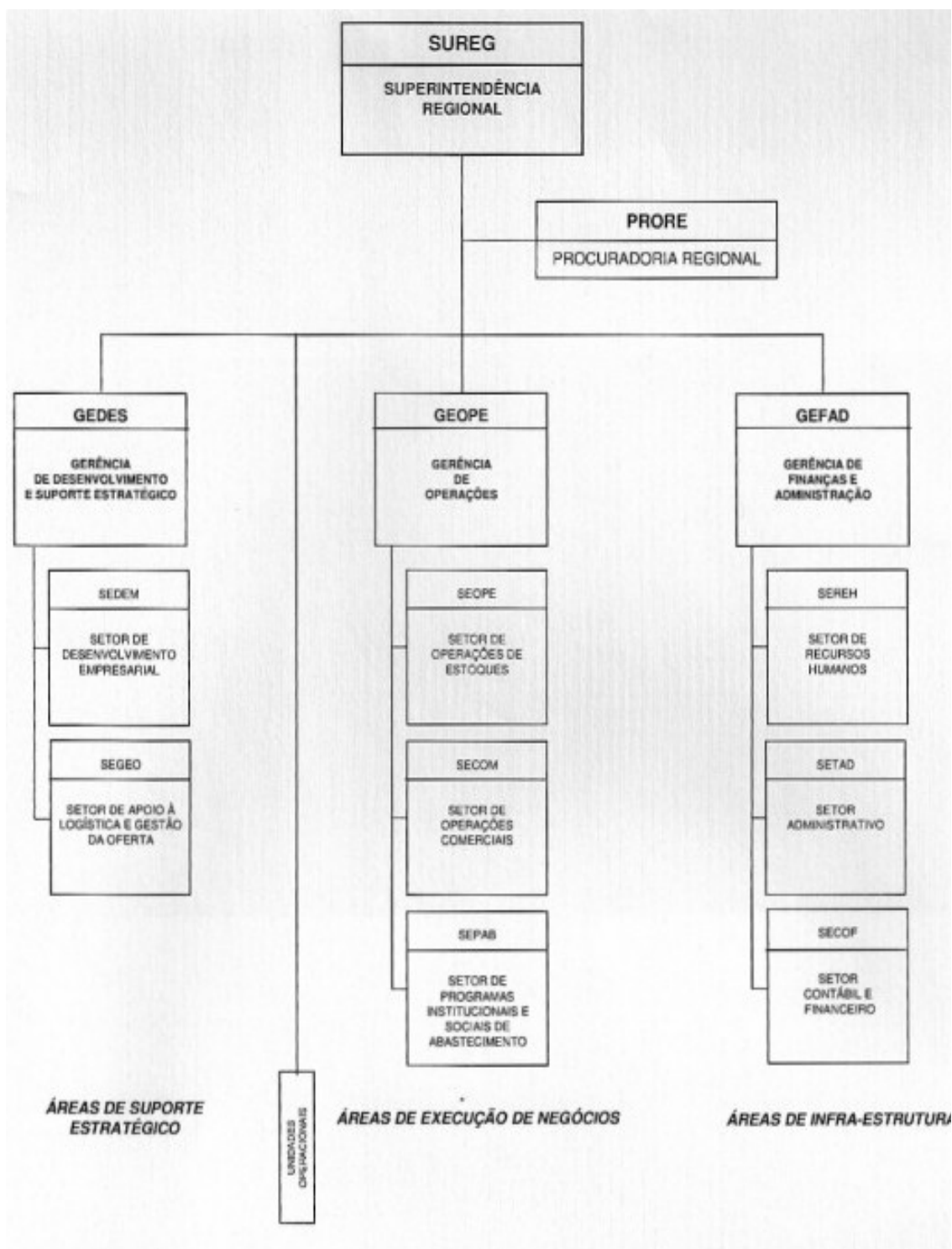
QUADRO 2 - ALTERAÇÕES DO ESTATUTO SOCIAL

Versão	Decreto	Data do Decreto	Data de Publicação no DOU
1ª Versão	99.944	26/12/90	31/12/90
2ª Versão	369	19/12/91	20/12/91
3ª Versão	s/n.º	03/07/95	04/07/95
4ª Versão	1.816	09/02/96	09/02/96
5ª Versão	s/n.º	19/12/96	20/12/96
6ª Versão	2.390	19/11/97	21/11/97
7ª Versão	3.336	13/01/00	14/01/00
8ª Versão	4.514	13/12/02	16/12/02
9ª Versão	6.407	24/03/08	25/03/08

FONTE: SUREG-PR

Sua estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

QUADRO 3 – ORGANOGRAMA DA SUREG - PR



2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS, OBJETIVOS, PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE

2.1 – COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL

2.1.1. O PAPEL DA CONAB NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Para a execução de seus objetivos, a CONAB poderá:

- Comprar, vender e permutar produtos de origem agropecuária. Poderá ainda, promover a estocagem e o transporte desses produtos e, se necessário, atuar como companhia de armazéns gerais;
- Executar operações de comércio exterior, nos mercados físico e futuro, de produtos de origem agropecuária;
- Participar de programas sociais do Governo Federal que guardem conformidade com as suas competências;
- Firmar convênios, acordos e contratos, inclusive para financiamento e para gestão de estoques agropecuários de propriedade do Governo Federal, com entidades de direito público e privado;
- Efetuar operações financeiras com estabelecimentos de crédito, inclusive mediante garantia do Tesouro Nacional, observada a legislação em vigor;
- Aceitar, emitir e endossar títulos;
- Receber garantias de caução, fiança, aval, penhor e hipoteca;
- Aceitar doações e dar destinação a elas, de acordo com os objetivos da Companhia;
- Promover análise e acompanhamento do agronegócio brasileiro, incluindo oferta e demanda, preços internos e externos de produtos agropecuários e insumos agrícolas, previsão de safras e custos de produção.
- Promover a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de pessoal, em atividades relativas aos objetivos da Companhia.

Prestar apoio técnico e administrativo ao MAPA, a outros órgãos e entidades públicas, mediante remuneração, na execução das ações decorrentes dos mandamentos legais e regulamentares da legislação agrícola e do preceito institucional de organizar o abastecimento alimentar.

Tendo a Conab como missão institucional “Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento”, desenvolve atividades que abrangem toda a cadeia do sistema produtivo dos principais produtos agrícolas destinados ao suprimento da sociedade brasileira.

Sua atuação pode ser dividida em quatro grandes segmentos de atividades:

- **Informações do Setor Agropecuário:** Desenvolve atividades de coleta, tratamento e análise de informações e dados sobre o comportamento das safras agrícolas, dos mercados (nacional e internacional), custos de produção, e outras informações que são repassadas ao Governo Federal e ao setor agropecuário. Esses subsídios possibilitam ao Governo a adoção de medidas de apoio e incentivo à agropecuária, reunidas nos chamados Planos-Safra.
- **Formação e Gestão dos Estoques Públicos:** Adquire e fiscaliza os estoques públicos e administra as atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques (venda ou doação aos programas sociais), participando, também, do processo de comercialização de

produtos agrícolas, seja por compra direta, venda em bolsas de mercadorias ou balcão, ou na utilização de instrumentos que incentivem a remoção de produtos para áreas desabastecidas.

➤ **Programas Sociais e de Abastecimento:** Desenvolve atividades voltadas à disponibilização de produtos (pela aquisição direta ou em bolsas de mercadorias), e ao transporte e a entrega nos locais/comunidades de destino, de acordo com programas sociais e de abastecimento desenvolvidos pelo Governo Federal.

➤ **Armazenagem:** Oferece serviços de guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e, ainda, o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.

2.1.1.1 – Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização

A Conab é a empresa oficial do Governo Federal encarregada de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento, visando assegurar o atendimento de necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando mecanismos de mercado.

Atuando em todo o território nacional, através das suas Superintendências Regionais, responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que exerce um papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola, contribuindo, desta forma, para a formação da renda dos produtores rurais.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados (ao produtor, no atacado, no mercado internacional e de paridade), os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto. Os produtos de maior expressão econômica, abrangidos pelos estudos da Companhia são: algodão, arroz, feijão, milho, soja, mandioca, leite e café. Também compõem a pauta da PGPM os cereais de inverno (aveia, canola, cevada, trigo, triticale) e produtos de expressão econômica local e regional como: alho, amendoim, borracha, carnaúba, castanha do Brasil e de caju, girassol, casulo de seda, guaraná, juta-malva, mamona, sisal e sorgo.

Os preços mínimos são elaborados anualmente, para cada safra, sendo propostos pela Conab, aprovados pelo Conselho Monetário Nacional e fixados por Decreto, a fim de serem praticados nas operações a serem realizadas durante o exercício, mediante instrumentos concebidos para a operacionalização da PGPM.

Citada Política foi criada para dar suporte ao produtor naquelas situações em que os preços de mercado caem a níveis que induzam a prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha, contudo, a monopolizar a comercialização agrícola. Ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades, saindo do mercado sempre que as condições estiverem recuperadas. A atuação governamental inicia quando o preço de mercado está abaixo do mínimo nas regiões de produção. Por outro lado, todo produto adquirido pelo governo deve retornar ao mercado oportunamente e com os preços de compra compatíveis com os do mercado normal.

O Decreto-Lei nº. 79/1966, que sistematizou a atuação da PGPM, criou dois instrumentos básicos para atuação: a Aquisição do Governo Federal (AGF) e o Empréstimo do Governo Federal (EGF), sendo que o segundo, a partir de 1990, passou a ser um instrumento meramente financeiro, cujo risco econômico foi transferido para os bancos e aos tomadores do empréstimo.

Posteriormente, com a abertura da economia brasileira e a necessidade de modernizar o sistema de apoio à agropecuária, foram lançados outros mecanismos, todos a seguir descritos.

➤ **Aquisições do Governo Federal (AGF):** permite ao governo garantir o preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, mediante a aquisição direta, ou seja, com a compra direta e pagamento à vista, de produto constante da pauta da PGPM. Esta operação é realizada quando o preço de mercado estiver abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, condicionada ao repasse, pelo Tesouro Nacional, dos recursos para a operacionalização da aquisição. Os beneficiários devem atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados quando manifestada a intenção de vender sua produção.

➤ **Contrato de Opção:** este instrumento visa permitir que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que quer comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Conab. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Tem como objetivo proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra. Objetiva também melhorar a execução das políticas oficiais de sustentação e regulação dos preços agrícolas no mercado interno.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito - mas não a obrigação - de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado (preço de exercício). O Contrato de Opção de Venda é lançado quando o preço de mercado está abaixo do preço mínimo e o Governo tem interesse de sinalizar preço futuro para o mercado, garantindo renda ao produtor e estimulando a produção para atender o consumo interno. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

O exercício da Opção pelo produtor ou cooperativa é interessante quando o preço de exercício, que é o preço definido pelo Governo para compra de sua produção, situar-se acima do praticado pelo mercado na época do vencimento do contrato. Isto evidencia que o Contrato de Opção será o mesmo que fazer um seguro para o preço da mercadoria, ou seja, garantir que o valor do produto não cairá abaixo do valor definido no contrato. Se até a data do vencimento o mercado não pagar um preço melhor do que o fixado no Contrato de Opção, o titular do Contrato poderá vender o produto ao governo, pelo preço previamente contratado. Nesse caso ele estará exercendo sua opção de venda.

➤ **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** possibilita ao governo garantir o preço mínimo ao produtor ou cooperativa sem que haja necessidade de adquirir o produto. Consiste em uma subvenção econômica concedida ao segmento definido no Aviso específico, a ser arrematada em leilão público, para aquisição de produtos pelo valor de referência garantido pelo Governo Federal, que é utilizada posteriormente pelo arrematante o qual compromete-se a promover o escoamento para as regiões de consumo previamente estabelecidas, conforme as condições previstas em Regulamento e Aviso específico. Mediante os leilões realizados ocorre o pagamento da diferença entre o preço mínimo e o preço de mercado, decomposto a partir do preço de paridade de importação até a unidade federativa de produção. Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

➤ **Valor de Escoamento do Produto (VEP):** valor pago por um segmento definido (avicultores, bovinicultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), que adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral do seu valor (valor do produto mais a subvenção) e, posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento para a região de consumo, é ressarcido do valor da subvenção definida no leilão.

Este tipo de operação é utilizado quando o Governo Federal tem estoques em locais longe dos centros de consumo e necessita fazer com que haja o deslocamento até as regiões consumidoras. Se o Governo fizesse uma venda normal, com os preços de mercado, apenas os consumidores próximos teriam condições de adquirir o produto, possivelmente prejudicando a comercialização local e não atendendo ao objetivo de abastecer as regiões desabastecidas.

➤ **Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda (PROP):** trata-se de uma subvenção econômica concedida em leilão público ao segmento consumidor (comerciantes ou indústrias de beneficiamento, por exemplo) que se dispõe a adquirir determinado produto, em data futura, diretamente de produtores e/ou suas cooperativas, pelo preço fixado e nas unidades da federação estabelecidas pelo governo, utilizando-se para isso do lançamento, em leilão privado, de Contrato Privado de Opção de Venda. Funciona de modo similar ao Contrato de Opção de Venda e ao PEP; no entanto, quem lança os contratos é o setor privado. Enquanto o Contrato de Opção Público visa a formação de estoques por parte do governo federal (se o preço não reagir o governo recebe a mercadoria e faz o pagamento ao produtor, formando estoques), o PEP é concedido para que o produto seja deslocado dos centros de produção para os centros de consumo. Já no caso do PROP, primeiramente há interesse na garantia de renda ao produtor rural ou sua cooperativa e que a mercadoria migre da zona de produção para a de consumo. Na primeira etapa (1º leilão) é realizada oferta de prêmio pela Conab no qual o beneficiado é a indústria. Em um segundo momento, ocorre novo leilão onde o produtor se credencia no direito, mas não na obrigação, de vender sua produção a indústria selecionada para receber o prêmio. Com tal medida, consegue-se que o industrial pague o preço de referência em momento de mercados baixos, e que ocorra o deslocamento da produção para as áreas definidas, com volume de recursos significativamente menor do que se feita a aquisição e, conseqüentemente, a remoção e vendas futuras pelo governo. Por outro lado, dá flexibilidade ao produtor de praticar a opção se o preço de mercado estiver abaixo do preço de exercício do contrato ou, caso contrário, vender seu produto no mercado, caso o preço esteja superior. Porém, uma vez exercida a opção, há obrigatoriedade no cumprimento do pacto (entrega do produto). É uma política que contempla os setores diretamente envolvidos nas cadeias produtivas mas, principalmente, é um instrumento de sustentação de preços utilizado pelo Governo objetivando a manutenção da renda dos produtores rurais, pois garante preços adequados em momento de baixa nas cotações.

➤ **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** É uma subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação. Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do Preço Mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

➤ **Vendas de Estoque em Leilão Público:** a intervenção do governo na comercialização de produtos agrícolas se dá com a participação das Bolsas de Cereais, e visa suplementar a oferta e corrigir os desequilíbrios de preços, no âmbito da política de abastecimento.

➤ **Vendas em Balcão:** esse programa, implantado em 1991 com a perspectiva de apoiar e estimular a pequena produção rural, principalmente a de pequenos animais, objetiva garantir, de forma contínua e sistematizada, o suprimento regular de insumos, por meio da disponibilização de estoques oficiais a preços de mercado e compatíveis com os praticados em pregões públicos.

Trata-se de um programa destinado aos criadores rurais e agroindústrias de pequeno porte, voltado à

comercialização de produtos agrícolas, e que permite o acesso dos beneficiários, por meio de venda direta, aos estoques governamentais, tendo em vista que essa clientela dificilmente teria condições de participar de leilões públicos realizados através das Bolsas de Mercadorias. A clientela alvo desse programa são pequenos produtores de aves, suínos e leite; moinhos coloniais, beneficiadores; fracionadores de grãos e micro agroindústrias produtoras de ração, sendo que para participar todos devem se cadastrar previamente na Conab, no respectivo polo de venda do município, qualificando suas atividades em escala de produção/consumo. O objetivo é atender aos beneficiários cuja escala de produção e/ou localização impeça o acesso aos estoques públicos comercializados em bolsas de mercadorias. Também têm acesso a esses estoques, nas mesmas condições de suprimento, as entidades de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento do setor, tais como universidades, escolas técnicas e centros de pesquisa.

Para a implementação do Programa são observadas as exigências da demanda e a disponibilidade estratégica de estoques, considerando, entre outros fatores, a necessidade de intervenção do governo, seja pela insuficiência de oferta ou pela prática de preços abusivos. O Programa adota ainda, como diretriz básica, Preços de Venda compatíveis com o mercado, posicionando-os em níveis que não tenham comportamento concorrencial ao segmento vendedor tradicionalmente constituído. Como parâmetro para a definição dos preços referenciais de venda são considerados os leilões do produto, os preços conjunturais e a metodologia que embasa outros instrumentos de comercialização utilizados pela Companhia.

Por fim, vale lembrar que é de responsabilidade da SPA/MAPA a decisão sobre os instrumentos e o momento em que serão utilizados, a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados, assim como a origem e o destino dos produtos. Cabe à Conab sua operacionalização, ou seja, a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e, quando for o caso, o pagamento da respectiva subvenção, com recursos oriundos do Tesouro Nacional.

2.1.1.2- Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

A criação do PAA por instrumento legal (Lei nº 10.696/03) representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar, historicamente ausente das políticas públicas. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com a geração de renda, e outras ações articuladas, eleva-se o padrão de vida do agricultor e de sua família e promove-se o desenvolvimento sustentável nas áreas mais desassistidas do meio rural.

A Conab exerce papel preponderante ao dar suporte às ações de comercialização, que é uma das etapas mais difíceis das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, implementando instrumentos de política agrícola específicos a essa atividade. O PAA não somente apoia a comercialização da produção da agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, como facilita o processo de doação, realizando ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e visa, ainda, à formação de estoques estratégicos.

As atividades desenvolvidas pela Companhia, referentes à operacionalização do Programa, estão em sintonia com outras ações implementadas pela Conab e relacionadas ao Fome Zero, quais sejam: estruturação de logística de recebimento, armazenagem e distribuição de donativos, e leilão eletrônico de compra de alimentos visando ao atendimento emergencial de comunidades indígenas,

quilombolas e acampados da reforma agrária, em situação de risco alimentar.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA e os recursos oriundos dos Ministérios de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

O instrumento de Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR - Estoque, visa a formação de estoques por meio das Cooperativas e Associações de produtores da Agricultura Familiar.

Já a aquisição e distribuição de produtos alimentícios por meio da Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR - Doação, permite a aquisição da produção de agricultores familiares para doação simultânea. Esses produtos são doados a milhares de entidades, identificadas como instituições governamentais ou não-governamentais que desenvolvem trabalhos de atendimento às populações em situação de risco social.

Ressalte-se que, por ocasião da compra dos alimentos, os recursos financeiros usados para o pagamento movimentam a economia, incentivando os circuitos locais e regionais de produção e comercialização. Assim, os produtos de uma determinada região são consumidos pelas populações locais, proporcionando dinamismo à economia da localidade.

Também a Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF tem apoiado o agricultor familiar na medida em que, sendo feita diretamente pela Conab, dispensa intermediários, com o pagamento líquido e certo da produção agrícola familiar. Caracteriza-se pela aquisição de produtos agropecuários definidos pelo Governo, a preços de referência, em polos de compra instalados próximos aos locais de produção.

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos, podendo ser canalizados para populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes

Além de poder reposicionar os estoques e vendê-los em leilões públicos, também é permitido à Conab efetuar a venda direta dos estoques oriundos do PAA aos pequenos criadores e agroindústrias de pequeno porte, vinculados ao programa Vendas em Balcão.

O resultado demonstra a relevância da Conab na operacionalização do PAA, tarefa que veio ampliar e aprofundar suas responsabilidades sociais, ao atuar especificamente com segmentos de agricultores muitas vezes preteridos pelas políticas públicas.

2.1.1.3- Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento

No âmbito dos programas institucionais e sociais de abastecimento, destacam-se as parcerias firmadas com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com o Ministério da Integração Nacional (Defesa Civil), incluindo outros agentes públicos, que permitiram viabilizar a distribuição de produtos, através de cestas de alimentos, suplementando as necessidades alimentares e nutricionais de famílias de trabalhadores rurais acampados, quilombolas, comunidades de terreiros, famílias atingidas por barragens e comunidades indígenas, além daquelas comunidades vitimadas por calamidades públicas, em diferentes regiões do país, que estiveram em situações emergenciais propícias à insegurança alimentar.

Para a composição das cestas a Conab recorre ao estoque estratégico formado por produtos oriundos das aquisições do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e/ou adquiridos no mercado, via leilão público ou, ainda, utiliza produtos recebidos em doação ao Fome Zero. Estas cestas,

geralmente compostas por produtos tais como arroz, feijão, fubá, farinha de mandioca, macarrão, óleo, açúcar, são depositadas em unidades armazenadoras da Conab estrategicamente localizadas, possibilitando ao Governo o atendimento tempestivo às populações afetadas por desastres e calamidades de qualquer tipo.

Os beneficiários da distribuição gratuita de alimentos, caracterizados como famílias de grupos populacionais específicos, em situação de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar e nutricional, são indicados pelo MDS ou pelo Ministério da Integração Nacional e/ou pelo Comitê Gestor das Ações Federais de Emergência, sendo que a distribuição fica a cargo dos representantes da Funai, Incra, Funasa, Fundação Cultural Palmares, Defesa Civil, MAB, SEPPIR, Ouvidoria Agrária Nacional OAN/MDA, Forças Armadas, além dos diversos parceiros do Fome Zero.

A experiência e a capilaridade operacional da Conab são fundamentais no apoio logístico demandado pelos diversos programas e ações governamentais. Essa logística tem favorecido o recebimento, a guarda, o transporte e a disponibilização de produtos ou mercadorias para distribuição.

No contexto do Fome Zero, tais ações contemplam produtos recebidos em doação de terceiros, incluindo mercadorias e equipamentos apreendidos por órgãos públicos de fiscalização, tais como equipamentos eletrônicos, utensílios, peças de vestuários e brinquedos. Também foram distribuídos materiais de instrução pedagógica, como cartilhas utilizadas em campanhas e atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania. A movimentação dessas mercadorias, incluindo sua doação, é definida pelos órgãos gestores (MDS), cabendo à Conab as ações operacionais e fiscais decorrentes.

Fortalecendo as relações interinstitucionais a Conab participa, também, de ações relativas à ajuda internacional, encaminhando alimentos para o exterior, caso o Governo Federal assim o decida, mediante cestas cuja composição procura respeitar as características alimentares do país beneficiário. A demanda, nesse caso, é definida nas esferas diplomáticas, e o processo é conduzido pelo Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional, ficando a entrega sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores.

Na linha dos programas institucionais, tendo como diferencial ser um programa de gestão direta da Conab com dotação orçamentária específica, deve ser destacada a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos - REFAP, em fase de estruturação, criada com a missão de articular ações que contribuam para a modernização e o fortalecimento do segmento varejista. Essa ação, sob a coordenação da Conab, tem por objetivo proporcionar, ao segmento dos micro e pequenos varejistas, sistemas de gestão comercial que propiciem a qualificação e expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e acesso a capital de giro com taxas diferenciadas, com a perspectiva de oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis.

Essa ação foi concebida em face da necessidade de se preservar a pluralidade do pequeno comércio varejista, instalado nas periferias das grandes cidades e nas pequenas concentrações urbanas, e ao mesmo tempo garantir a satisfação das demandas das comunidades circunvizinhas, com produtos de qualidade e a preços condizentes com o mercado. Por meio do processo de indução, a REFAP estimula o associativismo entre os varejistas filiados, com o propósito de formação das Centrais de Negócios.

2.1.14. Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agropecuário e de abastecimento, a Conab tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Nesse sentido, possui e mantém atualizado um dos maiores bancos de dados sobre o segmento agropecuário e vem disponibilizando parte desse acervo, desde 1992, por meio de

publicações que contemplam estatísticas referentes a: Estimativas de Safras (principais grãos, café, cana-de-açúcar e laranja); Importações e Exportações Brasileiras; Balança Comercial do Agronegócio; Oferta e Demanda dos principais produtos; Preços da Agropecuária (produtor, atacado e varejo); Preços Mínimos (PGPM) e Preços de Referência para a Agricultura Familiar (PGPAF); Preços dos Insumos Agropecuários; Índices Econômicos; Impostos de Importação; Indicadores Econômicos e outros. Também divulga dados relativos às operações da Companhia, tais como Aquisições - AGF, Vendas, Contrato de Opção, Programa de Escoamento do Produto – PEP, Valor do Escoamento do Produto –VEP, Programa de Venda Balcão e, mais recentemente, a partir de 2006, passou a disponibilizar os dados referentes à Agricultura Familiar.

Destacam-se as estimativas de produção, cujo volume e complexidade dos trabalhos pertinentes têm aumentado, em razão da crescente safra brasileira e da exigência cada vez maior dos usuários.

O acompanhamento e a quantificação da produção agrícola brasileira e de seus custos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mediante os Levantamentos das Safras Agrícolas e o cálculo dos custos realizados pela Conab, são de extrema relevância para a formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas conhecer a produção brasileira de grãos, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotando as ações corretivas proativa e tempestivamente, possibilitando, ainda, informar ao mercado sobre o volume a ser produzido, de forma a viabilizar seu planejamento. Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para as de comercialização e movimentação das safras.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo o Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas destinados ao consumo humano, animal e industrial. Os de custos determinam os custos variáveis, operacional e total, bem como os médios, de acordo com as principais tecnologias empregadas pelos produtores.

Esta atividade vem sendo desenvolvida regularmente pela Conab desde a sua criação (mais especificamente desde os anos 70, pela ex-Companhia de Financiamento da Produção - CFP), obedecendo a um calendário divulgado previamente para cada ano-safra. Cabe destacar que o corpo técnico da Conab acumulou, ao longo do tempo, significativa experiência e qualidade na sua execução, conquistando a credibilidade de diferentes segmentos das áreas pública e privada. O conceito de ano-safra adotado significa o intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita e até o fim da comercialização (12 meses) que melhor agrega estas safras e que não necessariamente coincidem com o ano civil. Assim, estipula-se que o início do ano-safra ocorre com o início do plantio dos produtos da Safra de Verão, a mais significativa delas. O trabalho consiste na realização de pesquisas de campo para apurar, em termos quali-quantitativos, a situação das lavouras cultivadas no País. Para efeito deste trabalho, considera-se que o Brasil possui safras distintas, a saber: Safra de Verão, Safra da Região Norte/Nordeste e Safra de Inverno.

As pesquisas distribuem-se geograficamente pelo País e ao longo do tempo, podendo ocorrer coincidências de época, como por exemplo: a Safra de Inverno e a maior parte da Safra da Região Nordeste. Com isso, cada uma das pesquisas de campo tem um objetivo diferente, dependendo da época em que é realizada. Cabe esclarecer que a pesquisa contempla a “Intenção de Plantio” e o “Acompanhamento da Cultura” durante todo o ciclo vegetativo, sendo que no primeiro caso as informações coletadas referem-se apenas à primeira estimativa da área plantada e produção e, no segundo, pode se desdobrar em duas fases: durante o desenvolvimento vegetativo da cultura e durante a colheita.

O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do País, consultando-se informantes que atuam junto aos produtores rurais, tais como agrônomos, técnicos de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Os roteiros compõem uma amostra intencional, definida a partir da área plantada de cada uma das principais culturas amparadas pela PGPM, representando o universo das mais diferentes regiões produtoras, sob os aspectos de solo e clima, levando em conta a distribuição espacial e temporal das colheitas.

Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas. A partir de 1998, a Conab decidiu investir no aperfeiçoamento do processo de avaliação de safra, passando a pesquisar tecnologia de sensoriamento remoto, técnicas de agrometeorologia e novos “softwares” estatísticos, visando melhor tratamento dos dados amostrais e maior acurácia e confiabilidade das informações produzidas. Para tanto, além da aquisição de equipamentos de informática, convênios com instituições de ensino e pesquisas, como IBGE, INMET, IAPAR, SIMEPAR, DERAL, UNICAMP, INPE, UFPR, EPAGRI e UFRGS foram celebrados, com vistas à modernização do processo.

Nesse contexto, a partir de 2003 teve início o projeto GeoSafras, que busca a redução da subjetividade na avaliação e oferece informações objetivas mais precisas sobre área cultivada e produtividade das culturas, épocas e localização da produção. Na geração das informações o GeoSafras, complementando a metodologia tradicional de consulta direta ao setor produtivo, faz uso de geotecnologias tais como, métodos estatísticos, sensoriamento remoto, posicionamento por satélite (GPS), sistema de informações geográficas e modelos agrometeorológicos. O modelo de coleta possibilita o mapeamento de áreas cultivadas, por meio de imagens de satélite, e a estimativa de produtividade por meio de modelos agrometeorológicos.

Entre as atividades desenvolvidas pelo GeoSafras, em 2010, destaca-se a geração de boletins mensais de monitoramento agrometeorológicos.

A articulação institucional tem sido fundamental para viabilizar a execução desse Projeto, e o ambiente de cooperação constituído com um grupo de aproximadamente quinze instituições públicas de ensino e pesquisa e também entidades de apoio e extensão rural, sob a coordenação da Conab, tem permitido aprimorar as estimativas, tornando inquestionáveis os números do governo.

Ao final do ano de 2007, em atenção a antigas reivindicações dos agentes do agronegócio, que são usuários de informação de safras, os levantamentos do prognóstico passaram a ser realizados em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, iniciando um processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais culturas temporais brasileiras. Até então, as pesquisas divulgadas pela Conab objetivavam orientar a cadeia produtiva e as do IBGE atendiam a fins estatísticos. A unificação, estabelecida mediante acordo firmado entre a Conab e aquele Instituto, teve início em novembro daquele ano. De qualquer forma, o calendário não foi alterado, ou seja, os levantamentos/divulgação das pesquisas para as culturas de grãos continuam sendo mensais e para o café e cana-de-açúcar quadrimestrais.

A Conab conseguiu atender a meta prevista para as pesquisas de campo em 2010, realizando as viagens programadas conforme os períodos de safra das diversas regiões produtoras, sendo que nos meses em que não ocorreram viagens os dados foram coletados por outros meios, como telefone, e-mails, etc, complementando os levantamentos.

Desta forma, as pesquisas realizadas puderam estimar em 149,2 milhões de toneladas a produção de grãos da safra 2009/2010, sendo que a soja e o milho representam 124,6 milhões de toneladas ou 85 % do total. De acordo com o levantamento da safra de grãos 2009/2010, a área cultivada com as principais culturas no País foi de 47 milhões de hectares. A situação climática favorável e a tecnologia empregada pelos produtores contribuíram para tal desempenho.

Para a safra 2010/2011, o levantamento de campo indicou a área plantada de 48 milhões de hectares e estimativa de produção de 149 milhões de toneladas, apesar dos indicativos de situação climática desfavorável (La Niña).

As produções de soja e milho alcançam 68,62 e 52,7 milhões de toneladas, respectivamente

De forma semelhante, a Conab procedeu a elaboração de estimativas da produção de café, da cana-de-açúcar e da laranja em São Paulo, mediante Planos de Trabalho assinados com o MAPA.

Os trabalhos realizados visaram o levantamento e processamento de dados estatísticos para o café, no intuito de fornecer aos setores público e privado informações consistentes sobre a produção brasileira. O café é um produto que, em face de sua magnitude, influencia na formação dos preços praticados nos mercados nacional e internacional. A safra nacional de café fechou com uma produção de 48,1 milhões de sacas beneficiadas, apresentando aumento em relação ao anterior devido a bianualidade da cultura. Já a produção nacional da safra 2011 deverá atingir entre 41,9 e 44,7 milhões de sacas de 60kg de café beneficiado, devido ao ciclo de baixa bianualidade.

Com relação à cana-de-açúcar, a área ocupada passou de 7,41 para 8,03 milhões de hectares entre 2009/2010 e 2010/11, estando 85 % concentrada na região Centro-Sul e 15% correspondendo à região Norte-Nordeste. E a produção brasileira passou de 604,5 para 625,0 milhões de toneladas de 2009/2010 para 2010/11. Nesta última safra 288,7 milhões de toneladas são destinadas a fabricação de açúcar e 336,3 milhões de toneladas para produção de álcool.

Essas informações são balizadoras do mercado e têm sido exaustivamente utilizadas pelos operadores do agronegócio e pelo governo como suporte na tomada de decisões. As estimativas de safras influenciam diretamente no comportamento dos preços internos e externos dos produtos agrícolas primários e seus derivados. O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propicia ao governo aprimorar as ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda planejar com maior segurança as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores. Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a Conab tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

Também integra o conjunto de informações disponibilizadas pela Conab o projeto SIGA Brasil, que consiste em um sistema de informações geográficas da agricultura brasileira, cujo objetivo é dar suporte ao agronegócio, mediante a integração de diversas bases de dados tabulares e geográficos (produção agrícola, rede de armazéns, agroindústrias, centros consumidores, malha rodoviária, ferroviária e hidroviária etc), permitindo a escolha de melhores alternativas para a logística do agronegócio, visando ao maior desempenho da cadeia produtiva agrícola do País.

Os principais produtos gerados, para atendimento às demandas internas e externas à Conab, durante o ano de 2010, foram os mapas sobre produção agrícola, rede viária, localização de armazéns e portos para desenvolvimento do estudo sobre os corredores de escoamento da produção e para o desenvolvimento de ações, tais como: levantamento de safras, cadastro de unidades armazenadoras etc.

Esse conjunto de informações tem permitido o planejamento de operações tais como a escolha de melhores rotas de escoamento da produção, a localização de estoques excedentes ou de regiões de fortes demandas, o fluxo de cargas, a orientação para investimentos em recuperação e construção da malha viária, a escolha de locais mais adequados para instalação de agroindústrias e o planejamento de programas sociais.

O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT, entre outros objetivos, também se propõe a compor o conjunto de informações agrícolas, na medida em que visa a desenvolver e integrar os bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento (CEASA), subsidiando informações técnicas para a formulação de políticas agrícolas e de abastecimento, universalizando as informações geradas e reduzindo as assimetrias junto ao público. Instituído em 2005, o Programa tem a finalidade de, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, resgatar o Sistema Nacional de Informações do setor, possibilitando a modernização da gestão dos mercados e dos serviços de apoio e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento. Estas Centrais poderão se tornar áreas privilegiadas para a execução e difusão das Políticas Públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança alimentar.

A comercialização de produtos hortigranjeiros tem sido muito expressiva, sendo este o setor da agricultura que mais cresce no mundo, e representa uma produção basicamente de pequenas áreas e diversas origens, possibilitando alta receita/hectare e manutenção de mão-de-obra no campo. No entanto, apesar de representativo, necessita do apoio e da ação governamental, principalmente devido ao grande número de áreas de produção, dificuldades relacionadas com a logística de transportes, perecibilidade dos produtos e o potencial de aumento de consumo interno e externo.

Em 2010, foram realizadas ações de divulgação, dentre outras, junto às câmaras setoriais das cadeias produtivas de hortaliças e frutas, buscando alavancar parcerias para a evolução do setor. Contudo, as atividades implementadas focaram, basicamente, o desenvolvimento do sistema de informações, visando a integração dos bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento (evolução do portal, definição SIMAB, modelos gerenciais, mapas, séries históricas etc).

2.1.15 – Gestão de Estoques - Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários

A Conab atua direta e indiretamente no armazenamento de produtos agropecuários no Brasil.

De forma direta, mantém uma Rede Armazenadora no Paraná constituída por 6 armazéns, com capacidade estática para 579.900 toneladas, em ambientes natural e artificial. Essas unidades destinam-se a prestar serviços de armazenamento e correlatos ao público em geral e também dão suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa (comercialização, distribuição ou formação de estoques estratégicos).

A armazenagem predominante é a modalidade granel, representando 77 % da capacidade total; a convencional participa com 22 % e a destinada a produtos frigorificados, ambiente artificial, corresponde a 1%. Embora em operação, as unidades armazenadoras necessitam de manutenção e modernização, tanto das bases físicas, quanto dos seus equipamentos.

Buscando a otimização da rede, tanto em termos de ocupação de espaços, quanto de receita, e visando se tornar mais competitiva, a Companhia tem investido na capacitação dos empregados e na manutenção/modernização de suas unidades buscando, inclusive, adaptar-se às recentes normas de certificação.

Além de atuar no armazenamento de produtos agropecuários, a Conab responde pela manutenção do cadastro de armazéns e pela fiscalização dos estoques governamentais em armazéns próprios e de terceiros. Também incentiva a modernização desse segmento, participando de forma ativa no projeto de certificação de unidades armazenadoras, e contribuindo com a capacitação do setor.

Nesse sentido, a Companhia tem se empenhado no treinamento e na qualificação da mão-de-obra que atua nesse ramo, objetivando a redução das perdas e a melhoria da qualidade dos produtos armazenados. Essa ação é realizada por meio de parcerias com organizações públicas e privadas e seu público-alvo contempla pessoas diretamente envolvidas com a recepção, o tratamento fitossanitário, a guarda, a conservação e a expedição de produtos agrícolas e, ainda, com a operação

e a manutenção de máquinas e equipamentos. O objetivo é a disseminação de tais conhecimentos, na medida em que as pessoas treinadas possam atuar como multiplicadores voluntários, naquelas regiões que detêm maior capacidade estática de armazenagem.

A natureza dos cursos, temporariamente não executados, tais como, armazenamento, classificação, análise, secagem, aeração e termometria, referentes aos grãos, inclusive noções sobre o gerenciamento de unidades armazenadoras, entre outros temas relacionados, tem elevado o grau de conhecimento dos participantes contribuindo, certamente, para a geração de empregos e a redução da rotatividade da mão-de-obra do setor.

A atuação da Conab na formação e manutenção do Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras, assim como na sua contínua atualização, implica na realização trabalhos para a execução das operações de cadastramento e recadastramento.

As informações sobre a capacidade estática, distribuição espacial, tipo de armazéns e sua qualificação, ou seja, equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos, são fundamentais para o conhecimento da oferta de armazenagem no país.

Dentro do conjunto de armazéns cadastrados, a Conab identifica aqueles que oferecem condições técnicas para abrigar os estoques governamentais, os quais estão habilitados ou são denominados armazéns credenciados.

A safra agrícola 2009/10 indica uma produção de 143,95 milhões de toneladas, enquanto a oferta de armazenagem é de 153,4 milhões de toneladas. No Paraná, a oferta da capacidade cadastrada é de 25,5 milhões de toneladas sendo 20,0 milhões de toneladas a granel. Constatou-se, assim, a ocorrência de déficit global de armazenagem (capacidade estática de armazenagem inferior ao estoque mais a produção) tanto no Brasil quanto no Paraná.

Como forma de prestar apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenagem que realiza, a Conab também exerce relevante papel na Movimentação dos Estoques Públicos.

A remoção de estoques tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, para permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Grande parte do transporte contratado pela Conab, no exercício de 2010, foi para o transporte de milho, trigo e feijão, movimentados internamente, e de feijão movimentado para o Nordeste. Também ocorreram movimentações de arroz e de leite em pó.

À Conab também compete uma ação extremamente relevante para a gestão dos estoques públicos, que é a Fiscalização dos Produtos Agroalimentares.

Com essa ação a Conab realiza, sistematicamente, o acompanhamento e a avaliação da integridade quantiquitativa dos estoques públicos, buscando evitar perdas, desvios de produtos e os prejuízos decorrentes. Suas atividades são relacionadas à fiscalização dos estoques próprios, governamentais e especiais do agronegócio, envolvendo a classificação e o controle de qualidade, assim como a vistoria dos estoques privados e dos programas institucionais e sociais de abastecimento.

Durante a fiscalização são avaliadas as condições técnicas, cadastrais e contratuais das Unidades Armazenadoras e o estado de conservação dos produtos. Também são apuradas as irregularidades operacionais, as faltas e depreciações qualitativas dos estoques e, ainda, a normalidade das operações com os estoques especiais do agronegócio.

Nesse exercício foram realizadas todas as etapas previstas no programa anual de fiscalização, tendo sido vistoriados armazéns, localizados em municípios do Estado do Paraná.

A fiscalização realizada em 2010 contemplou produtos, sendo estes vinculados ao Programa de

Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA, às Aquisições do Governo Federal, aos Contratos Públicos de Opção de Venda, ao Fome Zero ou aos demais programas executados pela Conab.

Como resultado dessas operações, e conforme orientações contidas nos normativos internos, as providências adotadas com relação às ocorrências registradas implicaram cobranças, impedimento/descredenciamento do agente armazenador, abertura de processos administrativos, ou notificações à Procuradoria Geral da República, dependendo de cada situação.

Com a atividade de fiscalização busca-se, proativamente, propiciar maior segurança aos estoques depositados, de forma e aumentar a transparência, a responsabilidade e a eficiência dos procedimentos adotados pelos armazenadores.

Desta forma, mediante a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, e por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, a Conab tem apoiado tanto a agricultura familiar quanto a empresarial, exercendo um importante papel na formulação e na implementação de políticas públicas voltadas ao setor agrícola e de abastecimento.

2.2 – Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

Considerando a missão institucional da Conab que é: “Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento” e os objetivos do Programa Abastecimento Agroalimentar, inscritos no Plano Plurianual-2008/11, que buscam contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como a manutenção de estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira, a Companhia centrou esforços e direcionou suas ações no atendimento das necessidades dos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, famílias em situação de risco nutricional e pequenos varejistas.

Para tanto, o foco das principais ações finalísticas esteve centrado nos objetivos vinculados à execução dessas políticas, delineados no Mapa Estratégico Corporativo, quais sejam:

2.2.1. Assegurar a Execução Efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e Atuar Proativamente na Formação e Gestão dos Estoques Públicos

Nesse sentido, atenção especial foi dada à operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM e do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Ambos objetivam a redução das flutuações dos preços recebidos pelos produtores, de maneira a incrementar e garantir a oferta de alimentos e matérias-primas e a manutenção da renda do setor rural, pela intervenção do Governo Federal, via aquisição de produtos ou utilização de instrumentos que incentivem a comercialização. Além disso, o PAA objetiva, ainda, promover a inclusão social de grande número de pequenos agricultores familiares que, em virtude da pequena escala de produção, não conseguem facilidades e preços remuneradores na comercialização de seus produtos.

Especificamente na área de atuação da Conab, a Ação Formação de Estoques contou, em 2010, com recursos orçamentários da ordem de R\$2,3 bilhões, suficientes, caso fosse necessário, para a aquisição de 3,5 milhões de toneladas de produtos agrícolas.

Devido a situações regionais, geradas por questões de logística, por aspectos mercadológicos e econômicos, tanto nacionais quanto internacionais, os preços recebidos pelos produtores de alguns produtos, tais como do milho e do sisal, demandaram grandes intervenções do Governo Federal, que ocorreram por meio de leilões previstos nos instrumentos de subvenção (PEP, PEPRO e Contrato de Opção) e por aquisições diretas – AGF.

O Governo Federal, por meio da Conab, manteve permanente atenção às flutuações de

preços, atualizando mensalmente os dados sobre o desempenho da safra agrícola, pronto para agir nos momentos, na intensidade e nos locais necessários.

Outro fator que também contribuiu para a normalização do mercado e reduziu a necessidade de formação de estoques foi a utilização dos instrumentos de comercialização, que concedem subvenções econômicas como incentivo ao escoamento de produtos para as regiões consumidoras ou para a exportação.

A utilização desses instrumentos garantiu a estabilidade da renda do setor rural e a redução dos efeitos causados pela valorização do real e, ao Governo Federal, menores despesas com a formação e o carregamento no tempo de grande volume de estoques públicos.

Se por um lado a utilização desses instrumentos propicia a manutenção da renda no setor rural, reduz as flutuações de preços no mercado interno e garante o abastecimento, por outro a sua operacionalização exige grande esforço administrativo, operacional e financeiro por parte da Conab, em decorrência da comprovação da operação, quando os agentes entregam nas Superintendências Regionais toda a documentação exigida nos diversos editais dos leilões públicos, para conferência, análise e pagamento da subvenção.

2.2.2. Fortalecer a Atuação no Segmento da Agricultura Familiar

O Programa de Aquisição de Alimentos -P AA visa apoiar a agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e à formação de estoques estratégicos. Na operacionalização deste Programa a Conab tem aumentado a cada ano o número de agricultores familiares atendidos e o volume de recursos aplicados. Em um primeiro momento a Conab promove, por meio de palestras e reuniões, a apresentação do Programa, dos instrumentos de aquisição e das condições para participação. Após a divulgação, as associações e cooperativas de agricultores têm à disposição o PAA Net, via Internet, pelo qual as propostas de participação são encaminhadas à Conab para aprovação.

Os recursos para a operacionalização do PAA são repassados à Companhia por meio de termos de cooperação celebrados com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e do Desenvolvimento Agrário - MDA.

A operacionalização se materializa por meio dos instrumentos de Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar - CPR - Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR - Doação). Os produtos adquiridos com recursos do MDS são destinados à doação às famílias ou grupos sociais em situação de insegurança alimentar e nutricional, podendo, em caso de risco de perdas, serem comercializados. Por sua vez, aqueles adquiridos com recursos do MDA são direcionados para a venda, como forma de manutenção dos recursos para atendimento a novos produtores.

A operacionalização deste Programa exige grande esforço da Conab, seja na fase de divulgação dos instrumentos, seja nas aquisições e na remoção dos produtos. A promoção do Programa exige o deslocamento de empregados para regiões interioranas visando a participação em reuniões com produtores familiares, que para maior disseminação das informações são, geralmente, realizadas nos finais de semana. Exige também a criação de postos de compra em locais distantes, com a disponibilização de empregados no local e a rápida remoção dos produtos, tendo em vista que grande parte desses locais não contam com estruturas armazenadoras adequadas à guarda e conservação dos produtos.

2.2.3. Estar Apta para Atender os Programas Sociais e Emergenciais de Distribuição de Alimentos

Outra estratégia de atuação da Conab é a formação e manutenção de um estoque estratégico de produtos alimentícios, armazenado em unidades próprias, em locais de fácil acesso,

objetivando rapidez no atendimento a situações emergenciais, com a distribuição de alimentos às famílias em situação de carência alimentar e nutricional.

Esse estoque é formado com recursos orçamentários/financeiros transferidos pelos Ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e comprados por meio de leilões públicos ou com a utilização de produtos adquiridos pelo PAA.

Para celebração dos Termos de Cooperação, a Conab mantém permanente contato com os órgãos detentores das Ações Orçamentárias destinadas ao combate à fome e à miséria e realiza diversos leilões de compra, providenciando a montagem das cestas e a remoção para as áreas de distribuição ou para unidades armazenadoras mais próximas. Tais ações exigem grande esforço operacional, administrativo e de logística, pois concorre com a realização das demais atividades relacionadas tais como: formação e manutenção de estoques, fiscalização dos estoques públicos, cadastro de armazéns, atendimento a produtores familiares, operacionalização dos instrumentos de comercialização etc.

São contempladas com as doações famílias de trabalhadores rurais que se encontram acampadas, no aguardo de sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, comunidades indígenas, de terreiros, remanescentes de quilombos, famílias desalojadas de áreas ocupadas por barragens, marisqueiros e caranguejeiros.

2.2.4. Organizar e Fortalecer o Comércio Varejista de Pequeno Porte

Objetiva propiciar ao segmento dos micro e pequenos varejistas sistemas de gestão comercial que lhes propiciem a qualificação e a expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e a capital de giro, com taxas diferenciadas e com a perspectiva de que possam oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis, a Conab criou a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos - REFAP, perfeitamente integrada às estratégias do governo para o fortalecimento e ampliação de ações de segurança alimentar e desenvolvimento local. Os resultados previstos são:

- Para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pelo oferecimento de produtos de qualidade a preços acessíveis;
- Para os municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação pela formalização e expansão do comércio local;
- Para os varejistas: qualificação e expansão do seu comércio em função do suporte técnico oferecido, do capital de giro com taxas diferenciadas, e o acesso direto e em condições favoráveis às indústrias fornecedoras;
- Para os fornecedores: expansão qualitativa de suas vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores, com garantia total quanto ao pagamento dos negócios realizados, proporcionando ocupação de eventuais capacidade ociosas.

Até o fim do exercício de 2010 a rede contava com 2.576 unidades varejistas cadastradas, agrupadas em 8 Centrais de Negócios formadas e em processo de formação nos Estados do Ceará, de Pernambuco, de Alagoas, da Paraíba, da Bahia, do Piauí e do Maranhão.

2.2.5. Articular a Modernização do Mercado de Hortigranjeiros

Com a desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização - SINAC - que tinha como proposta inicial o estabelecimento de uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais para servir como ponto de referência aos negócios entre produtores e distribuidores, propiciando o melhor ponto de equilíbrio da oferta e preços, levando à transferência do controle acionário das CEASAs para Estados e Municípios - boa parte das estruturas passou a apresentar uma série de deficiências estruturais, técnicas e operacionais. Tais deficiências implicaram, em maior ou menor grau, na obsolescência das estruturas físicas de comercialização e

apoio, bem como na precarização dos métodos de gestão empresarial e dos serviços de informação e assistência técnica aos produtores, vendedores e consumidores. Muitas vezes submetidos a interesses políticos locais, ou à influência dos agentes privados, que virtualmente se apropriaram da gestão, pressionando por tarifas e preços irrealistas, foi solapada a capacidade de sustentabilidade financeira de boa parte das empresas gestoras.

Diante desse cenário a Conab deu início a uma série de atividades que propiciassem a remontagem desse Sistema, concretizado por meio da Portaria MAPA 171, de 24 de março de 2005, que instituiu no âmbito da Conab o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro, objetivando, entre, outros o desenvolvimento e integração dos bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento e a universalização das informações geradas, objetivando a redução de assimetrias; a modernização dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento, tornando-as áreas privilegiadas para execução e difusão das políticas públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança.

Nesse sentido, a Conab criou o portal www.ceasa.gov.br com informações diárias sobre preços e quantidades dos 48 principais produtos comercializados nas CEASAs, informações sobre o Prohort, disponibilização de trabalhos técnicos, normativos, acervo de trabalhos técnicos sobre as CEASAs, informações técnicas sobre hortaliças e frutas, informações sobre conjuntura agrícola etc.

2.3 - PROGRAMAS E AÇÕES

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela Sureg-PR estão inseridas em 13 Ações, contempladas em três Programas do Plano Plurianual – PPA 2008/2011.

São realizadas, também, atividades em atendimento a Termos de Cooperação, custeadas por transferências orçamentárias/financeiras.

2.3.1 PROGRAMAS

2.3.1.1– (0352) Programa Abastecimento Agroalimentar

- **Tipo de Programa:** Finalístico
- **Objetivo Geral:** contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira.
- **Gerente do Programa:** Alexandre Magno Franco de Aguiar – Presidente da Conab
- **Gerente Executivo:** Matheus Benevides Gadelha – Coordenador da COAMO
- **Público-Alvo (beneficiários):** O público-alvo é constituído pelos produtores rurais, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo e segmento varejista.
- **Indicadores ou parâmetros utilizados:**
 - a) **Produção Nacional de Grãos:**
Fórmula de Cálculo: Total da produção de grãos, em milhões de toneladas, no ano-safra.

b) Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Soma do número de produtores atendidos (por CPF ou CNPJ) pelos seguintes instrumentos de comercialização = Aquisições do Governo Federal (AGF) + Contratos Públicos de Opção de Venda + Prêmio de Escoamento do Produto (PEP) + Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP) + Prêmio Equalizador da Soja (PESOJA) + Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO).

c) Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de algodão em pluma e o consumo aparente no ano de referência.

d) Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de arroz em casca e o consumo aparente no ano de referência.

e) Margem de Disponibilidade de Trigo

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de trigo e o consumo aparente no ano de referência.

f) Margem de Disponibilidade de Milho

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de milho e o consumo aparente no ano de referência.

g) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Recursos Orçamentários [(Valor Gasto na Formação de Estoques Públicos - PGPM + Valor gasto na Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários)] + Recursos Não Orçamentários [(Comercialização de Produtos Via Mercados Futuros e de Opções - BB Garantia de Preços)].

h) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Total de crédito rural concedido pelas instituições Financeiras Oficiais Federais de Crédito.

2.3.1.2 – (0360) Programa Gestão da Política Agropecuária

- **Tipo de Programa:** Apoio às Políticas Públicas e Áreas Específicas
- **Objetivo Geral:** coordenar a formulação, o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando a garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro.
- **Gerente do Programa:** Edilson Guimarães – SPA/MAPA
- **Gerente Executivo:** José Maria dos Anjos – SPA/MAPA
- **Público-Alvo:** Governo Federal
- **Indicadores ou parâmetros utilizados:** Programa sob a responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola – SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, que objetiva coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas agrícola e pecuária, visando assumir especial relevância na formulação, avaliação, reordenamento e controle dos programas finalísticos. Os indicadores são formulados e controlados pelo próprio MAPA.

2.3.1.3 – (0901) Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

- **Tipo de Programa:** Operações Especiais
- **Objetivo Geral:** cumprir o pagamento de despesas relativas a sentenças judiciais envolvendo ações trabalhistas ou condenações pecuniárias.
- **Gerente do Programa:** Esse programa possui apenas coordenadores nacionais.

2.3.2 – AÇÕES DOS PROGRAMAS EXECUTADAS PELA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PARANÁ

0352 - Programa Abastecimento Agroalimentar

CÓDIGOS	HISTÓRICO
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
20CW	Assistência Médica aos Servidores – Exames Periódicos
2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados
2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados
4702	Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
2137	Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários
2130	Formação de Estoques Públicos
2272	Gestão e Administração do Programa
2829	Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns
0300	Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

0360 - Programa Gestão da Política Agropecuária

4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
4711	Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

0901 - Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

0022	Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista
------	---

2.3.2.1 - (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
- **Descrição:** Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
- **Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Luciano Monteiro Lopes
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos - SUREH e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – GEBEM,
- **Área da Regional Responsável pela Execução da Ação:** Setor de Recursos Humanos - SEREH
- **Responsável Regional da Ação:** Carolina de Paula Soares Paiva Ferretti

QUADRO - 4 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010

(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes				
Controle: SIAFI – PTRES 024581 – Programa de Trabalho 20.301.0352.2004.0001				
Discriminação	Exercícios			Participação (%)
	2.008	2009	2010	
Dotação Orçamentária	385.000,00	346.000,00	383.050,00	110,71
Execução Orçamentária	384.671,07	345.728,78	381.948,50	110,48
Índice	99,91	99,92	99,71	
Meta Física	641	450	460	102,22
Execução Física	436	438	467	106,62
Índice	68,02	97,33	101,52	
Despesa/Empregado	882,27	784,34	817,88	
FONTE: SIAFI, SUPOR e GESAS				

Visando o atendimento das necessidades dos empregados e de seus dependentes para os exercícios de:

1. 2008 foi disponibilizada uma dotação orçamentária de R\$385.000,00 da qual foram gastos R\$384.671,07, representando 99,91% da meta estabelecida.
2. 2009 foram alocados recursos orçamentários na ordem de R\$346.000,00, sobre os quais foram realizadas despesas num montante de R\$345.728,78, correspondendo 99,92% da meta fixada.
3. 2010 foram aprovados recursos orçamentários de R\$383.050,00, dos quais foram utilizados R\$381.948,50, correspondendo uma aplicação em relação ao orçado de 99,71 %.

QUADRO- 5 – DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS
EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010

Exercício	Elemento de Despesas (R\$)					Total
	Material de Consumo	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenização e Restituição	
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2008	2.520,00	17.092,42	360.041,74	4.272,60	744,31	384.671,07
2009	-	11.546,40	330.145,70	2.886,60	1.150,08	345.728,78
2010	-	52.983,64	317.507,40	10.852,93	604,53	381.948,50

Fonte: Siafi

É importante mencionar que:

1. o Plano de Saúde da Conab é de auto-gestão, não havendo contribuição fixa mensal para os empregados. A sua participação é calculada de acordo com o nível salarial, conforme a Tabela de Participação Financeira (TPF), até o limite da sua margem mensal consignável.

2. Exames Médicos Periódicos obrigatórios, conforme disposto na Norma Regulamentadora n.º 1 (NR-1), item 1.8 da Portaria MTB n.º 3.214/78, no Regulamento de Pessoal – Capítulo XIII - Dos Deveres e Proibições e no Parágrafo 10º da Cláusula Décima Terceira do Acordo Coletivo de Trabalho, biênio 2007/2009. Saliente-se que os recursos orçamentários e financeiros destinados a suprirem as despesas desta ação estão agregados no demonstrativo acima, muito embora as informações sobre as “metas e execução Física” e os “Indicadores de Desempenho” estarem destacados na ação (20CW) ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS – EXAMES PERIÓDICOS descritos no item 2.3.2.2, abaixo.

Conforme informações destacadas no quadro abaixo, observa-se que os 125 empregados lotados no âmbito da jurisdição da SUREG-PR, em 2010, dispõem de 336 dependentes, sendo: 312 dependentes típicos (filhos, cônjuge e companheiro) e 24 dependentes atípicos (pai e mãe), perfazendo um total de 461 beneficiários.

QUADRO - 6 – DEMONSTRATIVO DOS BENEFICIÁRIOS DO SAS

Unidades	Nº de Empregados	Nº Dependentes		
		Típicos	Atípicos	Total
Sede	58	120	14	192
UF Curitiba	7	22	0	29
UA Paranaguá	0	0	0	0
UA Ponta Grossa	34	99	9	142
UA Apucarana	7	21	1	29
UA Cambé	9	24	0	33
UA Rolândia	9	22	0	31
Cedida	1	4	0	5
Total	125	312	24	461

Fonte: SUREG-PR/GEFAD/SEREH

Além da garantia da assistência médico-hospitalar, odontológica e ambulatorial, por meio de convênios, a Conab promove campanha de vacinação contra a gripe aos empregados e seus dependentes.

QUADRO - 7 - DEMONSTRATIVO DO ATENDIMENTO A VACINAÇÃO CONTRA GRIPE

Unidades	Beneficiários do SAS	Beneficiários Atendidos	% de Atendimentos
Sede	192	98	51
UF Curitiba	29	9	31
UA Paranaguá	0	0	0
UA Ponta Grossa	142	98	69
UA Apucarana	29	17	59
UA Cambé	33	23	70
UA Rolândia	31	22	71
Cedida	5	0	0
Total	461	267	58

FONTE: SUREG-PR/GEFAD/SEREH

Até 2008, a metodologia adotada na Conab para a estimativa da meta física previa o atendimento mensal do empregado e mais quatro dependentes. A partir de 2009, a meta física foi estabelecida pela Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF, com base na execução física registrada no período de elaboração da proposta orçamentária, ficando este valor bem abaixo das previsões de atendimentos efetuados pela Companhia.

Em consequência, a variação na metodologia de estimativa da meta física provocou forte variação no resultado apurado neste indicador

QUADRO - 8 – INDICADORES DE DESEMPENHO

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)			
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes			
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos			
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gesas			
Resultados:			
2008			68,02
2009			97,33
2010	Meta:	100,58	Realizado
			101,52

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2008				99,91
2009				99,92
2010	Meta:	100,58	Realizado	99,71

Nome: Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Custo unitário de atendimento médico e odontológico do SAS				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do SAS				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por atendimento				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado Y= n.º de atendimentos no período				
Fonte: X= Siafi Y= Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2008				882,27
2009				789,34
2010	Meta:	789,34	Realizado	817,88

2.3.2.2 - (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Proporcionar aos servidores e empregados condições para manutenção da saúde física e mental.
- **Descrição:** Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e funcional.
- **Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos - SUREH e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – GEBEM,
- **Área da Regional Responsável pela Execução da Ação:** Setor de Recursos Humanos - SEREH
- **Responsável Regional da Ação:** Carolina de Paula Soares Paiva Ferretti

**QUADRO- 9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
EXERCÍCIO DE 2010**

(20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos
Programa de Trabalho = 20.301.0352.20CW.0001
PTRES = 030856

Discriminação	Exercício
	2010
Dotação Orçamentária Inicial	0,00
Dotação Final	0,00
Execução Orçamentária	0,00
Índice	-
Meta Física	170
Execução Física	157
Índice	92,35

Fonte: Geare e Gebem

A baixa dotação orçamentária aprovada para na LOA/2010 para esta Ação, no valor de R\$467,307,00 levou a Conab a solicitar por diversas vezes suplementação orçamentária para cobertura das despesas com os exames médicos obrigatório, sem, contudo, conseguir aprovação para os pleitos. Por este motivo, grande parte dos exames foram realizados com dotação orçamentária da Ação Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes, conforme descrito na ação 2204 – item 2.3.2.1, fato este, que no caso do Paraná, não ter recebido dotação orçamentária, apenas meta física de atendimento a 170 empregados.

2.3.2.3 - (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa conceder o auxílio-alimentação, sob a forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
- **Descrição:** Concessão, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição, ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
- **Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas:** Diretoria Administrativa - DIRAD
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho _ GEBEM
- **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- **Área da Regional Responsável pela Execução da Ação:** Setor de Recursos Humanos - SEREH
- **Responsável Regional da Ação:** Carolina de Paula Soares Paiva Ferretti

**QUADRO- 10 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010**

(2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados				
Controle: SIAFI – PTRES 001.684 – Programa de Trabalho 20.306.0352.2012.0001				
Discriminação	Exercícios			Participação (%)
	2.008	2009	2010	
Dotação Orçamentária	560.000,00	586.000,00	655.000,00	111,77
Execução Orçamentária	557.901,16	585.786,55	654.356,99	111,71
Índice	99,63	99,96	99,90	
Meta Física	107	110	110	100,00
Execução Física	116	115	121	105,22
Índice	108,41	104,55	110,00	
Despesa/Empregado	4.809,49	5.093,80	5.407,91	

FONTE: SIAFI, SUPOR e GEBEM

Os aumentos ocorridos na dotação orçamentária disponibilizada e na execução orçamentária verificada em 2009 em relação a 2008 e em 2010 em relação a 2009, deveu-se ao aumento do valor de face e a variação de beneficiários atendidos.

**QUADRO- 11 – DEMONSTRATIVO DOS BENEFICIÁRIOS POR BENEFÍCIO
CONCEDIDO**

Unidades	100% Vale Refeição	100% Vale Alimentação	50% Alim/50% Refeição	Total
Sede	1	43	13	57
UF Curitiba	1	6		7
UA Paranaguá	0	0		0
UA Ponta Grossa	1	31		32
UA Apucarana	0	6		6
UA Cambé	0	9		9
UA Rolândia	0	9		9
Cedida	0	1		1
Total	3	105	13	121

QUADRO- 12 – INDICADORES DE DESEMPENHO

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício de Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= n.º de empregados beneficiados e Y= n.º total de empregados beneficiados previsto				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2008				108,41
2009				104,55
2010	Meta:	100,00	Realizado	110,00

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Alimentação				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Alimentação				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado beneficiado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi e Y=Sureh/Gebem				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2008				4.809,49
2009				5.093,80
2010	Meta:	5.093,80	Realizado	5.407,91
Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Percentual de gastos com o benefício do Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: [(X/Y) x 100]				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2008				99,63
2009				99,96
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,90

2.3.2.4 - (2011) Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Objetiva efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
- **Descrição:** Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e

da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa

- **Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas:** Diretoria Administrativa - DIRAD
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho - GEBEM
- **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- **Área da Regional Responsável pela Execução da Ação:** Setor de Recursos Humanos - SEREH
- **Responsável Regional da Ação:** Carolina de Paula Soares Paiva Ferretti

**QUADRO- 13 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010**

(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados				
Controle: SIAFI – PTRES 001.685 – Programa de Trabalho 20.331.0352.2011.0001				
Discriminação	Metas			Participação (%)2010/2009
	2.008	2009	2010	
Dotação Orçamentária	135.000,00	150.000,00	165.000,00	110,00
Execução Orçamentária	133.827,36	149.471,15	164.822,40	110,27
Índice	99,13	99,65	99,89	100,24
Meta Física – servidor beneficiado	99	101	100	
Execução Física	97	97	97	100,00
Índice	97,98	96,04	97,00	

FONTE: SIAFI, SUPOR e GEBEM

QUADRO- 14 – DEMONSTRATIVO DOS BENEFICIÁRIOS

Unidades	Empregados	
	Não Beneficiados	Beneficiados
Sede	0	57
UF Curitiba	0	7
UA Paranaguá	0	0
UA Ponta Grossa	17	14
UA Apucarana	3	4
UA Cambé	0	9
UA Rolândia	3	6
Cedido	0	1
Total	23	98

Em 05/07/10 a Unidade de Paranaguá teve suas atividades encerradas e os 2 empregados da unidade foram transferidos para a Sede da SUREG-PR

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	100	100	100,00	150.000,00	165.000,00	110,00
Execução	97	97	100,00	149.471,15	164.822,40	110,27
Vale-transporte/Crédito em cartão magnético	0	0		0,00	0,00	
Empecúnia	97	97	100,00	149.471,15	164.822,40	110,27
Percentual de Execução	97	97	-	99,65	99,89	-
Gasto per capita (R\$)				1.540,94	1.699,20	-

FONTE: SIAFI e GEBEM

A EXECUÇÃO DESTA AÇÃO É EFETIVADA ATRAVÉS DA FOLHA DE PAGAMENTO A QUAL É PROCESSADA PELA MATRIZ

QUADRO- 15 - INDICADORES DE DESEMPENHO

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício Auxílio-Transporte aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= n.º de empregados atendidos e Y= n.º total de empregados				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2008				97,98
2009				97,00
2010	Meta:	100	Realizado	97,00

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte				
Descrição: Percentual de gasto como o benefício do Auxílio-Transporte aos empregados ativos				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2008				99,13
2009				99,65
2010	Meta:	100	Realizado	99,89

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Transporte				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Transporte				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi Y= Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2008				1.379,66
2009				1.540,94
2010	Meta:	1.540,94	Realizado	1.699,20

2.3.2.5 - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Formar, manter e administrar o Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras.
- **Descrição:** Realização de Censo Nacional de Unidades Armazenadoras e a administração e atualização do banco de dados sobre a capacidade de armazenagem.
- **Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento - DIRAB
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – SUARM e Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns - GECAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Área da Regional Responsável pela Execução da Ação:** Setor de Operações de Estoques - SEOPE
- **Responsável Regional da Ação:** Leonidas de Toledo Kaminski

QUADRO- 16 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010

(4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras				
Controle: SIAFI – PTRES 001.692 – Programa de Trabalho 20.126.0352.4702.0001				
Discriminação	Exercícios			Participação (%)
	2.008	2009	2010	
Dotação Orçamentária	19.000,00	5.000,00	12.000,00	240
Execução Orçamentária	18.312,65	1.502,49	9.812,66	653
Índice	96,38	30,05	81,77	
Meta Física – Unidade Cadastrada		-		
Execução Física	10	15	341	2.273
Índice		-		-

FONTE: SUPOR/GECAD/SIAFI

Apesar da SUREG-PR não estar incluída no programa de recadastramento de armazéns para 2010, foi disponibilizada uma dotação orçamentária de R\$12.000,00 objetivando a realização de novos cadastramentos e recadastramentos, dos quais foram executados R\$9.812,66, correspondendo a 81,77% do inicialmente orçado, na realização de 341 cadastros.

As solicitações de novos cadastramentos são atendidas quando da realização das fiscalizações dos estoques públicos, utilizando-se, também, os empregados lotados nas Unidades Armazenadoras, tendo em vista a SUREG-PR não possuir efetivo suficiente para atender a demanda.

Com a criação do Sistema de Cadastro de Armazéns - SICARM, em substituição ao Sistema de Cadastro de Armazenagem - SCA ocorrida 2008, o projeto de descentralização da atualização do cadastro da Matriz para as Superintendências Regionais ocorreu no exercício de 2010.

QUADRO- 17 – DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS
EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010

Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
2008	15.105,00	2.229,69	841,91	136,05	18.312,65
2009	1.203,00	234,89	64,60	-	1.502,49
2010	6.768,00	1.756,86	1.287,80	-	9.812,66

Fonte: SIAFI

QUADRO- 18 - DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE ESTÁTICA CADASTRADA
EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010

Situação	2008		2009					
	N.º UA	Capac. (t)	Convencional		Granel		Total	
			N.º UA	Capac. (t)	N.º UA	Capac. (t)	N.º UA	Capac. (t)
Credenciados	96	1.292.315	40	154.882	111	2.058.764	151	2.213.646
Descredenciados	6	34.751	5	32.691	1	2.060	6	34.751
Aptos s/ Contrato	218	1.351.538	105	332.764	99	1.240.281	204	1.573.045
Impedidos	1.738	10.435.248	873	2.980.983	944	6.904.403	1.817	9.885.386
Impedidos no SICAF	1.259	11.599.995	541	1.911.162	713	10.195.855	1.254	12.107.017
Cadastrados	3.317	24.713.847	1.564	5.412.482	1.868	20.401.363	3.432	25.813.845

FONTE: GECAD

Situação	2010						Variação – 2009/2010	
	Convencional		Granel		Total		N.º UA.	Capac.(t)
	N.º UA	Capac. (t)	N.º UA	Capac. (t)	N.º UA	Capac. (t)		
Credenciados	47	175.617	66	1.034.743	113	1.210.360	-25,17	-45,32
Descredenciados	50	194.679	38	587.077	88	781.756	1.366,67	2.149,59
Aptos s/ Contrato	80	201.235	79	722.653	159	923.888	-22,06	-41,27
Impedidos	843	2.706.367	956	6.949.490	1.799	9.655.857	-0,99	-2,32
Impedidos no SICAF	585	2.233.331	804	12.522.575	1.389	14.755.906	10,77	21,88
Cadastrados	1.605	5.511.229	1.943	21.816.538	3.548	27.327.767	3,38	5,86

FONTE: GECAD

Em 2009 foram emitidos 224 Contratos de Depósito credenciando 51 empresas armazenadoras

a operarem com a Conab, as quais possuem 476 armazéns.

Em 2010 formalizou-se:

1. 143 Termos Aditivos aos Contratos de Depósito de 25 empresas armazenadoras proprietárias de 359 armazéns, adequando-os à Cláusula 27.^a, que disciplina a apresentação de garantias aos produtos armazenados;
2. 66 Contratos de Depósito credenciando 31 novas empresas armazenadoras a operarem com a Conab, as quais possuem 139 armazéns.

QUADRO- 19 – INDICADORES DE DESEMPENHO

Nome: Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2007				26,24
2008				96,38
2009				30,05
2010	Meta:	100,00	Realizado	81,77

Nome: Custo por Unidade Cadastrada				
Descrição: Custo unitário por unidade cadastrada				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de cadastramento de unidades armazenadoras				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por cadastramento				
Meta:				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de cadastramentos				
Fonte: X= Siafi e Y=Gecad/Suarm				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2007				3,80
2008				1.831,27
2009				100,17
2010	Meta:	-	Realizado	28,78

Nome: Percentual de Armazéns Cadastrados			
Descrição: Percentual de armazéns cadastrados no Sistema de Cadastro de Armazéns (SICARM) em relação ao programado na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X = n.º de unidades armazenadoras cadastradas Y = total de unidades armazenadoras programadas			
Fonte: X = Suarm/Gecad Y = Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecad			
Resultados:			
2007			-
2008			-
2009			-
2010	Meta:	0,00	Realizado

2.3.2.6 - (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa a promover a periódica fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias. E objetiva realizar, também, a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.
- **Descrição:** Realização, *in loco*, de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento para a avaliação das condições qualitativas e quantitativas dos produtos e das condições técnicas, cadastrais e operacionais dos armazéns e proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. As operações de Garantia e Sustentação de Preços na comercialização de produtos agropecuários serão inspecionadas em relação à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos, e também quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.
- **Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento - DIRAB
- **Unidade Executoras:** Superintendência de Fiscalização de Estoques – SUFIS e Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais _ GEFIS
- **Coordenador Nacional da Ação:** Raimundo Francisco Melo
- **Área da Regional Responsável pela Execução da Ação:** Setor de Operações de Estoques - SEOPE
- **Responsável Regional da Ação:** Leonidas Kaminski

**QUADRO- 20 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
EXERCÍCIOS DE 2008 A 2010**

(2137) Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares				
Controle: SIAFI – PTRES 1690 – Programa de Trabalho 20.125.0352.2137.0001				
Discriminação	Metas		2010	Participação (%)
	2008	2009		
Dotação Orçamentária	120.000,00	122.000,00	190.000,00	155,74
Execução Orçamentária	83.004,42	121.347,31	166.231,04	136,99
Índice (%)	69,17	99,47	87,49	87,96
Meta Física – fiscalização realizada	486.100	320	850	265,63
Execução Física	368.190	436	1.619	371,33
Índice (%)	75,74	136,25	190,47	-

FONTE: SIAFI, GEFIS e GEVEP

Para amparar a execução da Ação, em 2008, foram disponibilizados R\$120.000,00, dos quais foram realizados pela SUREG-PR R\$83.004,42, ou seja, 69,17% da dotação orçamentária inicialmente prevista, cuja diferença deveu-se a redução nos estoques fiscalizados.

Para o exercício de 2009 e 2010, em relação a 2008, a meta para esta ação mudou de toneladas fiscalizadas para unidades fiscalizadas (produtor, unidade armazenadora, cooperativa, etc). sendo disponibilizado recursos na ordem de R\$122.000,00 e executado R\$121.347,31.

O aumento dos dispêndios em 2010 (R\$166.231,04) em relação aos executados nos exercícios 2008 e 2009 deveu-se, basicamente, ao aumento das fiscalizações objetivando as aquisições de produtos e o acompanhamento das remoções.

**QUADRO- 21 – DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS
EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010**

Exercícios	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros	
				Pessoa Jurídica	
2008	22.575,00	4.032,97	56.316,70	79,75	83.004,42
2009	54.924,00	15.872,15	50.486,16	65,00	121.347,31
2010	49.745,00	5.880,77	110.519,57	85,70	166.231,04

Fonte: SIAFI

a) Fiscalização dos Estoques Públicos

No calendário de fiscalização para o exercício de 2010, elaborado pela Superintendência de Fiscalização de Estoques-SUFIS estavam previstas cinco etapas de fiscalizações nos armazéns localizados no âmbito da SUREG-PR a serem realizadas nos meses de fevereiro, abril, junho/julho, agosto/setembro e novembro/dezembro.

**QUADRO- 22 – DEMONSTRATIVO DAS QUANTIDADES FISCALIZADAS -
ESTOQUES PÚBLICOS
EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010**

Programas	Estoques em 2008 (t)		Estoques em 2009 (t)		Estoques em 2010 (t)	
	Contábil	Fiscalizado	Contábil	Fiscalizado	Contábil	Fiscalizado
AGF	260.485	260.306	839.223	838.939	2.058.003	2.012.245
Contrato de Opção	75.848	75.774	1.294.669	1.207.619	3.346.934	3.216.487
Agricultura Familiar	31.464	31.009	35.582	35.350	106.821	106.468
Fome Zero	1.101	1.101	2.087	2.087	1.361	1.273
TOTAIS	368.898	368.190	2.171.561	2.083.995	5.513.719	5.336.473

FONTE: GEFIS

Das fiscalizações realizadas, conforme abaixo demonstrado, observou-se que:

1. em 2009, em comparação a 2008, foram registrados aumentos nas ocorrências de desvios, de 68 t para 137 t, e perdas em armazenagem, de 728 t para 1.921 toneladas;
2. em 2010 ocorreu:
 - 2.1. a desclassificação de 125 t, não verificado nos exercícios anteriores;
 - 2.2. o desvio de 360 t, volume superior aos apurados nos exercícios anteriores;
 - 2.3. perdas em armazenagem de 1.537 t, inferior ao apurado em 2009 e superior a ocorrido em 2008.

**QUADRO- 23 – DEMONSTRATIVO DAS OCORRÊNCIAS CONSTATADAS NAS
FISCALIZAÇÕES
EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010**

Produtos	Ocorrências/Exercícios (t)				Total
	Abaixo do Padrão	Desclassificado	Desvio	Perdas em Armazenagem	
EXERCÍCIO DE 2008					
Milho				686	686
Feijão			68	42	110
TOTAIS			68	728	796
EXERCICIO DE 2009					
Farinha				1	1
Feijão			137	95	232
Milho				988	988
Trigo				837	837
TOTAIS			137	1.921	2.058
EXERCÍCIO DE 2010					
Feijão		125	360	27	512
Milho				506	506
Trigo				1.004	1.004
TOTAIS		125	360	1.537	2.022

FONTE: GEFIS

Quanto as perdas quantificativas apuradas, desclassificação, desvios e perdas em armazenagem, foram procedidas as baixas contábeis, com comunicação dos fatos, através do Termo de Vistoria e Notificação – TVNs à Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – SUARM, visando a adoção das medidas para atualização dos registros cadastrais, emissão de cobrança e impedimento/descrédenciamento do agente armazenador.

b) Fiscalização dos Instrumentos de Apoio à Comercialização

Com referência aos instrumentos de apoio à comercialização foram realizadas fiscalizações nos estoques a serem adquiridos através dos respectivos programas de aquisições de produtos do governo federal.

QUADRO- 24 – DEMONSTRATIVO DOS QUANTITATIVOS DOS INSTRUMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO FISCALIZADOS EXERCÍCIOS DE 2008 A 2010

Instrumentos	Exercícios		
	2008	2009	2010
Vendas em Balcão	-	-	-
AGF	-	-	-
PEPRO	1	1	1
PEP	-	-	119
VEP	-	-	-
PROP	-	-	-
Propostas de Seguro Rural	480	559	623
Subvenção aos Extrativistas	-	-	-
Total	481	560	743

Fonte: GEVEP

c) Fiscalização das Operações de Subvenção Econômica do Prêmio de Seguro Rural

A concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, com base na Lei n.º 10.823, de 19 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto n.º 5.121, de 29 de junho de 2004, tem como objetivo promover a universalização do acesso ao seguro rural e assegurar o papel do seguro como instrumento estabilizador de renda agropecuária, além de induzir o uso de tecnologias adequadas e a modernização da gestão do empreendimento agropecuário.

Mencionado Decreto, em seu Art. 22, estabelece que a fiscalização da aplicação dos recursos subvencionados será exercida pelo Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural-CGSR, que poderá, para tanto, firmar contratos, convênios, parcerias e acordos com órgãos ou entidades de direito público ou privado.

Por seu turno, a Resolução n.º 10, de 25 de abril de 2006, do citado Comitê, estabelece as condições a serem observadas na realização da fiscalização das operações de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, formalizadas em todo o território nacional.

O MAPA ou a Conab poderão, *in loco*, fiscalizar toda e qualquer fase ou aspecto da operação e certificar as informações prestadas pelos beneficiários e pelas seguradoras nas apólices ou certificados de seguro. Essas ações são fundamentais para o aprimoramento do Programa,

sobretudo em relação à qualidade e à constatação da veracidade dos dados informados, proporcionando ao MAPA bases para a formulação de políticas públicas relacionadas com o setor.

Mediante Plano de Trabalho elaborado pela Conab, a Secretaria de Política Agrícola-SPA/MAPA descentralizou recursos orçamentários no valor de R\$199.500,00 e financeiros de R\$146.675,12, consignados no Programa **0360 – Gestão da Política Agropecuária** e na Ação **2272 – Gestão e Administração do Programa**

Para a conclusão do Plano de Trabalho 2009/10, as operações tiveram início no mês de março. E para o Plano de Trabalho 2010/11 ocorreram nos meses de agosto/setembro e novembro/dezembro.

QUADRO - 25 – DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE APÓLICES

UF	N.º de Empreendimentos			
	3.º quadrimestre/2009	1.º quadrimestre/2010	2.º quadrimestre/2010	Total
AL	2	-	-	2
BA	22	1	22	45
DF	2	-	1	3
ES	3	-	2	5
GO	117	1	11	129
MA	2	1	2	5
MG	129	1	60	190
MS	49	8	10	67
MT	40	1	3	44
PB	-	-	1	1
PI	8	-	1	9
PR	521	12	90	623
RJ	1	-	-	1
RO	2	-	-	2
RS	246	1	33	280
SC	140	-	18	158
SP	180	8	209	397
TO	7	1	3	11

FONTE: SUFIS/GESUP

Na realização das operações foram liquidadas despesas no valor total de R\$146.675,12, totalizando 100,0% dos recursos financeiros descentralizados pela SPA, conforme demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO- 26 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UF	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pes. Jurídica	
PI	5.828,00	1.209,84	3.620,99	20,00	10.678,83
PR	14.380,50	2.561,74	698,12	37,40	17.677,76
RS	24.158,00	6.085,29	8.340,46	399,30	38.983,05
SP	10.340,00	1.526,60	524,60	560,00	12.951,20
Matriz	57.457,00	2.560,71	6.343,47	23,10	66.384,28

FONTE: SIAFI

QUADRO- 27 – INDICADORES DE DESEMPENHO

Nome: Percentual de Fiscalizações Realizadas				
Descrição: Percentual de Fiscalizações realizadas em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= número de fiscalizações realizadas e Y= número de fiscalizações planejadas				
Fonte: X = Sufis e Y = Supor/Gepor				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup				
Resultados:				
2007				-
2008				381,71
2009				311,25
2010	Meta:	100,00	Realizado:	190,47

Nome: Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= valor executado e Y= valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup				
Resultados:				
2007				99,79
2008				69,17
2009				99,47
2010	Meta:	100,00	Realizado:	87,49

Nome: Índice de ocorrência de produtos desclassificados				
Descrição: Quantidade de produtos considerados desclassificados em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos considerados como desclassificados				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos desclassificados (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2008				0,00
2009				0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado:	0,00

Nome: Custo por Fiscalização realizada				
Descrição: Custo unitário por fiscalização realizada				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos por fiscalização realizada				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por fiscalização realizada				
Meta: Menor que o do exercício anterior				
Fórmula de Cálculo: X/Y				
Variáveis: X= valor executado com despesas correntes (em R\$) e Y= número de fiscalizações realizadas				
Fonte: X = Siaf e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2008				124,26
2009				121,83
2010	Meta:	121,83	Realizado:	102,68
Nome: Índice de Perdas em Armazenagem				
Descrição: Quantidade de perdas de produtos agropecuários apuradas em armazenagem				
Em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a conformidade entre as quantidades de perdas e os índices técnicos estabelecidos				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: Menor que o do ano anterior				
Fórmula de Cálculo: [(X/Y)*100]				
Variáveis: X= quantidade de perdas em armazenagem (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,12
2008				0,20
2009				0,09
2010	Meta:	0,00	Realizado:	0,03
Nome: Índice de Desvio de Produtos Armazenados				
Descrição: Quantidade de produtos desviados por fiéis depositários em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar o índice de desvios praticados por fiéis depositários				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: [(X/Y)*100]				
Variáveis: X= quantidade de produtos desviados (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2008				0,02
2009				0,01
2010	Meta:	0,00	Realizado:	0,01

Nome: Índice de Ocorrência de Produtos Abaixo do Padrão				
Descrição: Quantidade de produtos avaliados como abaixo do padrão em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos abaixo do padrão				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) * 100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos abaixo do padrão (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2008				0,00
2009				0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado:	0,00
Nome: Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos				
Descrição: Percentual de Estoques Públicos Fiscalizados				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta operacional				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo programado				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) * 100]$				
Variáveis: X= Quantidade fiscalizada e Y= Quantidade planejada				
Fonte: X = Sufis e Y = Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis				
Resultados:				
2008				75,74
2009				267,18
2010	Meta:	100,00	Realizado:	118,59

2.3.2.7 – (2130) - Formação de Estoques Públicos

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda do produtor, formar os estoques públicos e regular o abastecimento interno.
- **Descrição:** Operacionalização dos instrumentos de intervenção definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como Aquisição do Governo Federal-AGÁ e Contrato Público de Opção de Venda, retirando o excedente do mercado no momento da safra, formando estoques reguladores e estratégicos, utilizando-os para o abastecimento, inclusive permitindo ou promovendo o acesso de compradores de pequeno porte (avicultores, suinocultores, agroindústrias e moinhos coloniais), realizando despesas operacionais financeiras e tributárias decorrentes das operações de compra e venda e manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários.
- **Unidades Responsáveis pelas Decisões Estratégicas:** Secretaria de Política Agrícola – SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Companhia

Nacional de Abastecimento – Conab

- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Cruz Tavares
- **Unidades Executoras:** Superintendência de operações Especiais – SUOPE, Superintendência de Contabilidade – SUCOM e Superintendência de Gestão da Oferta - SUGOF
- **Áreas da Regional Responsáveis pela Execução da Ação:** Setor de Operações Comerciais – SECOM e Setor de Operações de Estoques – SEOPE
- **Responsável Regional da Ação:** Ignes Aparecida dos Santos Fonseca e Leonidas Toledo Kaminski

**QUADRO- 28 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010**

(2130) Formação de Estoques Públicos – PGPM

Controle: SIAFI – PTRES 001678 – Programa de Trabalho 20.605.0352.2130.00001

Discriminação	Exercícios			Participação (%)
	2.008	2009	2010	2010/2009
Dotação orçamentária(a)	200.000.000,00	500.000.000,00	250.000.000,00	50,00
Execução orçamentária	63.350.654,08	452.669.042,46	192.610.188,79	135,03
Índice	31,68	90,53	77,04	
Meta Física – produto adquirido (ton)	200.000	770.000	700.000	
Execução Física	123.555	760.808	357.933	112,55
Índice	61,78	98,81	51,13	

FONTE: SIAFI, SUPOR e GEFOC

a) Aquisição de Produtos

Na execução da Ação foram gastos:

1. R\$63.350.654,08, em 2008, que corresponde a 31,68% dos recursos disponibilizados e uma execução de 61,78% da meta física estabelecida;
2. R\$452.669.042,46, em 2009, correspondendo um aumento de 1.399,49% em relação a 2008, com execuções orçamentária e física acima dos 90%;
3. R\$192.610.188,79. em 2010, correspondendo uma redução na execução orçamentária e física em relação ao executado em 2009

**QUADRO- 29 – COMPOSIÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AQUISIÇÕES
DE PRODUTOS
EXERCÍCIOS DE 2008 A 2010**

Natureza da Despesa Detalhada	2008	2009	2010
Aquisição de mercadorias para revenda	59.306.689,92	420.926.373,37	137.301.808,62
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	21.700,00	0,00	137.863,70
Embalagens	0,00	0,00	0,00
COFINS	0,00	0,00	0,00
PASEP	0,00	0,00	0,00
Armazenagem	2.018.487,03	21.319.632,46	50.352.668,15
Seguros em geral	0,00	0,00	0,00
Comissões e corretagens	290.097,19	434.845,44	625.196,13
ICMS	0,00	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00	0,00
Serviços gráficos	8.250,00	6.720,00	0,00
INSS-Produtor rural	1.364.053,84	8.739.099,35	2.552.352,43
Encargos financeiros	0,00	0,00	0,00
Serviços de terceiros	334.073,96	974.783,75	470.808,35
Ensaque e reensaque	0,00	0,00	0,00
INSS-Armazenagem	0,00	0,00	0,00
Análises laboratoriais	0,00	0,00	0,00
Taxas e pedágios	0,00	0,00	1.465,20
Transportes, encomendas, carretos e fretes	7.302,14	267.588,09	1.168.026,21
Editais e publicações	0,00	0,00	0,00
Total	63.350.654,08	452.669.042,46	192.610.188,79

**QUADRO- 30 – COMPARATIVO DAS AQUISIÇÕES DE PRODUTOS
EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010**

Anos	Produtos	AGF		Contrato de Opção		Total	
		Quantidades		Valores		Quantidades	
		Valores		Quantidades		Valores	
2008	Trigo	123.555	59.306.690,00	0	0,00	123.555	59.306.690,00
	Totais	123.555	59.306.690,00	0	0,00	123.555	59.306.690,00
2009	Café	-	0,00	659	3.335.139,52	659	3.335.139,52
	Fécula	1.087	750.030,00	-	0,00	1.087	750.030,00
	Feijão	82.187	110.117.986,80	-	0,00	82.187	110.117.986,80
	Milho	-	0,00	412.371	129.221.244,00	412.371	129.221.244,00
	Trigo	5.200	2.756.000,00	259.304	136.050.477,00	264.504	138.806.477,00
	Totais	88.474	113.624.016,80	672.334	268.606.860,52	760.808	382.230.877,32
	Sacaria	1.485.444	1.232.173,98	7.589.000	23.374,12	9.074.444	1.255.548,10
	Totais	1.485.444	1.232.173,98	7.589.000	23.374,12	9.074.444	1.255.548,10
2010	Café			1.268	6.496.165,74	1.268	6.496.165,74
	Feijão	20.826	27.823.013,84			20.826	27.823.013,84
	Milho	108.082	31.451.852,68			108.082	31.451.852,68
	Trigo	227.757	116.563.541,41			227.757	116.563.541,41
	Totais	356.665	175.838.407,93	1.268	6.496.165,74	357.933	182.334.573,67
	Sacaria	365.371	274.654,42	21.130	65.080,40	386.501	339.734,82
	Totais	365.371	274.654,42	21.130	65.080,40	386.501	339.734,82

FONTE:SUOPE/GEFOC

Das operações de aquisições efetivadas através da PGPM nos exercícios de 2008 a 2010, destacam-se as de:

1. feijão em 2009 e 2010;
2. trigo em 2008 e 2010.

No que se refere as operações realizadas no período de 2008 a 2010, através do instrumento denominado de Contrato de Opção destacaram-se as de:

1. café em 2009 e 2010;
2. milho e trigo em 2009.

Destaque-se que as quantidades e valores da sacaria, envolvidas nas operações com produto ensacado (café e feijão), referem-se a indenização feita pela Conab aos vendedores dos produtos.

Saliente-se que os valores referentes as operações de compra são efetuadas considerando-se o valor do produto (preço mínimo ou preço de opção), acrescidos do da sacaria.

As compras ocorreram em função da conjuntura de mercado dos produtos amparados pelo governo, naquelas oportunidade em que as quantidades produzidas foram superiores à demanda do mercado gerando, conseqüentemente, uma redução dos seus preços os quais ficaram abaixo do Preço Mínimo.

Para maiores informações:

1. Sobre a conjuntura dos produtos agropecuários, no Estado do Paraná, sugerimos o acesso ao site: www.Conab.gov.br – Mapa do Site – Superintendências Regionais - Paraná – conjunturas Agropecuárias;

2. Sobre os preços mínimos, resultado de estudos realizados pela Conab e acordado com o MAPA e Ministério da Fazenda, com vistas à aprovação pelo Conselho Monetário Nacional – CMN para, finalmente, ser oficializado por decreto presidencial, deve-se acessar o site: www.Conab.gov.br – Manual de Operações – MOC – Título correspondente ao produto a ser consultado.

b) Movimentação dos Estoques Públicos

Atividade fundamental de apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab. A movimentação dos estoques públicos tem, por escopo principal, a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, de forma a permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Conforme detalhado no quadro abaixo, esclarecemos que:

1. em 2008, dos estoques milho, vinculados ao Contrato Público de Opção de Venda e PGPM, armazenados no Paraná, foi autorizada a remoção de 50.028 toneladas de milho, visando o atendimento à demanda do Programa de Vendas em Balcão nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina;

2. em 2009 as operações de remoções de feijão, aos Estados do Ceará e Paraíba, destinou-se a composição de cestas básicas para posterior doação, e a de trigo, efetivada no âmbito da jurisdição da SUREG-PR foi motivada pelo encerramento das atividades da cooperativa onde se encontrava depositado o produto.

3. em 2010 as operações de remoções que tiveram origem e destino no âmbito do Estado do Paraná objetivaram a retirada do produto, pelos fatos apontados pelos fiscais ante o observado nos armazéns onde se encontrava depositado o produto. Os estoques de milho transferido para o Estado de Santa Catarina, visava atender ao programa de Venda em Balcão.

A contratação dos fretes ocorreu via Leilão Eletrônico, com a participação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, o que possibilitou redução nas despesas com frete sobre os valores da planilha de custo utilizada pela Conab como referência para os preços de abertura dos leilões. Cabe ainda esclarecer que os valores dos fretes são pagos pelas SUREGs de destino.

Destaque-se que a SUREG-PR é uma das maiores fornecedoras de matéria prima às demais Regionais.

**QUADRO- 31 – DESMONSTRATIVO DAS REMOÇÕES REALIZADAS
EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010**

E	Produtos	Programas	Origens	Destinos	Quantidades (kg)		
					Contratada	Removida	A Remover
2	milho	Contrato de Opção e PGPM	PR	SC	50.028.120	50.028.120	
	Totais				50.028.120	50.028.120	
2	Feijão	PGPM	PR	CE	2.919		2.919
	Feijão			PB	1.000		1.000
	Trigo			PR	11.600	11.600	
	Totais				15.519	11.600	3.919
2	Feijão	PGPM e PAA	PR	PR	1.256	1.256	
	Trigo	Contrato de Opção e PGPM			24.268	6.621	17.647
	Milho	Contrato de Opção		SC	33.627	31.929	1.698
		PGPM			9.373		9.373
	Totais				68.524	39.806	28.718

c) Posição dos Estoques Públicos

**QUADRO- 32 – DEMONSTRATIVO DA POSIÇÃO DOS ESTOQUES
DEZEMBRO DE 2008 a 2010.**

Produtos/Vinculos	Estoques (t)/Exercícios			Variações (%)	
	2008	2009	2010	2008/2009	2009/2010
Contrato de Opção	18.941	653.508	599.743		
Café	4.702	1.108	2.260	-76,42	103,86
Milho	14.239	421.094	366.177	2.857,31	-13,04
Trigo		231.306	231.306		
PGPM	141.827	195.209	491.228		
Fécula de Mandioca		1.088			-100,00
Feijão		82.292	72.678		-11,68
Milho	18.271	18.175	110.366	-0,52	507,20
Trigo	123.556	93.654	308.184	-24,20	229,07
Sacaria	2.421	2.521	2.421	4,13	-3,97
Totais					
Produtos	160.768	848.717	1.090.971	427,92	28,54
Sacaria	2.421	2.521	2.421	4,13	-3,97

Ante o demonstrado observa-se as variações dos estoques, em toneladas, dos produtos em estoque em 2008, 2009 e 2010, a saber:

1.Exercício de 2008 para o de 2009

1.1. Reduções significativas nos estoques de café vinculados ao Contrato de Opção e de trigo à PGPM, devido às vendas realizadas;

1.2. Aumentos nos estoques de feijão vinculado ao PGPM e de milho e trigo vinculados ao Contrato de Opção.

2.Exercício de 2009 para o de 2010

2.1. Acréscimos dos estoques de café vinculados ao Contrato de Opção e dos de milho e trigo à PGPM, oriundos das aquisições, cujas operações ocorreram no final do exercício.

2.2. Reduções nos estoques de feijão vinculado a PGPM pelas vendas efetuadas e de milho ao Contrato de opção, face às remoções efetuadas para os Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

QUADRO- 33 - INDICADORES DE DESEMPENHO

Nome: Percentual de produtos adquiridos para a Formação de Estoques Públicos				
Descrição: Percentual de produtos adquiridos em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X= quantidade de produto adquirido Y= quantidade de produto previsto				
Fonte: X = Gefoc Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Superintendente da Sugof				
Resultados:				
2008				61,78
2009				98,81
2010	Meta:	100,00	Resultado:	51,13

Nome: Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X= valor executado Y= valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Superintendente da Sugof				
Resultados:				
2008				25,34
2009				90,53
2010	Meta:	100,00	Resultado:	77,04

2.3.2.8 - (2272) Gestão e Administração do Programa

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
- **Descrição:** Essas despesas compreendem: pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas públicas; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

- **Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas:** Diretoria Financeira - DIAFI
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Superintendência de Finanças - SUFIN
- **Coordenador Nacional da Ação:** Francisco Marcelo Rodrigues Bezerra
- **Área da Regional Responsável pela Execução da Ação:** Gerência de Finanças e Administração – GEFAD
- **Responsável Regional da Ação:** Valdecir Sassi

QUADRO- 34 -DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010

(2272) Gestão e Administração do Programa				
Controle: Siafi – PTRES 001682/001688 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001				
Discriminação	Exercícios			Participação (%)
	2008	2009	2010	
Dotação Orçamentária	12.760.000,00	13.875.000,00	8.171.000,00	58,89
Pessoal	8.850.000,00	9.435.000,00	3.457.000,00	36,64
Custeio	3.755.000,00	4.400.000,00	4.708.000,00	107,00
Investimentos	155.000,00	40.000,00	6.000,00	15,00
Execução Orçamentária	12.745.759,00	13.788.303,90	8.167.605,52	59,24
Pessoal	8.840.339,14	9.434.401,32	3.455.365,82	36,63
Custeio	3.754.032,54	4.324.212,11	4.707.003,80	108,85
Investimentos	151.387,32	29.690,47	5.235,90	17,63
Índice	99,89	99,38	99,96	

Fonte: SUPOR e SIAFI

QUADRO- 35 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA

EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010

Discrição	2008	2009	2010
Pessoal	8.840.339,14	9.434.401,32	3.455.365,82
Outros benefícios assistenciais	6.700,00	10.050,00	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	6.422.225,51	6.741.400,30	495.917,32
Obrigação patronais	2.230.461,63	559.831,37	642.052,87
Outras despesas variáveis	180.952,00	244.090,94	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	13.899,08
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	0,00	3.183,08	0,00
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	0,00	0,00	0,00
Obrigação patronais – Operações intra-orçamentárias	0,00	1.875.725,01	2.303.496,55
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00
Indenizações trabalhistas	0,00	120,62	0,00
Custeio	3.754.032,54	4.324.212,11	4.707.003,80
Outros benefícios assistenciais	2.975,00	0,00	0,00
Diárias	66.762,50	114.694,00	150.625,50
Material de consumo	906.877,31	589.196,91	465.100,53
Passagens e Despesas com locomoção	33.106,74	39.415,64	33.048,71
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	228,00	0,00	0,00
Locação de mão-de-obra	782.237,84	1.312.626,50	1.732.523,55
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	1.777.256,25	2.129.045,22	2.070.219,05
Obrigações tributárias e contributivas	148.124,21	114.849,70	98.475,62
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	36.464,69	13.683,30	63.092,93
Material de consumo-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00
Obrigações tributárias e contributivas-Operações intra-orçamentárias	0,00	10.700,84	93.917,91
Investimentos	151.387,32	29.690,47	5.235,90
Obras e instalações	0,00	0,00	0,00
Equipamento e material permanente	151.387,32	29.690,47	5.235,90
Total	12.745.759,00	13.788.303,90	8.167.605,52

Fonte: Siafi

Saliente-se que o incremento das despesas com pessoal do exercício de 2008 para o de 2009, deveu-se ao aumento do número de empregados admitidos por concurso e reintegrados por sentenças judiciais, além, dos aumentos concedidos através de acordos coletivos.

A variação, a menor, no Grupo de Despesas de Pessoal, de 2009 em relação aos exercícios anteriores, não decorre de redução nas despesas deste Grupo e sim de mudança metodológica. Os valores divulgados até 2009 referiam-se à execução global da despesa, ou seja, além da execução orçamentária processada nesta Regionais eram agregados, também, os custos da folha de pagamento de pessoal, cuja execução orçamentária é processada pela Matriz, em Brasília. Objetivando a aderência às normas vigentes, a Conab alterou a metodologia, passando a divulgar, a partir do exercício de 2010, apenas os valores referentes à execução orçamentária realizada pela Regional.

Por ser uma área de vital importância no desenvolvimento das atividades, a Conab dedica especial atenção à administração de recursos humanos, cujos principais resultados destacamos a seguir:

O quadro de Recursos Humanos da SUREG/PR é composto por empregados celetistas, contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas.

Conta também, com estagiários de nível médio e superior, além de funcionários terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza e da área fim lotadas na Unidade Frigorífica de Curitiba.

a.1) Quadro de Pessoal

QUADRO- 36 – DEMONSTRATIVO DO EFETIVO POR SITUAÇÃO CONTRATUAL EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010

Discriminação	Exercício 2008		Exercício 2009		Exercício 2010	
	Numero Empregados	Participação (%)	Numero Empregados	Participação (%)	Numero Empregados	Participação (%)
Contrato Padrão	81	67,50	81	66,94	81	64,80
Contrato Padrão (concursado)	9	7,50	9	7,44	9	7,20
Reintegrado (transitado)	6	5,00	6	4,96	6	4,80
Reintegrado (liminar)	0	0,00	1	0,83	0	0,00
Anistiado (transitado)	6	5,00	6	4,96	6	4,80
Anistiado (liminar)	1	0,83	0	0,00	0	0,00
Anistiado (Lei 8878/94)	17	14,17	18	14,88	23	18,40
Total	120	100,00	121	100,00	125	100,00

FONTE: SUREG-PR/GEFAD/SEREH

Discriminação	Quantidade de empregados		
	31/12/08	31/12/09	31/12/10
Em efetivo exercício na Sureg	117	118	118
Cedidos a outros órgãos	1	1	1
Com ônus para Conab	1	1	1
Sem ônus para Conab	0	0	0
Licenciados – INSS/Acidente de Trabalho	2	2	2
Contratos Suspensos	0	2	3
Totais	120	121	125

FONTE: SUREG-PR/GEFAD/SEREH

QUADRO- 37 – DEMONSTRATIVO DO PERFIL DO EFETIVO POR SITUAÇÃO CONTRATUAL

EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010

Discriminação	Exercício 2008				Exercício 2009				Exercício 2010			
	Auxiliar	Médio	Superior	Total	Auxiliar	Médio	Superior	Total	Auxiliar	Médio	Superior	Total
Contrato Padrão	39	30	21	90	40	29	12	81	40	29	12	81
Contrato Padrão (concursado)	3	3	0	6	0	0	9	9	0	0	9	9
Reintegrado (transitado)	0	0	0	0	3	3	0	6	3	3	0	6
Reintegrado (liminar)	4	1	1	6	1	0	0	1	0	0	0	0
Anistiado (transitado)	1	0	0	1	4	1	1	6	4	1	1	6
Anistiado (liminar)	16	1	0	17	0	0	0	0	0	0	0	0
Anistiado (Lei 8878/94)	0	0	0	0	17	1	0	18	22	1	0	23
Total	63	35	22	120	65	34	22	121	69	34	22	125

FONTE: SUREG-PR/GEFAD/SEREH

O quadro de pessoal da SUREG-PR encerrou o exercício de 2008 com:

1. 120 empregados, dos quais 30 apresentam situação contratual oriunda de readmissão por reintegração ou por anistia, o que equivale a um terço do total.
2. empregados com contrato padrão e os novos concursados totalizavam 90 empregados, representando dois terços do total.

Comparativamente ao exercício 2008, o quadro de pessoal da SUREG-PR teve um acréscimo, em 2009, de 1 empregado oriundo de anistia.

Em 2010 o quadro de pessoal da SUREG-PR teve acréscimo de 4 empregados oriundos de anistia pela Lei 8.8878/94.

O perfil da estrutura de pessoal na SUREG-PR apresenta em 2008 as seguintes características: 22 técnicos de nível superior e 98 empregados de nível médio e auxiliar.

Em 2009 ocorreu um acréscimo de um empregado, classificado como nível médio e auxiliar, em decorrência do ingresso por anistia.

Para atender a demanda da sede e de suas unidades armazenadoras, a SUREG-PR contou com um efetivo de 121 funcionários em 2009 e 125 em 2010, distribuídos organizacionalmente por nível de cargos, conforme abaixo demonstrado:

QUADRO- 38 - DEMONSTRATIVO DO PERFIL DO EFETIVO DA SUREG-PR E SUA LOTAÇÃO

EXERCÍCIOS DE 2009 E 2010

UNIDADES	EXERCÍCIO DE 2009							EXERCÍCIO DE 2010									
	QUALIFICAÇÕES						TOTAL	QUALIFICAÇÕES									TOTAL
	AAD	ASG	ATA	ATO	TEC	TNS		AAD	ASG	ATA	ATO	TEC	TNS	ANALISTA	ASSISTENTE	AUXILIAR	
SUREG	1					3	4	1					3				4
PRORE			1			3	4			1				2			3
GEFAD	7	2	10			1	20	7	2	9			1		1		20
Gerência			1			1	2			1			1				2
SEREH	1		3				4	1		3							4
SETAD	1	2	3				6	1	2	2					1		6
SECOF	5		3				8	5		3							8
GEDES			2	1		4	7			2	1		3	2			8
Gerência			1			1	2			1				1			2
SEGEO				1		3	4				1		2	1			4
SEDEM			1				1			1			1				2
GEOPE	5			8	1	7	21	5			11	1	3	3		1	24
Gerência	1				1		2	1				1					2
SECOM	2			2		1	5	2			5					1	8
SEPAB	2			4		1	7	2			4			2			8
SEOPE				2		5	7				2		3	1			6
TOTAIS	13	2	13	9	1	18	56	13	2	12	12	1	10	7	1	1	59

FONTE: SUREG-PR/GEFAD/SEREH

Destaque-se que a variação de 4 empregados de 2010 em relação a 2009 deveu-se a adoção das seguintes medidas administrativas:

1. a transferência dos 2 empregados lotados na Unidade de Paranaguá, após o encerramento das suas atividades, para a GEOPE/SECOM;
2. a incorporação, por anistia, de um empregado à GEOPE/SECOM;
3. a transferência de um empregado da Matriz para a GEDES.

QUADRO- 39 - DEMONSTRATIVO DO PERFIL DO EFETIVO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS E SUA LOTAÇÃO

EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010

UNIDADES	NUMERO DE EMPREGADOS																		
	QUALIFICAÇÕES																TOTAIS		
	AAD			ASG			ATA			ATO			TNS			ANALISTA			
	2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010	2010	2008	2009	2010
APUCARANA	1	1	1	5	5	5				1	1	1					7	7	7
CAMBÉ	3	3	3	4	4	4				1	1	1	2	1	1		10	9	9
CURITIBA	2	3	4	1	1	1				2	2	2					5	6	7
PARANAGUÁ										2	2						2	2	
PONTA GROSSA	5	5	4	21	21	23	2	2	3	2	2	2	1	2	1	1	31	32	34
ROLÂNDIA	2	2	2	3	4	4	1	1	1					2	1	1	6	9	9
TOTAIS	13	14	14	34	35	37	3	3	4	8	8	6	3	5	3	2	61	65	66

FONTE: SUREG-PR/GEFAD/SEREH

A variação de 5 empregados – de 61 em 2008 para 66 em 2010 – teve origem nos remanejamentos entre os empregados lotados nas Unidades sob a jurisdição da SUREG-PR.

Saliente-se que dos 4 empregados qualificados como TNS em 2009, lotados nas Unidades de Ponta Grossa e Rolândia, 2 auferiram, em 2010, um em cada Unidade, a nomenclatura de “analista”, por aderirem ao novo Plano de Cargos e Salários.

QUADRO- 40 - DEMONSTRATIVO DO PERFIL DO EFETIVO DA SUREG-PR E DAS UNIDADES ARMAZENADORAS E SUA LOTAÇÃO EXERCÍCIOS DE 2009 E 2010

UNIDADES	NUMERO DE EMPREGADOS															TOTAIS	
	EXERCÍCIO DE 2009						EXERCÍCIO DE 2010										
	QUALIFICAÇÕES						QUALIFICAÇÕES										
	AAD	ASG	ATA	ATO	TEC	TNS	AAD	ASG	ATA	ATO	TEC	TNS	ANALIS TA	ASSIT ENTE	AUXI LIAR	2009	2010
SEDE	13	2	13	9	1	18	13	2	12	12	1	10	7	1	1	56	59
UNIDADES ARMAZENADOR AS	14	35	3	8		5	14	37	4	6		3	2			65	66
TOTAIS	25	37	18	17	1	23	27	39	16	18	1	13	9	1	1	121	125

FONTE: SUREG-PR/GEFAD/SEREH

A Conab possui uma funcionária de nível técnico cedida para a Delegacia Federal de Agricultura do Paraná – DEFA, em Foz do Iguaçu – PR, perfazendo o total de 122 funcionários lotados na SUREG – PR.

a.2) Serviço de Apoio à Educação

Ao término do exercício de 2008, a SUREG-PR contava com 14 estagiários, sendo: 12 de nível superior e 2 de nível médio.

Em 2009 e 2010 a Regional contava com 20 estagiários, sendo: 11 de nível superior e 9 de nível médio, cuja variação entre 2008 e 2009 deve-se redução de 1 estagiário de nível superior e o aumento de 7 de nível médio.

QUADRO- 41 – INDICADORES DE DESEMPENHO

Nome: Percentual de Execução Financeira nas Ações de Apoio ao Programa				
Descrição: Percentual de gastos com atividades relacionadas à administração do Programa Abastecimento Agroalimentar				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Sufin				
Resultados:				
2008				99,89
2009				68,00
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,96

2.3.2.9 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** A Ação visa manter a rede armazenadora própria em condições técnicas ideais para a guarda, conservação, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários.
- **Descrição:** Manutenção e modernização da rede armazenadora; aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos e a informatização das unidades, observada a legislação vigente e os requisitos e exigências do Sistema Nacional de Certificação das Unidades Armazenadoras
- **Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento - DIRAB
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – SUARM e Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns – GECAD.
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Área da Regional Responsável pela Execução da Ação:** Setor de Desenvolvimento Empresarial – SEDEN e Setor de Operações de Estoque – SEOPE
- **Responsável Regional da Ação:** José Gouvea de Paula e Leonidas Toledo Kaminski

A SUREG-PR possui sob a sua jurisdição. Em operação, seis Unidades Armazenadoras, compostas por 13 armazéns, com capacidade estática total de 579.900 toneladas, a saber:

QUADRO- 42 – DEMONSTRATIVO DOS ARMAZÉNS PRÓPRIOS, POR UNIDADE ARMAZENADORA, LOCALIZADOS NO ESTADO DO PARANÁ

Unidade Armazenadora	Quantidade Armazéns	Cap.(t)	Tipo	Endereço
AF-Curitiba	1	3.000	Frigorífico	Rua Gal. Potiguara,n.º 52
	1	1.000	Frigorífico	Rua Gal. Potiguara,n.º 52
Apucarana	1	54.500	Convencional	BR 376, Km 05 Rodovia do Café
Cambé	1	25.800	Silo	Rua Belo Horizonte, n.º 2.726
Paranaguá	1	20.300	Convencional	Av. Cel. José Lobo, n.º 939
Ponta Grossa	1	50.000	Graneleiro	BR 376, Km 510
	1	20.000	Silo Cônico	BR 376, Km 510
	1	75.000	Graneleiro	BR 376, Km 510
	1	75.000	Graneleiro	BR 376, Km 510
	1	75.000	Graneleiro	BR 376, Km 510
	1	75.000	Graneleiro	BR 376, Km 510
	1	50.000	Graneleiro	BR 376, Km 510
Rolândia	1	55.300	Convencional	Rua Tapajós, n.º 761
Total	13	579.900	-	-

FONTE:SUREG-PR/GEOPE/SEOPE

Saliente-se que a Unidade Armazenadora de Paranaguá teve suas atividades encerradas, por alienação do imóvel, no mês de julho/2010.

**QUADRO- 43 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**
EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010

(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns				
Controle: SIAFI – PTRES 1689 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001				
Discriminação	Exercícios			Participação (%)
	2.008	2.009	2.010	
Dotação Orçamentária	1.600.000,00	1.155.000,00	620.000,00	53,68
Despesas Correntes	600.000,00	320.000,00	430.000,00	134,38
Despesas de Capital	1.000.000,00	835.000,00	190.000,00	22,75
Execução Orçamentária	2.428.255,10	1.034.103,60	354.271,53	34,26
Despesas Correntes	1.497.433,95	273.121,49	344.496,93	126,13
Despesas de Capital	930.821,15	760.982,11	9.774,60	1,28
Restos a Pagar		102.904,82	256.422,50	249,18
Execução Total	2.428.255,10	1.137.008,42	610.694,03	53,71
Índice	151,77	98,44	98,50	
Meta Física – unidade modernizada	4	6	4	66,67
Execução Física	4	5	5	100,00
Índice	100,00	83,33	125,00	

Fonte: SUPOR e SIAFI

Embora se tenha atingido as metas programadas para os exercícios de 2008 a 2010, vale considerar que as reduções nas despesas de capital (investimentos), cederam lugar a concentração, ante a necessidade, às constantes manutenções preventivas dos equipamentos operacionais, necessários à movimentação e guarda de produtos e das instalações físicas, não só devido ao longo período de uso, mas, também, de modernização e atualização às novas tecnologias.

**QUADRO- 44 – DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM A MANUTENÇÃO,
MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS**

EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010

Unidades	Exercícios/Despesas (R\$)									Variações	
	2.008			2.009			2.010			2009/2010	
	Correntes	Capital	Total	Correntes	Capital	Total	Correntes	Capital	Total	Corrente	Capital
Sureg	-	-	-	-	221.203	221.203	-	-	-	-	-
Cambé	128.295	24.944	153.239	-	-	-	154.315	5.469	159.784	-	-
Ponta Grossa	326.199	514.845	841.044	250.459	96.759	347.218	202.108	152.295	354.403	-19,30	57,40
Apucarana	-	-	-	9.980	-	9.980	7.150	19.737	26.887	-28,36	-
Paranaguá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AF-Curitiba	98.708	354.952	453.660	49.798	-	49.798	48.147	-	48.147	-3,32	-
Rolândia	13.411	36.080	49.491	65.789	443.020	508.809	14.332	7.141	21.473	-78,22	-98,39
Total	566.613	930.821	1.497.434	376.026	760.982	1.137.008	426.052	184.642	610.694	13,30	-75,74

FONTE: SUPOR e SIAFI

**QUADRO- 45 - DESCRIÇÃO DAS DESPESAS REALIZADAS COM A MANUTENÇÃO,
MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS**

EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010

1. UNIDADE ARMAZENADORA DE CAMBÉ

EXERCÍCIOS	
2008	2009
1 - Aquisição de material para reforma parcial do piso de concreto do pátio/saída da balança rodoviária e da tubulação; 2 -Serviço de impermeabilização do silo buffalo; 3 - Manutenções: dos motores elétricos, do desvio ferroviário, da subestação elétrica, da termometria, da correia dos elevadores, roletes, redlers, tubulações, curvas e registro do transporte, manutenção e substituição de suspiros/vedação da saída de ar nas células de serviço.	Não ocorreram despesas

EXERCÍCIO DE 2010

Execução de obras de demolição, remoção e reconstrução de 1 laje e recuperação de outras 2 lajes Serviços mecânicos, alinhamento, balanceamento, limpeza de bicos e mão de obra para manutenção de veículo Aquisição de peças para manutenção de veículos Aquisição de cabos pêndulos Aquisição de rolamento para correias transportadoras e peças para máquinas de limpeza Serviços de manutenção de correias transportadores em 3 máquinas de limpeza e pré-limpeza Manutenção completa da balança rodoviária Serviços de instalação de impressora multifuncional e manutenção da CPU Despesas com mão de obra e peças para instalação de pulverizador Serviços de manutenção elétrica da cabine de energia, com substituição da cha de mudança de trafo e limpeza geral das in Serviços de revisão completa dos equipamentos Manutenção do desvio ferroviário Aquisição de 1 central telefônica Aquisição de equipamentos de proteção e segurança- EPIS Aquisição de equipamentos para classificação de produtos vegetais Serviços de adequação do sistema de captação de material particulado do secador de cereais

2.UNIDADE ARMAZENADORA DE PONTA GROSSA

EXERCÍCIOS	
2008	2009
1-Aquisições: inseticida, material para reforma das instalações e dos pulverizadores fixos, materiais para reforma e tratamento, rolamentos para manutenção de equipamentos, um trator agrícola, materiais para manutenção na rede elétrica, um calador para retirada de amostras e de telhas translúcidas; 2-Elaboração de projetos para: drenagem, galeria de águas pluviais, e recomposição de talude, adequação do sistema de comando elétrico-eletrônico, proteção contra descargas atmosféricas, Impermeabilizações e pintura do castelo d'água e do silo vertical; Reforma da cobertura do centro de treinamento; Coleta de óleo do transformador de alta tensão para fins de análise; 3-Despesas com a instalação da balança rodoviária/eletrônica e adaptação da balança rodoviária; 4-Execução de obra de recuperação e recapeamento da pavimentação asfáltica do arruamento interno.	1-Elaboração de projeto para encamisamento/vedação com chapas metálicas de alumínio, do silo buffalo, para restauração do pavimento asfáltico ;. 2-Aquisição de um pulverizador. 3-Reformas do silo buffalo. 4-Aquisição de estufa para esterilização e secagem, de uma balança semi analítica. 5-Elaboração do projeto básico para manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de materiais para o elevador de passageiros. 6-Manutenção do desvio ferroviário, do sistema de termometria, 7-Projeto de manutenção do silo buffalo e elaboração de projeto de eficiência energética

EXERCÍCIO DE 2010

Elaboração de projeto elétrico para modernização/regularização da subestação de alta tensão rebaixadora
Recuperação/manutenção de um transformador de 1.500 kva
Aquisição de 300 roletes de carga e 150 roletes de retorno para uso em equipamentos
Aquisição de materiais de construção para complementação da caneletado do desvio ferroviário
Aquisição de uniformes
Aquisição de baterias para o caminhão, trator, empilhadeira e veículo tipo Kombi
Serviços de retífica do motor do caminhão
Aquisição de peças para manutenção do caminhão
Manutenção de veículo
Recuperação/manutenção de 6 compressores de ar e outros equipamentos
Pagamento de mão de obra dos serviços de revisão da roçadeira
Aquisição de peças e lubrificantes para manutenção da roçadeira
Pagamento de mão de obra dos serviços de revisão do pulverizador
Aquisição de peças para manutenção do pulverizador
Serviços de limpeza, lubrificação, regulagem e aferição da balança rodoviária
Recuperação, instalação de cabos e pêndulos completos no sistema de termometria
Aquisição de diversos materiais para manutenção geral da unidade
Revisão geral do medidor de umidade digital
Pagamento de mão de obra para manutenção do soprador
Aquisição de peças para manutenção do soprador
Aquisição de mangueira agrícola para manutenção da unidade
Aquisição de ferramentas
Aquisição de inseticidas e raticidas
Aquisição de peças para manutenção de diversos motores
Aquisição de determinador de umidade
Aquisição de 100 metros de fio para substituição do comando de renovação de ar
Aquisição de vassouras para utilização na descarga de caminhões, limpeza das moegas e células dos silos e graneleiros
Manutenção do macaco hidráulico
Manutenção de correia transportadora
Aquisição de material para manutenção
Aquisição de peças para manutenção da furadeira
Aquisição de cilindro de gás para empilhadeira e botijão de gás para a unidade
Despesas com manutenção dos veículos
Aquisição de rolamentos e correias
Serviços de verificação metrológica de sete balanças da unidade
Aquisição de palanques e de escoras de concreto para construção da cerca limítrofe da unidade
Aquisição de peças para rebobinamento de motor
Aquisição de filtro contra gases
Aquisição de material elétrico para manutenção
Aquisição de telas hexagonal, tela alamedado e arame galvanizado
Aquisição de equipamentos de proteção e segurança - EPIs
Despesas com aferição, calibração em balança ferroviária
Aquisição de 1 termonebulizador
Aquisição de oxigênio para o setor de manutenção
Aquisição de materiais hidráulicos para manutenção
Aquisição de equipamentos para classificação de produtos vegetais
Aquisição de 2 balanças mecânicas

3 – UNIDADE ARMAZENADORA DE APUCARANA

EXERCICIOS	
2008	2009
Não ocorreram despesas	Aquisição de materiais para revisão da parte elétrica

EXERCÍCIO DE 2010

Aquisição de 1 micro trator com cortador de grama automotriz
Aquisição de 1 termonebulizador
Aquisição de equipamentos para classificação de produtos vegetais
Aquisição de 1 pulverizador de carrinho
Serviços para elaboração de projeto para substituição da rede de distribuição de água

4 – UNIDADE ARMAZENADORA DE ROLÂNDIA

EXERCICIOS	
2008	2009
1-Manutenção no sistema de iluminação interna; 2-Confeção e instalação de sistema de sinalização; 3-Aquisição de moto-redutor para manutenção de equipamentos e serviços de reforma e ampliação da portaria.	1-Serviços/obras do sistema de combate a incêndio e pânico e sistema de prevenção contra descargas atmosféricas, 2-reforma e correção da pintura das paredes da unidade, 3-Elaboração de projeto arquitetônico e estrutural do cercamento parcial em muro de alvenaria 4-despesas com mão-de-obra para vedação de goteiras no armazém

EXERCÍCIO DE 2010

Aquisição de 2 bebedouros
Serviços de reforma das instalações elétricas
Aquisição de equipamentos para classificação de produtos vegetais
Aquisição de 1 pulverizador de carrinho

5 – ARMAZÉM FRIGORIFICA DE CURITIBA

EXERCÍCIOS	
2008	2009
1-Colocações de soleira nas portas das câmaras, de chapa nos evaporadores, de parede divisória naval dupla com isolamento acústico; 2-Manutenção da central de energia elétrica; 3-Aquisições de: telas de arame, baterias e carregadores, materiais para construção e de instalações para lavagem de pallets, ferramentas, central telefônica, materiais para manutenção, roçadeira, calculadora, placas de sinalização, tinta acrílica e de peças para manutenção dos compressores. galvanizado para reforma da cerca perimetral; 4-Execução de obras de combate a incêndio e pânico.	1-Aquisição de materiais pra construção de central de gás, 2-Contratação de serviços para elaboração de laudo técnico com projeto do sistema de amônia, 3-Aquisição de um monitor extreme amônia para detecção de gás, 4-Aquisição de dosador de cloro som sensor de alarme para uso na caixa de abastecimento de água, 5-Aquisição de motor para a bomba d'água da torre de resfriamento, 6-Elaboração de projeto básico para a reforma de compressores, 7-Aquisição de furadeira de impacto, 8-Aquisição de uma pistola de pintura com filtro regulador de ar e reforma de máquinas e aquisição de peças para manutenção do compressor

EXERCÍCIO DE 2010

Aquisição de peças para revisão de compressor
 Aquisição de peças para empilhadeira a gás
 Aquisição de peças para recuperação de 2 bombas de amônia
 Aquisição de 300 bobinas de filme stretch de polietileno
 Despesa com recarga de extintores
 Aquisição de 4 tubos de ferro para manutenção do telhado
 Aquisições de 2 botijões de gás para empilhadeira
 Aquisição de materiais elétricos para manutenção
 Aquisição de amônia anidra para o sistema de resfriamento
 Aquisição de luminárias e lâmpadas para substituição

QUADRO- 46 – INDICADORES DE DESEMPENHO

Nome: Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas				
Descrição: Percentual de unidades atendidas, visando a manutenção das condições para a guarda e conservação dos produtos agropecuários				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Maior ou igual a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X = Unidades armazenadoras atendidas e Y = Número de unidades previstas				
Fonte: X = Gerap e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2008				100,00
2009				83,33
2010	Meta:	100,00	Realizado	125,00

Nome: Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria				
Descrição: Percentual de execução financeira em relação à meta estabelecida na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X = Valor executado e Y = Valor previsto				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2008				93,59
2009				98,44
2010	Meta:	100,00	Realizado	98,50

2.3.2.10 - (0300)Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Tipo: Operações Especiais

Finalidade: Garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários, por meio de instrumentos de equalização de preços, exonerando o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.

Descrição: Equalização de preços destinando recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de prêmio ou bonificação, apurados em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado, ou para o pagamento da diferença entre o preço de exercício em contratos de opção de venda de produtos agropecuários lançados pelo Poder Executivo e o valor de mercado desses produtos.

Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas: Secretaria de Política Agrícola – SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA

Coordenador Nacional da Ação: Adriano Pereira de Paula

Unidades Executoras: Companhia Nacional de Abastecimento – Conab e Secretaria do Tesouro Nacional – STN do Ministério da Fazenda – MF

2.3.2.10.1- Subvenção à Comercialização

2.3.2.10.1.1 – Operações Realizadas Através do Programa - PROP

É uma modalidade de comercialização em que se utiliza dos benefícios da subvenção econômica cujo acesso se dá por meio de leilão público ao segmento consumidor que se dispõe a adquirir (em data futura) determinado produto diretamente de produtores e/ou suas cooperativas, pelo preço de exercício fixado e nas unidades da federação estabelecidas pelo Governo, utilizando-se para isso do lançamento, em leilão privado, de Contrato Privado de Opção de Venda.

Nessa modalidade de subvenção não ocorreram operações no Estado do Paraná.

2.3.2.10.1.2 -Operações Realizadas Através do Programa PEP

É um instrumento de comercialização da política agrícola que concede o benefício de subvenção econômica aos interessados em adquirirem produtos diretamente do produtor e/ou cooperativa, garantindo-lhes o pagamento do valor de referência, sob a condição de escoar o excedente da safra para a região de consumo, evitando assim a aquisição desses excedentes por parte do Governo Federal.

No exercício de 2010 foram realizadas operações destinadas ao escoamento de milho e trigo, com estoques depositados no Estado do Paraná, com escoamento comprovado no próprio Estado do Paraná, e nos estados do Mato Grosso do Sul, de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, conforme abaixo demonstrado.

QUADRO- 47- DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES REALIZADAS ATRAVÉS DO PROGRAMA PEP EXERCÍCIO DE 2010

PEP – Milho						
Origem	Quantidade (Em t)		Valor Previsto (Em R\$)	Destino	Comprovada (Em t)	Valor Pago (Em R\$)
	Ofertada	Negociada				
PR	1.440.000	1.250.880	49.104.360,00	PR	61.000	2.946.000,00
				MS	470	43.240,00
Subtotal	1.440.000	1.250.880	49.104.360,00	-	61.470	2.989.240,00
GO	-	-	-	PR	4.989	361.702,50
MS	-	-	-	PR	10.000	770.000,00
MT	-	-	-	PR	3.471	202.623,30
Total Geral	-	-	-	-	18.460	1.334.325,80

Fonte: SUOPE/GECOM

PEP – Trigo						
Sureg	Quantidade (Em t)		Valor Previsto (Em R\$)	Destino	Comprovada (Em t)	Valor Pago (Em R\$)
	Ofertada	Negociada				
PR	1.450.000	1.023.257	106.472.638,21	MG	14.881	2.038.635,35
				PR	377.922	58.491.236,01
				RS	300	41.100,00
				SP	20.000	2.740.000,00
Subtotal	1.450.000	1.023.257	106.472.638,21	-	413.103	63.310.971,36
RS	-	-	-	PR	2.500	342.500,00
Total	-	-	-	-	2.500	342.500,00

Fonte: SUOPE/GECOM

2.3.2.10.1.3 – Operações Realizadas Através do Programa VEP

Valor pago por um segmento definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), que adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral do seu valor (valor do produto mais a subvenção) e, posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento para a região de consumo, é ressarcido do valor da subvenção definida no leilão.

Nessa modalidade de subvenção não ocorreram operações no Estado do Paraná.

2.3.2.10.1.4 – Operações Realizadas Através do Programa PEPRO

É uma subvenção econômica (prêmio) concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada Estado da Federação. O PEPRO é lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do Valor de Referência.

Nessa modalidade de subvenção não ocorreram operações no Estado do Paraná.

2.3.2.11 - (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Tem por objetivo promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
- **Descrição:** Esta ação é implementada com a realização de diversas ações voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
- **Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas:** Diretoria Administrativa - DIRAD
- **Unidades Executoras:** Superintendência de modernização e Capacitação – SUMOC e Gerência de Capacitação e Desenvolvimento - GECAP
- **Coordenador nacional da Ação:** Maria Isabel Braga Coelho
- **Área da Regional Responsável pela Execução da Ação:** Setor de Recursos Humanos - SEREH
- **Responsável Regional da Ação:** Carolina de Paula Soares Paiva Ferretti

**QUADRO- 48 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**
EXERCÍCIO DE 2008 a 2010

(4572)Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação				
Controle: SIAFI – PTRES 001.694 – Programa de Trabalho 20.128.0360.4572.00001				
Discriminação	Metas			Participação (%)
	2008	2009	2010	
Dotação Orçamentária	75.000,00	70.000,00	60.000,00	85,71
Execução Orçamentária	68.984,82	67.272,70	58.463,91	86,91
Índice	91,98	96,10	97,44	
Meta Física	44	149	105	70,47
Execução Física	248	183	94	51,37
Índice	563,64	122,82	89,52	
Despesa/Empregado	278,16	367,61	621,96	

FONTE: SIAFI, SUPOR e GESAS

Conforme demonstrado no quadro acima ocorreram, no período de 2008 a 2010, cortes nos recursos disponibilizados para treinamento dos empregados lotados na SUREG-PR, fato este que influenciou na redução da “Execução Física” de 248 treinandos no exercício de 2008 para 94 no de 2010.

Embora tenham ocorridos reduções nas alocações de recursos para a execução da ação o enfoque do treinamento, no período de 2008 a 2010, esteve voltado para as áreas de Planejamento, Operacional, Administrativa, Financeira e Operacional.

**QUADRO- 49 - DEMONSTRATIVO DOS TREINAMENTOS REALIZADOS POR ÁREA
DE CONHECIMENTO**

EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010

Áreas de Conhecimento	Nº de Treinandos			Homens/hora Treinados			Média de carga/horária por participante		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Planejamento	22	12	9	1.081	1.019	642	49,14	84,92	71,33
Operacional	11	18	22	229	876	717	20,82	48,67	32,59
Administrativa	110	5	13	2.093	58	228	19,03	11,60	17,54
Financeira	12	62	4	112	496	64	9,33	8,00	16
Gerencial	10	1	45	122	24	94	12,20	24,00	2,09
Informática	23	-	-	894	-	-	-	-	-
Qualidade	4	-	-	51	-	-	-	-	-
Jurídica	2	1	-	430	32	-	215,00	32,00	-
Auditoria	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comunicação Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação/Desenvolvimento	54	84	1	642	429	8	11,89	5,11	8
Total	248	183	94	5.654	2.934	1.753	22,80	16,03	18,65

Fonte: Sumoc/Gecap

Conforme demonstrado no quadro abaixo as despesas com a referida Ação apresentaram constantes reduções do executado no exercício de 2008, para os de 2009 e 2010, oriundas não só das reduções do número de treinandos, mas, também, de horas de treinamento, conforme acima externado:

QUADRO- 50 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS COM TREINAMENTO

EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010

Elementos de Despesa	Despesas Realizadas (R\$)			Varição (%)
	2008	2009	2010	2009/2010
Diárias	6.750	16.931	32.148	189,88
Material de Consumo	-	46	316	686,33
Passagens e Despesas com Locomoção	5.426	11.770	12.887	109,49
Outros Serviços de Terceiros e Encargos - Pessoa Jurídica	56.808	34.507	12.903	37,39
Indenizações e Restituições	-	4.018	210	5,23
Total	68.984	67.272	58.464	86,91

FONTE: SIAFI

QUADRO- 51 – INDICADORES DE DESEMPENHO

Nome: Percentual da Execução Financeira com Capacitação				
Descrição: Percentual dos gastos com a ação de capacitação dos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Valor executado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2008				91,98
2009				96,10
2010	Meta:	100,00	Realizado	97,44

Nome: Custo por Empregado Capacitado				
Descrição: Custo por empregado capacitado				
Objetivo: Apurar o valor investido por empregado capacitado				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: R\$ por empregado capacitado				
Meta: Menor que o obtido no exercício anterior				
Fórmula de Cálculo: X/Y				
Variáveis: X = valor executado e Y = quantidade de empregados capacitados				
Fonte: X = Siafi e Y = Sureh/Gecap				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2008				278,16
2009				367,61
2010	Meta:	367,61	Realizado	621,96

Nome: Atendimento da Demanda de Capacitação				
Descrição: Percentual dos empregados treinados previstos na LOA				
Objetivo: Acompanhar a implementação das atividades de treinamento prevista no Plano de Capacitação				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = n.º de empregados treinados e Y = número de treinandos previsto				
Fonte: X= Sureh/Cecap e Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Cecap				
Resultados:				
2008				563,64
2009				122,82
2010	Meta:	100,00	Realizado	89,52

2.3.2.12 - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Esta Ação tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas até a colheita e o balanço de oferta e demanda dos produtos amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões pelo setor público e privado, de forma ágil, transparente, imparcial e segura.
- **Descrição:** Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância (por telefone, internet, geoprocessamento, etc). No caso de ocorrências de situações climáticas anormais devem ser realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.
- **Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas:** Diretoria de Política Agrícola e Informações - DIPAI
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Informações do Agronegócio – SUINF e Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras - GEASA
- **Coordenador nacional da Ação:** Carlos Roberto Bestetti
- **Área da reg**
- **ional responsável pela execução da ação:** Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – SEGEO
- **Responsável Regional da Ação:** Rosimeire Laureto

**QUADRO- 52 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**
EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010

(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras				
Controle: SIAFI – PTRES 1699 – Programa de Trabalho 20.605.0360.4711.0001				
Discriminação	Exercícios			Participação
	2.008	2.009	2.010	
Dotação Orçamentária	65.162,92	70.000,00	70.000,00	100,00
Execução Orçamentária	41.851,96	56.200,59	66.940,16	119,11
Índice	64,23	80,29	95,63	-
Meta Física – pesquisa realizada (unid)	12	12	12	100,00
Execução Física	12	12	12	100,00
Índice	100,00	100,00	100,00	-

FONTE: SUPOR/GEASA/SIAFI

QUADRO- 53 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS
EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010

EXERCÍCIOS	DESPESAS (R\$)				TOTAL
	DIÁRIAS	MATERIAL DE CONSUMO	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	
2008	17.445,00	7.025,61	17.374,35	7,00	41.851,96
2009	22.905,00	7.734,85	25.550,74	10,00	56.200,59
2010	30.152,50	9.424,90	27.332,76	30,00	66.940,16

QUADRO- 54 – INDICADORES DE DESEMPENHO

Nome: Percentual de Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de pesquisa de safras em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Igual ou superior a 100%				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)*100				
Variáveis: X = número de pesquisas realizadas e Y = número de pesquisas previstas				
Fonte: X e Y = Suinf/Geasa				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2008				100,00
2009				100,00
2010	Meta:	100,00	Realizado	100,00

Nome: Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de gastos com pesquisa de safras				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2008				64,23
2009				80,29
2010	Meta:	100,00	Realizado	95,63

A Conab e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, a partir de 2007, firmaram acordo para a realização conjunta das pesquisas de plantio, produção e produtividade das safras de grãos, café e cana-de-açúcar.

A unificação das estimativas das safras era uma reivindicação antiga dos agentes atuantes no agronegócio. Até então, as pesquisas divulgadas pela Conab objetivavam unicamente orientar a cadeia produtiva e o IBGE visava somente obter dados para fins estatísticos. Enquanto a primeira tomava como base o ano-safra a segunda o ano civil, o que motivava diferenças entre os resultados.

Com a unificação dos trabalhos, os calendários dos levantamentos e das divulgações das pesquisas não mudaram, ou seja, as culturas de grãos continuaram com a periodicidade mensal e o café e a cana-de-açúcar, de quatro em quatro meses.

Para a efetivação do levantamento da safra de grãos no Paraná, a partir de 2008, a cada dois meses são feitas avaliações, por meio de viagens à campo, em quatro roteiros distintos. Para atualizar os dados coletados, nos meses subsequentes à essas viagens, são realizadas pesquisas complementares, feitas por meio de contatos telefônicos ou por e-mail, junto aos informantes cadastrados. Com essa metodologia, são realizadas no ano safra doze pesquisas para avaliação do tamanho e condições das safras de grãos no Estado.

Em 2010, especificamente no Estado do Paraná, foram realizadas quinze pesquisas de levantamento, sendo doze para safra de grãos e três para cana-de-açúcar.

A avaliação da cultura de cana-de-açúcar é processada em três períodos distintos, por meio de viagens a campo, em três roteiros diferentes. A primeira, entre os meses de março e abril, no início da safra, quando se iniciam os cortes dos canaviais para serem moídos pelas indústrias e destilarias integrantes do setor sucroalcooleiro. A segunda, entre os meses de julho e agosto, no meio da safra e a última no final da safra, nos meses de novembro e dezembro.

Quanto ao levantamento para a avaliação da safra de café, igualmente feita em três etapas, a participação da SUREG-PR é menos efetiva, em função da sua coordenação ser de responsabilidade da Matriz. O papel da SUREG é de suporte à pesquisa.

Para a realização dessas pesquisas de acompanhamento e avaliação de safra, durante todo o ano safra, os empregados da SUREG/PR visitam municípios produtores, previamente selecionados,

entrevistando produtores rurais, agrônomos, técnicos de cooperativas, indústrias, destilarias, Secretarias de Agricultura, Órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural (oficiais e privados), Agentes Financeiros, etc.

Para maiores informações sobre essas tarefas realizadas no Estado do Paraná, consultar:

1. www.conab.gov.br – Mapa do Site – Superintendências Regionais - Paraná – conjunturas Agropecuárias;

2. www.conab.gov.br – Manual de Operações – MOC – Título correspondente ao produto a ser consultado

2.3.2.13 - (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Objetiva cumprir as decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas Transitadas em Julgado, devidas pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, mediante pagamento de passivos judiciais.
- **Descrição:** Pagamento de passivos judiciais devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista após Sentença Judicial Transitada em julgado.
- **Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas:** Procuradoria Geral - PROGE
- **Unidade Executora:** Subprocuradoria de Matéria Judicial - SUMAJ
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Caparelli
- **Área Regional Responsável pela Execução da Ação:** Procuradoria Regional - PRORE
- **Responsável Regional da Ação:** Paulo Leandro Dieter

QUADRO- 55 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010

(0022) Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista				
Controle: SIAFI – PTRES 001.687 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001				
Discriminação	Metas		Participação (%)	
	2.008	2009	2010	
Dotação Orçamentária	1.600.000,00	640.000,00	1.105.000,00	172,66
Execução Orçamentária	1.524.476,04	638.801,82	1.103.244,18	172,71
Índice	95,28	99,81	99,84	-

Fonte: SUPOR, SUMAJ e SIAFI

**QUADRO- 56 – DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS
EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010**

Exercício	Elemento de Despesa (R\$)				Total
	Pessoal e Encargos Sociais		Despesas Correntes		
	Depósitos Compulsórios	Sentenças Judiciais	Pensões	Sentenças Judiciais	
2008	36.416,58	1.488.059,46	-	-	1.524.476,04
2009	119.784,66	519.017,16	-	-	638.801,82
2010	80.693,90	499.369,90	-	523.180,38	1.103.244,18

QUADRO- 57 – INDICADORES DE DESEMPENHO

Nome: Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais				
Descrição: Percentual de gastos com sentenças e débitos judiciais				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: (X/Y) x100				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= SIAFIY= SUPOR/GEPOR				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Superintendente da SUMAJ				
Resultados:				
2008				95,28
2009				99,81
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,84

2.3.2.14 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital			
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital	
Movimentação Interna	Recebidos	135100	135265	20.122.0360.2272.0001	-	-	18.380,40	-	-	-	
				20.122.0350.2272.0001	-	-	2.892,54	-	-	-	
				20.605.0352.2130.0001	-	-	-	-	226.784.915,51	-	
				20.122.0352.2272.0001	2.538.038,84	-	-	-	-	-	
				20.306.0352.2012.0001	-	-	719.710,92	-	-	-	
				28.846.0901.0022.0001	580.063,80	-	523.180,38	-	-	-	
				20.122.0352.2272.0001	-	-	4.513.114,22	6.361,90	-	-	
				20.122.0352.2829.0001	-	-	21.703,00	21.460,00	-	-	
				20.125.0352.2137.0001	-	-	170.430,57	-	-	-	
				20.126.0352.4702.0001	-	-	9.892,07	-	-	-	
				20.128.0360.4572.0001	-	-	59.377,47	-	-	-	
				20.605.0360.4711.0001	-	-	67.945,83	-	-	-	
				20.692.0352.4710.0001	-	-	-	-	-	-	
				08.244.1049.2792.0001	-	-	5.337,33	-	-	-	
				08.605.1049.2802.0001	-	-	62.954,70	-	-	-	
				08.306.1049.2798.0001	-	-	6.018.000,00	-	-	-	
				20.301.0352.2004.0001	-	-	358.592,19	-	-	-	
				20.301.0352.20CW.0001	-	-	-	-	-	-	
				06.182.1029.4564.0103	-	-	17.726,40	-	-	-	
				135544	20.122.0352.2829.0001	-	-	226.836,00	-	-	-
				135271	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	12.206,79	-	-
				135268	20.122.0352.2829.0001	-	-	146.687,49	5.603,83	-	-
				135266	08.244.1049.2792.0001	-	-	199,96	-	-	-
				135270	20.122.0352.2829.0001	-	-	203.099,11	177.251,65	-	-
			135396	20.122.0352.2272.0001	-	-	-	-1.090,00	-	-	
				20.122.0352.2829.0001	-	-	14.332,00	2.921,61	-	-	
				08.244.1049.2792.0001	-	-	2.150.687,47	-	-	-	
				08.605.1049.2802.0001	-	-	867.676,86	-	-	-	
				21.122.0351.2B83.0001	-	-	889.712,86	-	-	-	
				21.605.0351.2B81.0001	-	-	-	-	1.180.961,38	-	
				08.306.1049.2798.0001	-	-	23.568.003,91	-	-	-	
				06.182.1029.4564.0103	-	-	121.068,75	-	-	-	
				08.244.1049.2792.0001	-	-	-2.129,21	-	-	-	
				08.306.1049.2798.0001	-	-	-2.500.000,00	-	-	-	
				06.182.1029.4564.0103	-	-	-17.385,61	-	-	-	
				135437	135544	20.122.0352.2272.0001	-	-	19.026,52	-	-
	Concedidos	135265	135100	20.122.0360.2272.0001	-	-	687,64	-	-	-	
				20.122.0350.2272.0001	-	-	4.325,88	-	-	-	
				20.605.0352.2130.0001	-	-	-	-	790.870,30	-	
				20.122.0352.2272.0001	306.770,68	-	-	-	-	-	
				20.306.0352.2012.0001	-	-	65.353,93	-	-	-	
				20.122.0352.2272.0001	-	-	129.471,16	-	-	-	
				20.122.0352.2829.0001	-	-	0,61	-	-	-	
				20.125.0352.2137.0001	-	-	4.975,37	-	-	-	
				20.126.0352.4702.0001	-	-	2.273,41	-	-	-	
				20.128.0360.4572.0001	-	-	5.595,56	-	-	-	
				20.605.0360.4711.0001	-	-	5.554,13	-	-	-	
				08.244.1049.2792.0001	-	-	199,96	-	-	-	
				08.605.1049.2802.0001	-	-	32.852,15	-	-	-	
				21.122.0351.2B83.0001	-	-	11.390,49	-	-	-	
				08.306.1049.2798.0001	-	-	78.867,03	-	-	-	
				20.301.0352.2004.0001	-	-	21.481,29	-	-	-	
				135554	20.122.0352.2272.0001	-	-	200.000,00	-	-	-
					20.122.0352.2829.0001	-	-	178.688,90	-	-	-
					20.122.0352.2272.0001	-	-	6.490,10	-	-	-
					20.122.0352.2829.0001	-	-	-	1.600,00	-	-
20.122.0352.2272.0001					-	-	2.961,80	-	-	-	
20.122.0352.2829.0001					-	-	6.925,18	135,00	-	-	
08.244.1049.2792.0001					-	-	11.596,27	-	-	-	
08.605.1049.2802.0001					-	-	530,1	-	-	-	
08.306.1049.2798.0001			-		-	292.074,67	-	-	-		
20.122.0352.2272.0001			-		-	28.043,96	-	-	-		
135270			20.122.0352.2829.0001	-	-	990,00	3.200,00	-	-		
			20.122.0352.2272.0001	-	-	4.723,77	36,00	-	-		
			20.122.0352.2829.0001	-	-	-	65,40	-	-		
			20.605.0352.2130.0001	-	-	-	41.660.184,31	-	-		
			20.605.0352.2130.0001	-	-	-	142.977,09	-	-		
			08.244.1049.2792.0001	-	-	-	-	2.383.463,71	-		
			08.605.1049.2802.0001	-	-	-	-	-	-		
			21.122.0351.2B83.0001	-	-	-	-	-	-		
			21.605.0351.2B81.0001	-	-	-	6.271,06	-	-		
			20.605.0352.2130.0001	-	-	-	-	1.171.270,37	-		
135445		135279	20.605.0352.2130.0001	-	-	-	-	-			
		135284	20.122.0352.2272.0001	-	-	132,75	-	-			
			08.244.1049.2792.0001	-	-	296,10	-	-			
135444		135337	20.605.0352.2130.0001	-	-	200.448,25	-	-			
135265		135348	20.605.0352.2130.0001	-	-	-	468,17	-			
135445		135549	21.605.0351.2B81.0001	-	-	-	-	24.472,00	-		
	08.306.1049.2798.0001		-	-	30.000,00	-	-	-			
Movimentação Externa	Recebidos	-	-	-	-	-	-	-	-		
	Concedidos	-	-	-	-	-	-	-	-		

2.3.2.15 – DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS

QUADRO- 58 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA EXERCÍCIOS DE 2009 e 2010

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesa de Pessoal	3.529.474,47	4.035.429,62	3.529.474,47	4.035.429,62	0,00	0,00	3.224.393,50	3.728.546,73
Vencimentos e Vantagens Fixas	451.812,57	495.917,32	451.812,57	495.917,32	-	-	412.024,84	457.262,28
Obrigações Patronais	2.435.556,38	2.945.549,42	2.435.556,38	2.945.549,42	-	-	2.170.263,14	2.677.321,57
Depósitos Compulsórios	119.784,66	80.693,90	119.784,66	80.693,90	-	-	119.784,66	80.693,90
Sentenças Judiciais	519.017,16	513.268,98	519.017,16	513.268,98	-	-	519.017,16	513.268,98
Indenizações e Restituições Trabalhistas	3.303,70	0,00	3.303,70	0,00	-	-	3.303,70	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	31.736.505,56	37.622.985,32	30.832.640,85	32.115.388,38	903.864,71	5.507.596,94	30.033.330,34	31.350.099,69
Diárias	284.268,05	342.334,50	284.268,05	342.334,50	-	-	281.525,05	342.334,50
Material de Consumo	798.958,73	710.255,04	768.308,73	694.313,47	30.650,00	15.941,57	623.994,83	663.870,24
Material de Distribuição Gratuita	24.891.557,15	28.877.216,74	24.205.982,45	23.594.013,62	685.574,70	5.283.203,12	23.922.278,93	23.243.688,21
Passagens e Despesas com Locomoção	171.095,50	239.464,19	171.095,50	239.464,19	-	-	157.629,78	226.717,69
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	11.546,40	52.983,64	11.546,40	52.983,64	-	-	11.425,07	29.424,63
Locação de Mão-de-Obra	1.312.626,50	1.732.523,55	1.312.626,50	1.732.523,55	-	-	1.236.771,63	1.625.669,26
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	3.730.965,21	4.797.150,83	3.543.325,20	4.588.698,58	187.640,01	208.452,25	3.288.681,08	4.362.695,93
Obrigações Tributárias e Contributivas-Op. Intra-Orçamentárias	516.636,64	283.968,99	516.636,64	283.968,99	-	-	496.190,59	268.611,39
Sentenças Judiciais	-	523.180,38	-	523.180,38	-	-	-	523.180,38
Indenizações e Restituições	18.851,38	63.907,46	18.851,38	63.907,46	-	-	14.833,38	63.907,46
4 – Investimentos	865.400,40	189.877,73	793.145,58	15.010,50	72.254,82	174.867,23	752.939,25	14.843,77
Obras e Instalações-Op. Intra-Orçamentárias	543.467,87	-	492.363,05	-	51.104,82	-	452.156,72	-
Equipamento e Material Permanente-Op. Intra-Orçamentárias	321.932,53	189.877,73	300.782,53	15.010,50	21.150,00	174.867,23	300.782,53	14.843,77
5 – Inversões Financeira	464.771.828,06	193.784.879,11	421.658.492,29	181.515.067,47	43.113.335,77	12.269.811,64	415.701.230,53	180.619.949,56
Aquisição de Produtos para Revenda	464.771.828,06	193.784.879,11	421.658.492,29	181.515.067,47	43.113.335,77	12.269.811,64	415.701.230,53	180.619.949,56
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	500.903.208,49	235.633.171,78	456.813.753,19	217.680.895,97	44.089.455,30	17.952.275,81	449.711.893,62	215.713.439,75

FONTE: SIAFI

A programação orçamentária da Conab é realizada de forma centralizada pela Matriz, em Brasília, e a execução é efetuada na Matriz e nas Superintendências Regionais por meio de descentralizações orçamentárias/financeiras quando da realização das diversas ações.

Em relação ao exercício anterior verificou-se a exclusão da ação Ações de Informática, e a inclusão da Ação Assistência Médica aos Empregados e Servidores-Exames Periódicos, esta não executada em 2009 pois os recursos orçamentários foram descentralizados somente em 15 de dezembro de 2009 e a liberação do limite para movimentação e empenho apenas no dia 18 de dezembro, até então último dia para a elaboração de empenhos.

Quanto às demais ações, as variações nos valores executados, para mais ou menos, decorreram do cumprimento dos compromissos assumidos, do atendimento à demanda de produtores, da manutenção da Companhia e dos produtos em estoque, e do cumprimento às determinações judiciais.

Em 2010, foi empenhado o total de R\$235.633.171,78, com variação, a menor, de 52,96%, em relação ao exercício anterior, conforme detalhamento a seguir:

Os valores contabilizados em Despesas de Pessoal (Grupo 1) incluem o pagamento dos encargos sociais, o cumprimento das determinações judiciais e demais despesas de pequeno vulto relacionadas a pessoal. Destaca-se o grupo das Obrigações Patronais incluindo, entre outros, o pagamento do INSS, no valor de R\$1.870.458,38, e do FGTS, no valor de R\$642.052,87. A

execução orçamentária das demais despesas de pessoal (salários, gratificações, férias, auxílios etc) é processada na Matriz por meio da folha de pagamento. O Grupo representou 1,71% do total empenhado em 2010 com variação, a maior, de 14,34% em relação a 2009.

As Outras Despesas Correntes (Grupo 3) representaram 15,97% do empenho total, com variação, a maior, de 18,55% em relação ao ano anterior. Destacam-se as despesas referentes à aquisição de produtos para distribuição gratuita, no valor total de R\$28.877.216,74, adquiridas com recursos repassados pelo MDS, MDA e MI (Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e distribuição às famílias e/ou grupos atingidos por desastres naturais ou aqueles em situação de insegurança alimentar e nutricional).

Os Investimentos (Grupo 4) totalizaram R\$189.877,73, representando cerca de 0,08% do total empenhado, com variação, a menor, de 78,06%. São constituídos pelos investimentos realizados na Sede da Regional, com recursos da Ação Gestão e Administração do Programa e nas unidades operacionais, utilizando o orçamento da Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. Em 2010, destacou-se a aquisição de um imóvel para a UA de Ponta Grossa, no valor de R\$143.900,00. Em função da liberação dos limites de empenho das despesas de capital ter ocorrido durante o último trimestre do exercício, grande parte dos valores empenhados neste grupo foi inscrita em Restos a Pagar não Processados.

No grupo Inversões Financeiras estão contabilizados os valores gastos na formação e manutenção dos estoques públicos, adquiridos por meio da formalização das AGFs e do exercício dos Contratos Públicos de Opção de Venda, e na aquisição de produtos agropecuários de produtores familiares, com recursos repassados pelo MDA. As despesas totalizaram R\$193.784.879,11, com variação, a menor, de 58,31% em relação a 2009.

2.3.2.16 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

QUADRO- 59- DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO EXERCÍCIOS DE 2009 e 2010

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	53.669,46	50.151,00	53.669,46	50.151,00
Tomada de Preços	487.638,85	0,00	487.638,85	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	5.402.822,36	6.141.485,49	5.402.822,36	6.141.485,49
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	489.243.104,74	222.869.321,71	489.243.104,74	222.869.321,71
Inexigibilidade	1.253.925,08	1.392.084,32	1.253.925,08	1.392.084,32
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	17.511,66	4.388,65	17.511,66	4.388,65
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	119.784,66	80.693,90	119.784,66	80.693,90
Diárias	284.268,05	342.334,50	284.268,05	342.334,50
Outros				
Não se Aplica	1.034.946,53	797.976,49	1.034.846,53	797.976,49

FONTE: SIAFI

Quanto à modalidade de licitação destacaram-se em 2010 as despesas executadas nas seguintes modalidades:

Dispensa de Licitação - no valor total de R\$222.869.321,71, sobressaindo-se os custos de aquisição e manutenção dos estoques públicos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, no valor de R\$190.795.093,46; o custo e as despesas correlatas à aquisição de produtos agropecuários de agricultores familiares, pelo Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, no valor de R\$27.323.632,57, destinados à distribuição gratuita às famílias e grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, com recursos descentralizados pelo MDS, e também, as despesas com a aquisição de produtos da agricultura familiar para revenda acrescidos das despesas correlatas, no valor de R\$1.998.695,03, com recursos repassados pelo MDA.

Pregão – no valor total de R\$6.141.485,49, destacando-se os custos relacionados à remoção e manutenção dos estoques públicos, no valor de R\$1.793.222,34, com a contratação de mão de obra, no valor de R\$1.687.056,82, com a aquisição de gêneros alimentícios e despesas correlatas para composição de cestas de alimentos, e a concessão do Auxílio Alimentação aos empregados, no valor de R\$654.356,39.

2.3.2.17 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Para cumprir sua missão institucional que é **contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento**, a Matriz estabelece metas e objetivos na programação e planejamento da Conab, bem como as prioridades, consubstanciadas nas ações a seguir descritas e destacadas no quadro abaixo.

Salientamos que esta Regional para atuar como mera executora do estabelecido pela Matriz depende dos órgãos centrais de autorizações específicas para executar as tarefas de cada ação.

Destaque-se, que apenas na ação 2130 - Formação de Estoques Públicos, esta SUREG-PR opina sobre a oportunidade, ante a conjuntura do mercado de cada produto, da intervenção da Conab no mercado, porém, sempre na dependência da autorização da Matriz e dos repasse dos respectivos recursos necessários para custearem a execução das respectivas operações (compras, fiscalizações, remoções, etc)

Conforme demonstrado no quadro abaixo a SUREG-PR participa na execução das 12 ações destacadas no campo “observações”.

QUADRO- 60– DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Observações
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2011	
20	126	0352	20CW	A	4	servidor beneficiado	170	157	120	(*)
20	301	0352	2004	A	4	pessoa beneficiada	460	467	460	(*)
20	365	0352	2010	A	4	criança atendida	20	32	25	
20	331	0352	2011	A	4	servidor beneficiado	100	97	85	(*)
20	306	0352	2012	A	4	servidor beneficiado	110	121	120	(*)
20	605	0352	2130	A	3	produto adquirido (ton)	700.000	357.933	1.000.000	(*)
20	125	0352	2137	A	4	fiscalização realizada	850	1.619	1.000	(*)
20	122	0352	2272	A	4	-	-	-	-	(*)
20	122	0352	2829	A	4	unidade modernizada	4	5	4	(*)
20	126	0352	4702	A	4	unidade cadastrada	0	341	200	(*)
20	125	0352	4706	A	4	estoque vistoriado	0	0	-	
20	692	0352	4710	A	4	unidade organizada	0	0	0	
20	605	0352	8566	A	4	mercado modernizado	0	0	0	
20	605	0360	8579	A	4	informação disponibilizada	0	0	-	
20	605	0360	10HG	P	4	estudo realizado	0	0	0	
20	605	0901	12BZ	P	4	% obra executada	0	0	-	
20	273	0352	0110	OP	4	-	-	-	-	
20	128	0360	4572	A	4	servidor capacitado	105	94	93	(*)
20	605	0360	4711	A	4	pesquisa realizada	12	12	12	(*)
28	846	0901	002F	OP	4	-	-	-	-	
28	846	0901	0022	OP	4	-	-	-	-	(*)

FONTE:MATRIZ/COPAV

(*) A descrição sobre a execuções das ações em destaque estão descritas nos itens 2.3.2.1 a 2.3.2.9 e 2.3.2.11 a 2.3.2.13 deste Relatório

2.4. OUTROS PROGRAMAS, AÇÕES E ATIVIDADES

2.4.1. OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS- PAA

O PAA é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei n.º 10.969, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto n.º 6.447, de 7 de maio de 2008, constituindo-se em uma das ações da Estratégia Fome Zero, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

O Grupo Gestor do PAA, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e composto ainda pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação, é responsável pela implementação do Programa, cujas diretrizes são estabelecidas e publicadas em Resoluções.

O artigo 6.º do Decreto n.º 4.772, de 2 de julho de 2003, estabelece que o MAPA, por intermédio da Conab, fornecerá os subsídios e o suporte técnico para a operacionalização das decisões do Grupo Gestor.

Por meio deste Programa são adquiridos alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência correspondentes aos praticados nos mercados regionais, até o limite de: a) R\$4.500,00 ao

ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, na modalidade Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea - CPR Doação; b) R\$8.000,00 por agricultor/ano para a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar - CPR Estoque e para a Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF.

Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por instituições governamentais ou não governamentais que atendam às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Objetivando a aquisição de produtos e a operacionalização do Programa, a Conab tem firmado Termos de Cooperação com o MDS e o MDA, recebendo transferência de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351 – Agricultura Familiar - PRONAF e 1049 – Acesso à Alimentação (MDS). Com os recursos disponíveis, a Conab adquire a produção utilizando-se dos três instrumentos abaixo especificados, em conformidade com o art. 19 da Lei nº10.696, de 2 de julho de 2003, e com o Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008.

- **Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF:** tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no PRONAF, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais.

Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab, a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

- **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar - CPR Estoque:** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do PRONAF, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios e consórcios.

São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

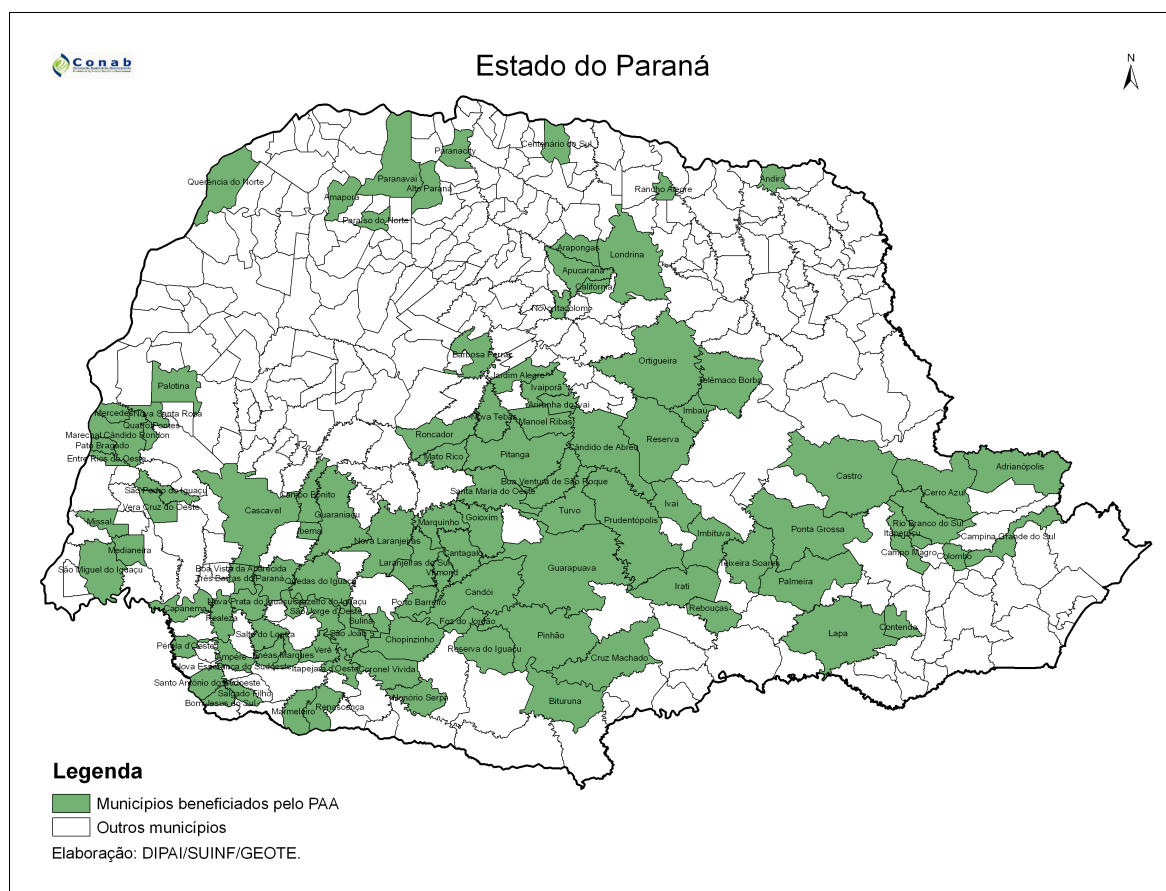
- **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea - CPR Doação:** objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas e associações).

São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que e após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual e Operações da Conab. Quanto aos preços praticados na CPR - Doação e CPR - Estoque estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

O PAA entrou em operação em 2003, quando a Conab adquiriu, pelos instrumentos existentes naquele ano, 316 tipos de produtos de 41.065 produtores familiares, em 112 municípios. Em 2010 evoluiu para 94.512 produtores familiares e 1.070 municípios contemplados. Especificamente no Estado do Paraná foram atendidos produtores familiares em 105 municípios, conforme demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO- 61 - ÁREA DE ATUAÇÃO DO PAA



Com os recursos orçamentários/financeiros descentralizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e repassados pela Matriz, a Regional atendeu a 8.452 produtores familiares, conforme descrito a seguir:

2.4.1.1. TERMO DE COOPERAÇÃO COM O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME-MDS

Para a operacionalização do PAA, a Conab e o MDS celebraram Termo de Cooperação, em 2009, com descentralização de recursos orçamentários/financeiros consignados no Programa **1049- Programa Acesso à Alimentação**.

Citado Programa tem por finalidade erradicar a fome e promover a segurança alimentar e nutricional, garantindo à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana.

Integra esse Programa a Ação **Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar**, que tem por objetivo o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada. Nesse sentido, busca promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar, promovendo o abastecimento institucional com alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios pra fins diversos, incluída a alimentação escolar, e constituindo estoques estratégicos de alimentos produzidos pela agricultura familiar. Também integrante deste Programa, a **Ação Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar** objetiva manter com segurança, remover e redirecionar quando necessário, os estoques de alimentos adquiridos, proporcionando maior eficácia na distribuição às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, na composição de cestas de alimentos e no atendimento às calamidades públicas, visando dar suporte operacional à Ação Aquisição de Alimentos, dos produtos adquiridos nas modalidades compra direta da agricultura familiar e formação de estoque pela agricultura familiar.

O Termo de Cooperação n.º 003/2009-SESAN, no valor de R\$650.000.000,00, com vigência no período de 04 de maio de 2009 a 31 de julho de 2011, foi destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, podendo ser utilizados os instrumentos já citados, objetivando a formação de estoques estratégicos/segurança, a distribuição gratuita dos alimentos às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e, eventualmente, a sua comercialização, para evitar o comprometimento da qualidade dos alimentos.

No rol de produtores beneficiários foram priorizados: a) aqueles dos municípios pertencentes aos Territórios da Cidadania; b) a participação de grupo de mulheres, atendendo o compromisso com o Programa de Apoio às Organizações Produtivas das Mulheres Rurais; c) povos e comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas, extrativistas, acampados da reforma agrária, atingidos por barragens, pescadores artesanais e agricultores familiares enquadrados no PRONAF, que, preferencialmente, estejam organizados em cooperativas e associações, e d) famílias dos municípios dos Consórcios de Segurança Alimentar Desenvolvimento Local - CONSAD, que integram a estratégia do MDS para a geração de oportunidades de trabalho e renda nas sub-regiões periféricas.

No plano de aplicação dos recursos foi prevista a liberação de recursos orçamentários/financeiros em 10 etapas, distribuídas no período de vigência. Além dos recursos previstos foram celebrados 3 Termos Aditivos alterando as metas de quantidade de produto a serem adquiridas e o número de produtores atendidos. O quadro a seguir detalha as metas e os valores previstos.

**QUADRO- 62 - DEMONSTRATIVO DAS METAS PREVISTAS
EXERCÍCIOS 2009 a 2011**

Discriminação	Ano			Total
	2009	2010	2011	
Termo de Cooperação Original				
Produtores	64.752	85.140	35.822	185.714
Quantidade Produto	132.085	173.674	73.073	378.832
Pólos	34	20	13	67
Repasse (Em R\$)	240.000.000,00	250.000.000,00	160.000.000,00	650.000.000,00
Termo Aditivo n.º 1				
Produtores	10.769	-	-	10.769
Quantidade Produto	28.600	-	-	28.600
Pólos	-	-	-	0
Repasse (Em R\$)	50.000.000,00	-	-	50.000.000
Total 2009				
Produtores	75.521	-	-	75.521
Quantidade Produto	160.685	-	-	160.685
Pólos	34	-	-	-
Repasse (Em R\$)	290.000.000,00	-	-	290.000.000
Termo Aditivo n.º 2				
Produtores	-	8.000	-	8.000
Quantidade Produto	-	22.850	-	22.850
Pólos	-	-	-	0
Repasse (Em R\$)	-	40.000.000,00	-	40.000.000
Termo Aditivo n.º 3				
Produtores	-	4.840	-	4.840
Quantidade Produto	-	12.477	-	12.477
Pólos	-	-	-	-
Repasse (Em R\$)	-	24.102.538,00	-	24.102.538
Total 2010				
Produtores	-	97.980	-	97.980
Quantidade Produto	-	209.001	-	209.001
Pólos	-	20	-	20
Repasse (Em R\$)	-	314.102.538,00	-	314.102.538

FONTE: SUPAF/GECAF

Em 2010, a Conab recebeu transferências de dotação orçamentária/financeira no valor total de R\$314.102.538,00. Além desses, o MDS autorizou a Conab a utilizar recursos no valor de R\$25.000.000,00 destinado à aquisição de gêneros alimentícios para distribuição gratuita às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, na aquisição de produtos de agricultores familiares.

2.4.1.1.1. Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF

Por meio deste instrumento foram adquiridas em 2010, 2.274 toneladas de farinha de mandioca e feijão, em 31 municípios. Houve redução de 78,56% e de 70,91% no número de produtores beneficiados e na quantidade adquirida, conforme quadro a seguir.

**QUADRO- 63 - DEMONSTRATIVO DE AQUISIÇÕES PELA CDAF/MDS
EXERCÍCIOS DE 2009 E 2010**

Ano	Nº de Municípios	Produto	Nº de Agricultores Familiares	Quantidade (t)	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
2009	77	Farinha de mandioca	35	164	124.987,10
		Feijão	2.896	7.053	10.377.085,59
		Leite empó	1.290	600	4.500.000,00
Total	77		4.221	7.817	15.002.073
2010	31	Arroz	39	121	175.000,00
		Feijão	866	2.153	3.168.847,40
Total	31		905	2274	3343847,4

2.4.1.1.2. Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR - Estoque)

Em 2010 foram adquiridas 799 toneladas de diversos produtos, de 440 agricultores familiares, em 6 municípios. Em relação ao exercício anterior houve aumento de 210,89% e 228,36% nas quantidades adquiridas e no número de produtores atendidos, conforme quadro a seguir.

**QUADRO- 64 - DEMONSTRATIVO DE AQUISIÇÕES PELA CPR-ESTOQUE / MDS
EXERCÍCIOS DE 2009 e 2010**

Ano	Nº de Agricultores Familiares	Nº de Municípios	Quantidade (t)	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
2009	134	3	257	618.223
Total	134	3	257	618.223
2010	440	6	799	1.747.754,40
Total	440	6	799	1.747.754,40

2.4.1.1.3. Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea - CPR Doação

Por meio deste instrumento foram adquiridas 16.715 toneladas de diversos produtos alimentícios de 6.823 produtores familiares e distribuídas a 1.474 instituições sociais, conforme quadro a seguir. Em relação ao exercício anterior houve aumento de 202,84% no número de produtores familiares atendidos e de 164,35% na quantidade adquirida, conforme quadro a seguir.

QUADRO- 65 - DEMONSTRATIVO DE AQUISIÇÃO PELA CPR-DOAÇÃO/ MDS
EXERCÍCIOS DE 2009 e 2010

Ano	Nº de Agricultores Familiares	Nº de municípios	Quantidade (t)	Nº de Pessoas Beneficiadas	Nº de Entidades Beneficiadas	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
2009	2.253	36	6.323	544.582	672	7.588.972,84
2010	6.823	86	16.715	1.806.041	1.474	22.497.006,58

2.4.1.1.4. Remoções de Produtos Vinculados ao MDS

Em 2010, foi contratada por meio de leilão público realizado pela Matriz, a remoção de 746 toneladas de arroz beneficiado, farinha de mandioca e feijão para reposicionamento dos estoques ou formação de cestas de alimentos para distribuição às famílias em estado de carência alimentar e nutricional. Também foram recebidas 101 toneladas de leite em pó e cestas de alimentos, para formação de estoque estratégico de gêneros alimentícios.

As despesas com transporte são custeadas com recursos orçamentários/financeiros consignados no Programas 1049 – Acesso à Alimentação, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-Sesan/MDS, descentralizados para a por meio de Termos de Cooperação para a operacionalização do PAA e distribuição de cestas de alimentos.

QUADRO 66 – REMOÇÕES DE ESTOQUES DO MDS

Origem	Destino	Produto	Motivo	Valor (Em R\$)		Quantidade (Em t)		
				Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	A Remover
PR	PR	Arroz beneficiado	PAA	18.255,20	18.255,20	300	300	0
PR	PR	Farinha de mandioca	PAA	4.130,17	4.130,17	27	27	0
PR	PR	Feijão	PAA	30.528,01	30.528,01	419	419	0
Total				52.913,38	52.913,38	746	746	0
RS	PR	Leite em pó	Estratégico	8.554,77	8.554,77	50	50	0
SP	PR	Cesta de Alimentos	Cestas	5.073,29	5.073,29	51	51	0
Total				13.628,06	13.628,06	101	101	0

FONTE: SUARM/GEMOV

2.4.1.1.5. Execução Orçamentária

A despesa total na execução dessas atividades foi de R\$228.650.861,33, destacando-se as despesas com a aquisição de produtos para distribuição gratuita com participação de 97,34% na despesa total de 2010. Comparativamente ao exercício anterior houve aumento na despesa total de 19,80%, conforme detalhado no quadro a seguir.

QUADRO- 67 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA – MDS
EXERCÍCIOS 2009 e 2010

Ano	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Material,Bem ou Serviço p/Dist.Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2009	66.420,29	13.703,13	23.235.713,19	42.014,03	0,00	200.241,77	358.427,73	23.916.520,14
2010	50.156,50	25.141,99	27.887.683,64	45.677,64	0,00	567.197,33	75.004,23	28.650.861,33

2.4.1.1.6. DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS

O **Programa 1049-Acesso à Alimentação**, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS, objetiva a erradicação da fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional, garantindo à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana. O público-alvo são os agricultores familiares, as famílias em situação de insegurança alimentar e/ou nutricional, comunidades populacionais específicas.

Compõe citado Programa a Ação orçamentárias: **2792-Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos** que objetiva a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, como famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas e atingidos por barragens em estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional. Também podem ser beneficiadas populações de grandes centros e da zona rural atingidas por calamidades (enchentes, secas, deslizamentos etc) e que precisam ser imediatamente socorridas.

Para a execução desta Ação o MDS e a Conab firmaram em 2003 parceria estabelecendo o repasse por parte do Ministério dos recursos orçamentários/financeiros disponíveis para a aquisição de produtos alimentícios e custeio das despesas correlatas, ficando a Companhia responsável pela execução operacional, disponibilizando, para tanto, sua estrutura operacional e administrativa.

A coordenação dos trabalhos encontra-se sob a gestão da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar - SESAN, que, em articulação com a Funai, Funasa, Incra, OAN/MDA, SEPIR, SEAPE, Fundação Cultural Palmares e movimentos sociais, define os beneficiários, a composição das cestas de alimentos, os quantitativos e a periodicidade das entregas.

O quadro a seguir apresenta o número de famílias atendidas e a quantidade de cestas de alimentos distribuídas por beneficiários, em todo o país, no período de 2003 a 2010

A experiência iniciada em 2003 tem demonstrado a necessidade da continuidade da ação de atendimento a esses segmentos populacionais que continuam em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional. Por intermédio do Ofício CGAV/DAPE/SESAN n.º 03, de 08 de fevereiro de 2010, a SESAN solicitou a aquisição de gêneros alimentícios para a continuidade do atendimento às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

O Termo de Cooperação 007/2010, celebrado entre a Conab e o MDS, estabeleceu o repasse de recursos orçamentários/financeiros no valor total de R\$138.000.000,00, divididos em duas remessas iguais no valor de R\$69.000.000,00, a primeira repassada em junho/2010 e a última prevista para o mês de abril/2011, para composição e distribuição de aproximadamente 3.224.000 cestas de alimentos no biênio 2010 e 2011 (1.612.000 cestas em cada exercício).

O maior contingente é o de famílias acampadas a espera de assentamento, para as quais se presume que necessitam de assistência enquanto não tiverem acesso à terra. Prevê-se, portanto, para o biênio 2010/2011 e início de 2012, o atendimento a cerca de 228,5 mil famílias acampadas identificadas pelo MDS/INCRA/OAN.

Situação semelhante ocorre com os atingidos por barragens, totalizando 16,3 mil famílias. Essas foram deslocadas de suas propriedades devido a construção de empreendimentos hidroelétricos, e encontram-se, em geral, expostas à insegurança alimentar em função da perda de sua fonte de sustento. Essa situação atinge não somente os pequenos agricultores, proprietários ou não de terras, mas também boa parte da comunidade próxima, pois a perspectiva do deslocamento provoca o empobrecimento geral da economia local, com a desvalorização das propriedades e da impossibilidade de iniciar novos projetos.

No caso das populações indígenas, a previsão de atendimento é de 63,8 mil famílias, comunidades

remanescentes de quilombolas com 35 mil famílias, aquelas presentes em terreiros com 14 mil famílias e pescadores artesanais com 5,5 mil famílias. A situação em que se encontram tais comunidades está relacionada com ameaças ao território no qual esses grupos exercem suas formas tradicionais de produção, estando sujeitos à invasão por grileiros e posseiros e também depredação dos recursos naturais.

Comprovadas as necessidades de aporte alimentar para o conjunto das famílias, acampadas, indígenas, quilombolas, terreiro e atingidas por barragens, pescadoras artesanais e as situações emergenciais que podem levar à insegurança alimentar e que se enquadram em um estado de vulnerabilidade social extremamente grave, justifica-se a ação do MDS para o atendimento a essas famílias por meio da distribuição direta e gratuita de gêneros alimentícios.

Na formação dos estoques a Conab poderá, de comum acordo com o MDS, utilizar os estoques oriundos do PAA (MDS e/ou MDA) ou outras modalidades de estoques, a exemplo de doações recebidas em nome do Fome Zero. Os alimentos adquiridos serão recebidos e depositados nas Unidades Operacionais da Conab, preferencialmente nos estados onde ocorrerá a sua distribuição, podendo, ainda, ocorrer a contratação de transporte para reposicionamento e distribuição dos estoques.

Durante o exercício, foram realizados 25 leilões públicos para a aquisição de açúcar cristal, arroz beneficiado, farinha de mandioca e de trigo, flocos e fubá de milho, macarrão e óleo de soja, cujas quantidades, especificações e locais de entrega eram parte integrante dos avisos publicados no D.O.U e disponibilizados na Internet, no sítio da Companhia. Nestes certames foram adquiridas 27.689 toneladas dos produtos, representando cerca de 156,15% da meta estabelecida para o exercício. Além dessas foram utilizadas outras 8.597,7 t de produtos adquiridas pelo PAA e pela PGPM.

No área de atuação da SUREG-PR tradicionalmente são atendidas as famílias de acampados a espera da reforma agrária, as remanescentes de quilombos, as comunidades de terreiro, as do Movimento dos Atingidos por Barragens e indígenas. Durante os exercícios de 2006 e 2010, também foram realizados atendimentos especiais. A quantidade de cestas distribuídas representa, em média, 5,17% da quantidade total entregue por toda a Conab no período, conforme demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO- 68 – DEMONSTRATIVO DE DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS DE ALIMENTOS – BRASIL/PARANÁ - MDS
EXERCÍCIOS DE 2003 a 2010

Ano	N.º Famílias Atendidas			Quantidade de Cestas Distribuídas			Quantidade de Produto Distribuído (t)		
	Brasil	PR	Part. (%)	Brasil	PR	Part. (%)	Brasil	PR	Part. (%)
2003	254.911	15.424	6,05	715.435	46.272	6,47	16.607	909	5,47
2004	447.764	18.741	4,19	1.620.828	112.187	6,92	38.077	2.543	6,68
2005	505.375	21.486	4,25	1.950.914	123.858	6,35	47.956	3.031	6,32
2006	343.452	19.384	5,64	1.820.792	94.157	5,17	40.943	1.980	4,84
2007	402.726	14.031	3,48	2.097.153	100.852	4,81	49.590	2.505	5,05
2008	354.218	14.070	3,97	1.439.256	55.475	3,85	32.552	1.221	3,75
2009	338.446	9.326	2,76	1.427.275	57.323	4,02	32.636	1.501	4,60
2010	446.363	11.030	2,47	1.946.543	73.781	3,79	46.299	2.027	4,38

Da quantidade de gêneros alimentícios adquirida por meio dos leilões públicos, a SUREG-PR recebeu 763,6 toneladas acrescidas de outras 318,4 toneladas de produtos vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, conforme detalhado no quadro a seguir.

**QUADRO- 69 - DEMONSTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS -
MDS**

Produto	Quantidades (t)			
	Leilão Público	PAA	PGPM	Total
Açúcar	44,9	80,1	-	125,0
Arroz beneficiado	449,2	-	-	449,2
Feijão	-	133,4	-	133,4
Farinha de trigo	89,8	-	-	89,8
Flocos de milho	44,9	-	-	44,9
Fubá de milho	-	16,5	-	16,5
Leite em pó	-	88,4	-	88,4
Óleo de soja	89,9	-	-	89,9
Macarrão	44,9	-	-	44,9
Total	763,6	318,4	0,0	1.082,0

FONTE: SUPAB/GEPAB

As distribuições foram iniciadas em 2003, atendendo as famílias acampadas, sendo, posteriormente estendidas às famílias do Movimento dos Atingidos por Barragens, aos indígenas, aos remanescentes dos quilombos, e às comunidades de terreiro. No período, foram realizados também atendimentos especiais, conforme demonstrado no quadro a seguir.

**QUADRO- 70 - DEMONSTRATIVO DE DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS DE ALIMENTOS –
BENEFICIÁRIOS- MDS
EXERCÍCIOS DE 2003 a 2010**

Ano		Beneficiários							Total
		Acampados	Quilombolas	Comunidades de Terreiro	Atend. Especiais/ Emergenciais	MAB¹	Indígenas	Marisqueiras/ Caranguejeiras/Pe s. Artesanais	
2003	N.º Famílias	15.424	-	-	-	-	-	-	15.424
	Quant. Cestas	46.272	-	-	-	-	-	-	46.272
	Quant. Produtos(t)	909	-	-	-	-	-	-	909
2004	N.º Famílias	17.024	-	-	-	1.000	717	-	18.741
	Quant. Cestas	106.036	-	-	-	4.000	2.151	-	112.187
	Quant. Produtos(t)	2.393	-	-	-	98	52	-	2.543
2005	N.º Famílias	17.024	-	-	-	1.000	3.462	-	21.486
	Quant. Cestas	104.811	-	-	-	4.440	14.607	-	123.858
	Quant. Produtos(t)	2.563	-	-	-	109	359	-	3.031
2006	N.º Famílias	17.024	-	-	250	610	1.500	-	19.384
	Quant. Cestas	81.019	-	-	250	3.660	9.228	-	94.157
	Quant. Produtos(t)	1.702	-	-	5	77	196	-	1.980
2007	N.º Famílias	11.861	60	-	-	610	1.500	-	14.031
	Quant. Cestas	82.981	120	-	-	5.098	12.653	-	100.852
	Quant. Produtos(t)	2.092	3	-	-	117	293	-	2.505
2008	N.º Famílias	11.861	99	-	-	610	1.500	-	14.070
	Quant. Cestas	48.605	445	-	-	1.830	4.595	-	55.475
	Quant. Produtos(t)	1.067	10	-	-	39	105	-	1.221
2009	N.º Famílias	6.822	182	100	-	610	1.612	-	9.326
	Quant. Cestas	42.769	396	100	-	3.660	10.398	-	57.323
	Quant. Produtos(t)	1.124	11	3	-	95	268	-	1.501
2010	N.º Famílias	7.500	120	100	800	610	1.900	-	11.030
	Quant. Cestas	52.338	578	400	3.241	4.270	12.954	-	73.781
	Quant. Produtos(t)	1.427	15	10	91	119	365	-	2.027

FONTE: SUPAB/GEPAB

OBS.: (1) MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

Na aquisição de produtos alimentícios e embalagens, montagem das cestas e na distribuição, foram gastos R\$958.781,69. A despesa total com a aquisição dos produtos para distribuição foi de R\$894.113,90, representando cerca de 93,26%. Comparativamente ao exercício anterior verifica-se recuo de 46% na despesa total, conforme detalhado no quadro a seguir.

QUADRO- 71 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA-DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS- MDS EXERCÍCIOS DE 2009 e 2010

Anos	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2009	-	29.756,89	1.655.843,96	-	-	89.792,15	-	1.775.393,00
2010	470,00	14.366,17	894.113,90	54,70	-	47.103,62	2.673,30	958.781,69

2.4.1.2. TERMO DE COOPERAÇÃO COM O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA

Para a operacionalização do PAA, a Conab e o MDA celebraram Termo de Cooperação, com descentralização de recursos orçamentários/financeiros consignados no Programa 0351-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

O Programa 0351 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar objetiva garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar, promovendo a sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores. Dentre outras, é composto pelas seguintes ações:

- **2B81– Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA e 2B83-Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar**, que objetivam a aquisição de produtos da agricultura familiar e assentados, como forma de apoiar as políticas voltadas à agricultura familiar, compreendendo ações de comercialização vinculadas à formação de estoques estratégicos com uso preferencial para venda no mercado tradicional, de forma a possibilitar novas compras de produtos; e
- **4280–Fomento a Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar**, que objetiva identificar, avaliar e difundir experiências exitosas no sentido de ampliar as alternativas de diversificação das fontes de renda dos agricultores familiares, mediante a ampliação das oportunidades de negócio e da valorização dos seus produtos e serviços.

Em 2010 foi celebrado Termo de Cooperação no valor de R\$109.890.450,00, objetivando o desenvolvimento de ações integradas na operacionalização do PAA, por meio de operações nas modalidades de Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF e de Formação de Estoques da Agricultura Familiar - CPR Estoque. Foi prevista a aquisição de 19.866 toneladas de diversos produtos, de 15.635 agricultores familiares, assim como a aquisição de equipamentos e material permanente, objetivando o fortalecimento das ações de comercialização. No exercício, ocorreu descentralização orçamentária no valor de R\$64.070.450,00.

Especificamente no âmbito da SUREG - PR foram atendidos 284 agricultores familiares, conforme descrito a seguir.

2.4.1.2.1. Formação de Estoque pela Agricultura Familiar - CPR -Estoque

Por meio desse instrumento foram adquiridas 498 toneladas de açúcar, bolacha, canjica de milho, conserva de vegetais, doce de frutas, erva mate, fubá de milho, farinha de milho, farinha de trigo, feijão, mel de abelha, molho de tomate e suco de frutas, ao custo de R\$1.145.573,89, atendendo 284 produtores familiares. Comparativamente ao exercício anterior houve redução de 65,62% no número de produtores e de 84,12% na quantidade, conforme detalhado no quadro a seguir.

QUADRO- 72 - DEMONSTRATIVO DE AQUISIÇÕES PELA CPR – ESTOQUE - MDA EXERCÍCIOS DE 2009 e 2010

UF	Nº de Municípios	Nº de Agricultores Familiares	Quantidade (t)	Recursos Gastos com a Aquisição (R\$)
2009	13	826	3.137	4.494.957,07
2010	9	284	498	1.146.573,89

FONTE: SUPAF/GECAF

2.4.1.2.2. Remoção dos Estoques

Para reposição dos estoques visando a distribuição às famílias ou grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, ou a retirada de produtos de postos de compras que não ofereçam garantia de manutenção da qualidade dos produtos, ou, ainda, a comercialização, foi contratada a remoção de 1.013 toneladas de farinha de mandioca e feijão e recebidas 182 toneladas de leite em pó, conforme detalhado no quadro a seguir.

QUADRO- 73 - DEMONSTRATIVO DE REMOÇÃO DOS ESTOQUES – MDA

UF		Produto	Preços no Leilão (Em R\$)		Quantidades (t)				
Origem	Destino		Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
PR	PR	Farinha de mandioca	7.468,52	7.468,52	146	146	-	-	-
PR	PR	Feijão	52.546,85	52.546,85	867	867	-	-	-
Subtotal			60.015,37	60.015,37	1.013	1.013	0	0	0
RS	PR	Leite em pó	105.077,87	105.077,87	182	182	-	-	-
Subtotal			105.077,87	105.077,87	182	182	0	0	0
Total			165.093,24	165.093,24	1.195	1.195	0	0	0

FONTE: SUARM/GEMOV

2.4.1.2.3. Execução Orçamentária

Em 2010, as despesas liquidadas somaram R\$2.053.475,02, destacando-se Aquisição de Bens para Revenda, com 50,20% do total de despesas. Comparativamente ao exercício anterior, verifica-se redução de 83,20%, conforme detalhado no quadro a seguir.

QUADRO- 74 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA – MDA EXERCÍCIOS DE 2009 E 2010

UF	Elemento de Despesa (Em R\$)								Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Equipamento e Material Permanente	Aquisição de Bens para Revenda	
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica				
2009	2.627,76	1.276,32	1.580,11	0,00	87.798,89	29.771,77	0,00	12.102.785,60	12.225.840,45
2010	7.326,00	1.254,05	7.039,73	-	860.119,92	3.045,00	-	1.174.690,32	2.053.475,02

FONTE: SIAFI

2.4.1.3 – PARTICIPAÇÃO NA EXECUÇÃO DO FOME ZERO

O Fome Zero é uma estratégia articulada nas três esferas de governo, envolvendo o Estado e a sociedade, contemplando um conjunto de ações que contribuem para que todos os brasileiros tenham acesso a uma alimentação adequada, em quantidade e qualidade suficientes, de forma digna, regular e sustentável.

A Conab por orientação consignada na Portaria Interministerial n.º 183/2003 substituída pela de n.º 1.128/2008, participa de Fome Zero, no que concerne ao abastecimento alimentar, na função de executora operacional, observadas as suas competências regimentais.

Por isso, a direção da Companhia orientou seus gestores a participar, de forma direta e com a prioridade requerida, dos processos de formulação e execução das ações demandadas pelo Fome Zero, disponibilizando para o MDS toda a sua estrutura e capilaridade operacional.

Essa contribuição institucional contempla:

- Recebimento, guarda, movimentação e distribuição de produtos doados ao Fome Zero, incluindo máquinas, equipamentos eletrônicos, peças de vestiários, utensílios, veículos e brinquedos;
- Aquisição de bens e prestação de serviços para instalação de unidades de apoio a ações de suplementação alimentar;
- Serviços de guarda, transporte e distribuição de material informativo e pedagógico do Fome Zero; e
- Doação de produtos originários de aquisições da Agricultura Familiar, promovendo ações de suplementação alimentar e geração de renda, em articulações de interesse público.

Em resumo, esse apoio em 2010 pode ser identificado em quatro linhas de ação:

a) Produtos recebidos em doação

Neste caso, compete à Conab o recebimento, transporte e guarda de mercadorias doadas ao Fome Zero, efetuando na sequência seu repasse às entidades indicadas pelo MDS. Em 2010 foram distribuídas os seguintes produtos:

QUADRO- 75 – DEMONSTRATIVO DAS DOAÇÕES REALIZADAS

Mercadoria/Serviço	Unidade	Quantidades Distribuídas		Saldo
		2010	2003 a 2010	
Adega portátil	Unidade	-	-	2
Alimentos diversos	Kg	119.492	3.062.076	-
Alimentos diversos	Lta	1.423	122.529	-
Alimentos diversos	Unidade	-	1.756.218	-
Material didático	Unidade	-	6.500	791
Caixa de papelão	Unidade	-	224.849	164.600
Produtos de limpeza	Unidade	-	318	-
Ração animal	Kg	-	29.020	-
Remédios diversos	Unidade	-	76.087	1.800
Serviços de transporte de cartilhas	Unidade	-	256.536	-
Tecidos e peças de vestuários	Kg	130.781	660.145	14.630
Tecidos e peças de vestuários	Unidade	-	208.725	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Caixa	-	5	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Dúzia	-	15.220	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Kg	1.224	216.980	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Unidade	6.448	2.355.045	25.500
Equipamentos/ferramentas	Unidade	-	-	19
Veículos	Unidade	15	21	9

FONTE: SUPAB;GEPRI

b) Materiais Informativos e Pedagógicos Distribuídos

Atendendo demanda do MDS, a Conab promoveu o recebimento, guarda e transporte e distribuição de impressos e materiais alusivos ao Fome Zero. Em 2010, foram distribuídas 5.366.401 unidades de diversos produtos, que foram utilizadas em atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania.

QUADRO- 76- DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS

Mercadoria/Serviço	Origem	Quantidades Distribuídas		Saldo
		2010	2003 a 2010	
Sacolas plásticas (supermercado)	MDS	230.000	996.000	1.004.000
Cartazes Fome Zero	MDS	-	74.285	25.915
Livros Lula 500 dias	MDS	-	16	44
Camisetas Fome Zero	MDS	-	7.970	180
Banners Fome Zero	MDS	-	-	3.205
Cartilha (Política de Segurança Alimentar)	MDS	-	554.150	152.450
Cartilhas Editora Globo 1 e 2	MDS	-	4.478.800	-
Cadernos Talher Brasil	MDS	-	50.100	-
Calendários Quilombolas	MDS	-	2.925	-
Kit Pedagógico	MDS	781	5.266	-
Caixa de Coleta Seletiva	Cáritas	-	28.500	-
Folders Coleta Seletiva	Cáritas	-	74.500	25.500
Tabela Brasileira de Composição de Alimentos	MDS	4.250	11.550	-
Agenda Bolsa Família	MDS	-	-	492
Album Seriado	MS	25	25	1.466
Cartilhas Alimentação Nutricional	MS	-	-	100.500
Cartilhas Doenças Celíacas	MS	-	107.000	-
Cartilha da Emília	MDS	679.676	884.229	-
Cartilha Alimentação Saudável/Obesidade	MDS	2.613.820	2.777.260	-
Gibis Maurício de Souza	MC	1.458.650	1.458.650	-
Envelopes Maurício de Souza	MC	379.199	379.199	-
Total		5.366.401	11.890.425	1.313.752

FONTE: SUPAB;GEPRI

c) Doação de Feijão dos Estoques Públicos

Por meio da Lei n.º 12.058, de 13 de outubro de 2009 a Conab foi autorizada a doar até 70 mil toneladas de feijão dos estoques públicos, aos Programas conduzidos pelo MDS, pela Secretaria Nacional de Defesa Civil e pelo Ministério da Educação, em atendimento às demandas geradas pelas populações em situação de insegurança alimentar. Durante o exercício foram distribuídas 40.539 toneladas, conforme quadro a seguir.

UF	N.º de Instituições Atendidas	N.º de Municípios Atendidos	Quantidade Doadas (em t)
AL	59	44	864,5
AM	83	37	1.424,9
BA	3	3	13,2
CE	326	114	5.302,7
DF	37	1	307,6
ES	163	67	712,6
GO	183	152	2.237,0
MA	721	132	3.939,6
MG	540	296	5.328,6
MS	1	1	206,3
MT	109	59	1.670,1
PA	35	19	402,8
PB	244	174	3.798,0
PE	195	90	775,0
PI	1	1	20,0
PR	1	1	7,6
RJ	136	88	1.950,3
RN	954	145	4.396,8
RO	3	3	20,2
RR	58	13	963,3
SP	779	360	6.055,5
TO	6	3	142,4
Total	4.637	1.803	40.539,0

FONTE: SUPAB/GEPRI

d) Doação de Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar

Atendendo demandas apresentadas por entidades governamentais, bancos de alimentos e outras instituições de interesse público, a Conab, por meio da Superintendência de Abastecimento Social-Supab, fazendo uso de estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar doou, em 2010, 30.622,7 mil toneladas de produtos alimentícios e 879,2 mil ladas de doce de frutas, conforme detalhado no quadro a seguir

QUADRO- 77 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS(ORIUNDO DA AGRICULTURA FAMILIAR)

Surg	N.º Inst. Beneficiadas	Produto (Em t)																	Total	Doce de Frutas (Em lata)
		Açúcar		Arroz		Farinha		Feijão	Fubá de Milho	Leite em pó	Macarrão	Mel	Milho	Picles	Polpa de Frutas	Suco de Frutas	Sementes	Trigo		
		Cristal	Mascavo	Beneficiado	Casca	Mandioca	Milho													
AL	107	137,3	-	15,0	-	1.072,4	-	2.624,1	-	36,9	-	-	-	-	-	25,8	-	-	3.911,5	32,0
AM	1	-	-	-	-	-	-	26,6	-	17,1	11,5	-	-	-	-	-	-	-	55,2	-
BA	465	-	-	-	-	18,0	-	4.285,7	-	76,1	-	-	-	-	76,6	2.242,6	-	-	6.699,0	56,8
CE	205	-	-	-	-	1.438,0	-	-	-	72,5	-	-	-	-	-	-	-	-	1.510,5	157,6
ES	154	-	-	-	-	6,4	-	-	-	75,6	-	-	-	-	-	-	-	-	82,0	126,4
GO	93	33,6	-	61,6	9,1	96,4	-	0,4	-	129,3	-	-	-	-	-	-	-	-	330,4	166,5
MA	62	-	-	50,9	-	-	-	-	-	36,3	-	-	-	-	-	-	-	-	87,2	-
MG	60	-	-	114,0	-	121,9	-	-	-	67,4	0,4	-	-	-	-	-	-	-	303,7	49,0
MS	18	-	-	-	-	323,1	-	223,1	-	396,4	-	-	13,0	-	-	-	-	-	955,6	-
MT	8	-	-	-	-	-	-	10,2	-	41,6	-	-	-	-	-	-	-	-	51,8	-
PA	16	-	-	81,0	-	81,0	-	-	-	43,0	-	-	-	-	-	-	-	-	205,0	-
PB	48	-	-	12,3	-	176,6	-	97,7	-	20,6	-	-	-	-	-	-	-	-	307,2	85,9
PE	248	56,3	-	74,7	-	2.519,7	-	518,4	-	387,9	-	-	-	-	-	-	-	-	3.557,0	-
PI	89	-	-	169,0	-	710,1	-	421,9	-	37,3	-	-	311,2	-	-	-	-	-	1.649,5	-
PR	371	0,4	21,6	40,6	-	93,9	-	3.093,8	14,3	11,1	-	-	-	-	-	-	1,7	-	3.277,4	-
RJ	87	-	-	59,3	-	-	-	-	-	91,7	-	-	-	-	-	-	-	-	151,0	99,2
RN	534	0,1	-	135,4	-	590,9	-	43,7	-	21,0	-	4,5	-	-	-	-	-	-	795,6	-
RO	27	-	-	-	-	-	-	741,9	-	11,7	-	-	-	-	-	-	-	-	753,6	-
RS	119	0,0	14,1	1.362,0	-	-	37,0	330,9	-	934,9	-	-	-	-	-	0,4	-	-	2.679,3	87,6
SC	100	-	0,5	-	-	-	14,0	700,9	0,5	14,4	-	-	-	37,4	-	-	-	-	767,7	2,6
SP	492	-	-	-	-	221,6	-	1.038,6	-	546,7	-	-	-	-	-	-	-	20,0	1.826,9	15,6
TO	113	-	-	582,3	-	30,0	-	48,1	-	4,7	-	-	-	-	-	-	-	-	665,1	-
Total	3.417	227,7	36,2	2.758,1	9,1	7.500,0	51,0	14.206,0	14,8	3.074,2	11,9	4,5	324,2	37,4	76,6	2.268,8	1,7	20,0	30.622,2	879,2

2.4.2. DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL-MI

O **Programa 1029 – Resposta aos Desastres**, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, objetiva promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por eventos adversos, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados por desastres, supletivamente ao atendimento dos Estados e Municípios. O público-alvo são as pessoas afetadas nessas situações, especialmente as de menor renda.

As bases legais deste Programa estão na Constituição Federal que, no artigo 21, prevê como competência da União o planejamento e a promoção da defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente as secas e inundações. Portanto, principalmente nos desastres de grande e muito grande porte, quando as necessidades ultrapassam a capacidade de resposta dos municípios, o atendimento supletivo do Governo Federal deve ser feito com a urgência necessária.

Compõe citado Programa a Ação orçamentária **4564 – Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres**, com atuação em todo o território nacional, com objetivo de prestar socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grande porte, quando comprometida a capacidade local para pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como situação de emergência ou estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

Objetivando dar continuidade às ações de distribuição de alimentos a Conab elaborou o plano de trabalho que foi aprovado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, objetivando a aquisição de

gêneros alimentícios para formação e manutenção de estoque estratégico de gêneros alimentícios que possibilite ao Governo Federal, tempestivamente, prestar assistência alimentar, em caráter emergencial, a populações afetadas por desastres de qualquer natureza, que esteja classificado na Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos - CODAR.

À Conab competia a aquisição por meio de leilões eletrônicos de 1.702 toneladas de diversos gêneros alimentícios (arroz, feijão, óleo de soja, açúcar cristal, farinha de mandioca, macarrão, leite em pó, sardinha em lata e rosquinhas de coco), que após embalados formariam um estoque estratégico de aproximadamente 70.000 cestas de alimentos, depositadas nas unidades armazenadoras próprias em locais estratégicos, podendo, se necessário, ser deslocadas conforme as necessidades. Foi previsto também que na composição das cestas a Conab, em comum acordo com a Secretaria Nacional de Defesa Civil poderia utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

Por sua vez, ao Ministério da Integração Nacional competia as orientações necessárias à destinação dos alimentos adquiridos, tanto quanto as localidades e o público-alvo a ser beneficiado.

Para tanto, a Conab recebeu descentralização de recursos orçamentários/financeiros, no valor de R\$6.207.900,00.

No área de atuação da SUREG - PR as distribuições foram iniciadas em 2009 com atendimentos emergenciais, aos indígenas e às famílias acampadas a espera da reforma agrária, conforme orientações da Defesa Civil. Em 2010, a quantidade de cestas de alimentos distribuídas representou 5,61% da quantidade total entregue pela Conab, conforme demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO- 78 – DEMONSTRATIVO DE DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS DE ALIMENTOS

EXERCÍCIOS DE 2009 e 2010

Ano	N.º Famílias Atendidas			Quantidade de Cestas Distribuídas			Quantidade de Produto Distribuído (t)		
	Brasil	PR	Part. (%)	Brasil	PR	Part. (%)	Brasil	PR	Part. (%)
2009	702.238	9.921	1,41	712.752	9.921	1,39	16.743	276	1,65
2010	139.452	6.000	4,30	142.286	6.000	4,22	3.766	136	3,61

FONTE: SUPAB/GEPAB

2.4.2.1. Aquisição de Gêneros Alimentícios

Durante o exercício foram realizados, pela Matriz, 22 leilões públicos, sendo adquiridas nesses certames 2.315,4 toneladas de açúcar cristal, arroz beneficiado, farinha de mandioca, macarrão, rosquinhas de coco e sardinha. Também foram agregados aos estoques para distribuição 471,7 toneladas de arroz, feijão e leite em pó oriundos dos estoques do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e outras 129 toneladas de feijão vinculadas às AGFs. Os produtos foram entregues nos locais especificados nos respectivos Avisos de Leilão, sendo que esta Regional não recebeu produtos adquiridos no exercício.

Em 2010, a SUREG - PR recebeu 72,94 toneladas de diversos gêneros alimentícios adquiridos por meio de leilões públicos e do PAA, conforme detalhado a seguir.

**QUADRO- 79– DEMONSTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS
ALIMENTÍCIOS**

EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010

Produto	Quantidades (Em t)			Total
	Leilão	PAA	PGPM	
Açúcar cristal	6,0	-	-	6,0
Arroz beneficiado	30,0	-	-	30,0
Farinha de mandioca	6,0	-	-	6,0
Feijão	-	9,0	-	9,0
Leite em pó	-	6,0	-	6,0
Macarrão	6,0	-	-	6,0
Óleo de soja	6,0	-	-	6,0
Rosquinhas de coco	2,4	-	-	2,4
Sardinha em lata	1,5	-	-	1,5
Total	57,9	15,0	0,0	72,9

FONTE: SUAPB/GEPAB

2.4.2.2. Distribuição de Cestas de Alimentos

Durante o exercício foram distribuídas 6.000 cestas de alimentos a igual número de famílias, conforme detalhado no quadro a seguir.

**QUADRO -80 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS DE
ALIMENTOS**

EXERCÍCIOS DE 2009 e 2010

Ano		Beneficiários				Total
		Atendimentos Emergenciais	Indígenas	Acampados	Atendimentos Especiais	
2009	N.º Famílias	4.865	130	4.926		9.921
	Quant. Cestas	4.865	130	4.926		9.921
	Quant. Produtos (t)	104	3	101	68	276
2010	N.º Famílias	6.000	-	-	-	6.000
	Quant. Cestas	6.000	-	-	-	6.000
	Quant. Produtos (t)	136	-	-	-	136

FONTE: SUPAB/GEPAB

2.4.2.3. Execução Orçamentária

A despesa total executada nesta Regional totalizou R\$121.409,54, destacando-se as despesas com Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita, com participação de 78,59%. Comparativamente ao exercício anterior verifica-se aumento de 9,67%.

**QUADRO- 81 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA – DISTRIBUIÇÃO DE
ALIMENTOS - MI**

EXERCÍCIOS DE 2009 e 2010

Ano	Elemento de Despesa (Em R\$)						Total	
	Diárias	Material de Consumo	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica			Obrigações Tributárias e Contributivas
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2009	-	-	-	-	-	110.702,43	-	110.702,43
2010	-	3.005,52	95.419,20	-	-	22.984,82	-	121.409,54

FONTE: SIAFI

2.4.3. COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS DOS ESTOQUES PÚBLICOS

2.4.3.1. PROGRAMA VENDAS EM BALCÃO

No início da década de 1990, com a promulgação da Lei Agrícola Nacional (Lei n.º 8.171, de 17/01/91), o Governo Federal apresentou de forma clara sua preocupação com o desenvolvimento do setor agrícola, notadamente quanto ao abastecimento alimentar, visando garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico.

Como objetivos principais para alcançar tais pressupostos, o Art. 3.º daquela Lei destaca, dentre outros, os seguintes: “III – eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura” e “X – prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família”.

Uma das principais ações adotadas para possibilitar o alcance de tais objetivos e que está ligada diretamente ao Programa Vendas em Balcão, foi a “especial, exclusiva e excepcional” permissão para a comercialização dos estoques públicos que estão sob a gestão administrativa do Governo Federal, de forma direta, a um público específico e com um perfil pré-definido. Tal permissão pode ser vislumbrada no Art. 19 do instrumento regulador da mencionada Lei Agrícola, que é a Portaria Interministerial n.º 182, de 25/08/1994, assim descrito: “Excepcionalmente, quando as condições de mercado estiverem inviabilizando o acesso do comprador de pequeno porte a produto que esteja disponível nos estoques públicos, poderão ser feitas vendas diretas “de balcão (...), respeitados os princípios desta portaria”.

É reconhecida a dificuldade dos pequenos criadores em suprir suas demandas de produtos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, pela falta de acesso, em vista da sua escala operacional e/ou localização, aos estoques governamentais ofertados por meio dos tradicionais leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias.

Para contrapor essa situação, foram formuladas as operações de vendas em balcão, com o propósito de permitir o escoamento pulverizado de parcela dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa, aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Tal permissiva, em síntese, traduz o reconhecimento de que as condições financeiras e estruturais dos pequenos compradores impõem-lhes permanentes limitações quanto a um suprimento regular de insumos, necessários à manutenção de seus negócios. A falta de capital de giro, incluindo o acesso ao crédito, não permite que os pequenos criadores rurais tenham condições de manter estoques de insumos, tornando-os vítimas das flutuações e oportunismo do mercado. Com a sistematização de ofertas regulares de insumos às propriedades rurais de pequeno porte, assegura-se um contínuo processo de alavancagem de um dos mais representativos segmentos da economia nacional. Propicia-se, assim, a geração de renda e empregos, sobretudo nas áreas rurais mais necessitadas, inibindo, em consequência, o êxodo populacional para os grandes centros urbanos. Também se beneficiam deste Programa as entidades de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento do setor.

Para que os produtos ofertados sejam acessados por um número maior de clientes, as quantidades máximas para compra mensal estão limitadas por produto e região, sendo:

- milho em grãos -14 toneladas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e 27 toneladas nas regiões Sul e Sudeste;
- arroz em casca - 100 toneladas;
- trigo em grãos – 50 toneladas;

- castanha de caju – 10 toneladas (embalagem 1.000 unidades);
- feijão – 3 toneladas;
- farinha de mandioca – 2 toneladas;
- farinha de trigo – 600 kg
- leite em pó – 600 kg,
- sorgo – 10 toneladas;
- açúcar – 2 toneladas;
- arroz beneficiado – 5 toneladas;
- castanha do brasil – 10 toneladas

Os preços de venda dos produtos são compatíveis com os de mercado, em níveis que não tenham comportamento concorrencial ao segmento vendedor tradicionalmente constituído, observando-se:

- não pode ser inferior ao preço médio ponderado de fechamento do último leilão público do produto, realizado pela Conab no estado onde for efetuada a venda em balcão;
- o preço é mantido até a ocorrência de novo leilão e, no máximo, por 30 dias corridos;
- no caso de não ter ocorrido leilão nos últimos 30 dias corridos, o preço praticado não pode ser inferior ao preço constante na publicação “Acompanhamento Semanal de Preços”, editada pela Conab e de circulação pública;
- no cálculo do preço de venda, podem ser considerados ágios e deságios por tipo, safra, localização e embalagem, em relação às especificações do produto leiloadado;
- não ocorrendo leilão, nem havendo divulgação de preços na “Tabela de Acompanhamento Semanal”, são adotados os valores constantes na “Tabela de Referencial de Preços VEP/PEP/PEPRO”;
- quando nenhuma das condições anteriores forem aplicáveis neste tipo de operação, é adotada a “Tabela Referencial de Composição do Preço do Milho Importado”;
- o produto é entregue ao comprador no armazém onde está depositado, correndo por conta do mesmo as despesas com o transporte. Nos armazéns próprios, as despesas adicionais, inclusive serviços de braçagem, são de responsabilidade da Conab.

Os preços de venda, a área de abrangência, a clientela e demais procedimentos operacionais e financeiros do Programa estão definidos no Título 22 – Programa de Abastecimento Social/Venda em Balcão, do Manual de Operações da Conab - MOC.

Em 2010, as vendas em balcão de produtos dos estoques públicos (incluindo os originários de aquisições da Agricultura Familiar), cujo desempenho está vinculado à disponibilidade do produto e à atratividade do seu preço de venda, realizadas em unidades próprias e de terceiros (Cascavel, Maringá, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa, Querência do Norte, São João e Toledo), totalizaram 3.828 toneladas de milho em grãos e arroz, em 209 atendimentos.

QUADRO- 82 - DEMONSTRATIVO DE VENDAS EM BALCÃO
EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010

Unidade	2008			2009			2010		
	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Nº Clientes	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Nº Clientes	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Nº Clientes
Cascavel	159	64.281,58	9	0	0,00	0	51	18.033,00	4
Guarapuava	210	84.744,18	14	0	0,00	0	0	0,00	0
Mal Cândido Rondon	95	39.449,68	9	0	0,00	0	0	0,00	0
Maringá	142	55.764,71	7	0	0,00	0	523	185.464,00	27
Medianeira	222	87.504,89	18	0	0,00	0	48	16.660,00	3
Pato Branco	0	0,00	0	0	0,00	0	544	196.823,00	32
Ponta Grossa	42	17.250,09	3	0	0,00	0	136	50.191,00	11
Querência do Norte	0	0,00	0	0	0,00	0	3	1.370,37	1
Sta Isabel do Oeste	17	6.818,70	2	0	0,00	0	0	0,00	0
São João	0	0,00	0	0	0,00	0	2.342	837.186,00	123
Toledo	118	47.440,11	8	0	0,00	0	183	64.120,00	8
Três Barras do Paraná	5	1.987,00	1	0	0,00	0	0	0,00	0
Total	1.009	405.240,94	71	0	0,00	0	3.828	1.369.847,37	209

2.4.4. Levantamento da Produção, Custos e Estoques Privados do Café

O Programa 0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira, constante do Plano Plurianual - PPA 2008-2011 -, instituído pela Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e da Lei Orçamentária Anual - LOA nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, e sob a responsabilidade da Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE/MAPA, tem o objetivo de implementar políticas dos setores público e privado, que propiciem a geração de renda e desenvolvimento da cadeia agroindustrial do café, além de promover geração de divisas, emprego e inserção social de forma sustentável. Destina-se também ao desenvolvimento de pesquisas, ao incentivo à produtividade e competitividade dos setores produtivos, qualificação da mão de obra, publicidade e promoção do café brasileiro, nos mercados interno e externo, e prioriza as linhas de financiamento para o custeio, investimento, colheita e pré-comercialização do café, entre outros instrumentos de política agrícola.

Na execução deste Programa, a SPAE e a Conab firmaram parceria objetivando a realização do levantamento da produção, dos custos de produção e estoques privados de café, prevendo o repasse de recursos orçamentários/financeiros da ordem de R\$864.915,00; sendo R\$698.754,19 para o levantamento da safra, R\$44.160,81 para a elaboração dos custos de produção e R\$17.000,00 para o levantamento dos estoques privados. Durante o exercício a Conab recebeu descentralização orçamentária no valor de R\$821.087,00. O Plano de Trabalho elaborado e aprovado previa:

- Realização das avaliações das safras brasileiras de café, pelos métodos objetivo e subjetivo, e continuidade aos estudos de aperfeiçoamento e avaliação dos métodos de estimativa de área cultivada e produtividade da cultura no Brasil, promovendo a uniformização dos modelos estatísticos de estimativas adotados, com o apoio e suporte técnico da rede multi-institucional de parceiros integrantes do Projeto Geosafras, para a aplicação e melhoria destes métodos, utilizando-se instrumentos de geotecnologia no mapeamento das lavouras; e monitoramento e aplicação de modelos agrometeorológicos, nos prognósticos de rendimento.
- Elaboração de planilhas de custo de produção, por meio de pesquisas de coeficientes técnicos e preços junto ao setor produtivo, nas principais regiões produtoras de café do País; e
- Pesquisa dos estoques privados de café, na rede armazenadora que se dedica ao produto, em todo o País.

2.4.4.1. Levantamento da Safra Brasileira de Café

No período de 8 de novembro a 17 de dezembro de 2010, os técnicos da Conab e de Instituições parceiras como: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo - SAA/CATI/IEA, Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A - EBDA, Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná - SEAB, Departamento de Economia Rural - DERAL, Associação de Assistência Técnica, Extensão Rural do Estado de Rondônia - EMATER/RO e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, visitaram municípios dos principais estados produtores de café (Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Paraná, Rondônia e Rio de Janeiro que correspondem a 98,0% da produção nacional), para a realização de entrevistas e aplicação de questionários aos informantes previamente selecionados, objetivando a realização da quarta estimativa de produção da safra de café de 2010 e a primeira estimativa de safra para 2011.

A safra de café beneficiado no País em 2009/10, fechou com uma produção de 48,09 milhões de sacas de 60 quilos. O resultado representa um acréscimo de 21,85% ou 8,62 milhões de sacas, quando comparado com a produção de 39,47 milhões de sacas obtidas na safra 2009. Tal crescimento é justificado pelo ano de bienalidade positiva, aliado às condições climáticas favoráveis durante o ciclo da cultura.

Quando comparada à safra anterior, observa-se uma redução de 0,78% ou de 16.284 hectares na área de café em produção, passando de 2.092,9 mil hectares para 2.076,6 mil hectares. Essa área que deixou de ser cultivada foi ocupada pelas lavouras de cana de açúcar, sobretudo nos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Em setembro, os baixos índices pluviométricos registrados no norte e nordeste de Minas, no oeste e centro-sul da Bahia e no Espírito Santo favoreceram a maturação e o final da colheita do café, cuja qualidade melhorou bastante em função da diminuição do percentual de grãos verdes na planta. Esse problema ocorreu em função das sucessivas floradas no ano passado e consequente maturação desigual dos frutos.

No entanto, a qualidade do produto permaneceu aquém do esperado, devido às condições meteorológicas ocorridas, durante toda a safra, nas principais regiões produtoras. O clima mais seco nos meses de agosto e setembro fez com que os grãos amadurecessem prematuramente, comprometendo o processo de granação. E, em alguns casos, o longo período de estiagem entre os meses de abril a outubro favoreceu o ataque de pragas, embora os índices de produtividade permanecessem próximos da média.

QUADRO- 83 - DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE CAFÉ - 2009/10

UF/Região	Safra				Variação	
	2009		2010		(c/a)	(d/b)
	Área em produção (ha) (a)	Produção (mil sacas beneficiadas) (b)	Área em produção(ha) (c)	Produção (mil sacas beneficiadas) (d)		
Minas Gerais	1.000.731	19.880	1.006.719	25.155,0	0,6	26,53
Espírito Santo	479.798	10.205	460.193	10.147,0	-4,09	-0,57
São Paulo	182.020	3.423	167.147	4.662,0	-8,17	36,2
Paraná	85.180	1.467	81.874	2.284,0	-3,88	55,69
Bahia	126.170	1.874	139.550	2.292,7	10,6	22,34
Rondônia	154.335	1.547	154.879	2.369,0	0,35	53,14
Mato Grosso	15.272	141	15.186	203,1	-0,56	44,04
Pará	12.407	228	13.500	228,6	8,81	0,26
Rio de Janeiro	13.923	265	13.100	250,1	-5,91	-5,62
Outros	23.073	440	24.477	503,3	6,09	14,39
Total	2.092.909	39.470	2.076.625	48.094,8	-0,78	21,85

FONTE: CONVÊNIO MAPA/SPAE E Conab/DIPAI/SUINF/GEASA

Para a safra 2011, a primeira estimativa de produção total de café (arábica e conilon) indica que o País deverá colher entre 41,89 e 44,73 milhões de sacas de 60 quilos de café beneficiado. O resultado dessa primeira pesquisa representa uma redução entre 12,9% e 7,0%, quando comparada com a produção obtida na temporada anterior. Essa redução se deve ao ano de baixa bionalidade.

A maior redução se dará na produção do café arábica, com queda entre 15,9 e 9,9% (redução entre 5,87 e 3,65 milhões de sacas). Para a produção do robusta (conilon), a previsão aponta desde uma redução de 3,0% a um crescimento de 2,6%, ou seja, redução de 340,3 mil a um aumento de 291,5 mil sacas.

QUADRO- 84 - DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE CAFÉ - 2010/11

UF/Região	Safra					Variação		
	2010		2011			(c/a)	(d/b)	(e/b)
	Área em Produção (em ha) (a)	Produção (mil sacas benef) (b)	Área em Produção (em ha) (c)	Produção (mil sacas beneficiadas)				
				Lim. Inferior (d)	Lim. Superior (e)			
Minas Gerais	1.006.719	25.155,0	997.858	21.219,0	22.709,0	-0,88	-15,65	-9,72
Espírito Santo	460.193	10.147,0	455.777	10.216,1	10.847,9	-0,96	0,68	6,91
São Paulo	167.147	4.662,0	167.147	3.283,5	3.564,3	0	-29,57	-23,55
Paraná	81.874	2.284,0	76.000	1.630,0	1.800,0	-7,17	-28,63	-21,19
Bahia	139.550	2.292,7	139.725	2.495,8	2.655,6	0,13	8,86	15,83
Rondônia	154.879	2.369,0	154.879	1.856,9	1.971,8	-	-21,62	-16,77
Mato Grosso	15.186	203,1	15.186	203,1	203,1	-	-	-
Pará	13.500	228,6	13.500	228,6	228,6	-	-	-
Rio de Janeiro	13.100	250,1	13.100	250,1	250,1	-	-	-
Outros	24.477	503,3	24.477	503,3	503,3	-	-	-
Total	2.076.625	48.095	2.057.649	41.886,4	44.733,7	-0,91	-12,91	-6,99

FONTE: CONVÊNIO MAPA/SPAE E Conab/DIPAI/SUINF/GEASA

A área total estimada é de 2.280,6 mil hectares, ou seja, 0,4% inferior à safra passada (2.289,2 hectares). A área em produção totaliza 2.057,6 mil hectares, inferior em 0,9% à safra 2010, enquanto que a área em formação, ou seja, aquela que ainda não entrou no processo produtivo, apresenta crescimento de 4,8% em comparação com a safra passada.

QUADRO- 85 - DEMONSTRATIVO DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DO PARQUE CAFEIEIRO SAFRA 2011

UF/Região	Parque Cafeeiro				Produção (Mil sacas beneficiadas)						Produtividade (Sacas/ha)	
	Em Formação		Em Produção		2011							
	Área (em ha)	Cafeeiros (mil covas)	Área (em ha)	Cafeeiros (mil covas)	Arábica		Robusta		Total			
					Limite Inferior	Limite Superior	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Inferior	Limite Superior
Minas Gerais	144.490	519.593	997.858	3.073.595	20.975,0	22.449,0	244,0	260,0	21.219,0	22.709,0	21,26	22,76
Espírito Santo	31.972	108.527	455.777	1.156.408	2.816,9	2.991,2	7.399,2	7.856,7	10.216,1	10.847,9	22,41	23,80
São Paulo	8.634	31.565	167.147	459.082	3.283,5	3.564,3	-	-	3.283,5	3.564,3	19,64	21,32
Paraná	13.500	67.000	76.000	273.000	1.630,0	1.800,0	-	-	1.630,0	1.800,0	21,45	23,68
Bahia	9.031	33.002	139.725	321.339	1.795,4	1.911,8	700,4	743,8	2.495,8	2.655,6	17,86	19,01
Rondônia	6.955	11.295	154.879	114.860	-	-	1.856,9	1.971,8	1.856,9	1.971,8	11,99	12,73
Mato Grosso	6.307	14.638	15.186	33.865	16,3	16,3	186,8	186,8	203,1	203,1	13,37	13,37
Pará	150	335	13.500	30.105	-	-	228,6	228,6	228,6	228,6	16,93	16,93
Rio de Janeiro	150	405	13.100	27.437	237,6	237,6	12,5	12,5	250,1	250,1	19,09	19,09
Outros	1.716	6.008	24.477	60.371	201,3	201,3	302,0	302,0	503,3	503,3	20,56	20,56
Total	222.905	792.368	2.057.649	5.550.062	30.956,0	33.171,5	10.930,4	11.562,2	41.886,4	44.733,7	20,36	21,74

FONTE: CONVÊNIO MAPA/SPAE E Conab/DIPAI/SUINF/GEASA

2.4.4.2. Levantamento dos Custos de Produção

Objetivando a atualização dos custos de produção e coeficientes técnicos para elaboração da proposta de preços mínimos da PGPM e do PGPAF, Foram realizadas visitas a produtores dos seguintes estados:

- Bahia - Ilhéus
- Goiás – Cristalina, Itapuranga e Orizona.
- Mato Grosso do Sul – Nioaque e Sidrolândia.
- Minas Gerais – Buritizeiro, Porteirinha e Rio Pardo de Minas.
- Paraíba – Cajazeiras.
- Paraná – Querência, Ivaiporã, Prudentópolis, São Mateus do Sul, Paranacity, Marechal Cândido Rondon, Francisco Beltrão, São Miguel do Iguaçu e Assis Chateaubriand.
- Rio Grande do Sul – Ijuí, Restinga Seca e Santa Maria
- Santa Catarina – Itapiranga, Campos Novos, Canoinhas, Mafra, Pouso Redondo, Rio do Sul e Concórdia.
- Sergipe – Poço Redondo e Poço Verde.

2.4.4.3. Levantamento dos Estoques Privados de Café

- A Conab realizou, no período de 19 de julho a 20 de agosto de 2010, o 7.º Levantamento dos Estoques Privados de Café, objetivando quantificar o estoque de passagem ou a quantidade de café em estoque no dia 31/03/2010, data que antecede a entrada da nova safra 2010/11.
- O levantamento efetuado é decorrente da Lei de Armazenagem (Lei n.º 9.973, de 9 de maio de 2000) e de seu Decreto Regulamentador (Decreto n.º 3.855, de 03 de julho de 2001), que tem como um de seus objetivos: “suprir a demanda por informações a respeito dos estoques dos principais produtos agropecuários que, em conjunto com outras informações, venham subsidiar o planejamento estratégico e a adoção de políticas para regularizar o abastecimento interno dos referidos produtos, via monitoramento periódico de todos os elos da cadeia agrícola”.
- Para a realização deste levantamento foram encaminhados 1.118 formulários a estabelecimentos cadastrados e/ou entidades representativas, que integram a cadeia produtiva do café. Deste total 70,3% foram devolvidos à Conab, sendo que 67% estavam devidamente preenchidos e foram validados para a contagem dos volumes de estoque e 3,3% devolvidos pelo correio por motivos variados.

Em relação aos estoques apurados nos exercícios anteriores, verificou-se redução de 38,97%, 13,71%, 49,13% e 8,02% nos exercícios de 2009, 2008, 2007 e 2006, respectivamente.

QUADRO- 86- DEMONSTRATIVO DE ESTOQUES APURADOS, POR SEGMENTO E UF

UF	Estoques Finais em 31/12 (mil sacas de 60 kg)									
	2006		2007		2008		2009		2010	
	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon
MG	6.812	45	12.719	38	7.022	70	10.382	42	6.080	23
ES	512	129	529	456	471	531	613	345	373	457
SP	997	101	2.396	69	1.179	34	1.678	57	828	91
PR	566	78	652	67	522	49	742	107	419	35
Outros	391	93	485	172	393	94	590	100	546	92
Total	9.278	446	16.781	802	9.587	778	14.005	651	8.245	699
	9.724		17.583		10.365		14.656		8.944	

FONTE: DIPAI/SUINF

Quanto à distribuição espacial e por entidade, verifica-se forte concentração no Estado de Minas Gerais, com 68,24% do estoque apurado, sendo que as cooperativas instaladas naquele estado detinham 27,77% do estoque total.

QUADRO- 87 – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E POR ENTIDADE DOS ESTOQUES DE CAFÉ

UF	Entidades					Total	Participação (%)
	Indústrias	Solúveis	Exportadores	Cooperativas	Outros		
AC	147					147	0,00
AM	4.856					4.856	0,05
BA	20.569		70.650	105.088	14.503	210.810	2,36
CE	26.706					26.706	0,30
DF	14.534					14.534	0,16
ES	60.333		245.928	162.094	361.350	829.705	9,28
GO	123.349				32.320	155.669	1,74
MG	267.915	305	1.445.838	2.484.212	1.905.342	6.103.612	68,24
MS	883				182	1.065	0,01
MT	3.857			82	2.592	6.531	0,07
PB	14.174					14.174	0,16
PE	9.108					9.108	0,10
PR	36.842	40.098		146.777	230.719	454.436	5,08
RJ	11.988				494	12.482	0,14
RN	27.237					27.237	0,30
RO	6.829			215	1.012	8.056	0,09
RS	109					109	0,00
SC	19.760				93	19.853	0,22
SE	126.607					126.607	1,42
SP	84.159	11.568	364.102	298.457	160.005	918.291	10,27
Total	859.962	51.971	2.126.518	3.196.925	2.708.612	8.943.988	100,00

FONTE: DIPAI/SUINF/GEINT

A despesa executada para o desenvolvimento da avaliação de safra e nos demais levantamentos, foi de R\$724.412,33, destacando-se os Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica e diárias, com participação de 71,92% e 18,07%, respectivamente, conforme detalhado no quadro a seguir.

QUADRO- 88 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA

UF	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	
AM	282,00	-	-	-	282,00
BA	4.737,00	1.465,06	-	-	6.202,06
CE	1.034,00	429,68	-	-	1.463,68
DF	48.068,50	6.126,63	27.252,22	520.844,00	602.291,35
ES	3.196,00	902,01	1.036,40	-	5.134,41
GO	10.810,00	1.805,04	-	-	12.615,04
MA	2.256,00	1.440,00	-	-	3.696,00
MG	34.404,00	7.876,86	15.369,27	85,75	57.735,88
PB	846,00	142,12	-	-	988,12
PE	2.538,00	485,61	-	-	3.023,61
PR	562,50	-	918,16	-	1.480,66
RO	1.034,00	469,19	-	17,00	1.520,19
SC	2.538,00	1.050,49	12,30	-	3.600,79
SP	17.578,00	3.276,03	1.704,15	36,36	22.594,54
TO	1.034,00	750,00	-	-	1.784,00
Total	130.918,00	26.218,72	46.292,50	520.983,11	724.412,33

2.4.5 - ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE CANA-DE-AÇÚCAR

A Conab, em um programa de cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, realizou durante os dias 29 de novembro a 12 de dezembro de 2010, o terceiro levantamento da safra 2010/11 de cana de açúcar.

Nesta etapa, as visitas atingiram praticamente todas as unidades de produção sucroalcooleira. O objetivo do levantamento é consolidar os números finais da safra na região centro-sul e indicar o desenvolvimento da safra nas regiões norte e nordeste.

De acordo com a metodologia da Conab, os dados são obtidos diretamente dos informantes das próprias unidades de produção, através de questionários aplicados pelos técnicos da Companhia. As informações geradas neste relatório, além de serem oriundas de fontes primárias, são analisadas criticamente por unidade produtora e consolidadas em nível de Unidade de Federação.

A lavoura de cana de açúcar continua em expansão no Brasil. O levantamento indica aumento de área em todas as regiões, destacando os Estados da Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e Tocantins. Lembrando também que novas usinas entraram em funcionamento nesta safra sendo 3 em Minas Gerais, 2 em São Paulo e Goiás, 1 em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro.

A estiagem prolongada na região centro-sul e a má distribuição das chuvas na região norte e nordeste explicam a redução, no geral, da produtividade. Por outro lado, o comportamento do clima favoreceu as operações de colheita, aumentou a concentração da sacarose na cana, mas prejudicou o terço final do desenvolvimento dos canaviais colhidos nesta safra.

Importante citar que as condições climáticas adversas, observadas no decorrer de 2010, poderão afetar a produtividade na próxima safra (2011/12), uma vez que a estiagem tende a dificultar o processo de desenvolvimento da lavoura.

A previsão do total de cana que será moída na safra 2010/11 é de 624.991 mil toneladas, com incremento de 3,4% em relação à safra 2009/10, o que significa que haverá 20.477 mil toneladas a mais para moagem nesta safra.

Com exceção da região sul, que teve a produção reduzida em 3,4% as demais regiões apresentam incremento em sua matéria prima, destacando-se as regiões norte (39,2%) e centro-oeste (24,2%).

Do total da cana esmagada, 288.715,1 mil toneladas (46,2%) foram destinadas à produção de açúcar e 336.204,1 mil toneladas (53,8%) destinadas à produção de etanol.

QUADRO- 89-DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO DE CANA DE AÇÚCAR**SAFRAS 2009/2010 e 2010/2011**

UF	Área (Em mil há)			Produção (em mil t)			Destinação (Em mil t)	
	Safr		Var (%)	Safr		Var (%)	Indústria Sucroalcooleira	
	2009/10	2010/11		2009/10	2010/11		Açúcar	Etanol
AL	448,0	438,6	-2,1	24.504,5	26.752,8	9,2	18.218,7	8.534,1
AM	3,8	3,8	-1,1	211,8	345,7	63,2	200,1	145,6
BA	37,4	42,6	13,8	2.947,1	3.259,2	10,6	1.157,0	2.102,2
CE	2,3	2,8	17,9	154,4	180,4	16,8	-	180,4
ES	68,0	68,7	0,9	4.009,6	3.484,0	-13,1	801,3	2.682,7
GO	471,9	599,3	27,0	40.092,5	47.980,8	19,7	13.266,7	34.714,1
MA	39,4	42,1	6,9	2.209,4	2.551,7	15,5	137,8	2.413,9
MG	588,8	649,9	10,4	49.923,4	55.198,1	10,6	23.867,7	31.330,4
MS	265,4	396,2	49,3	23.297,8	34.333,2	47,4	11.364,3	22.968,9
MT	203,0	207,1	2,0	14.045,6	13.835,1	-1,5	3.402,1	10.433,0
PA	10,9	10,0	-8,4	623,4	540,0	-13,4	234,9	305,1
PB	115,5	111,8	-3,2	6.320,0	5.349,9	-15,3	1.588,9	3.761,0
PE	321,4	346,8	7,9	17.805,6	18.783,8	5,5	13.486,8	5.297,0
PI	13,6	13,3	-2,2	1.014,0	836,9	-17,5	364,1	472,8
PR	536,0	582,3	8,7	45.502,8	43.905,2	-3,5	23.515,6	20.389,6
RJ	45,8	51,3	12,0	3.260,0	2.643,5	-18,9	1.467,1	1.176,4
RN	67,0	65,7	-2,0	3.472,5	2.994,2	-13,8	1.832,5	1.161,7
RO	1,8	2,6	47,8	111,3	146,5	31,6	-	146,5
RS	1,0	1,7	63,3	48,5	85,6	76,5	-	85,6
SE	37,9	37,0	-2,4	2.249,7	2.200,9	-2,2	550,2	1.650,7
SP	4.129,9	4.357,0	5,5	362.664,7	359.235,5	-0,9	173.259,3	185.976,2
TO	0,7	3,1	350,3	45,1	348,0	671,6	-	348,0
Total	7.409,6	8.033,6	8,4	604.513,7	624.991,0	3,4	288.715,1	336.275,9

FONTE: DIPAI/SUINF/GEASA

Para o açúcar, a previsão é de crescimento, passando de 33.074,7 mil toneladas na safra passada para 38.675,6 mil toneladas na nova temporada, significando um aumento de 16,9%. O aumento se dá na região norte (52,59%), no nordeste (9,39%), no centro-oeste (48,07%), no sudeste (13,98%) e no sul (25,91%).

QUADRO- 90 - DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR**SAFRAS 2009/2010 e 2010/2011**

UF	Cana de Açúcar Destinada a Produção de Açúcar (Em 1.000t)			Produção de Açúcar (Em 1.000t)		
	Safr		Var. %	Safr		Var. %
	2009/10	2010/11		2009/10	2010/11	
AL	16.455,7	18.218,7	10,7	2.096,2	2.352,2	12,2
AM	112,7	200,1	77,6	8,7	19,5	124,1
BA	1.184,3	1.157,0	-2,3	129,9	139,7	7,5
ES	666,6	801,3	20,2	77,7	93,2	19,9
GO	11.247,6	13.266,7	18,0	1.392,1	1.832,9	31,7
MA	118,8	137,8	16,0	15,9	17,3	8,8
MG	20.879,0	23.867,7	14,3	2.685,8	3.244,1	20,8
MS	6.199,7	11.364,3	83,3	746,8	1.488,9	99,4
MT	3.299,3	3.402,1	3,1	414,2	458,7	10,7
PA	178,6	234,9	31,5	24,5	31,1	26,9
PB	1.415,4	1.588,9	12,3	183,4	192,6	5,0
PE	12.527,2	13.486,8	7,7	1.478,3	1.644,9	11,3
PI	446,4	364,1	-18,4	53,9	46,0	-14,7
PR	20.186,1	23.515,6	16,5	2.438,1	3.069,7	25,9
RJ	1.600,2	1.467,1	-8,3	176,6	167,1	-5,4
RN	1.823,5	1.832,5	0,5	218,4	235,5	7,8
SE	624,1	550,2	-11,8	118,4	69,4	-41,4
SP	167.214,0	173.259,3	3,6	20.815,8	23.572,8	13,2
Total	266.179,2	288.715,1	8,5	33.074,7	38.675,6	16,9

Para o etanol a previsão é um aumento de 7,5%, passando de um total de 25.762.622,7 mil litros para 27.699.553,8 mil litros.

No que se refere ao etanol anidro, a produção estimada é de 8.107,5 milhões de litros, com estimativa de crescimento de 16,66% em relação à safra 2009/10. A previsão de aumento na produção se concentra nos Estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco e São Paulo.

Em se tratando de etanol hidratado, a produção estimada é de 19.592,1 milhões de litros, com aumento de 4,14% em relação à safra anterior. A produção está concentrada nas regiões centro-oeste e sudeste que respondem por 87,46% do etanol produzido no país, sendo os maiores produtores os Estados de São Paulo (54,26%), Goiás (11,61%), Minas Gerais (10,35%), Mato Grosso do Sul (7,39%) e Paraná (6,96%).

QUADRO- 91 -DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO DE ÁLCOOL

UF	Cana de Açúcar Destinada a Produção de Etanol (Em 1.000t)			Produção de Etanol (Em 1.000l)								
				Etanol Anidro			Etanol Hidratado			Total		
	Safra		Var. %	Safra		Var. %	Safra		Var. %	Safra		Var. %
	2009/10	2010/11		2009/10	2010/11		2009/10	2010/11		2009/10	2010/11	
AL	8.048,7	8.534,1	6,0	303.988,0	289.983,9	-4,6	318.969,0	381.083,1	19,5	622.957,0	671.067,0	7,7
AM	99,1	145,6	46,9	-	-	-	4.739,0	8.797,3	85,6	4.739,0	8.797,3	85,6
BA	1.762,9	2.102,2	19,2	43.828,0	64.325,4	46,8	74.247,0	90.323,4	21,7	118.075,0	154.648,8	31,0
CE	154,4	180,4	16,8	-	-	-	10.924,0	12.746,3	16,7	10.924,0	12.746,3	16,7
ES	3.343,1	2.682,7	-19,8	111.963,0	96.563,5	-13,8	124.924,0	92.735,0	-25,8	236.887,0	189.298,5	-20,1
GO	28.844,9	34.714,1	20,3	484.995,0	671.244,6	38,4	1.709.245,0	2.275.605,7	33,1	2.194.240,0	2.946.850,3	34,3
MA	2.090,6	2.413,9	15,5	109.746,0	145.599,1	32,7	58.751,0	36.444,7	-38,0	168.497,0	182.043,8	8,0
MG	29.044,4	31.330,4	7,9	482.839,0	592.413,1	22,7	1.814.448,0	2.024.253,0	11,6	2.297.287,0	2.616.666,1	13,9
MS	17.098,1	22.968,9	34,3	236.798,0	401.179,7	69,4	1.030.834,0	1.448.650,7	40,5	1.267.632,0	1.849.830,4	45,9
MT	10.746,3	10.433,0	-2,9	271.565,0	280.268,7	3,2	553.789,0	580.366,6	4,8	825.354,0	860.635,3	4,3
PA	444,9	305,1	-31,4	4.113,0	10.623,5	158,3	33.521,0	13.969,7	-58,3	37.634,0	24.593,2	-34,7
PB	4.904,6	3.761,0	-23,3	153.470,0	130.040,9	-15,3	234.276,0	147.142,1	-37,2	387.746,0	277.183,0	-28,5
PE	5.278,4	5.297,0	0,4	140.305,0	188.657,4	34,5	240.093,0	203.997,4	-15,0	380.398,0	392.654,8	3,2
PI	567,6	472,8	-16,7	35.807,0	33.133,0	-7,5	5.146,0	2.465,2	-52,1	40.953,0	35.598,2	-13,1
PR	25.316,8	20.389,6	-19,5	367.385,0	276.709,0	-24,7	1.514.002,0	1.362.829,0	-10,0	1.881.387,0	1.639.538,0	-12,9
RJ	1.659,8	1.176,4	-29,1	9.962,0	-	-100,0	103.297,0	83.116,4	-19,5	113.259,0	83.116,4	-26,6
RN	1.648,9	1.161,7	-29,5	51.225,0	40.892,9	-20,2	69.070,0	49.985,2	-27,6	120.295,0	90.878,1	-24,5
RO	111,3	146,5	31,6	-	-	-	8.550,0	12.126,8	41,8	8.550,0	12.126,8	41,8
RS	48,5	85,6	76,5	-	-	-	2.460,0	5.668,5	130,4	2.460,0	5.668,5	130,4
SE	1.357,0	1.650,7	21,6	28.464,2	26.895,3	-5,5	93.926,5	101.082,5	7,6	122.390,7	127.977,8	4,6
SP	195.450,7	185.976,2	-4,8	4.113.387,0	4.858.967,6	18,1	10.805.138,0	10.630.272,9	-1,6	14.918.525,0	15.489.240,5	3,8
TO	45,1	348,0	671,6	-	-	-	2.433,0	28.394,7	1.067,1	2.433,0	28.394,7	1.067,1
Total	338.066,1	336.275,9	-0,5	6.949.840,2	8.107.497,6	16,7	18.812.782,5	19.592.056,2	4,1	25.762.622,7	27.699.553,8	7,5

FONTE: DIPAI/SUINF/GEASA

2.4.6. SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM

A Conab possui sob a jurisdição da SUREG-PR 6 Unidades Armazenadoras, com uma capacidade estática de 579.900 t, conforme demonstrado no quadro abaixo:

**QUARO- 92 – DEMONSTRATIVO DOS ARMAZÉNS PRÓPRIOS LOCLIZADOS NO
ESTADO DO PARANÁ**

Unidade Armazenadora	Quantidade Armazéns	Cap.(t)	Tipo	Endereço
AF-Curitiba	1	3.000	Frigorífico	Rua Gal. Potiguará,n.º 52
	1	1.000	Frigorífico	Rua Gal. Potiguará,n.º 52
Apucarana	1	54.500	Convencional	BR 376, Km 05 Rodovia do Café
Cambé	1	25.800	Silo	Rua Belo Horizonte, n.º 2.726
Paranaguá	1	20.300	Convencional	Av. Cel. José Lobo, n.º 939
Ponta Grossa	1	50.000	Graneleiro	BR 376, Km 510
	1	20.000	Silo Cônico	BR 376, Km 510
	1	75.000	Graneleiro	BR 376, Km 510
	1	75.000	Graneleiro	BR 376, Km 510
	1	75.000	Graneleiro	BR 376, Km 510
	1	75.000	Graneleiro	BR 376, Km 510
Rolândia	1	50.000	Graneleiro	BR 376, Km 510
	1	55.300	Convencional	Rua Tapajós, n.º 761
Total	13	579.900	-	-

Tendo como base de cálculo os quantitativos dos produtos armazenados por terceiros e as tabelas de tarifas de serviços estabelecidas pela Conab, as Unidades Armazenadoras auferem receitas relativas aos serviços, conforme abaixo demonstrado:

QUADRO- 93– RECEITA DA ARMAZENAGEM COM PRODUTOS DE TERCEIROS

EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010

Unidades	Receita de Armazenagem		
	2008	2009	2010
Sede-Sureg/PR	-246737,16	-	152,72
AF-Curitiba	-	103.915,79	1.004.714,12
Apucarana	97.595,17	88.557,96	127.336,87
Cambé	1.173.704,08	1.012.186,10	591.328,49
Paranaguá	106.674,76	311.880,35	44.210,49
Ponta Grossa	11.739.117,65	12.807.640,13	7.338.889,02
Rolândia	272.731,60	470.307,75	310.904,88
Total-Sureg	13.143.086,10	14.794.488,08	9.417.536,59

Fonte: Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE

No quadro abaixo demonstra-se os estoques médios, calculados ao final de cada mês, depositados em cada Unidade Armazenadora, a saber:

QUADRO- 94– ESTOQUES MÉDIOS DEPOSITADOS

EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010

Unidades	Estoques Médios Depositados (em t)								
	2008			2009			2010		
	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total
AF-Curitiba				0	197	197	1	1097	1098
Apucarana	1.320	1.054	2.374	8.323	2.347	10.670	13.354	714	14.068
Cambé	1.374	14.462	15.836	206	17.296	17.502	8.369	7.706	16.075
Ponta Grossa	7.605	156.522	164.127	131.003	208.894	339.897	201.019	100.744	301.763
Paranaguá	0	3.383	3.383	0	14.846	14.846	0	0	0
Rolândia	4.728	2.728	7.456	5.948	4.920	10.868	10.339	2.715	13.054
Total	15.027	178.149	193.176	145.480	248.500	393.980	233.082	112.976	346.058

FONTE:SUARM/GEARM

3 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não houve ocorrências

4 – RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO- 95 - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

ANO DE INSCRIÇÃO	INSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
2006				
2007	3.402,17			3.402,17
2008	338,04			338,04
2009	4.712.674,18	3.530,59	4.682.848,27	26.295,32
2010	2.041.303,30			2.041.303,30

FONTE:SUREG-PR/GEFAD/SECON

QUADRO- 96 - RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

ANO DE INSCRIÇÃO	INSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
2006				
2007				
2008				
2009 (*)	42.225.939,20	6.896.502,49	35.324.569,81	4.866,90
2010 (**)	17.952.275,81			17.952.275,81

FONTE:SUREG-PR/GEFAD/SECON

(*) Aumento significativo em 2009 de inscrições tendo em vista que no mês 12/2009 foram registrados considerado volume de compras de produtos café e trigo adquiridos através dos programas Mercado de Opção e Aquisição do Governo Federal, respectivamente, e produtos para comporem as cestas de alimentos, bem como, foram registrados despesas de fretes, armazenagem e projetos do Programa de Aquisições de Alimentos – PAA, não sendo possível suas apropriações/liquidações e pagamentos

(**) O valor registrado corresponde a projetos do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) em andamento, despesas com armazenagem em armazéns de terceiros, com fretes relativos a remoções de produtos e custeio, não sendo possível suas apropriações, liquidações e pagamentos, ficando registrados apenas em empenhos emitidos.

5 – INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS

5.1. COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados celetistas, contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre

provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de funcionários terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento, que do quadro de pessoal 2.480 vagas estão destinadas a recepcionar os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, a quais deverão ser extintas à medida que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada por Regional.

No fim do exercício, a SUREG - PR contava com 125 empregados, sendo 120 em efetivo exercício na Regional e os demais cedidos a outros órgãos públicos ou em licença não remunerada, conforme detalhado no quadro a seguir.

QUADRO 97 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS

Em 31/12/2010

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Lotação Autorizada	Lotação Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	0	5	0	0
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	0	0	0	0
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
1.2.2 Servidor de Carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	5	0	0
1.4.1 Cedidos	-	1	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença Remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	4	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	0	29	0	0
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0
2.2.1 Servidor de Carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas	0	29	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	29	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
Total	0	34	0	0

FONTE: SUMOC/GECAV

Do quadro de empregados 35 apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a 28,0% do corpo funcional. O vínculo empregatício mediante contrato padrão aplica-se aos demais empregados, incluídos os concursados cujas admissões ocorreram mais recentemente.

QUADRO 98 - DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÃO DO EFETIVO, POR SITUAÇÃO CONTRATUAL

Em 31/12/2009 e 31/12/2010

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	Sureg-PR		Variação
	31/12/09	31/12/10	
Contrato Padrão	90	90	-
Reintegrado (Transitado)	6	6	-
Reintegrado Liminar	-	-	-
Anistiado (Transitado)	6	6	-
Anistiado (Liminar)	1	-	(1)
Anistiado (Lei 8878/94)	18	23	5
Total	121	125	4

FONTE: DIRAD/SUREH

A faixa etária entre 41 a 50 anos apresenta concentração de 44,8% do número de empregados, seguida pela faixa entre 51 a 60 anos com 41,6%, conforme detalhado no quadro a seguir.

QUADRO 99 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA

Em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária					Total
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60	
1. Provimento de cargo efetivo	2	4	56	52	11	125
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	0
1.2 Servidores de Carreira	2	4	55	52	11	124
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	1	-	-	1
2. Provimento de cargo em Comissão	0	0	0	0	0	0
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	0
2.3 Funções Gratificadas	-	-	-	-	-	0
3. Total	2	4	56	52	11	125

FONTE: DIAPI/SUTIN

Do quadro de empregados 37,6% possuem curso superior com especialização/mestrado/doutorado ou não, conforme detalhado no quadro a seguir.

QUADRO 100 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	16	11	43	16	8	0	1	0	95
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1.2 Servidores de Carreira	-	-	16	11	42	16	8	-	1	-	94
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
2. Provimento de cargo em Comissão	0	0	0	1	7	11	9	2	0	0	30
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
2.3 Funções Gratificadas	-	-	-	1	7	11	9	2	-	-	30
3. Total	0	0	16	12	50	27	17	2	1	0	125

LEGENDA: Nível de Escolaridade 1-Analfabeto; 2-Alfabetizado sem cursos regulares; 3-Primeiro grau incompleto; 4-Primeiro grau; 5-Segundo grau ou técnico; 6-Superior; 7-Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8-Mestrado; 9-Doutorado; 10-Não Classificada

FONTE: SUMOC/GE CAP

Além dos empregados a Regional contava com 11 estagiários de nível superior e 9 de nível médio, com custo anual de R\$71.804,20 (salário mais auxílio transporte).

QUADRO 101 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS
Em 31/12/2010

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Vagas Aprobadas	Quantitativo de vagas preenchidas em Dez/2010	Custo do Exercício (em R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre			
Nível Superior	10	11	11	11	24	20	154.232,39
Área Fim	8	9	9	9			
Área Meio	2	2	2	2			
Nível Médio	11	11	10	9			
Área Fim	9	9	8	8			
Área Meio	2	2	2	1			
Total	21	22	21	20	24	20	154.232,39

FONTE: SUREH/GEPEs

Com referência ao Quadro de Custos de Recursos Humanos, o sistema de folha de pagamentos utilizados pela Conab em sua arquitetura não foi prevista a segregação de informações na forma solicitada pelo Tribunal de Contas da União, ou seja, não foi possível retirar do grupo de servidores de carreira os valores referentes aos empregados ocupantes de funções gratificadas. Os ajustes necessários serão providenciados no decorrer do exercício de 2011.

QUADRO 102 – QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS
Exercícios de 2008, 2009 e 2010

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens fixas (Em R\$)	Despesas Variáveis (Em R\$)						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Servidor de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	9.994.736,67	0,00	1.389.034,38	10.825,68	0,00	0,00	0,00	11.394.596,73
2009	10.836.271,21	0,00	1.413.655,92	11.397,36	0,00	0,00	0,00	12.261.324,49
2010	12.229.628,00	0,00	1.501.394,48	12.244,64	0,00	0,00	0,00	13.743.267,12
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	137.700,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	137.700,36
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SUTIN

Os quadros a seguir apresentam de forma detalhada a formação do quadro de mão de obra terceirizada que tiveram vigência no exercício de 2010.

5.2. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DO OBRA

QUADRO 103 - COMPOSIÇÃO E CUSTO DE RECURSOS HUMANOS QUADRO TERCEIRIZADO EXERCÍCIOS DE 2008 A 2010

INALIDADES/ EXERCÍCIOS	CONSERVAÇÃO E VIGILÂNCIA		APOIO ADMINISTRATIVO		ATIVIDADE DE ÁREA FIM		ESTAGIÁRIOS	
	QTD	CUSTO	QTD.	CUSTO	QTD.	CUSTO	QTD.	CUSTO
2008	38	845.040,57	8	41.706,58	8	117.174,99	14	95.792,40
2009	52	1.186.188,87	8	201.859,81	21	160.872,97	20	125.621,34
2010	51	1.310.706,66	8	437.898,36	11	94.445,33	20	154232,39

FONTE:GEFAD/SETAD

1. As despesas com Vigilância Ostensiva referem-se as Unidades Armazenadoras: Frigorífico, Apucarana, Cambé, Jacarezinho, Ponta Grossa, Rolândia e Superintendência Regional
2. As despesas com Limpeza e Conservação referem-se as Unidades: Frigorífico, Rolândia e Superintendência Regional
3. O valor destacado como “Atividade Área Fim”, referem-se as despesas com honorários advocatícios e programas:PCMO, PPRA e ambientais.

QUADRO 104 - DEMONSTRATIVO DOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE ÁREA FIM

1. EXERCÍCIO DE 2009

Natureza	Contrato	Empresa Contratada	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Situação
			Início	Fim	Médio		Superior		
					AT	EF	AT	EF	
O	027/2009	Mega Business Ltda. CNPJ 03.514.206/0001-28	31/12/10	30/12/11	—	—	—	—	A

FONTE:GEFAD/SETAD

OBSERVAÇÃO: Quanto ao nível de escolaridade, informa-se que a empresa foi contratada pelo tipo de serviço e não pelo nível de escolaridade

No contrato não se estabelece o número de pessoas e sim de atividades a serem desenvolvidas.

O valor da despesa está inserido no campo APOIO ADMINISTRATIVO do quadro acima.

A empresa contratada disponibiliza pessoas, por mês, para executarem tarefas referentes a Operação de Máquinas e Equipamentos, Eletricista e Mecânico de Manutenção.

5.3. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

5.3.1. Análise Crítica sobre Composição dos Recursos Humanos

O processo de criação da Conab, decorrente da fusão de três empresas públicas, em 1990, se deu de forma intempestiva e sem planejamento e, em um cenário direcionado para a redução de funções públicas, o que acabou gerando um número expressivo de demissões à época. Nesse contexto, herdou um quadro de empregados bastante heterogêneo, baseado em culturas e direitos trabalhistas distintos.

A redução das atividades operacionais, paralelamente à contínua redução do corpo de empregados, somada a períodos de descontinuidade administrativa, impossibilitaram o planejamento de médio e longo prazos, acarretando falta de objetividade nas ações desenvolvidas.

Nesse ambiente, a Companhia implementou, entre 1994 e 2002, sete programas de demissões voluntárias e incentivadas, que resultaram na demissão de 2.866 empregados.

Desta forma, ao final de 2002 a Conab contava com 2.500 empregados, administrando um estoque público de 461.702 toneladas de produtos, com o suporte de 49 unidades armazenadoras estratégicas e com uma atuação mais restrita no âmbito dos programas sociais.

Em 2003 a Conab foi incluída na operacionalização do Fome Zero, passando a implementar também o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e a intensificar a distribuição de cestas de alimentos às populações atingidas por desastres ou a grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional. Programas próprios foram incrementados, como o Vendas em Balcão, acrescidos de novos, como a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-Refap e o Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort que, agregando-se aos já existentes, imprimiram maior dinamismo às competências atribuídas à Companhia desde o processo de fusão.

A reafirmação da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, atividade da maior relevância para o cumprimento da missão institucional da Companhia, ampliou o atendimento aos produtores rurais de forma significativa, mantendo em 2010 um estoque de 7,1 milhões de toneladas de produtos agrícolas, demandando a administração de uma rede armazenadora composta atualmente por 177 armazéns, com capacidade estática para o armazenamento de 2,0 milhões de toneladas de produtos. A PGPM demanda, ainda, a operacionalização de instrumentos de incentivo à comercialização de produtos agropecuários, tais como o PEP e PEPRO que resultaram, neste ano, no escoamento de aproximadamente 15,0 milhões de toneladas de diversos produtos para áreas consumidoras ou para a exportação.

O incremento dessas atividades criou gargalos provocados pelo reduzido número de empregados, principalmente daqueles lotados nas Superintendências Regionais, levando a Companhia a buscar a alternativa de seleção pública para a contratação de novos empregados, em face da necessidade de complementação do quadro, de forma sobretudo qualitativa. Os dois concursos públicos, realizados em 2005 e 2006, e direcionados a candidatos com formação superior, reservou maior número de vagas para Engenheiros Agrônomos/Agrícolas, visando suprir as lacunas existentes em áreas técnico-operacionais, principalmente nas Superintendências Regionais. Foram admitidos, a partir desse período, 446 concursados.

No entanto, os baixos salários dos novos empregados, contratados nas faixas iniciais da carreira, como definido em edital e em razão do plano de cargos vigente, tornaram-se motivo de não retenção desses concursados, daí decorrendo um número significativo de demissionários. Do total de concursados contratados restaram 307 empregados ao final de 2010, correspondendo a 31,2% de desligamentos, em sua maioria por insatisfação salarial.

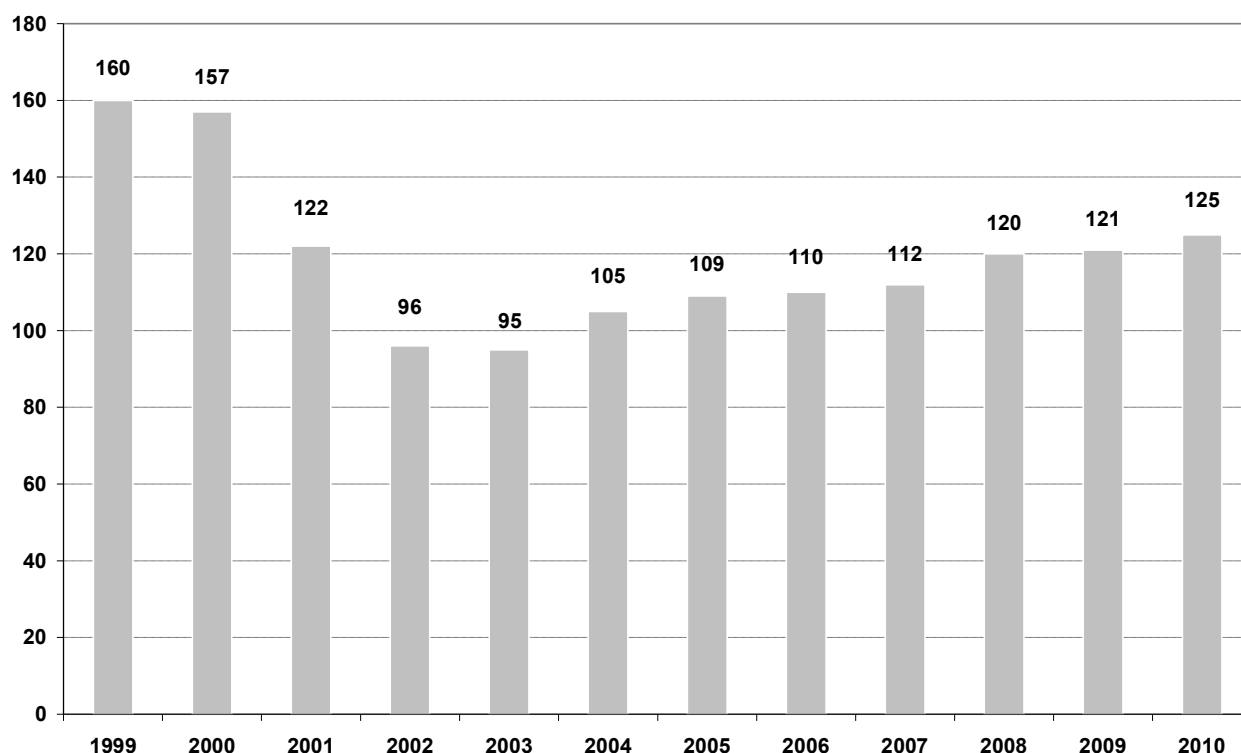
Por outro lado, ao longo dos anos e por determinação judicial, a Companhia vem readmitindo ou reintegrando parte do contingente de empregados demitidos no período pós fusão, inclusive com base na lei de anistia. E, em que pese a existência da Lei n.º 8.878, de 11/05/94, foi somente com a publicação da Portaria n.º 278/01 que efetivamente se deu início ao retorno, em 2004, dos empregados anistiados. O Decreto n.º 6.077, de 2007, intensificou o processo, permitindo o retorno, até o momento, de 1.610 empregados, em cumprimento a esses instrumentos legais. Ao final do exercício de 2010, cerca de 54,2% do quadro funcional compõe-se de empregados que retornaram à Companhia em decorrência dos eventos citados.

Conforme a Portaria n.º 21/2009, do DEST, a Conab está autorizada a gerenciar seu quadro de pessoal próprio, praticando atos de gestão para repor empregados desligados ou que vierem a se desligar do quadro funcional, desde que sejam observados o limite estabelecido e as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

Considerando o limite máximo para o quadro de pessoal próprio da Conab, fixado pelo DEST em 5.076 empregados para o ano de 2010, estando aí incluídas 2.480 vagas destinadas a recepcionar os readmitidos sob a condição de anistiados, este grupo tende a ser ampliado no próximo exercício.

Como parte integrante da Conab, a Sureg-PR apresenta situação idêntica. A figura a seguir mostra a evolução do seu quadro de empregados, na qual se verifica forte redução até o exercício de 2003 e em seguida recomposição parcial do número de empregados.

QUADRO 105- EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGADOS



FONTE: SUREH/GEPES

O retorno dos anistiados reduziu o gargalo gerado pelo reduzido número de empregados, atuando em diversas áreas da Companhia e participando na realização de todas as operações. Mas, em determinados setores, principalmente nas áreas de engenharia, agronomia, contabilidade e de tecnologia da informação, persiste a falta de empregados especializados, causando dificuldades e atrasos na execução de ações, principalmente no segmento operacional.

Na Sureg-PR existe a perspectiva de saída de parte significativa da força de trabalho por motivo de aposentadoria, pois 50,4% do número de empregados tem idade superior a 51 anos, conforme detalhado no quadro a seguir.

QUADRO 106 – FAIXA ETÁRIA X TEMPO DE TRABALHO

		Tempo de Serviço									Total
		0 a 5	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 25	26 a 30	31 a 35	35 a 40	Mais de 40	
Faixa Etária	20 a 25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	26 a 30	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
	31 a 35	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	36 a 40	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3
	41 a 45	3	1	-	-	15	1	-	-	-	20
	46 a 50	4	5	-	1	14	11	1	-	-	36
	51 a 55	1	4	1	1	5	8	13	-	-	33
	56 a 60	-	3	-	-	-	6	7	3	-	19
	61 a 65	-	-	-	-	1	2	4	1	-	8
	66 a 70	-	1	-	-	1	-	-	-	-	2
	Mais de 70	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Total		15	14	1	2	36	28	25	4	0	125

FONTE: SUREH

Considerando o limite imposto pelo DEST, a Conab identificou a necessidade de preenchimento das 154 vagas existentes, por meio da realização de concurso público ainda em 2011. Serão priorizadas as áreas da Matriz, principalmente a de Tecnologia da Informação, com 75 vagas, pois atualmente esta área conta com número elevado de mão de obra terceirizada, contratada por meio do PNUD.

A terceirização de mão de obra na Conab não apresenta impactos diretos sobre sua produtividade, pois acontece apenas em tarefas não finalísticas. Os efeitos são indiretos, principalmente no que diz respeito à complementação da capacidade da organização de produzir aplicativos de informática apropriados ao atendimento dos processos de trabalho. A permanência deste grupo é considerado de fundamental importância devido ao pequeno número de empregados especializados, decorrente da incapacidade de retenção de mão de obra em exercícios anteriores devido aos salários oferecidos serem inferiores àqueles praticados no mercado. Além da área de Tecnologia da Informação, a terceirização está presente nos serviços de limpeza, conservação, vigilância e braçagem.

Atualmente, os ingressos no quadro de pessoal ocorrem somente pelo retorno de ex-empregados, seja por decisão judicial ou pela Lei de Anistia, ou, então, por meio de contratos especiais nas funções de diretores, assessores ou conselheiros, sem vínculo empregatício. No outro sentido, a redução ocorre pela rescisão dos contratos especiais, pela solicitação de demissão sem justa causa e por falecimento do empregado.

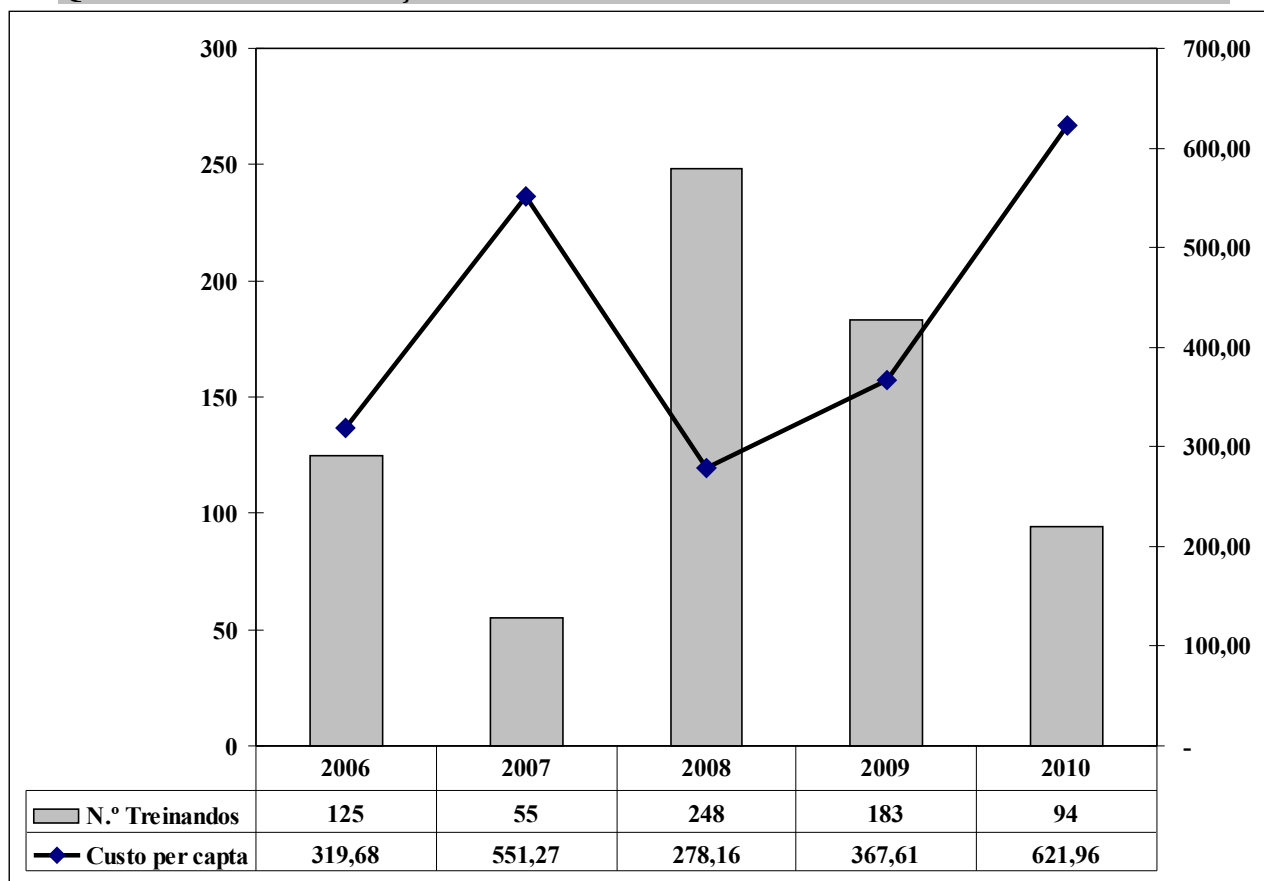
Em 2009, foi aprovado o novo Plano de Cargos, Carreira e Salários da Conab (PCCS-2009) com implantação a partir do mês de janeiro de 2010. A adesão dos empregados ao novo plano implica em renúncia aos benefícios e vantagens previstas no PCCS-91e do correlato Regulamento de Pessoal, podendo ser realizada em qualquer tempo, com efeito a partir da data de adesão. Até o fim do exercício 12 empregados (9,6% do quadro de pessoal) aderiram ao novo Plano.

Para a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços prestados ao governo e à sociedade tem se buscado a melhoria dos níveis de educação e formação do corpo funcional. Neste sentido, são oferecidos cursos em áreas de interesse da Companhia a todos os empregados e, também, incentivos, sob a forma de pecúnia ou por meio da concessão de facilidades (redução da jornada de trabalho, permissão para falta em dias de provas etc) ao retorno aos estudos, em cursos de 3.º grau, especialização, pós-graduação, mestrado e doutorado. Oferece ainda, cursos de 1.º e 2.º graus para empregados e terceirizados, ministrados preferencialmente por empregados, e cursos de

idiomas (inglês e espanhol).

Nos exercícios anteriores houve maior demanda por cursos na área de informática devido a mudanças adotadas pela Companhia nos softwares de trabalho e para treinamento de novos empregados, e, também, em eventos destinados à melhoria no relacionamento pessoal e na motivação para o trabalho, com participação de maior número de empregados e realização por instituições locais, facilitando a realização dos eventos e redução dos custos. Em 2010, verificou-se redução de 48,6% no número de treinandos e aumento de 69,2% no custo *per capita*, devido à participação de empregados em eventos realizados na Matriz, em Brasília, e nos estados de Minas Gerais e de Goiás, com consequente aumento das despesas com diárias e passagens.

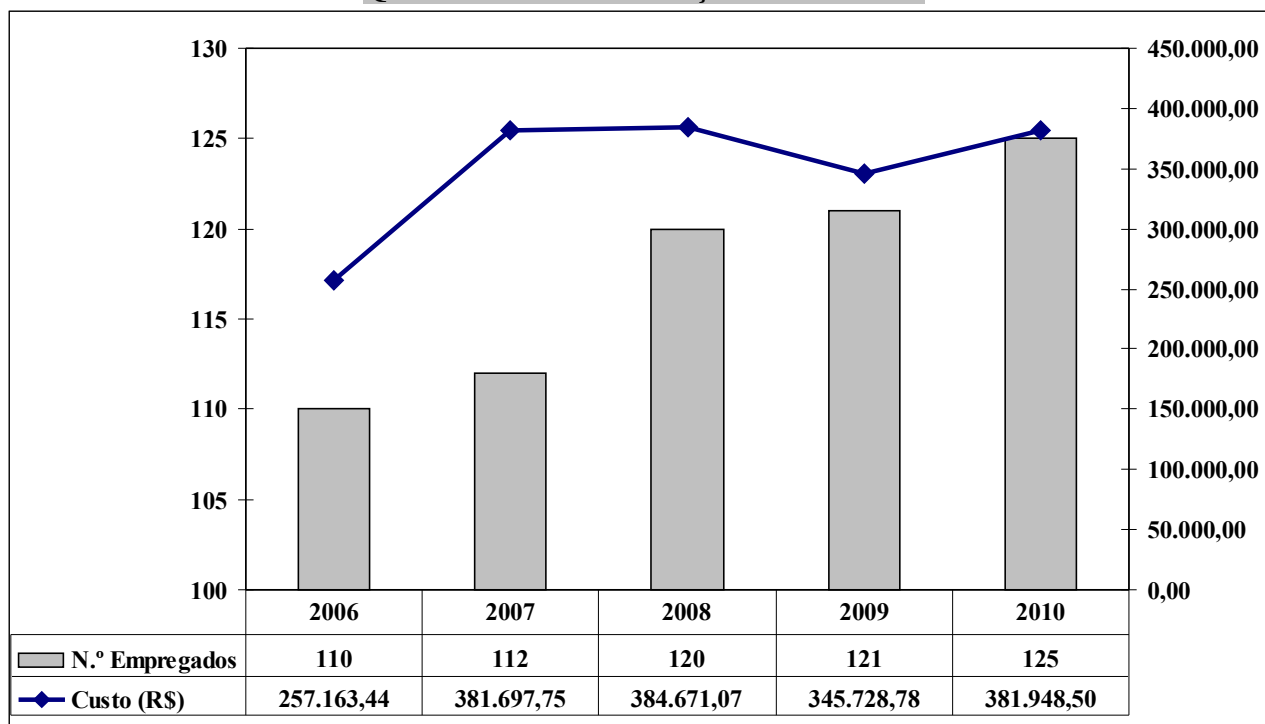
QUADRO 107– EVOLUÇÃO DO N.º DE TREINANDOS E DO CUSTO *PER CAPTA*



FONTE: SUMOC/GECAP E SIAFI

A Companhia considera de fundamental importância, também, a manutenção da saúde física e mental do quadro de empregados. Para tanto, oferece um plano de assistência médica, odontológica e psicológica de auto gestão, não implicando em pagamentos mensais mas em participação nas despesas de acordo com o nível salarial. Além deste, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional-PCMSO inclui a realização de exames periódicos anuais gratuitos e de caráter obrigatório, a todo o corpo funcional e campanhas de vacinação antigripal. Com relação ao ambiente de trabalho, é realizado em todos os setores da Companhia o Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho-LTCAT, com identificação e caracterização de todos os agentes de riscos ocupacionais. Em decorrência dos esforços realizados não foi registrada a ocorrência de acidentes de trabalho em 2010.

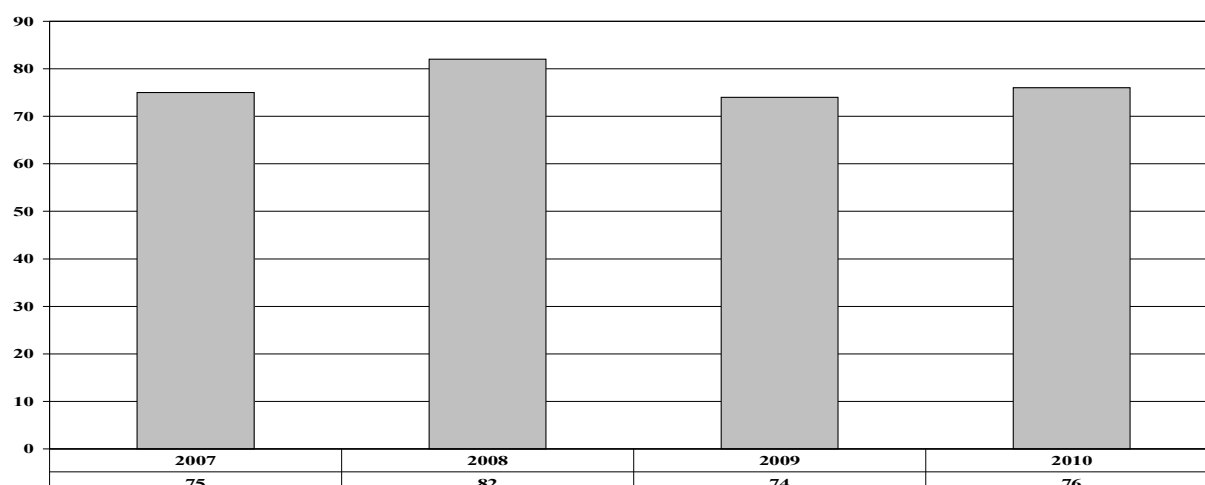
Apesar do pequeno incremento de 3,3% no número de empregados foi registrado crescimento de 10,5% nas despesas com assistência médica e odontológica, devido principalmente ao aumento da faixa etária dos empregados, com maior procura pelos serviços oferecidos pela rede credenciada e, também, pela utilização de procedimentos mais onerosos.

QUADRO 108 – SERVIÇOS DE SAÚDE

FONTE: SUREH/GEBEM E SIAFI

De forma complementar, a Companhia vem elaborando o Perfil Profissiográfico Previdenciário contendo todas as informações relativas à saúde dos empregados, desde as atividades que executam, os agentes nocivos aos quais estão expostos, a intensidade e a concentração desses agentes, os exames médicos clínicos realizados etc.

O retorno dos anistiados, a implantação de novo PCCS, e a não adoção de um sistema de avaliação funcional pela empresa, tem resultado em aumento de demandas relacionadas à justiça trabalhista em quase toda a Conab, principalmente pela busca de isonomia de benefícios e direitos. No fim do exercício havia 76 processos em que a Companhia figura como agente passivo, com incremento de 2,7% sobre a quantidade de 2009.

QUADRO 109 – EVOLUÇÃO DAS DEMANDAS TRABALHISTAS

Fonte: Proge/ Sumaj

Os critérios de classificação quanto aos riscos adotados pela Companhia podem sofrer alterações de acordo com o andamento dos processos nas diversas instâncias. O quadro a seguir apresenta de forma detalhada a situação por Sureg/Matriz e pelo nível de risco.

QUADRO 110 - DEMANDAS TRABALHISTAS, POR SUREG E RISCO

Sureg	Classificação de Risco								Total	
	Praticamente Certo		Prováveis		Risco Possível		Risco Remoto			
	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor
AL	1	150.000,00	6	1.817.000,00	3	410.000,00	14	700.000,00	24	3.077.000,00
AM	-	-	5	60.512,64	75	36.504.103,15	4	60.592,00	84	36.625.207,79
BA	4	500.386,71	9	971.181,54	67	2.768.698,07	108	3.173.005,58	188	7.413.271,90
CE	16	3.965.258,98	31	4.608.184,18	491	27.035.787,50	90	4.864.800,00	628	40.474.030,66
Matriz	15	935.200,67	31	1.008.354,37	182	3.507.023,49	606	3.008.392,24	834	8.458.970,77
ES	14	1.363.478,30	9	446.549,61	6	91.701,00	12	270.265,88	41	2.171.994,79
GO	-	-	1	20.000,00	3	184.588,22	10	391.498,18	14	596.086,40
MA	109	2.530.727,96	90	1.330.687,03	97	1.409.244,67	115	4.427.123,07	411	9.697.782,73
MT	-	-	3	44.938,79	17	667.627,72	13	428.980,05	33	1.141.546,56
MS	-	-	-	-	31	623,05	1	4.231.597,70	32	4.232.220,75
MG	-	-	15	854.500,00	42	5.973.000,00	-	-	57	6.827.500,00
PA	24	2.929.785,82	3	93.511,32	2	85.214,28	-	-	29	3.108.511,42
PB	-	-	60	1.721.819,39	25	778.000,00	6	118.820,81	91	2.618.640,20
PR	21	1.090.169,21	24	1.365.500,00	9	310.000,00	22	20.000,00	76	2.785.669,21
PE	12	415.000,00	60	5.167.000,00	22	768.000,00	100	45.000,00	194	6.395.000,00
PI	-	-	25	5.516.239,00	219	6.487.066,05	43	907.500,00	287	12.910.805,05
RJ	-	-	1	5.158,75	40	3.020.547,47	30	735.378,61	71	3.761.084,83
RN	9	611.853,70	125	7.167.839,19	100	6.407.055,60	12	644.767,60	246	14.831.516,09
RS	8	2.297.578,05	-	-	42	3.029.000,00	129	9.562.000,00	179	14.888.578,05
RO	1	4.500,00	17	1.084.000,00	3	126.000,00	10	286.000,00	31	1.500.500,00
SC	-	-	39	2.544.519,87	3	85.000,00	2	15.191,01	44	2.644.710,88
SP	4	718.780,89	20	15.155.000,00	13	4.340.000,00	1	22.000,00	38	20.235.780,89
TO	-	-	2	100.000,00	-	-	2	668.728,71	4	768.728,71
-	-	-	1	33.129,60	11	3.304.896,00	1	50.000,00	13	3.388.025,60
Total	238	17.512.720,29	577	51.115.625,28	1.503	107.293.176,27	1.331	34.631.641,44	3.649	210.553.163,28

Fonte: Proge

A Conab ainda não desenvolveu indicadores gerenciais para a área de recursos humanos, estando previsto para 2011 a realização de um treinamento sobre a construção de indicadores e, a partir de então, dar início aos trabalhos envolvendo a Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Resultados-Geare, a Superintendência de Recursos Humanos-Sureh e a Superintendência de Modernização e Capacitação-Sumoc.

6 – INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS

Os repasses de recursos orçamentários/financeiros decorrentes de Termos de Cooperação ou Planos de Trabalho, celebrados entre a Conab e outros órgãos públicos, são recebidos pela Matriz (UG 135100) e repassados por meio de Notas de Créditos para execução descentralizada nas Superintendências Regionais da Conab.

7 – DECLARAÇÕES QUE OS CONTRATOS, CONVÊNIOS E OUTROS INSTRUMENTOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADOS NO SIASG E SICONV

7.1. DECLARAÇÃO DO SIASG

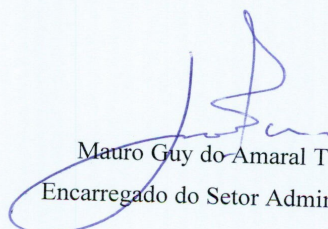


DECLARAÇÃO

Declaramos, para fins de informação perante ao Relatório de Gestão 2010, que a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, utiliza o Sistema Integrada de Administrações Serviços Gerais - SIASG para publicação no Diário Oficial da União os contratos administrativos e Termos Aditivos dos contrato.

Para atualização dos referidos contratos, a CONAB utiliza o **SISTEMA DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – SISCOT**, sendo disponibilizado no site da Companhia.

Curitiba, 15 de março de 2011.



Mauro Guy do Amaral Tumeo
Encarregado do Setor Administrativo

7.2. **DECLARAÇÃO DO SICONV**



DECLARAÇÃO

Declaramos para fins de atendimento aos normativos de elaboração do Relatório de Gestão, que os valores recebidos pela Conab no exercício de 2010, foram provenientes de Termos de Cooperação, e estes não são registrados no SICONV.

Brasília-DF, 21 de fevereiro de 2011.


Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendência de Contabilidade
Superintendente


Mara Nívia Ribeiro Costa
Gerência de Controle de Convênios e
Operações Governamentais
Gerente

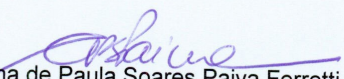
**8 – DECLARAÇÃO SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS
NA LEI 8.730/93 – DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS**



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins previstos na Lei 8.730/93, que os empregados da Superintendência Regional do Paraná, da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, Empresa Pública Federal dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pela Lei nº 8.029 de 12.04.90, autorizaram o acesso por meio eletrônico, às cópias de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, com as respectivas retificações, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda, conforme Art. 1º da Portaria Interministerial MP/CGU nº 298 de 06/09/2007.

Curitiba - PR, 15 de março de 2011.


Carolina de Paula Soares Paiva Ferretti
Setor de Recursos Humanos
Encarregada

9 – ESTRUTURA DE CONTROLES DA UJ

9.1 - Informações Sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação			
Ambiente de Controle	1	2	3	4
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				
Procedimentos de Controle	1	2	3	4
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X		

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação			
20.As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X		
21.As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X	
22.As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4
23.A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X
24.As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X
25.A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X
26.A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X
27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X		
Monitoramento	1	2	3	4
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X
Considerações gerais: Resultado de consenso apurado em reunião com representantes da Diretoria de Operações e Abastecimento-Dirab, Diretoria de Política Agrícola e Informações-Dipai, Diretoria Financeira-Difin e de órgãos vinculados à Presidência (Corregedoria Geral-Coger, Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias-Coamo, Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão-Codag e Gabinete da Presidência-Gabin, na qual os representantes apresentaram a avaliação decorrente de reunião previamente realizadas com os superintendentes das respectivas diretorias, para decisão e avaliação no grupo, visando ao consenso.				
LEGENDA				
Níveis de Avaliação:				
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.				
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.				
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.				
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.				
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.				

10 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? → Descarte de embalagens de agrotóxicos				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). → Aquisição de lenha certificada pelo IBAMA				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? → Uso de Biodiesel				X	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? → Folders e comunicações internas					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?			X		
Considerações Gerais: Para preenchimento do quadro foi efetuada consulta às áreas que mais demandam ações de licitações – Superintendência de Administração-Supad, Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques e Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação-Sutin Outras Informações: 1) A comissão de Coleta Seletiva Solidária da Conab-Matriz doou, até o fim do exercício de 2010, 86,5 toneladas de material reciclável, como papel branco, papelão e plástico, às cooperativas e associações de catadores de Brasília. Também foi arrecadado um total de 3.500 unidades de lâmpadas fluorescentes. A Conab iniciou esta ação em 2007, em cumprimento ao Decreto 5.940/06, que obriga órgãos e entidades da administração pública a separarem seus resíduos recicláveis para doação. A ação também se estende às Superintendências Regionais, que fazem suas doações às instituições locais. 2) Para a aquisição de combustíveis vegetais utilizados no processo de secagem de grãos são exigidos os certificados de registro emitidos por órgãos estaduais, responsáveis pela fiscalização da atividade de comercialização de lenha, assim como a declaração de corte e colheita, ou documento equivalente, com vistas a atender às exigências dos órgãos estaduais quanto à origem do produto e à comprovação de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Quaisquer Recursos Ambientais, do IBAMA. 3) Na aquisição de inseticidas, utilizados no tratamento fitossanitário nos armazéns, a Conab exige dos fabricantes: cópias do certificado de registro atualizado do produto no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, atestado de utilização e eficiência do produto, relatório técnico e bula do produto aprovado pelo MAPA, declaração indicando que o produto não poderá apresentar quaisquer restrições de uso na região onde será utilizado, e indicação do local e endereço para devolução das embalagens vazias. 4) A maioria das unidades que trabalham com grãos possuem equipamentos de controle de emissão de partículas poluidoras, tais como: captadores de pó, retentores de partículas finas nos secadores e filtros de manga, e, para aquelas que ainda não contam com estes equipamentos, a aquisição está em fase de projeto, em cumprimento à Instrução Normativa-MAPA n.º 41. Também, em fase de aquisição, equipamentos para detecção de gases. 5) Também há o reaproveitamento das impurezas retiradas pelas máquinas de pré-limpeza e dos retentores e a fabricação de briquetes de casca de arroz beneficiado, na usina de Rio Formoso-TO. 6) Nas unidades armazenadoras instaladas no Estado de Goiás, que operam sistemas de secagem com derivados de petróleo, foram construídas 'bacias' de contenção em torno dos depósitos de combustíveis para evitar contaminação do solo e da água. 7) Em atendimento a exigências dos órgãos de controle ambiental do Minas Gerais foram elaborados estudos de impacto ambiental das Unidades Armazenadoras de Uberaba e Uberlândia. LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

11.1. Informações Sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário de Propriedade da União ou Locado de Terceiros

A Conab é uma empresa pública federal, a teor do disposto na alínea b do inciso II do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 200/1967, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, criada por Decreto Presidencial e autorizada pela Lei n.º 8.029m de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1.º de janeiro de 1991, integrando a Administração Pública Indireta, tendo personalidade jurídica de Direito Privado, conforme expresso no artigo 173 da Constituição da República.

Assim, por ser uma empresa pública integrante da Administração Pública Descentralizada, a Conab possui personalidade jurídica própria (distinta da União, que é Pessoa Jurídica de Direito Público) e patrimônio próprio, este não se vinculando, portanto, à Secretaria e Patrimônio da União (do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou seja Administração Pública Direta).

Por esse motivo, deixamos de apresentar as informações solicitadas no Quadro “A.11.1 - Discriminação Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União”.

No fim do exercício de 2010, a Conab mantinha 6 imóveis locados de terceiros, a saber

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

EXERCÍCIOS DE 2009 e 2010

Localização Geográfica			Quantidade de Imóveis	
País	UF	Endereço	Exercício	
			2009	2010
Brasil	AP	Rua Hamilton Silva n.º 1.500 – Centro – Macapá – AP	0	1
	BA	Rua Antônio Carlos Magalhães n.º 3.849 – Ed. Capemi 4.º andar – Bloco A – Pitua – Salvador – BA	1	1
	MA	Av. Jerônimo de Albuquerque n.º 6 – Ed. Nena Cardoso – Vinhas – São Luís – MA	1	1
	MG	Rua Professor Antônio Aleixo n.º 756 – Lourdes – Belo Horizonte – MG	1	1
	MS	Av. Mato Grosso – Campo Grande – MS	1	1
	MT	Rua Padre Jerônimo Botelho n.º 510 – Ed. Everest – Dom Aquino – Cuiabá – MT	1	1

DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG		RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesas com Manutenção no Exercício	
					Valor Histórico	Data de Avaliação	Valor da Reavaliação	Imóvel	Instalações
135465	UA-Colatina	-	16	3	-	-	-	-	-
135481	UA-Camburi	-	16	3	-	-	-	-	-
135492	UA-Campos Altos	-	16	4	-	-	-	-	-
135475	UA-Conceição do Rio Verde	-	16	4	-	-	-	-	-
135482	UA-Juiz de Fora	-	16	4	-	-	-	-	-
135491	UA-Perdões	-	16	4	-	-	-	-	-
135474	UA-São Sebastião do Paraíso	-	16	4	-	-	-	-	-
135483	UA-Varginha	-	16	4	-	-	-	-	-
135271	UA-Apucarana	-	16	3	-	-	-	-	-
135331	UA-Bauru	-	16	3	-	-	-	-	-
135486	UA-Carapicuíba	-	16	3	-	-	-	-	-
135531	UA-Bernardino de Campos	-	16	3	-	-	-	-	-
135487	UA-Garça	-	16	3	-	-	-	-	-
135476	Sede Sureg-PB	-	4	2	53.000,00	-	-	-	-
Total Geral					53.000,00				

FONTE: SUPAD/GEPAS

A ausência de maiores informações sobre os armazéns do extinto Instituto Brasileiro do Café - IBC deve-se ao fato de que os mesmos terem sido repassados à Conab por intermédio de despacho ministerial, e atualmente estão em processo de regularização junto à SPU, inclusive com a interveniência da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, dirigida pela Advocacia Geral da União - AGU.

Por esse motivo, a Conab não tem realizado gastos relativos à investimentos nesses imóveis, em razão da precariedade da situação possessória, devendo investir efetivamente quando da regularização das cessões existentes.

12 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

12.1 - Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO 111 – GESTÃO DE TI DA UJ

Requisitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	X				

2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Servidores: 39 Terceirizados: 43				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	BENS: 0% SERV.: 50%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais: Vide relatório a seguir					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

12.2 Tecnologia da Informação

O exercício de 2010 foi destacado pela entrada em produção de várias soluções tecnológicas corporativas e de menor porte, notadamente a conclusão da implantação em âmbito nacional da nota fiscal eletrônica para todas as inscrições administrativas e finalísticas, da Escrituração Fiscal Digital – EFD/SPED Fiscal, assim como o lançamento do novo sítio da Conab e os vários aplicativos de consultas públicas disponibilizados, contemplando informações em tempo real e *on-line*, além da ampliação dos links de longa distância.

12.2.1 Planejamento da área

O Planejamento das ações de TI na Conab tem como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é a principal iniciativa de sustentação do objetivo estratégico “Prover a Companhia de infraestrutura de Tecnologia da Informação atualizada”. É o suporte dos outros

objetivos estratégicos, quais sejam: melhorar a geração de informação e conhecimento; facilitar o acesso às informações e conhecimentos e fortalecer os mecanismos de divulgação; atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos; fortalecer a atuação no segmento da agricultura familiar; articular a modernização do mercado de hortigranjeiros e criar ambiente interno participativo, integrado e motivado.

O PMTI tem, portanto, interseção em 7 dos 21 objetivos do Mapa Estratégico da Companhia, evidenciando-se assim o alinhamento estratégico das ações de TI e a importância destas como fator de apoio ao sucesso da execução das estratégias organizacionais.

O projeto geral preconizou um conjunto de ações e programas de forma a torná-lo uma solução mais completa possível, tendo sido composto originalmente por sete subprojetos, a maioria deles já concluídos, e outros em andamento, principalmente os que envolvem as áreas de desenvolvimento de sistemas, suporte técnico e segurança da informação.

Como um planejamento estratégico de TI de médio prazo, a execução do PMTI norteia as atividades da Sutin desde sua concepção, em 2004, até a presente data. Para tanto, suas ações e programas são priorizados e desmembrados ano a ano, de acordo com o desenvolvimento dessas ações em curso, com as necessidades e as disponibilidades orçamentárias e financeiras.

Outro instrumento que merece destaque nesse contexto é o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, aprovado, e em vigor, para o quinquênio 2007–2011, que se propõe ao atendimento das soluções de TI, abrangendo as seguintes áreas: - Definição das diretrizes de tecnologia; - Arquitetura da rede corporativa; - Diretrizes de contingência e segurança da informação; - Diagrama de integração dos sistemas priorizados; - Organização da função de TI; e - Plano de implementação e acompanhamento.

Sua elaboração levou em consideração diversas prospecções tecnológicas e decisões tomadas pela Companhia em relação à tecnologia da informação, na esteira das demais ações do Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação - PMTI, assim como as diretrizes definidas pelo governo federal, como o e-Gov e o e-Ping.

O PDTI da Conab encontra-se disponibilizado em seu sítio internet no endereço eletrônico <http://www.Conab.gov.br/detalhe.php?a=1060&t=1>.

O Comitê Gestor do Plano foi previsto nas Normas da Organização - NOC, Capítulo 60.213, sendo proposto pela Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação - SUTIN e aprovado pela Diretoria Colegiada em agosto/2007; prevê-se a sua regulamentação para o ano de 2011.

12.2.2 Perfil dos Recursos Humanos envolvidos

O quadro de pessoal permanente da SUTIN necessita urgentemente de recomposição quantitativa para a adequada execução de suas atribuições regimentais. Conforme demonstra o quadro abaixo, mais da metade dos técnicos alocados na área são terceirizados (51%), sendo a quase totalidade dessa terceirização via acordo de Cooperação técnica PNUD/ABC.

Estudos feitos para subsidiar a proposta de realização de concurso público, que se encontra em fase de contratação de empresa especializada, por determinação da Presidência da Companhia, para a elaboração de edital e dos demais procedimentos para a realização do concurso, indicam o quantitativo necessário de 86 técnicos, dentre os diversos perfis para as gerências das áreas de desenvolvimento e suporte técnico da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação. No âmbito das 26 Superintendências Regionais e respectivas unidades armazenadoras vinculadas, identificou-se a necessidade de uma recomposição de 50 profissionais, na área de suporte técnico.

TÉCNICOS DA SUTIN POR TIPO DE VÍNCULO

Tipo de vínculo	Quantidade
Empregados efetivos de TI da Conab (*)	38
Empregados efetivos não de TI da Conab	01
Terceirizados de TI	43
Estagiários de TI	03
Total	85

Fonte: SUTIN

(*) Inclui os técnicos e seis gestores (gerentes das quatro Gerências de Área, Assistente e Superintendente)

TÉCNICOS DA SUTIN POR ÁREA

Área	Quadro Atual			Total
	Próprio	Terceirizado	Estagiário	
Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação - SUTIN	2	0	0	2
Gerência de Sistema e Informação - GESIN	8	4	0	12
Gerência de Engenharia de Software - GESOF	11	35	1	47
Gerência de Administração de Rede e Segurança da Informação - GEASI	6	4	0	10
Gerência de Suporte Técnico - GESUT	12	0	2	14
Total	39	43	3	85

Fonte: SUTIN

12.2.3 Segurança da Informação

102.2.3.1 Segurança Lógica

No que tange à segurança da informação, a SUTIN, desde 2004, vem executando ações visando dotar a Companhia de mecanismos que minimizem as vulnerabilidades e mitiguem os riscos de incidentes de segurança que possam comprometer a integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações armazenadas em sua rede corporativa. Estas ações têm se mostrado eficazes, na medida em que não se tem registro de nenhum incidente de segurança que tenha alguma relevância. No decorrer do exercício de 2010, aliadas a várias outras atividades rotineiras, foram realizadas ações, dentre as quais, cabe destacar:

1. implantação de *firewall* de alta disponibilidade e alta performance;
2. vinculação do *Dynamic Host Configuration Protocol* – DHCP ao endereço físico de todos os equipamentos que acessam a rede corporativa da Conab;
3. análises de vulnerabilidades lógicas interna e externa;
4. monitoramento dos serviços críticos de TI;
5. instalação de nova versão de sistema de detecção de intrusos;
6. implantação de sistema de análise de *logs*;
7. virtualização de serviços críticos visando alta disponibilidade;
8. reestruturação da política de *backup*;

9. elaboração de termo de referência para contratação de nova solução de antivírus mais completa;
- 10 elaboração de anteprojeto de segurança da informação.

No caso específico do anteprojeto de segurança da informação, é importante salientar que a contratação de pessoal para o quadro permanente da Conab facilitará a concepção, os desdobramentos e, sobretudo, a continuidade após a contratação da execução de um projeto dessa magnitude, o qual está orçado em cerca de R\$3 milhões. O escopo previsto no projeto é o seguinte:

- Gestão de Riscos (conformidade com as normas ABNT NBR ISO/IEC 27001:2005, ABNT NBR ISO/IEC 27005:2008 e a Instrução Normativa n.º 01 PR/GSI/DSIC e normas complementares);
- Análise de Processos (normas ABNT NBR ISO/IEC 27001 e melhores práticas do COBIT 4.1 e ITIL V3, utilizando métricas do GMM – *Governance Maturity Model* para análise do *framework* Cobit);
- Tratamento e Respostas a Incidentes
- Análise de Conformidade - ABNT 15.408 (conformidade com boas práticas de segurança nos ambientes/processos de desenvolvimento de sistemas de informação);
- Política e Normas de Segurança da Informação em conformidade com a ABNT NBR ISO 27001 e regulamentações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e toda regulamentação já citada (diretrizes, critérios e procedimentos para elaboração, institucionalização, divulgação e atualização da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) na Conab, retificando ou ratificando as normas em vigor e/ou criando novas, em conformidade com a ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 e Instrução Normativa 03 do Gabinete de Segurança Institucional da PR);
- Gestão de Continuidade de Negócios em conformidade com a ABNT NBR 15.999 e regulamentações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (minimizar os impactos decorrentes de falhas, desastres ou indisponibilidades significativas sobre as atividades da Conab, além de permitir que sejam recuperados ativos da informação em um nível aceitável por intermédio de ações de prevenção, resposta e recuperação);
- Gestão de Segurança da Informação (estruturação e atuação do Comitê Gestor de Segurança da Informação - CGSI, em conformidade com as Normas de Recursos Computacionais da Conab (NOC 60.213), propondo, quando for o caso, mudanças na NOC 60213, bem como as Normativas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.);
- Plano Diretor de Segurança da Informação (plano estratégico para a organização, alinhado com as suas metas, com o intuito de direcionar seus esforços de manutenção, inovação e melhoria dentro da visão de gestão de riscos, visando à diminuição dos impactos decorrentes de falhas de segurança da informação);
- Plano de Campanha de Conscientização e treinamento em Segurança da Informação.

12.2.3.2 Segurança Física

Deverão ser feitos estudos técnicos, com vistas a sua aprovação pela Diretoria, com a consequente alocação de recursos orçamentários e financeiros para mudança de local das instalações e dos empregados da SUTIN, que, atualmente, encontram-se alojados em local

inadequado.

12.2.4 Desenvolvimento e produção de sistemas

Na área de desenvolvimento de sistemas foi dado andamento às ações e projetos previstos no PMTI, pelas gerências de Desenvolvimento de Sistemas de Informação - GESIN e de Engenharia de Software - GESOF. Atenção também foi dada às novas demandas, aos sistemas departamentais e às manutenções corretivas, adaptativas e evolutivas.

Em todos os casos, as ações foram conduzidas com os mesmos recursos que já vinham sendo disponibilizados, com maior ênfase na utilização de recursos terceirizados, via acordo ABC/PNUD (vide composição do quadro de recursos humanos apresentado no item 10.2.1). As diretrizes tecnológicas estabelecidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI continuaram a ser observadas em 2010. Ressalta-se também que a SUTIN utiliza um Processo de Desenvolvimento de Software denominado ConabUP, cujas disciplinas: Gerenciamento de Projetos, Requisitos, Testes, Análise, Projeto e Implementação e Gerenciamento de Configuração e Mudanças, foram customizadas a partir do Processo Unificado.

Pautados na preservação da visão sistêmica, os sistemas corporativos compartilham um mesmo modelo, composto de entidades de negócio e serviços e utilizam tecnologias inovadoras na área de desenvolvimento, como a especificação *Model Driven Architecture (MDA)*. Além da utilização do Processo Unificado, utilizado no desenvolvimento dos sistemas corporativos, a Conab também faz uso de metodologia ágil (SCRUM) para o desenvolvimento de sistemas departamentais.

Preocupada com a preservação e disseminação do conhecimento adquirido, a SUTIN se utiliza da ferramenta TWIKI (ferramenta de escrita colaborativa na web), para a documentação dos seus processos de trabalho e dos artefatos produzidos. Essa documentação pode ser encontrada utilizando-se o link <http://twiki.Conab.gov.br/cgi-bin/twiki/view>.

Dentre as importantes realizações do ano 2010, destaca-se o lançamento do novo sítio da Conab, no mês de julho. Segundo estatísticas extraídas da ferramenta Google Analytics, foram registrados mais de 680.000 acessos entre os meses de julho a dezembro de 2010, oriundos de 90 diferentes países, cujo tempo médio de acesso tem sido superior aos tempos registrados pelos usuários brasileiros. Estes dados corroboram a iniciativa tomada pela Conab para a reestruturação deste importante e vital meio de comunicação.

12.2.4.1 Relação de sistemas entregues em 2010 Relação de sistemas mantidos em 2010

SISCOD - Sistema de Geração de Códigos para Acesso Externo: para atendimento dos empregados, fornecendo meios para o portal de acesso a sistemas da Conab, considerando que várias atividades da Companhia são realizadas em trabalhos de campo.

SISMAT - Sistema de Material, composto por 5 módulos (de solicitação de material; de cadastro de material; de manutenção de tabelas auxiliares; de cadastro de almoxarifados; de deliberação de cadastro de material): esse sistema efetua o controle de itens de consumo estocável e imediato nos almoxarifados da Conab (matriz e regionais) e também o registro de bens patrimoniais, promovendo a padronização do cadastro de material, mantendo a eficácia no controle de entrada e saída (individual e global), e propiciando melhor planejamento de compras, faturamento, atualização contábil, Escrituração Fiscal Digital/SPED Fiscal, integrado com a solução nota fiscal eletrônica, implantada em âmbito nacional. A solução encontra-se em fase de desenvolvimento, com os módulos citados já em produção.

SIGEST – Sistema de Gestão de Estoques, com 4 módulos entregues, voltados ao Programa de Aquisição de Alimentos, disponíveis no sítio Internet e/ou intranet.

- Módulo **Entrega de CPR Estoque e Doação - PAANet** : permite, ao público da agricultura familiar, o gerenciamento e envio das informações referentes às entregas do PAA, inerentes à

liquidação das CPRs.

- Módulo **Entrega de CPR Estoque e Doação**: permite o recebimento e gerenciamento, pelas áreas negociais da Conab, das informações referentes às entregas do PAA e à liquidação das CPRs.

- Módulo **consulta pública de Preços Praticados no PAA**: apresenta os preços praticados por meio dos mecanismos de CPR - Estoque e CPR - Doação, disponibilizando sempre o último preço faturado com as entregas de produtos das CPRs.

- Módulo **consulta pública de Transparência Pública do PAA**: apresenta as informações das CPRs formalizadas nas modalidades CPR - Estoque e CPR - Doação do PAA, possibilitando a visão em âmbito nacional e o detalhamento em nível municipal.

SIAGRO – Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento – com 4 módulos entregues, sendo os três primeiros para acesso ao público em geral, via sítio internet e 1 (Módulo DW) para uso interno, via intranet.

- Módulo **consulta pública de bônus do programa de garantia da agricultura familiar**: consulta aos preços de garantia, preços de mercado e ao Bônus de Garantia de Preço do PGPAF, por produto e vigência.

- Módulo **consulta pública de preços de insumos agropecuários**: consulta aos preços de insumos agropecuários utilizados pela Conab e sua série histórica, de acordo com suas origens dentro do tempo.

- Módulo **consulta pública de preços mínimos básicos da política de garantia de preços mínimos**: consulta à série histórica de preços mínimos básicos de todos os produtos objeto da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM.

- Módulo **DW**: desenvolvimento da **solução PENTAHO-DW** para cálculos ponderados de preços coletados e relatório de Preço de Garantia da Agricultura Familiar.

SICARM – **Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras**, com três módulos entregues, disponibilizados ao público, via internet.

- Módulo **solicitação pública de cadastro de armazém**: permite que o agente armazenador promova a atualização dos dados de seu armazém já cadastrado no SICARM ou promova o cadastro prévio de novo armazém e solicite vistoria da Conab.

- Módulo **consulta pública ao cadastro nacional de unidades armazenadoras**: permite o acesso aos dados das unidades armazenadoras, com possibilidade de uso de diversos filtros nas pesquisas possibilitando, inclusive, a localização geográfica da unidade armazenadora no mapa.

- Módulo **consulta pública da capacidade estática de armazenagem cadastrada**: permite aos agentes armazenadores, proprietários, governo e público em geral, consultar os dados consolidados da capacidade de armazenagem, por região ou estado.

XFacWeb – **Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos**, composto de módulos distintos, disponíveis no sítio da Conab e/ou na intranet, dependendo da informação disponibilizada

- Módulo **consulta pública de Preços Praticados no Venda em Balcão**: disponibiliza os preços praticados no programa venda em balcão, apresentando sempre o último preço faturado objeto da comercialização;

- Módulo **consulta pública de Posição de Estoques Públicos - Específico e Consolidado**: viabiliza a consulta à Posição de Estoques Públicos, permitindo identificar a posição do estoque público sobre um determinado produto em uma determinada UF no dia anterior à consulta, em seus diversos Programas e Instrumentos.

- Módulos de **consulta à Posição de Estoque Específico; Estoque Analítico; Estoque**

Consolidado; Movimentação de Estoque: viabilizam a consulta à Posição de Estoques Públicos, disponibilizada na intranet e/ou Internet. Permite identificar a posição do estoque público em âmbito nacional em seus diversos Programas e Instrumentos ou sobre um determinado produto em uma UF específica no dia anterior à consulta, já apresentando a situação cadastral e de impedimento de cada armazém. Para a consulta da Posição de Estoques Públicos na intranet, há possibilidade de demais filtros e dados a serem exibidos. O serviço de consulta à Movimentação de Estoques Públicos permite o acompanhamento das atividades de entrada e saída dos estoques públicos, referente ao período informado pelo usuário em um determinado armazém, produto e safra;

- Módulo de **consulta de Perdas Quantitativas, Desvios e Sinistros em Armazenagem:** viabiliza a consulta, na intranet, a todas as ocorrências de perdas quantitativas, desvios e sinistros em armazenagem, apuradas na cubagem e fiscalização dos estoques públicos e comandadas por meio de Termo de Vistoria e Notificação – TVN;

- Módulo de **consulta de Vendas REFAP:** viabiliza a consulta pública, no sítio internet, às informações consolidadas das vendas faturadas do programa REFAP;

- Módulo de **consulta de Doações** (cestas, ajuda humanitária, entre outras): viabiliza a consulta pública no sítio internet, às informações consolidadas de todas as doações faturadas dos programas sociais, de abastecimento e de parcerias institucionais;

- Módulo de **consulta de Vendas em Balcão:** viabiliza a consulta pública no sítio internet, às informações consolidadas das vendas faturadas do programa venda em balcão;

- Módulo de **envio de mensagens automáticas:** disponibilização de rotina automática do xFacWeb de envio de mensagem eletrônica às áreas negociais gestoras e SUREGs apontando, todo dia 1º e 15º do mês, os estoques públicos depositados em armazéns com restrição cadastral e/ou impedimento para subsidiar a gestão, notadamente quanto à priorização de escoamento;

SIAJUR - Sistema de Atividades Jurídicas: mantém base de dados centralizada, referente às informações de atividades jurídicas dos processos judiciais sob gestão das Superintendências Regionais;

NFE e EFD/SPED Fiscal: conclusão da implantação, em âmbito nacional, da solução de emissão de nota fiscal eletrônica e Escrituração Fiscal Digital – EFD para toda a Matriz, Superintendências Regionais e Unidades Armazenadoras próprias;

Portal NFE: Disponibilização no sítio internet de solução integrada com os sistemas internos de faturamento, na qual qualquer destinatário de nota fiscal eletrônica emitida pela Conab pode realizar, no momento desejado, o *download* do XML. Na intranet, o usuário possui facilidades adicionais de consultas, reimpressão e envio de DANFE ao destinatário;

ETL XFac/XFacWeb: processo de extração, tratamento e carga dos dados do sistema xFac para banco de dados centralizado em PostgreSQL;

ETL SISCOE/XFac Postgres: processo de extração, tratamento e carga dos dados do Sistema de Comercialização Eletrônica - SISCOE em Sybase, para banco de dados corporativo em PostgreSQL, visando servir de insumo para os faturamentos relacionados às operações realizadas nos leilões eletrônicos da Conab;

Novo Sítio da Conab: o novo portal institucional da Companhia Nacional de Abastecimento possibilita um canal mais interativo entre a empresa e seu público-alvo, além de tornar o *site* mais contemporâneo e alinhado às melhores práticas da internet.

12.2.4.2 - Relação de Sistemas Mantidos em 2010

SAFRAS – Módulo Café: reestruturação arquitetural da solução, para atendimento à nova metodologia de levantamento de safras de café utilizada pela Conab.

XFAC Postgres: disponibilização da versão PostgreSQL do sistema XFAC, a qual substitui o armazenamento de dados em estrutura DBF para banco de dados relacional.

SISOUV: reestruturação da arquitetura para adequação ao novo sítio da Conab.

SIGEST – PAA: reestruturação da arquitetura para adequação às mudanças de requisitos demandados pela área negocial gestora e manutenção evolutiva.

SIAGRO: implementação das solicitações de mudanças demandadas pela área negocial gestora.

SICARM: implementação das solicitações de mudanças demandadas pela área negocial gestora.

XFAC: implementação, em curso, de funcionalidades para controle de produtos alimentícios beneficiados, por prazo de validade, nos termos da recomendação da Controladoria-Geral da União – CGU.

12.2.5 Contratação e gestão de bens e serviços de TI

As aquisições de bens e serviços de TI foram realizadas tomando-se como diretriz o Planejamento da área de TI para o ano de 2010, que teve como orientação geral o PMTI.

Para este Planejamento, foram consideradas as necessidades estratégicas da Companhia para o período, as disponibilidades orçamentárias e as novas demandas das áreas negociais.

As aquisições foram realizadas em total obediência à legislação pertinente (Lei 8.666, Instruções Normativas do MPOG, particularmente a IN/04, dentre outras) e aos procedimentos legais.

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Processos	Descrição	Qtde	Observação
3755/2009	Servidores pequeno Porte	20	
3756/2009 3757/2009	Servidores médio porte Virtualização	12	
3757/2009 1680/2010 2950/2010	Microcomputadores + monitores Microcomputadores + monitores	295 350	
1679/2010 2172/2010	Notebooks	222	Aguardando entrega pelo fornecedor
1781/2010	Autoloader – para Backups	01	
3448/2009	Impressoras portáteis	150	
3743/2009 3746/2009 3747/2009	Impressoras laser, Matriciais e jato de tinta	398	
2863/2010	Monitores de LCD	500	Aguardando entrega pelo fornecedor
2550/2010	Sistema de Armazenamento (STORAGE)	01	Fase final de contratação
1192/2010	Placas de Recuperação	1.000	Fase final de contratação
1451/2010	Servidores pequeno porte Uas Servidores pequeno porte Suregs Servidores corporativos tipo I Servidores corporativos tipo II Unidade externa portátil para HD No Breaks		Processo em fase de assinatura da ata de registro de preço e contrato
2950/2010	Microcomputadores + Monitores	279	Processo em fase de assinatura de contrato

Fonte: SUTIN

12.2.5.2 - Contratação de serviços de TI

Dentre as contratações de serviços de TI realizadas e em andamento, merecem destaque:

- Elaboração do Edital e Termo de Referência para a Contratação de Fábrica de Software para Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas, que se encontra em trâmite entre áreas internas da Companhia (administrativa e jurídica), com vistas ao oportuno certame licitatório.

- Readequação e republicação do Edital para aquisição de uma SOLUÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS JUDICIAIS E GESTÃO JURÍDICA, juntamente com os serviços de treinamento, customização, instalação, conversão de dados e suporte técnico, para atender à área Jurídica, baseada em plataforma livre (banco de dados e sistema operacional). O Pregão Eletrônico foi concluído com sucesso, com a identificação da vencedora do certame. O processo encontra-se em fase de conclusão, restando apenas a assinatura de contrato pelas partes.

- Aditamento do contrato firmado com a empresa Sênior Sistemas S/A., para prestação de serviços de atualização de versão, suporte técnico e manutenções corretiva, legal e evolutiva do sistema de gestão de recursos humanos utilizado pela Conab. Cabe destacar que, com respaldo neste contrato, foi realizada, no ano de 2010, a implantação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Companhia, aprovado pelo DEST no ano de 2009.

- Firmado contrato com a Embratel, no âmbito da Ata de Registro de Preços Conab, objetivando a expansão da capacidade dos canais de comunicação que compõem a rede corporativa de dados da Companhia.

- Realização de processo licitatório com vistas ao registro de preços de licenças de uso de solução para acesso remoto a aplicações (registro de 250 licenças, com proposta de aquisição imediata de 64).

- Renovação do contrato firmado com a empresa KM&M Engenharia de Sistemas LTDA., para a prestação de serviços de atualização de versão, suporte técnico e manutenções corretiva e evolutiva do Sistema de Administração Quantitativa de Armazenagem de Grãos – SAAGRA, operado por toda a rede de Unidades Armazenadoras da Conab e que automatiza as atividades do dia-a-dia dos armazéns.

- Renovação do contrato firmado com a empresa E-Sales Soluções de Integração Ltda., para a prestação de serviços de atualização de versão e suporte técnico à solução de transmissão de Notas Fiscais Eletrônicas – NFE emitidas pelos sistemas internos da Conab.

- Renovação do contrato firmado com a empresa Cybernet Informática Ltda. para a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção de equipamentos de informática.

- Renovação do contrato firmado com o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, para a prestação de serviços de acesso corporativo à Internet, via Infovia.

- Renovação do contrato firmado com a empresa RTM - Rede de Telecomunicações para o Mercado, para a prestação de serviço de acesso à rede da CETIP – Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

- Renovação do contrato firmado com o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, para a prestação de serviços de acesso às bases de dados de Entidades do Governo Federal.

12.2.6 Portal da Companhia

Além dos sistemas anteriormente citados, o detalhamento sobre os documentos, artefatos e ações envolvendo a Tecnologia da Informação podem ser obtidos no Portal da Companhia, nos seguintes endereços:

a) Portfólio de Soluções e serviços de TI:

<http://www.Conab.gov.br/detalhe.php?a=1059&t=1>

b) Plano Diretor da Tecnologia da Informação – PDTI:

<http://www.Conab.gov.br/detalhe.php?a=1060&t=1>

c) Portal Interno dos Projetos de TI (Twiki):

<http://twiki.Conab.gov.br/cgi-bin/twiki/view>

13 – INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DOS CARTÕES DE PAGAMENTO

Deixamos de apresentar informações sobre a utilização dos cartões de pagamento do Governo Federal por dispensa conforme orientações contidas no Quadro A1-Relacionamentos entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais e Contábeis do Relatório de Gestão, da citada Decisão Normativa.

14– RENUNCIAS TRIBUTÁRIAS

Não houve ocorrências

15– ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO TCU

15.1. Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Não houve ocorrências

15.2. Situações das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Não houve ocorrências

15.3 - Relatório de Cumprimento das Recomendações da OCI - Órgão de Controle Interno) e Situação das Recomendações que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Não houve ocorrências

16 – INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, APRESENTANDO AS JUSTIFICATIVAS PARA O CASO DE NÃO ACATAMENTO.

Não houve ocorrências

17 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Os originais se encontram na Matriz, em Brasília, assinados pelo contador e disponíveis aos órgãos de controle interno e externo

17.1. Declaração do Contador



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

Rua Mauá nº 1.116 – Centro Cívico, CEP 80.030-200 – Curitiba/PR
PABX (41) 3313-2702 FAX (41) 3313-2742 – pr.sureg@conab.gov.br

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARAÇÃO PLENA

DENOMINAÇÃO COMPLETA (UJ): Superintendência Regional do Paraná da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB/SUREG/PR

CÓDIGO DA UG: 135.265

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentários, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Curitiba, 23 de fevereiro de 2011


Valdecir Sassi
Contador Responsável
CRC Nº PR - 047030/O-1

"Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento".

60.000/054

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO PLENA	
Denominação completa (UJ):	Código da UG:
Companhia Nacional de Abastecimento	135100

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília – DF,	Data	31/12/2010
Contador Responsável	Rubinaldo Lameira dos Santos	CRC n°	9252-O

Superintendência de Contabilidade
Rubinaldo Lameira dos Santos
Contador CRC-DF n° 9252-O
CPF: n° 067475232-53
Superintendente

17.2 – Demonstrações contábeis Previstas na Lei n.º 4.320/64

A Conab está dispensada de apresentar estas demonstrações por executar sua contabilidade no SIAFI

17.3 - Demonstrações Contábeis – Lei n.º 6.404/76

Consoante o disposto na Nota Técnica n° 308/2007-DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 14 de fevereiro de 2007, encaminhado a Conab por meio do ofício n° 4447/2007/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 14 de fevereiro de 2007, há uma impossibilidade para o desmembramento ou composição em partes dos demonstrativos elaborados em consonância com a lei 6.404/76. Assim sendo, em face das adequações promovidas pela CGU/TCU nos processos de contas da Conab, foram anexados os demonstrativos globais da Companhia nos processos individualizados (Matriz e Superintendências Regionais).

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2010.

Rubinaldo Lameira dos Santos
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC-DF N° 9252-O

17.3.1 - Balanço Patrimonial – Lei n.º 6.404/76

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

ATIVO	2010	2009
CIRCULANTE	5.212.315.145,43	4.453.686.306,52
DISPONÍVEL	972.426,41	69.258.896,90
Bancos Conta Movimento	0,00	10.113,12
Aplicações Financeiras	972.426,41	69.248.783,78
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	702.486.519,56	683.639.519,23
CRÉDITOS A RECEBER	578.264.288,00	604.170.044,36
Devedores por Fornecimento	26.622.370,92	24.683.961,44
Créditos Tributários	285.535.734,14	295.518.485,05
Recursos a Receber	89.431.178,90	112.956.698,11
Créditos Diversos a Receber	176.675.004,04	171.010.899,76
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	119.415.257,35	75.576.653,45
Entidades Devedoras	25.244.207,00	11.791.366,60
Créditos Parcelados	31.542,66	26.071,63
Recursos da União	94.139.507,69	63.759.215,22
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.806.974,21	3.852.106,33
Adiantamentos a Pessoal	4.456.974,21	3.842.910,10
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	350.000,00	0,00
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	0,00	9.196,23
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	40.715,09
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	4.508.832.121,49	3.700.765.083,11
Estoques para Alienação	4.138.198.154,24	3.355.193.999,67
Estoques de Distribuição	1.821.338,22	0,00
Estoques Internos - Almojarifado	1.163.790,54	1.072.054,81
Títulos e Valores em Circulação	67.890,17	374.999,38
Materiais em Trânsito	3.240.040,96	1.486.014,00
Compra Antecipada - Entrega Futura	364.340.907,36	342.638.015,25
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	24.077,97	22.807,28
Valores Pendentes	24.077,97	22.807,28
ATIVO NÃO CIRCULANTE	567.647.970,33	491.988.908,31
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	307.205.272,55	239.601.644,03
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	120.748.569,96	42.646.685,44
Recursos Vinculados	120.748.569,96	42.646.685,44
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	186.456.702,59	196.954.958,59
Devedores - Entidades e Agentes	15.347.849,42	38.434.005,81
Créditos Diversos a Receber	171.108.853,17	158.520.952,78
INVESTIMENTOS	80.262.840,30	91.560.820,94
Participações Societárias	27.803.290,88	35.864.295,27
Outros Investimentos	52.459.549,42	55.696.525,67
IMOBILIZADO	180.147.857,48	160.826.443,34
Bens Imóveis	275.770.754,07	250.874.881,40
Bens Móveis	73.372.988,03	66.124.518,53
Depreciações	-168.995.884,62	-156.172.956,59
INTANGÍVEL	32.000,00	0,00
TOTAL	5.779.963.115,76	4.945.675.214,83

PASSIVO	2010	2009
CIRCULANTE	5.446.379.747,49	4.605.038.799,15
DEPÓSITOS	30.625.802,58	33.757.908,62
CONSIGNAÇÕES	1.858.851,68	2.150.956,19
Previdência Social	0,00	278,43
Pensão Alimentícia	4.006,06	4.547,83
Planos de Seguros	199.216,17	168.093,44
Empréstimos	241.634,99	194.114,99
Outros Tributos e Consignações	1.413.994,46	1.776.747,58
Impostos e Contribuições Diversos	0,00	7.173,92
RECURSOS DA UNIÃO	17.077.860,98	17.118.859,64
Recursos Fiscais	7.500.722,89	5.027.899,28
Recursos Previdenciários	9.577.138,09	12.090.960,36
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	11.689.089,92	14.488.092,79
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	5.415.753.944,91	4.571.280.890,53
OBRIGAÇÕES A PAGAR	59.009.233,29	217.992.803,35
Fornecedores	55.179.709,89	208.570.261,62
Pessoal a Pagar	6.491,17	234.310,55
Encargos Sociais a Recolher	984.653,38	856.603,97
Obrigações Tributárias	48.724,95	428.375,18
Débitos Diversos a Pagar	350.401,69	2.875.434,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	2.439.252,21	5.027.817,34
PROVISÕES	243.404.292,41	218.640.087,89
Provisão para Férias	26.582.748,81	22.258.212,11
Provisão p/IRPJ e CSLL	7.976.030,89	847.350,16
ICMS s/Mercadorias para Revenda	571.652,59	367.171,89
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	131.701.823,93
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Encargos Sociais sobre Provisões	9.932.791,82	7.745.857,81
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	549.222.334,34	529.645.643,65
Entidades Credoras	549.222.334,34	529.645.643,65
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.548.342.382,92	3.601.884.180,32
Operações Especiais	4.548.342.382,92	3.601.884.180,32
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	15.754.080,72	2.780.940,88
Adiantamentos de Clientes	15.754.080,72	2.780.940,88
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	2.652,71	37.337,10
OUTRAS OBRIGAÇÕES	18.968,52	1.000,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	298.897,34
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	15.360.005,51	38.308.194,04
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	15.290.585,51	38.238.774,04
OBRIGAÇÕES A PAGAR	15.290.585,51	38.238.774,04
Entidades de Previdência Complementar	15.162.764,10	38.238.774,04
Entidades Federais	127.821,41	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	318.223.362,76	302.328.221,64
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
RESERVAS	50.501.495,63	49.987.968,85
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04
Reservas de Lucros	23.956.776,59	23.443.249,81
LUCROS A DESTINAR	44.541.368,28	29.159.753,94
TOTAL	5.779.963.115,76	4.945.675.214,83

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

17.3.2 – Demonstração do Resultado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

DETALHAMENTO	2010	2009
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	389.427.296,95	195.266.743,04
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	364.331.410,40	154.515.694,96
Vendas Estoques Estratégicos	266.564.417,22	70.953.028,46
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	93.748.987,59	86.306.728,78
Vendas Abastecimento Social	1.773,98	-7.829,98
Vendas Atacado e Outros	-64.785,56	927,46
Adição a Receita de Vendas	4.081.017,17	-2.737.159,76
RECEITA DE SERVIÇOS	25.095.886,55	40.751.048,08
Serviços de Armazenagem	25.095.886,55	40.751.048,08
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	15.435.144,96	5.946.485,16
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	373.992.151,99	189.320.257,88
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	469.963.039,71	248.548.305,54
CMV - Estoques Estratégicos	368.549.066,00	125.276.083,56
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	101.196.431,65	122.844.632,99
CMV - Atacado e Outros	217.542,06	427.588,99
ARREDONDAMENTOS	181.302,86	520.930,79
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	-201.862.370,69	-120.842.556,37
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	105.710.180,11	61.093.577,92
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	631.033.429,93	547.401.715,12
(-)DESPESAS DE PESSOAL	379.098.236,98	313.656.557,81
Vencimentos e Vantagens Fixas	259.628.758,80	214.052.127,03
Obrigações Patronais	93.696.051,97	75.580.921,92
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	15.067.547,10	12.620.622,38
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	10.705.879,11	11.402.886,48
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	251.935.192,95	233.745.157,31
Despesas/Receitas Financeiras	-227.168,48	-5.953.215,72
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	24.775.379,97	24.661.884,00
Transferências ao Exterior	2.348.800,00	1.729.024,13
Material de Consumo	4.291.084,20	6.483.659,12
Diárias - Pessoal Civil	10.443.299,65	8.720.509,38
Passagens e Despesas com Locomoção	3.662.398,89	3.535.653,56
Serviços de Consultoria	15.900,00	31.000,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.302.617,89	2.108.095,05
Locação de Mão-de-Obra	16.557.127,61	13.362.071,49
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	93.619.952,74	86.944.328,14
Obrigações Tributárias e Contributivas	30.147.520,43	58.896.545,41
Aquisições de Bens para Revenda	414.699,34	197.578,86
Outras Despesas Operacionais	63.583.580,71	33.028.023,89
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	537.061.291,03	506.239.604,25
Transferências Financeiras	411.790.569,26	419.332.541,19
Multas e Encargos de Outras Origens	2.920.971,74	5.863.837,09
Indenizações e Restituições	112.387.365,75	53.310.501,52
Receitas Imobiliárias	4.962.201,05	4.853.391,05
Receitas de Valores Mobiliários	61.578,53	42.731,22
Receitas Diversas	4.938.604,70	22.836.602,18
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	-1.918.690,89	8.609,56
RESULTADO OPERACIONAL	13.656.732,10	19.922.857,49
OUTROS RESULTADOS	4.589.834,40	23.849.086,47
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	4.586.745,87	24.107.328,66
Alienação de Bens Móveis	-207.444,28	-589.896,88
Alienação de Bens Imóveis	3.593.982,61	22.981.600,28
Depreciação - Reversão	1.200.207,54	1.715.625,26
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-3.088,53	258.242,19
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	18.246.566,50	43.771.943,96
Provisão para Imposto de Renda	5.825.184,24	617.405,51
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	2.150.846,65	229.944,65
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	10.270.535,61	42.924.593,80
LUCRO POR AÇÃO	5,52	23,08

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAÍK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

17.3.3 – Demonstração do Valor Adicionado**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

DESCRIÇÃO	2010	%	2009	%
1.RECEITAS	394.013.198,77	78,22	219.113.851,24	43,81
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	389.423.364,37	77,30	195.264.764,77	39,04
1.2 - Outros Resultados	4.589.834,40	0,91	23.849.086,47	4,77
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	412.356.496,76	81,86	218.071.876,68	43,60
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	272.239.284,51	54,04	147.001.307,09	29,39
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	140.117.212,25	27,81	71.070.569,59	14,21
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	-18.343.297,99	-3,64	1.041.974,56	0,21
4.RETENÇÕES	15.207.353,03	3,02	13.304.113,08	2,66
4.1 - Depreciação	15.207.353,03	3,02	13.304.113,08	2,66
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	-33.550.651,02	-6,66	-12.262.138,52	-2,45
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	537.301.132,03	106,66	512.453.253,31	102,45
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	537.301.132,03	106,66	512.453.253,31	102,45
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	503.750.481,01	100,00	500.191.114,79	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	503.750.481,01	100,00	500.191.114,79	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	428.496.864,47	85,06	358.304.347,64	71,63
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	54.900.889,63	10,90	96.340.907,87	19,26
8.3 - Juros e Aluguéis	2.106.160,41	0,42	1.773.915,32	0,35
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	18.246.566,50	3,62	43.771.943,96	8,75
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	5.825.184,24	1,16	617.405,51	0,12
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	2.150.846,65	0,43	229.944,65	0,05
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	10.270.535,61	2,04	42.924.593,80	8,58
8.8 - Dividendos	2.439.252,21	0,48	5.027.817,34	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	513.526,78	0,10	1.058.487,86	0,00
8.10 - Lucros Retidos	7.317.756,62	1,45	36.838.288,60	7,36

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

17.3.4 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

DESCRIÇÃO	2010	2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	18.246.566,50	43.771.943,96
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	-68.690.715,84	189.438.127,64
Depreciações	12.822.928,03	11.378.233,44
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	-20.190.414,15	-8.405.243,08
Aumento (Redução) nos Créditos Tributários	9.562.102,02	-108.981.664,72
Redução nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	23.525.519,21	28.399.726,39
Aumento (Redução) nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	-43.700.636,04	2.299.533,48
Aumento em Pessoal e Encargos	-1.089.322,24	-103.599,17
Aumento (Redução) nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	40.715,09	-40.715,09
Redução (Aumento) nos Valores Pendentes a Curto Prazo	-300.168,03	235.499,00
Redução (Aumento) nos Empréstimos - Estoques Públicos	138.391.164,22	-68.855.347,19
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	-156.189.720,72	125.925.662,32
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	-2.799.002,87	8.293.248,13
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	16.788.173,63	133.701.484,84
Aumento (Redução) nas Entidades Credoras	19.576.690,69	71.719.299,66
Aumento nos Adiantamento de Clientes	12.973.139,84	2.222.092,37
Aumento nos Recursos Vinculados	-78.101.884,52	-8.350.082,74
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-50.444.149,34	233.210.071,60
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	11.297.980,64	-1.450.252,16
Aplicações no Imobilizado	-32.176.342,17	-33.280.048,96
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-20.878.361,53	-34.730.301,12
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	-434.867,74
Dividendos a Pagar	-2.439.252,21	-5.027.817,34
Redução de Dividendos a Pagar	-2.588.565,13	-1.363.979,64
Outras Reservas de Capital	0,00	-106.562,93
Resultado de Exercício Anterior	0,00	-163.350.668,52
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	-19.856.097,97
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	8.063.857,72	-3.106.670,99
Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	3.036.040,38	-193.246.665,13
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	-68.286.470,49	5.233.105,35
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	-68.286.470,49	5.233.105,35
No Início do Exercício	69.258.896,90	64.025.791,55
No Final do Exercício	972.426,41	69.258.896,90

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SILVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

17.3.5- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES
DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	CAPITAL REALIZADO	CORREÇÃO MONET.D.O CAPITAL	TRANSF. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO		
SALDO EM 01/01/2009	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	834.701,13	11.249.173,74	11.570.455,95	178.634.902,82	451.286.313,33
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR							-163.350.668,52	-163.350.668,52
LUCROS OU PREJ. ACUMULADOS								0,00
LUC.A DEST.DE EXERC.ANTERIORES							-22.962.768,96	-22.962.768,96
RESULTADO DO EXERCÍCIO								0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								36.838.288,60
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO							42.924.593,80	
RESERVAS DE RET. DO LUCRO						0,00		0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-106.562,93				-106.562,93
DOAÇÕES								0,00
DOAÇÕES TRANSF.P/RES.DE CAPITAL								0,00
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					623.620,12		-1.058.487,86	623.620,12
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-5.027.817,34	0,00
SALDO EM 31/12/2009	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	11.872.793,86	11.570.455,95	29.159.753,94	302.328.221,64
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR							0,00	0,00
LUCROS OU PREJ. ACUMULADOS								0,00
LUC. A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							8.063.857,72	8.063.857,72
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.535,61	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								7.317.756,62
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO								0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL								0,00
DOAÇÕES								0,00
DOAÇÕES TRANSF.P/RES.DE CAPITAL								0,00
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526,78		-513.526,78	513.526,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-2.439.252,21	0,00
SALDO EM 31/12/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTEAMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIROROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTOROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVOSÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕESRUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

17.3.6 – Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Sumário

Nota	Descrição		Nota	Descrição
01	Contexto Operacional		12	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras		13	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária		14	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis		15	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários		16	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento		17	Créditos do Tesouro Nacional – Estoques Públicos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional		18	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento		19	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber		20	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Créditos em Cobrança		21	Convênios/Cooperação Técnica
11	Devedores – Entidades e Agentes			

NOTA - 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e encontram-se em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA - 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU n.º 107 e 110/2010, apenas a Conab/Sede e as Superintendências Regionais nos estados do Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia e Tocantins, apresentam Processo de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas a contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA - 3. ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

NOTA - 4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a. Equivalente de Caixa : Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais;

b. Créditos a Receber: as contas a receber decorrentes da comercialização de serviços e mercadorias são registradas, no momento em que são entregues e aceitas pelos clientes;

c. Estoques Públicos: a formação e manutenção de Estoques Públicos é executada com orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/04;

c.1. Demais Estoques: os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável;

c.2. Valor Presente dos Estoques: em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias p/ Alienação, no total de R\$4.138.198 mil, foram avaliados e comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da CONAB, da 2ª quinzena de dezembro de 2010, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente desses estoques por se tratarem de estoques públicos, sob a guarda da CONAB, eles são garantidos pela Portaria Interministerial

MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, não havendo expectativa de perda na realização desses estoques;

d. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica;

e. Almoxarifado: os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição;

f. Investimentos: os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades;

f.1 Provisões: no exercício de 2010, foi registrada provisão no valor de R\$8.061 mil; destinada à cobrir possíveis perdas, relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatais;

g. Seguros: a Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc);

h. Imobilizado: demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98;

h.1 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): no exercício de 2010, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial;

i. Benefícios a empregados: o plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença;

j. Ajustes de Exercícios Anteriores: os ajustes de exercícios anteriores, conforme definidos na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2010 totalizaram a cifra de R\$3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor deverá ser absorvido pela equalização dos estoques governamentais;

k. Reconhecimento da Receita

k.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias;

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados;

l. Provisões para Contingências: encontram-se provisionadas as Contingências Praticamente

Certas; no exercício de 2010 foi provisionado a quantia de R\$10.919 mil, valor este oferecido a tributação para fins de apuração da IRPJ e CSLL;

m. Regime de Tributação: para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita, são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

n. Demonstração do Resultado Abrangente: Até o exercício de 2010 não havia registro de valores que se enquadrassem no conceito contábil de “Valor Abrangente”; portanto, não existe demonstração a ser apresentada.

NOTA - 5. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
ICMS a Compensar	285.410	294.861
IRRF a Compensar	33	578
Contribuições Outros Impostos	93	79
Total de Créditos Tributários - Circulante	285.536	295.518

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de produtos, predominantemente de produtores rurais para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA - 6. LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

O montante de R\$73.465 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2011, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e convênios.

NOTA - 7. RECURSOS A RECEBER DO TESOUREIRO NACIONAL

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 2 – Encerramento do Exercício, subitem 2.2.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$150.314 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

1. R\$5.482 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2010, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;

2. R\$28.373 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2010, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);

3. R\$116.459 mil referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2011;

Os valores acima estão registrados, por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”, criadas para registro automático desses valores e cujos efeitos se anulam.

Foram registrados pelos Órgãos Concedentes, mediante processo manual, na conta Recursos a Receber por Transferência, o total de R\$15.965 mil, relativo aos Recursos a Receber, em decorrência de Termos de Cooperação Técnica, com o MDA, MDS e outros Órgãos.

NOTA - 8. DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$26.622 mil correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias e prestação de serviços de armazenagem.

NOTA - 9. CONTAS A RECEBER

São oriundos das alienações de bens patrimoniais, da folha de pagamento e de outros créditos relacionados às operações da Companhia, de curto e longo prazo.

a. Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	EXERCÍCIO		Em R\$ mil
	2010	2009	
Créditos por Alienação de Bens	4.377	5.686	
Créditos por Cessão de Pessoal	706	876	
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores ⁽¹⁾	10.860	8.475	
Créditos por Infrações Legal/Contratual ⁽²⁾	160.732	155.974	
Subtotal – Circulante	176.675	171.011	

⁽¹⁾ incluem recursos relativos ao Programa de Assistência à Saúde – SAS, Salário Família e outros

⁽²⁾ Em consonância com as orientações contidas no manual do SIAFI, MACROFUNÇÃO 02.11.38, os débitos dos armazenadores, pertinentes aos desvios e perdas de produtos dos Estoques Governamentais, estão registrados na conta “11219.19.00 – Créditos por Infrações Legal/Contratual”.

b. Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	EXERCÍCIO		Em R\$ mil
	2010	2009	
Créditos por Alienação de Bens	10.548	5.067	
Títulos a Receber	29.902	29.741	
Outros Créditos	656	382	
Créditos a Receber em Poder da Justiça	130.003	123.313	
Subtotal – Não Circulante	171.109	158.503	
Total – (Circulante + Não Circulante)	347.784	329.514	

NOTA - 10. CRÉDITOS EM COBRANÇA

Créditos a receber surgidos no curso normal dos negócios da Companhia, possuem expectativa de perda; entretanto, de acordo com o item 26 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03.10.2005, estes valores são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável à Companhia (não contabilizados). Quanto aos créditos relativos às perdas em armazenagem dos estoques públicos, estes possuem garantia real nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04.

Esses créditos estão atualizados monetariamente, mais juros de 1% a.m, até 31/12/2010 e, portanto, representam a cifra de R\$2.098.976 mil, registrados em controles extra-contábeis, que atendem ao conceito contábil de “valor presente”, com a seguinte composição:

Descrição	Posição em 31/12/2010	Posição em 31/12/2009
Ajuizados	1.946.235	1.735.601
Encaminhado para Ajuizamento	10.636	17.131
Cobrança em Andamento (administrativa)	4.508	3.608
Outros ⁽¹⁾	137.597	131.820
Total	2.098.976	1.888.160

⁽¹⁾ Remetido para instrução judicial, Composição de dívida, pagamento em juízo, Cobrança suspensa por determinação judicial.

NOTA - 11. DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos direitos a receber de Entidades Federais e da União, relativos às equalizações de preços de produtos e indenização de despesas de armazenagem dos Estoques Reguladores e Estratégicos; créditos parcelados originados de perdas de estoques governamentais depositados em armazéns de terceiros, objeto de acordos firmados entre as partes.

A conta Recursos da União registra os valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos dos meses de setembro a dezembro de 2010 e o valor de indenização de armazenagem de produtos dos estoques públicos de dezembro de 2010, a receber do Tesouro Nacional, estando assim demonstrada:

a. Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Entidades Devedoras - Federais	25.244	11.791
Créditos Parcelados	31	26
Recursos da União	94.140	63.759
Total – Circulante	119.415	75.576

b. Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Entidades Federais	15.163	38.239
Créditos Parcelados	102	102
Créditos a Recuperar	83	93
Total – Não Circulante	15.348	38.434

NOTA - 12. RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, com predominância de causas trabalhistas em andamento, registrados no não circulante, totalizando R\$120.748 mil.

NOTA - 13. BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O valor de R\$364.341 mil representa o saldo a receber dos adiantamentos concedidos nos

exercícios de 2003 a 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2010; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Esses estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	EXERCÍCIO	
	20010	2009
Estoques de Mercadorias	4.138.198	3.355.194
Estoques de Almoxarifado	1.232	1.447
Estoques em Trânsito	3.240	1.486
Compra Antecipada - CPR	364.341	342.638
Estoques de Distribuição	1.821	0
Total	4.508.832	3.700.765

Em R\$ mil

13.1 – Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparado e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em Déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2010, as equalizações totalizaram R\$201.862 mil (duzentos e um milhões, oitocentos e sessenta e dois mil).

NOTA - 14. ENDIVIDAMENTO

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2010, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$5.446.380 mil e não havia obrigações vencidas. Portanto, já expressas em valor presente.

No passivo não circulante, as obrigações totalizavam a cifra de R\$15.360 mil, pertinentes a depósitos e cauções, cujas operações apresentam pendências de natureza operacional, tratando-se, portanto, de obrigação não exigível de imediato.

NOTA - 15. DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R\$11.689 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e outros.

NOTA - 16. CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Passivos Contingentes – Provável

Ações Trabalhistas

A Conab é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados e ex-empregados ou Entidades representativas da categoria. As provisões de “perdas prováveis ou praticamente certas” são compostas majoritariamente pelos seguintes pedidos: desvio funcional, horas extras, equiparação salarial, adicional de periculosidade e insalubridade, incorporação de diárias e função gratificada, piso salarial de acordo com o definido pela categoria, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações Tributárias

As demandas fiscais classificadas com risco “perdas prováveis ou praticamente certa” representam pedidos relacionados com: ICMS, INSS e outras e decorrem, geralmente, de autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social e/ou pelas Fazendas Públicas dos Estados, visando a cobrança de ICMS.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se os processos que visam às indenizações, à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras durante o período dos planos econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão), à participação nos avisos de compra e venda da Conab dispensadas as exigências editalícias de regularidades no Cadin e no Sircoi, à não aplicação de multas por descumprimento do contrato, à cobrança decorrente de armazenagem, à execução de título executivo extrajudicial e judicial e outros pedidos.

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2009	2010	2009	2010
Cível	34.791	57.034	54.408	65.003
Trabalhista	11.249	41.068	29.792	51.116
Tributária	1.679	8.109	390	23.490
Total	47.719	106.211	84.590	139.609

Passivos Contingentes – Possível

Ações Trabalhistas

A Conab é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados e ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de “perdas possíveis” podem ser dispensadas de constituição provisional e são compostas majoritariamente pelos seguintes pedidos, em especial daqueles oriundos da anistia administrativa (Lei nº 8.878/94): licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingresso no instituto de previdência social da Conab (Cibrius) sem o devido pagamento da joia, indenizações por danos morais e materiais, desvio funcional, horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporação de diárias e função gratificada, piso salarial de acordo com o definido pela categoria e outros.

Ações Tributárias

As demandas fiscais classificadas com risco “possíveis” podem ser dispensadas de constituição de provisão e representam pedidos relacionados com: ICMS, INSS e outras e decorrem, geralmente, de autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social e/ou pelas Fazendas Públicas dos Estados, visando a cobrança de ICMS.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se os processos que visam às indenizações, à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras durante o período dos Planos Econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão), à participação nos avisos de compra e venda da Conab dispensadas as exigências editalícias de regularidades no Cadin e no Sircoi, à não aplicação de multas por descumprimento do contrato, à cobrança decorrente de armazenagem, à execução de título executivo extrajudicial, judicial e outros pedidos.

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2009	2010	2009	2010
Cível	161.772	129.517	164.615	152.336
Trabalhista	61.234	79.302	82.368	107.708
Tributária	2.927	108.704	7.847	109.123
Total	225.933	317.523	254.830	369.167

Ativos Contingentes – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais visando restituir indébitos tributários, reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável à Companhia (não contabilizados), de acordo com o item 26 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03.10.2005.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se as ações que visam indenizações e a cobrança, por quebra de garantias ou infrações contratuais, que representem perdas e danos para a Companhia, também reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável.

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2009	2010	2009	2010
Cível	207.931	311.182	1.025.130	792.718
Trabalhista	40	241	188	235
Tributária	42	212	46	56
Total	208.013	311.635	1.025.364	793.009

NOTA - 17. CRÉDITOS DO TESOUREIRO NACIONAL – ESTOQUES PÚBLICOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2010, corresponde a R\$4.548.342 mil.

NOTA - 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social: o capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b. Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2010, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, no valor de R\$2.151 mil e R\$5.825 mil, respectivamente;

b.1. Reserva Legal e Dividendos: Foi calculada e provisionado a Reserva Legal e os Dividendos, de conformidade com o disposto no inciso I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$514 mil e R\$2.439 mil, respectivamente;

c. Resultado do Exercício: o resultado da Companhia é o conjunto da movimentação econômica das operações realizadas com estoques públicos envolvendo a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, operações oriundas de Contratos Públicos de Opção de Venda, Agricultura Familiar e aquisição de alimentos para doação. As demais operações são representadas pelas atividades de armazenagem e de administração. No exercício de 2010, a Companhia apurou lucro na ordem de R\$18.247 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$10.271 mil.

NOTA - 19. DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2010, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica “**1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR PERDAS E DANOS**”, saldo do grupo aumentou para R\$31.357 mil:

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2009	31.108
2010	31357

NOTA - 20. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL - CIBRIUS

a. Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios a Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, qualificada como Patrocinador - Principal e o próprio CIBRIUS – Instituto Conab de Seguridade Social.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das

Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2010 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o Salário de Participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2010, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2010 e 2009, respectivamente, foi de R\$40.407 mil e R\$50.030 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

b. Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, biênio 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2010, a Conab efetivamente gastou com o SAS, já descontada a participação dos empregados, o montante de R\$21.971 mil, beneficiando 4.338 empregados e seus dependentes. O saldo a receber, em 31/12/2010, referente à participação financeira dos empregados é de R\$10.493 mil.

NOTA - 21. CONVÊNIOS/COOPERAÇÃO TÉCNICA

a. Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, consequentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: 1. Implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; 2. Modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); 3. Aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); 4. Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica, Social e Ambientalmente Sustentáveis; e 5. Promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretária de

Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ. Em 2009, as ações do projeto, receberam repasses de recursos próprios da Conab, de outros Órgãos do MAPA, do MDA e, ainda, do Ministério da Pesca.

O montante dos recursos repassados foi:

Em R\$ mil

Descrição	Exercícios	
	2010	2009
Repasse – Recursos Próprios	3.058	2.129
Repasse – Recursos Outros Órgãos	521	2.485
Total de Repasses	3.579	4.614

b. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.081 municípios e 94 mil pessoas (produtores/famílias), sendo adquiridas 226 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos n.º 6.447, de 07/05/2008 e n.º 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$362.500 mil no ano de 2009 e R\$379.700 mil no ano de 2010.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2010.

**ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE
AGUIAR**

PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA

DIRETOR FINANCEIRO

**ROGÉRIO COLOMBINI MOURA
DUARTE**

DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

DIRETOR ADMINISTRATIVO

SILVIO ISOPO PORTO

DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS

SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/O-8 CPF:067475232-53

17.3.7 – COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC DF 009252/0-8

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2010				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB				
Ações Ordinárias - 100 %				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Governamental	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
Total		100%	100%	100%
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Governamental	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
Total		-	-	-

Composição Acionária da UJ como investidora

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES					
UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2010					
Denominação completa:					
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB					
Ações Ordinárias - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2008 (R\$)	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	23	CONAB	3,16	3,16	3,16
Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253,224	CONAB	6.480.083,63	6.480.083,63	6.480.083,63
Fund. Nac. de Desenvolvimento – FND (1)	1.110.475,12	CONAB	69.074,55	69.074,55	69.074,55
Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	BNDES	739.574,91	739.574,91	739.574,91
Banco da Amazônia S/A (1)	600.989	CONAB	137.559,31	137.559,31	137.559,31
Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	CONAB	541.998,85	541.998,85	541.998,85
Banco do Nordeste do Brasil S/A (1)	82.746	CONAB	81.444,72	81.444,72	81.444,72
Cia Integrada Des. Agrop. de AL. - CIDAL	1.099.730	CONAB	78,18	78,18	78,18
Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	CONAB	96.486,58	96.486,58	96.486,58
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	742.667,252	BNDES	3.784.748,87	3.784.748,87	3.784.748,87
Cia Bras. De Participação Agroin. - BRASAGRO	1.723.142,393	CONAB	13.441,19	13.441,19	13.441,19
Lafarge Brasil S/A	6.946	BNDES	12.584,40	12.584,40	12.584,40
Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774,835	CONAB	180.016,28	180.016,28	180.016,28
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (2)	19.203	CONAB	840,02	840,02	840,02
Logasa Indústria e Comércio S/A	11.840	BNDES	5.262,30	5.262,30	5.262,30
Federal de Seguros S/A	1.225,365	CONAB	63,44	63,44	63,44
Hotel Morada do Sol S/A	10.072	CONAB	34.694,02	34.694,02	34.694,02
CEAGESP - Cia de Ent. Arm. Gr. de S. Paulo	108.858	BNDES	962.333,73	962.333,73	962.333,73
Cia Desenv. Agrop. Do Paraná – CODAPAR	159.025,149	CONAB	2.918.437,66	2.918.437,66	2.918.437,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	64.137	BNDES	1.047,43	1.047,43	1.047,43
CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293,553	BNDES	9.251,20	9.251,20	9.251,20
CESA - Cia Est. de Silos e Arms.	341.082,874	BNDES	8.214.743,55	8.214.743,55	8.214.743,55
Total	11.246.571.800	=====	24.283.767,98	24.283.767,98	24.283.767,98

Ações Preferenciais - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2008 (R\$)	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	21.841	BNDES	0,00	838.265,17	838.265,17
Sanyo da Amazônia S/A	225.439	BNDES	840,02	840,02	840,02
Ribeiro Cordeiro Ind. Com. – Ricosa	4.244	BNDES	334.135,09	334.135,09	334.135,09
Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	CONAB	7.260,99	7.260,99	7.260,99
Frigorífico Vale do Tocantins S/A	696	CONAB	232.646,57	232.646,57	232.646,57
Vicunha Têxtil S/A	10	BNDES	1.720,50	1.720,50	1.720,50
Agrícola Vale do Mangereba Ltda	24.034	CONAB	35.304,54	35.304,54	35.304,54
Cicanorte - Ind. de Conservas	1.581	BNDES	8.411,24	8.411,24	8.411,24
CCN - Cia de Coco do Nordeste	70.229	BNDES	4.906,60	4.906,60	4.906,60
Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	BNDES	1.395,27	1.395,27	1.395,27

Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	1.963.531.952	BNDES	10.006.467,00	10.006.467,00	10.006.467,00
Logasa Indústria e Comércio S/A	78.040	BNDES	34.684,95	34.684,95	34.684,95
Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	BNDES	394,02	394,02	394,02
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	6	BNDES	840,03	840,03	840,03
Ciama Exp. Ind. e Exportadora Ltda	141.008	CONAB	4.542,66	4.542,66	4.542,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	214.806	BNDES	3.508,03	3.508,03	3.508,03
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A	11.374	BNDES	48.691,22	48.691,22	48.691,22
Refinadora Catarinense S/A	356	BNDES	16.513,39	16.513,39	16.513,39
Total	1.967.220.957	=====	10.742.262,12	11.580.527,29	11.580.527,29

observação: Título em poder do BNDES e CONAB

(1) Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste

(2) Quotas do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

Em conformidade com a legislação Societária, os Investimentos em participação no capital social de outras Empresas, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta estiver comprovada como permanente (art. 183 da Lei nº 6.404/76), com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os Investimentos em Coligadas e Controladas pelo método da equivalência patrimonial (art. 248 da Lei nº 6.404/76), com a redação dada pela Lei nº 11.941/09. Os Investimentos da CONAB são todos avaliados pelo Método do Custo, pois não possui investimentos em coligadas ou controladas.

Grande parte dos Investimentos da CONAB, está em poder do BNDES (Gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND), em cumprimento ao Plano de Desestatização, em conformidade com as determinações da Lei nº 9.491, de 09/09/1997 e Decreto nº 1.068, de 02/03/1994.

Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 009252/O-8



À
**Diretoria da
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB**

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

1. Examinamos o balanço patrimonial da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, levantado em 31 de dezembro de 2010, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, da Demonstração do valor Adicionado e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo nesta data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil que requerem a realização dos exames com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações, o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como a apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, em 31 de dezembro de 2010, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e o seu fluxo de caixa nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Legislação Vigente e Princípios Fundamentais da contabilidade.

4. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findado em 31 de dezembro de 2009, apresentado para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer foi emitido em 31 de março de 2010,

Brasília, 03 de março de 2011.


ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC/RS 71.505/O – 3 – “S” – DF
RESPONSÁVEL TÉCNICO
MACIEL AUDITORES E CONSULTORES S/S LTDA
CRC/RS 4.773/O-4 – “S-DF”

18 – DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO

Não se aplica à Conab

19 – FINANCIAMENTOS, RENEGOCIAÇÕES, AÇÕES DE EXECUÇÃO, RESSARCIMENTOS E INADIMPLÊNCIA DOS RECURSOS ORIUNDOS DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO

Não se aplica à Conab

20 - INDICADORES DE DESEMPENHO DAS IFES

Não se aplica à Conab

21 – RELATÓRIO DE REVISÃO DOS CRITÉRIOS ADOTADOS QUANTO À CLASSIFICAÇÃO NOS NÍVEIS DE RISCOS

Não se aplica à Conab

22 – INFORMAÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES

A Conab vinha praticando a fixação dos honorários de seus dirigentes tomando como base a remuneração de empregado considerado paradigma, conforme o disposto no art. 3.º, item II, § 1.º e 2.º, alíneas a, b, c, d, do Decreto-Lei n.º 2.355, de 27 de agosto de 1987, tendo como última alteração nessa base o mês de janeiro/2010.

As novas orientações do DEST/MPOG, por meio do OF n.º 434/DEST-MP, de 14 de maio de 2010, recomendam que o estabelecimento dos honorários dos diretores sejam fixados de forma desvinculada da remuneração dos empregados da Companhia, oportunidade em que foram elaboradas as planilhas demonstrativas ora constantes do processo n.º 1.534/2010, em tramitação no âmbito da Presidência da Conab.

A remuneração dos Conselhos Fiscal e Administrativo é fixada na forma da Lei n.º 9.292/96 e parágrafos 3.º e 6.º dos artigos 15 e 24 do Estatuto Social, correspondente a 10% sobre o valor médio dos honorários da Diretoria da Conab.

O Quadro Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores não foi preenchido, tendo em vista que não há nenhum registro de pagamento efetuado, por meio da folha de pagamento, de valores inerentes a Bônus ou Participação nos Resultados.

QUADRO 112 - REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

Conselho de Administração																Em R1,00
Nome do Conselheiro	Período		Remuneração													
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	13.º Salário	Total
Alexandre Magno Franco de Aguiar	28/04/10	Em exercício					2.212	2.212	2.212	2.212	2.213	2.213	2.213	2.213	1.475	19.174
Boaventura Teodoro de Lima	17/11/10	16/11/10														
Edilson Guimarães	01/09/06	27/04/13	2.673	2.212	2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	2.328	29.341
Guilherme Costa Delgado	14/11/06	27/07/12	2.673	2.212	2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	2.328	29.341
José Geraldo Fontelles	15/05/09	Em exercício	2.673	2.212	2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	2.289	29.303
José Menezes Neto	30/07/08	06/06/10	2.673	2.212	2.213	2.213	2.213	2.213							1.037	14.774
Maria das Graças Fontes	02/07/07	02/09/10	2.673	2.212	2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	2.213					1.590	19.752
Milton Elias Ortolan	07/06/10	06/06/13							2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	1.291	14.567
Wagner Gonçalves Rossi	26/06/07	31/03/10	2.673	2.212	2.767										668	8.320
Total			16.038	13.274	13.834	11.064	13.276	13.276	13.276	13.276	11.064	11.064	11.064	11.064	13.006	164.572
Conselho Fiscal																
Nome do Conselheiro	Período		Remuneração													
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	13.º Salário	Total
Francisco Wayner Moreira	27/04/10	26/04/11							2.213	2.213	2.213	4.425	2.213	2.213	1.291	16.780
João Bosco Bahia dos Santos	31/07/09	31/01/10	2.673	2.212	2.213	2.213									232	9.544
Marcus Vinicius Sócio Magalhães	28/07/08	31/05/10	2.673	2.212	2.213	2.213	2.213								1.037	12.561
Pedro Ataíde Cavalcante	29/10/09	28/10/11	2.558	2.212	2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	2.242	29.140
Wesley José Gadelha	26/02/10	25/02/11			2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	2.213	1.844	23.972

Beier																
Total			7.904	6.637	8.853	8.851	6.638	4.425	6.638	6.638	6.638	8.851	6.638	6.638	6.645	91.996
Total Geral			23.941	19.911	22.687	19.915	19.914	17.701	19.914	19.914	17.702	19.915	17.702	17.702	19.651	256.568

Fonte: SUREH/GEFOP

QUADRO 113 - SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
DIRETORIA DA Conab
EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010

Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa	1.363.466,32	1.413.375,89	1.487.561,19
a) honorários	1.174.476,19	1.193.705,97	1.234.363,82
b) benefícios diretos e indiretos	27.725,10	29.154,27	31.794,86
c) remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	161.265,03	190.515,65	221.402,51
II – Remuneração Variável	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	1.363.466,32	1.413.375,89	1.487.561,19

Fonte: SUREH/GEFOP

QUADRO 114 - SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
CONSELHO FISCAL DA CONAB
EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010

Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa	78.400,46	81.024,43	91.995,73
a) Jetons	78.400,46	81.024,43	91.995,73
b) benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00

II – Remuneração Variável	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	78.400,46	81.024,43	91.995,73

Fonte: SUREH/GEFOP

**QUADRO 115 - SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONAB
EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010**

Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c)	160.534,12	162.079,36	164.575,37
a) Jetons	160.534,12	162.079,36	164.575,37
b) benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	160.534,12	162.079,36	164.575,37

Fonte: SUREH/GEFOP

23 – CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”

Atividade executada somente na Matriz

24 – DESIMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS

Não se aplica à Conab

25 – INFORMAÇÕES SOBRE AS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da Previdência Complementar Patrocinada pela Conab, são realizados no âmbito da Conab/Matriz.

a)	Nome	CIBRIUS
b)	Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
c)	CNPJ:	00.531.590/0001-89
	Plano de Benefícios:	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

25.1. Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes

Sureg	Total da Folha dos Participantes	Participação %
AL	2.598.868,22	1,45%
AM	3.083.044,07	1,73%
BA	2.877.640,74	1,61%
CE	9.568.446,41	5,36%
ES	4.350.908,25	2,44%
GO	11.776.106,24	6,59%
MA	3.338.883,10	1,87%
MG	9.427.789,57	5,28%
MS	5.581.970,24	3,12%
MT	4.336.382,98	2,43%
PA	2.823.367,38	1,58%
PB	4.185.106,74	2,34%
PE	9.010.678,63	5,04%
PI	2.729.455,62	1,53%
PR	8.320.718,74	4,66%
RJ	4.719.010,99	2,64%
RN	3.953.004,14	2,21%
RO	2.895.189,70	1,62%
RR	252.656,66	0,14%
RS	5.149.906,33	2,88%
SC	3.213.858,32	1,80%
SP	4.787.756,81	2,68%
TO	2.032.485,29	1,14%
Matriz	67.655.393,59	37,87%
Total	178.668.628,76	-

FONTE: CONAB/SUREH

25.2 – Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes

Sureg	Quantidade de Participantes Ativos	Valor das Contribuições	Participação %
		Empregados Participantes	
AC	2	29.372,89	0,24%
AL	37	160.870,22	1,33%
AM	34	218.008,17	1,81%
AP	-	-	0,00%
BA/SE	36	195.557,34	1,62%
CE	127	612.410,59	5,07%
ES	45	314.268,75	2,60%
GO	112	807.057,39	6,68%
MA	46	205.810,39	1,70%
MG	78	598.886,65	4,96%
MS	62	361.525,52	2,99%
MT	46	290.554,05	2,41%
PA	26	185.501,93	1,54%
PB	42	279.109,90	2,31%
PE	114	617.188,46	5,11%
PI	28	184.032,80	1,52%
PR	81	552.482,37	4,58%
RJ	44	349.151,41	2,89%
RN	39	259.501,48	2,15%
RO	22	165.246,84	1,37%
RR	1	16.686,14	0,14%
RS	57	347.407,45	2,88%
SC	29	227.633,15	1,89%
SP	37	345.914,50	2,86%
TO	14	153.937,57	1,27%
Matriz	446	4.597.296,49	38,07%

Fonte: Conab/Sureh

25.3 - Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB**25.3.1 - Patronal/Paritária – R\$10.599.485,55**

Sureg	Total da Folha dos Participantes	Contribuição Patronal	Participação %
AC	2.130.370,00	31.207,22	0,00
AL	2.130.370,00	157.213,78	0,01
AM	2.832.742,21	214.071,76	0,02
AP	-	-	0,00
BA/SE	2.633.257,86	191.689,52	0,02
CE	8.460.120,60	599.101,43	0,06
ES	4.204.095,48	306.688,38	0,03
GO	10.742.893,70	792.674,69	0,07
MA	2.873.370,79	202.028,64	0,02
MG	7.821.539,69	590.833,20	0,06
MS	4.989.680,64	354.681,18	0,03
MT	3.844.284,77	285.238,45	0,03
PA	2.622.350,98	182.143,75	0,02
PB	3.762.783,39	273.619,01	0,03
PE	8.010.964,44	604.503,00	0,06
PI	2.534.862,25	181.353,06	0,02
PR	7.510.769,20	543.004,15	0,05
RJ	4.313.242,83	343.808,71	0,03
RN	3.550.333,20	253.418,56	0,02
RO	2.309.355,01	160.639,48	0,02
RR	195.623,45	16.682,27	0,00
RS	4.677.306,27	341.514,53	0,03
SC	2.871.090,42	224.569,84	0,02
SP	4.303.006,63	342.157,31	0,03
TO	2.108.520,23	152.290,13	0,01
Matriz	61.186.694,10	4.728.932,61	0,44
Total	162.619.628,14	12.074.064,66	-

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

25.3.2- Complemento de Previdência (Serviço Passado) – R\$ 12.701.315,31*

OBS: A diferença de R\$ 1.946.648,03, em relação aos valores consignados no DRE/Siafi, refere-se a valores inscrito em Restos a Pagar não processado.

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Valor referente ao pagamento da dotação do serviço passado da massa de empregados da Conab, patrocinadora principal do plano de benefícios do CIBRIUS, realizado na forma do termo de convênio e aditivos firmados entre as partes, concernente ao ingresso no plano em 1995 dos empregados oriundos da fusão COBAL/CFP/CIBRAZEM.

➤ **Total Contribuições – R\$ 24.775.379,97***

OBS: A diferença de R\$ 1.946.648,03, em relação aos valores consignados no DRE/Siafi, refere-se a valores inscrito em Restos a Pagar não processado.

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Cabe observar que as contribuições são paritárias conforme determina a legislação.

Entretanto, eventual divergência entre a contribuição paritária Patronal e a contribuição dos Participantes informada pela Conab/Sureh, decorre de diferenças relacionadas ao pagamento de joias de responsabilidade exclusiva do participante e acertos outros.

25.4 – Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora Conab

Não ocorreram outros repasses de recursos que não contribuições.

25.5 – Discriminação da razão ou motivo de repasse de recursos que não sejam contribuições

Não ocorreram outros repasses de recursos que não contribuições.

25.6 – Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal

Posição do Agente Custodiante – ITAÚ UNIBANCO S/A em 31/12/2010

Descrição	Valor	% Atual	% Enquadramento Fundamento Legal	
			Política Investimento	Resolução CMN nº 3792
1) Renda Fixa	435.903.197,81	85,54	75,50	100,00
A. Títulos Públicos	261.407.048,62	51,30		
1.1 – NTN-B – Título Público Federal (IPCA)	245.228.321,62	48,12		
1.2 – NTN-C – Título P. Federal (IGP-M)	16.178.727,00	3,17		
B. Aplicação em Instituições Financeiras FII*	174.496.149,19	34,24		
1.3 – Banco do Brasil S/A Institucional Federal	31.496.130,76	6,18		
1.4 – FIDC BCSUL – VORAX SSE	16.169.966,34	3,17		
1.5 – FIDC COMANCHE CLEAN	10.302.310,20	2,02		
Dep a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	5.023.854,22	0,99		
1.6-Banco SCHAHIN S/A 07/05/09 a 02/04/14	129.487.409,06	25,41		
1.7-Banco SOFISA S/A 19/05/09 A 18/05/2012	4.793.081,53	0,94		
1.8-Banco SCHAHIN S/A 19/05/2009 a 18/05/2012	7.064.413,34	1,39		
1.9-Banco BONSUCESSO S/A 21/05/09 a 18/05/12	7.075.751,03	1,39		
1.10-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 10/06/09 a 10/06/2012	7.068.600,22	1,39		
1.11-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 17/07/2009 a 17/07/12	4.823.134,08	0,95		
1.12-Banco BMG S/A 11/09/09 a 11/09/14	5.930.161,05	1,16		
1.13-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 11/09/2009 a 11/09/13	9.391.134,04	1,84		
1.14-Bco SOFISA S/A 23/09/2009 a 23/09/14	4.687.054,97	0,92		
1.15-Banco BMG S/A 23/09/09 a 23/09/14	9.330.328,07	1,83		
1.16-OMINI S/A Cred Finan e Invest 19/10/09 a 19/10/14	7.010.143,31	1,38		
1.17-Banco MÁXIMA S/A 19/11/09 a 19/11/14	11.629.343,60	2,28		
1.18-Banco SCHAHIN S/A 21/01/2010 a 21/01/2015	10.371.496,49	2,04		
1.19-Banco MÁXIMA S/A 22/01/10 a 22/01/15	4.496.218,06	0,88		
1.20-Portocred Financeira - 12/05/10 a 12/05/15	4.501.649,54	0,88		
1.21-ABOE Financeira - 26/05/10 a 26/05/15	8.633.624,30	1,69		
1.22-ABOE Financeira - 01/09/10 a 01/09/15	4.293.278,63	0,84		
1.23-ABOE Financeira - 14/09/10 a / /	5.191.643,16	1,02		
1.24-Barigui Financeira S/A – 18/11/10 a 18/11/15	2.069.148,77	0,41		
1.25-Banco BRJ S/A 28/12/10 a 28/12/2015	6.118.907,83	1,2		
Títulos de Empresas	5.008.297,04	0,98		
1.26-HOPI HARI (Debênture não Conversível)	628.412,15	0,12		
Cédula de Crédito Imobiliário	628.412,15	0,12		
1.27-Céd Créd Imob M BRASIL 12/11/09 a 12/06/19	12.884.197,22	2,53		
1.28-Céd Créd Imob M BRASIL 23/02/10 a 12/06/19	6.785.544,08	1,33		
	6.098.653,14	1,20		
2) Renda Variável	36.805.676,57	7,22	14,00	70,00
2.1 - Mercado de Ações à Vista	33.718.185,88	6,62		
Aes Tiete PN	480.000,00	0,09		
Ambev PN	1.515.600,00	0,3		
América Latina Logística ON	450.000,00	0,09		
BmfBovespa ON	393.900,00	0,08		
Bradesco PN	3.160.520,00	0,62		
Brasken PNA	712.950,00	0,14		
Brasil Foods ON	710.840,00	0,14		
Brasil Telecom ON	113.454,64	0,02		
Brasil Telecom PN	949.356,00	0,19		
Cemig ON	1.914.996,75	0,38		
Cia Eneergética de São Paulo PNB	540.000,00	0,11		
Cia Paranaense de Energia PNB	439.900,00	0,09		
Contax ON	76.800,00	0,02		
Contax PN	172.746,00	0,03		
Companhia Siderúrgica Nacional ON	1.226.820,00	0,24		
Eletrobrás PNB	1.337.500,00	0,26		
Empresa Brasileira de Telecomunicações ON	483.249,50	0,09		
Empresa Bras de Telecom Participação ON	285,70	0,00		
Empresa Bras de Telecom Participação PN	570,81	0,00		
Energisa UNIT	1.702.140,00	0,33		
Fibra ON	72.317,70	0,01		
Gerdau PN	634.760,00	0,12		
Itaunibanco PN	1.980.547,25	0,39		
Itausa PN	914.760,00	0,18		
Lojas Americanas PN	306.200,00	0,06		
Minasfer PNA	65.905,00	0,01		
Petrobrás PN	5.458.000,00	1,07		
Sabesp ON	638.850,00	0,13		
Telemar PN	655.830,00	0,13		
Telesp Participações PN	298.076,76	0,06		
Usiminas PNA	843.040,00	0,17		
Vale PNA	3.637.500,00	0,71		
Vivo Participações PN	1.599.000,00	0,31		
Weg ON	218.000,00	0,04		
Bradesco DIR	13.769,77	0		
2.2-Fundo de Ações	3.087.490,69	0,61		
Bradesco IBX ativo	3.049.580,15	0,6		
Fator Institucional	37.910,54	0,01		
3 – Investimentos Estruturados	6.050.124,04	1,19	3,00	20,00
Memorial Office (Ricci Assoc Eng Com Ltda) F. Imob	3.510.784,57	0,69		
Hermes (Mercúrio DTVM Ltda) F. Imob	2.539.339,47	0,5		
4) Imóveis	17.112.987,74	3,36	4,50	8,00
Edificações de Uso Próprio	844.484,13	0,17		
SHCCN 706/7 BLD nº 42 Sls 101 à 302	844.484,13	0,17		
Edificações para Renda	8.599.378,61	1,69		
SHCCN 706/7 BLD nº 42 Térreo e subsolo – DF	2.205.796,46	0,43		
SHN Q. 02 ljs 142 e 150 Ed. Garvey Park – DF	183.125,02	0,04		
Cent Com. Lt 24/25 Q. 4C SIA -DF	1.014.815,32	0,2		
SCLN 307 LJS 37, 39, 59, 65 e 69 – DF	339.493,47	0,07		
Centro Século XXI – Curitiba-PR	4.856.148,34	0,95		
Investimento em Shopping Center	7.669.125,00	1,5		
Conjunto Nacional de Brasília-St. Div Norte - DF	7.669.125,00	1,5		
5) Empréstimos aos Participantes	13.507.935,95	2,65	3,00	15,00
6) Disponível	233.376,36	0,05	0,00	0,00
Total Geral	509.613.298,47	100	100	

Descrição	Valor	% Atual	% Enquadramento Fundamento Legal	
			Política Investimento	Resolução CMN nº 3792
1) Renda Fixa	435.903.197,81	85,54	75,50	100,00
A. Títulos Públicos	261.407.048,62	51,30		
1.1 – NTN-B – Título Público Federal (IPCA)	245.228.321,62	48,12		
1.2 – NTN-C – Título P. Federal (IGP-M)	16.178.727,00	3,17		
B. Aplicação em Instituições Financeiras FIF	174.496.149,19	34,24		
1.3 – Banco do Brasil S/A Institucional Federal	31.496.130,76	6,18		
1.4 – FIDC BCSUL – VORAX S5E	16.169.966,34	3,17		
1.5 – FIDC COMANCHE CLEAN	10.302.310,20	2,02		
Dep a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	5.023.854,22	0,99		
1.6-Banco SCHAHIN S/A 07/05/09 a 02/04/14	129.487.409,06	25,41		
1.7-Banco SOFISA S/A 19/05/09 A 18/05/2012	4.793.081,53	0,94		
1.8-Banco SCHAHIN S/A 19/05/2009 a 18/05/2012	7.064.413,34	1,39		
1.9-Banco BONSUCESSO S/A 21/05/09 a 18/05/12	7.075.751,03	1,39		
1.10-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 10/06/09 a 10/06/2012	7.068.600,22	1,39		
1.11-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 17/07/2009 a 17/07/12	4.823.134,08	0,95		
1.12-Banco BMG S/A 11/09/09 a 11/09/14	5.930.161,05	1,16		
1.13-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 11/09/2009 a 11/09/13	9.391.134,04	1,84		
1.14-Bco SOFISA S/A 23/09/2009 a 23/09/14	4.687.054,97	0,92		
1.15-Banco BMG S/A 23/09/09 a 23/09/14	9.330.328,07	1,83		
1.16-OMINI S/A Cred Finan e Invest 19/10/09 a 19/10/14	7.010.143,31	1,38		
1.17-Banco MÁXIMA S/A 19/11/09 a 19/11/14	11.629.343,60	2,28		
1.18-Banco SCHAHIN S/A 21/01/2010 a 21/01/2015	10.371.496,49	2,04		
1.19-Banco MÁXIMA S/A 22/01/10 a 22/01/15	4.496.218,06	0,88		
1.20-Portocred Financeira - 12/05/10 a 12/05/15	4.501.649,54	0,88		
1.21-ABOE Financeira - 26/05/10 a 26/05/15	8.633.624,30	1,69		
1.22-ABOE Financeira - 01/09/10 a 01/09/15	4.293.278,63	0,84		
1.23-ABOE Financeira - 14/09/10 a / /	5.191.643,16	1,02		
1.24-Barigui Financeira S/A – 18/11/10 a 18/11/15	2.069.148,77	0,41		
1.25-Banco BRJ S/A 28/12/10 a 28/12/2015	6.118.907,83	1,2		
Títulos de Empresas	5.008.297,04	0,98		
1.26-HOPI HARI (Debênture não Conversível)	628.412,15	0,12		
Cédula de Crédito Imobiliário	628.412,15	0,12		
1.27-Céd Créd Imob M BRASIL 12/11/09 a 12/06/19	12.884.197,22	2,53		
1.28-Céd Créd Imob M BRASIL 23/02/10 a 12/06/19	6.785.544,08	1,33		
	6.098.653,14	1,20		
2) Renda Variável	36.805.676,57	7,22	14,00	70,00
2.1 - Mercado de Ações à Vista	33.718.185,88	6,62		
Aes Tiete PN	480.000,00	0,09		
Ambev PN	1.515.600,00	0,3		
América Latina Logística ON	450.000,00	0,09		
BmfBovespa ON	393.900,00	0,08		
Bradesco PN	3.160.520,00	0,62		
Brasken PNA	712.950,00	0,14		
Brasil Foods ON	710.840,00	0,14		
Brasil Telecom ON	113.454,64	0,02		
Brasil Telecom PN	949.356,00	0,19		
Cemig ON	1.914.996,75	0,38		
Cia Eneergética de São Paulo PNB	540.000,00	0,11		
Cia Paranaense de Energia PNB	439.900,00	0,09		
Contax ON	76.800,00	0,02		
Contax PN	172.746,00	0,03		
Companhia Siderúrgica Nacional ON	1.226.820,00	0,24		
Eletrobrás PNB	1.337.500,00	0,26		
Empresa Brasileira de Telecomunicações ON	483.249,50	0,09		
Empresa Bras de Telecom Participação ON	285,70	0,00		
Empresa Bras de Telecom Participação PN	570,81	0,00		
Energisa UNIT	1.702.140,00	0,33		
Fibra ON	72.317,70	0,01		
Gerdau PN	634.760,00	0,12		
Itaunibanco PN	1.980.547,25	0,39		
Itausa PN	914.760,00	0,18		
Lojas Americanas PN	306.200,00	0,06		
Minasfer PNA	65.905,00	0,01		
Petrobrás PN	5.458.000,00	1,07		
Sabesp ON	638.850,00	0,13		
Telemar PN	655.830,00	0,13		
Telesp Participações PN	298.076,76	0,06		
Usiminas PNA	843.040,00	0,17		
Vale PNA	3.637.500,00	0,71		
Vivo Participações PN	1.599.000,00	0,31		
Weg ON	218.000,00	0,04		
Bradesco DIR	13.769,77	0		
2.2-Fundo de Ações	3.087.490,69	0,61		
Bradesco IBX ativo	3.049.580,15	0,6		
Fator Institucional	37.910,54	0,01		
3 – Investimentos Estruturados	6.050.124,04	1,19	3,00	20,00
Memorial Office (Rieci Assoc Eng Com Ltda) F. Imob	3.510.784,57	0,69		
Hermes (Mercúrio DTVM Ltda) F. Imob	2.539.339,47	0,5		
4) Imóveis	17.112.987,74	3,36	4,50	8,00
Edificações de Uso Próprio	844.484,13	0,17		
SHCCN 706/7 Bl D nº 42 Sls 101 à 302	844.484,13	0,17		
Edificações para Renda	8.599.378,61	1,69		
SHCCN 706/7 Bl D nº 42 Térreo e subsolo – DF	2.205.796,46	0,43		
SHN Q. 02 ljs 142 e 150 Ed. Garvey Park – DF	183.125,02	0,04		
Cent Com. Lt 24/25 Q. 4C SIA -DF	1.014.815,32	0,2		
SCLN 307 LJS 37, 39, 59, 65 e 69 – DF	339.493,47	0,07		
Centro Século XXI – Curitiba-PR	4.856.148,34	0,95		
Investimento em Shopping Center	7.669.125,00	1,5		
Conjunto Nacional de Brasília-St. Div Norte - DF	7.669.125,00	1,5		
5) Empréstimos aos Participantes	13.507.935,95	2,65	3,00	15,00
6) Disponível	233.376,36	0,05	0,00	0,00
Total Geral	509.613.298,47	100	100	

Fonte: Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN n.º 3.792 de 24/09/2009 (Estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC e revoga a 3456), alterações posteriores e demais instruções e resoluções dos órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada, em consonância com as Leis Complementares n.ºs 108 e 109/2001.

25.7 – Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Conforme a Carta/CIBRIUS/SUP/n.º 014, de 04/02/2011, a PREVIC, antiga SPC/MPS, somente poderá se manifestar após o recebimento do Balanço 2010, cujo prazo final para envio é até 31 de março de 2011, conforme calendário de obrigações. Entretanto, a SPC, atual PREVIC, não tem se manifestado sobre a prestação de contas, embora o Cibrius tenha solicitado formalmente. Por outro lado, a PREVIC encontra-se obrigada a prestar as informações objeto do item 20 PARTE C do Anexo II - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS da DN/TCU n.º. 107/2010, como segue:

- a) Informações consolidadas sobre a fiscalização e o controle dos planos de benefícios e sobre as entidades fechadas de previdência complementar realizadas pela SPC/MPS, conforme disposto no art. 24 da Lei Complementar n.º 108/2001;**
- b) Informações consolidadas sobre o exercício e os resultados da fiscalização e do controle das entidades de previdência complementar patrocinadas pelas respectivas patrocinadoras, conforme disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001, realizados nos últimos dois anos.**
- c) Informações quanto as providências adotadas para o encerramento da SPC, em especial os termos de transferência de patrimonial e a situação dos processos administrativos não encerrados, conforme Acórdão TCU 1.912/2010 – Plenário.**

8 - Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciando o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional.

A Política de Investimentos da entidade, disponível em inteiro teor no site www.cibrius.com.br com acesso pela lapela “CONHEÇA O CIBRIUS/Documentos Institucionais”, foi elaborada em conformidade com a **Resolução 3792/2009 do CMN**, e consignou as seguintes diretrizes, como segue:

Diretrizes para Alocação dos Investimentos

A Política de Investimentos do Plano de Benefícios Conab, administrado pelo CIBRIUS, levou em consideração os normativos vigentes sobre o assunto, as boas técnicas usualmente praticadas no mercado de Fundos de Pensão, bem como os cenários macroeconômicos.

Destaca-se que, em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3792/2009, a Política de Investimentos da entidade, estabeleceu que as decisões que envolverem os investimentos dos recursos garantidores do Plano de Benefícios do CIBRIUS deverão ser tomadas pela Diretoria-Executiva, após a análise e parecer da Área de Investimentos e avaliação do Comitê de Investimentos, com base na Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo. Os investimentos acima de 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Cibrius serão, necessariamente, submetidos à aprovação do Conselho Deliberativo, respeitando os limites e condições impostas pela legislação pertinente e o Estatuto do CIBRIUS.

O artigo 16º da Resolução 3.792/2009, do Conselho Monetário Nacional, determina que a política de investimentos de cada plano deve conter, no mínimo, os seguintes itens:

- I. Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação.
- II. Os limites por modalidade de investimentos, se estes forem mais restritivos que os estabelecidos na Resolução CMN n.º 3.792/09

Alocação de recursos e limites por segmento e modalidade de investimento

Segmentos	Alocações		2010	Limite Res. CMN 3792/09
	2008	2009		
Renda Fixa	79,01%	75,50%	75,50%	100,00%
Renda Variável	12,01%	15,00%	14,00%	70,00%
Empréstimos	2,89%	3,50%	3,00%	15,00%
Inv. Estruturados			3,00%	20,00%
Imóveis	6,09%	6,00%	4,50%	8,00%

III. Utilização de Instrumentos derivativos.

Não serão permitidas operações de Derivativos com alavancagem, ou seja, em que essas posições representem mais de 100% dos ativos de suas respectivas carteiras, mesmo considerando os ativos que compõem os fundos de investimentos, cujas quotas integram o patrimônio do Plano do CIBRIUS.

Operações com Derivativos só serão permitidas no intuito de proteção da carteira, respeitando os limites legais.

Outros limites e diretrizes podem ser impostos pelo CIBRIUS em Regulamento e Mandatos específicos de fundos exclusivos.

IV. Taxa mínima atuarial ou índices de referência, observado o regulamento de cada plano de benefícios.

Taxa atuarial = TR + 6% a.a.

V. Meta de rentabilidade para cada segmento de aplicação

Quadro -Meta de rentabilidade	
Segmento	benchmark
Renda Fixa	CDI
Renda Variável	Ibovespa
Inv. Estruturados	CDI
Imóveis	TR + 6% a.a.
Empréstimos	TR + 6% a.a.

VI. Metodologia ou as fontes de referência adotadas para precificação dos ativos financeiros.

Deverá ser adotados como modelos de marcação a mercado, os ativos destinados à negociação e marcação pela curva do título e papéis aqueles que serão levados ao vencimento, desde que em consonância e obedecidos os preceitos da Resolução MPS/CGPC n.º 04/02 e alterações posteriores.

O HSBC Securities Services, agente custodiante, será responsável pelo apreçamento dos ativos da Carteira de Investimentos do Cibrius. A entidade mudou o agente custodiante para o ITAÚ UNIBANCO S/A, conforme posição da carteira em 31/12/2010.

VII. Metodologia e critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico.

a) Risco de Crédito

O Instituto aplicará seus ativos somente em títulos considerados como de baixo risco de crédito, cujo controle, tanto do bancário como do não bancário, será realizado de acordo com os *ratings* estabelecidos pelas agências classificadoras de risco, sempre respeitando os limites e restrições legais.

As agências em que o Instituto fundamentará suas decisões são as seguintes:

Agência de Classificação de Risco	Ratings considerados de Baixo Risco de Crédito
FITCH RATING	F1(bra), F2 (bra), AAA(bra), AA(bra), A(bra)
SR RATING	sr AA, sr A, brAAA, brAA+, brAA, brAA-, brA+, brA, brA-
MOODY's INVESTOR	Aaa1.br, Aaa2.br, Aaa3.br, Aa1.br, Aa2.br, A1.br, A2.br, A3.br
AUSTIN ASIS	AAA, AA, A
STANDARD & POOR'S	brAAA, brAA, brA-1, brA-2
LF Rating	AAA, AA,A

É importante ressaltar que, se duas ou mais agências classificarem o mesmo papel, o Instituto adotará, para fins de classificação de risco de crédito, àquela mais conservadora.

Como regra geral, serão adquiridos prioritariamente, títulos públicos federais que apresentarem perspectiva de rentabilidade superior à variação da meta atuarial do Instituto, inclusive quanto aos custos operacionais.

Caso seja adquirido algum título não avaliado pelas agências classificadoras de risco como demonstrado acima, **o mesmo será automaticamente classificado de alto risco de crédito.**

Para títulos classificados como médio e/ou alto risco de crédito não serão permitidas novas inversões, mas apenas levar ao vencimento os investimentos do passado existentes atualmente, que a própria falta de liquidez, impede sua realização. A existência deste tipo de ativo em algum fundo de investimentos poderá alterar este percentual, entretanto deverá estar dentro dos limites aceitáveis e permitidos pela legislação.

b) Risco de Degradação da Qualidade de Crédito

Para o caso de novos títulos e valores mobiliários que tenham sido adquiridos em conformidade com a Política de Investimentos, mas que eventualmente, após sua aquisição, tenham sofrido redução da sua nota de classificação de crédito para médio e/ou alto risco de crédito, caberá à compliance notificar à Diretoria-Executiva, que após sua avaliação, decidirá sobre a venda ou manutenção do referido ativo em sua carteira.

c) Risco de Mercado

O processo de gerenciamento e de controle de risco de mercado é feito por modelo próprio que limita a probabilidade de perdas máximas, através do cálculo mensal do *Value-at-Risk* (VaR).

O Cibrius adota os seguintes parâmetros para o cálculo do VaR: Intervalo de confiança de 95% e horizonte temporal de 21 dias úteis. Com relação aos limites, para os segmentos de renda fixa e renda variável, valem:

- Segmento de renda fixa: 1,5%;
- Segmento de renda variável: 17%.

A empresa RiskOffice, é a responsável por desenvolver os cálculos. Essas informações são apresentadas em reunião formal e analisadas pelo Comitê de Investimento do Cibrius mensalmente.

d) Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é uma preocupação constante para o Instituto e, como prudência, o mesmo mantém um percentual mínimo de seus recursos totais em ativos de liquidez imediata. Com a adoção dessa política, o Cibrius reduz a possibilidade de que haja dificuldade em honrar seus compromissos previdenciários no curto prazo.

e) Risco Operacional

O CIBRIUS, atendendo a Resolução MPS/CGPC n.º 13, de 01 de outubro de 2004, monitora os riscos não-financeiros, ou seja, o risco operacional. Define-se risco operacional quando existe a possibilidade de perdas decorrentes da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos, bem como de eventos externos que causem prejuízos nas suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos.

f) Risco Legal

O risco legal deriva do potencial questionamento jurídico na execução dos contratos. Esta categoria de risco é mensurada para as atividades do Instituto e para os investimentos que envolvam contratos específicos. O CIBRIUS poderá utilizar pareceres jurídicos especializados para os assuntos de caráter mais aprofundados.

g) Risco Sistêmico

O CIBRIUS monitora o risco sistêmico do sistema financeiro nacional, o qual está inserido. Representa o risco de que uma instituição financeira não tenha recursos suficientes para pagar outra, fazendo com que esta outra não pague uma terceira e assim por diante, daí resultando um "efeito dominó," que pode levar ao colapso todo o sistema financeiro, ou seja, a uma crise sistêmica, entendida como uma interrupção da cadeia de pagamentos da economia.

No Brasil, existem mecanismos de segurança e instrumentos, desenvolvidos pelo Bacen - como o Sistema de Pagamentos Brasileiro, conhecido como SPB, e a Transferência Eletrônica Disponível (TED) - que visam impedir que, ao fim de cada dia, haja operações financeiras não encerradas, isto é, sem transferência efetiva dos recursos financeiros envolvidos, notadamente em grandes transações.

VIII. A observância ou não de princípios de responsabilidade socioambiental

Devido à complexidade do assunto aliado à falta de uma estrutura que dê suporte, o CIBRIUS não adotará o “Princípio de Responsabilidade Socioambiental” na vigência da presente Política de Investimentos.

Comparativo das Rentabilidades dos Investimentos JAN A DEZ 2010

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	TR+6% aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENTA FIXA	14,22%	6,7301%	7,02%
RENTA VARIÁVEL	1,61%		-4,80%
IMÓVEIS	11,68%		4,64%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		0,35%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		11,19%
CARTEIRA GERAL	13,29%		6,15%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	INPC+5%aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENTA FIXA	14,22%	11,80%	2,16%
RENTA VARIÁVEL	1,61%		-9,11%
IMÓVEIS	11,68%		-0,11%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-4,20%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		6,14%
CARTEIRA GERAL	13,29%		1,33%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	INPC+6% aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENTA FIXA	14,22%	12,86%	1,21%
RENTA VARIÁVEL	1,61%		-9,97%
IMÓVEIS	11,68%		-1,05%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-5,10%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		5,15%
CARTEIRA GERAL	13,29%		0,38%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	CDI JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENTA FIXA	14,22%	9,76%	4,06%
RENTA VARIÁVEL	1,61%		-7,43%
IMÓVEIS	11,68%		1,75%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-2,42%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		8,12%
CARTEIRA GERAL	13,29%		3,22%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	IBOVESPA JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENTA VARIÁVEL	1,61%	1,04%	0,56%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	IBrX - 50 JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENTA VARIÁVEL	1,61%	0,75%	0,85%

A Política de Investimentos de 2010, aprovada em 17/12/2009 pelo Conselho Deliberativo da Entidade Fechada de Previdência Complementar, foi elaborada em conformidade com os mandamentos da Resolução CMN n.º 3792/2009.

A sua execução apresentou-se ajustada aos parâmetros da Resolução do CMN, apontando variações em relação ao parâmetros fixados pelo Conselho Deliberativo da entidade quanto ao item Renda Variável de 85,54% em relação aos 75,50% fixados.

Cabe observar um elevado incremento dos investimentos em Depósito a Prazo com Garantia Especial-DPGE, de R\$79 milhões para R\$129 milhões e quotas de FIF de R\$8,6 milhões para R\$31,5 milhões, cuja movimentação poderá ser objeto de exame nas ações de fiscalização de que trata o art. 25 da LC 108/2001, notadamente quanto aos requisitos de segurança, rentabilidade e liquidez das inversões.

Os resultados alcançaram 6,15% em relação a meta atuarial de TR+6% dentro de um cenário de uma TR abaixo de 1%, portanto muito longe de refletir um índice que represente a inflação do período. Quando comparados com INPC+6% ou 5% e com o CDI, os resultados são significativamente reduzidos. Por outro lado, as operações de empréstimos aos participantes apresentou um notável desempenho, com um resultado mínimo de 5,5% em relação aos Benchmark. Isto com a aplicação de apenas 2,65% dos Recursos Garantidores, quando a Resolução do CMN permite até 15%, indicando que a entidade pode rever as taxas de empréstimos de forma a torná-las mais atrativas aos participantes, bem como alocar maior volume de recursos, buscando cumprir o estatuto da entidade quanto a sua função de **Promover o bem-estar social dos seus destinatários**.

e) Conclusões contidas no Parecer da Auditoria Independente

Conforme a Carta/CIBRIUS/SUP/N.º 014, de 04/02/2011, o Parecer da auditoria Independente referente Balanço 2010 estará disponível até o dia 31 de março de 2011, conforme calendário de obrigações.

Entretanto, para fins informativo, destacamos abaixo o parecer de 2009 da **BDO Trevisan Auditores Independentes**, CRC 2SP013439/O-5 “S” DF, de responsabilidade do Sócio-contador, Sr. Marcelo Faria Pereira, CRC 1Rj077911/O-2 “S” DF, Parecer de Auditoria Independente, com as seguintes conclusões:

- “1. Examinamos o balanço patrimonial do CIBRIUS – instituto CONAB de Seguridade Social, levantamento em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do instituto; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Instituto, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações e seus fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades do Instituto. Conforme mencionado na nota explicativa n.º 12, o **Instituto possui registrado como provisão matemática a constituir o montante de R\$596.267 milhões**, que representa o **desequilíbrio atuarial pela insuficiência da cobertura do custo do serviço passado**. Ademais, o Instituto poderia apresentar um novo déficit atuarial, tendo em vista que, de acordo com o atuário externo, muito embora o regulamento do plano de benefícios estabeleça a correção dos benefícios concedidos pela TR + 6% ao ano, **existe a necessidade de se determinar um indexador que reflita efetivamente a inflação (INPC-IBGE)**. Essa alteração seria possível no caso da contratação da dívida junto à Patrocinadora CONAB, entretanto, a ação de cobrança movida contra a CONAB referente à cobertura do custo do serviço passado encontra-se em discussão judicial e, conforme andamento processual, foi julgada procedente em 1.ª instância, estando pendente do julgamento da apelação interposta pela Conab.
5. Conforme mencionado na nota explicativa n.º 11, em 31 de dezembro de 2009, o instituto possui registrado no **exigível contingencial o montante de R\$189.749 milhões**, dos quais R\$174.892 milhões referem-se ao contingenciamento dos **riscos previdenciários em decorrência de potenciais demandas judiciais com exigência na mudança do indexador do plano de benefícios de TR para INPC**. Em virtude das incertezas relacionadas a esse tema, não é possível determinar quais poderão ser os reflexos que esse assunto poderá trazer às demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1.
6. Anteriormente, as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, compreendendo o balanço patrimonial, demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros, foram examinadas por outros auditores independentes e o parecer, datado de 20 de fevereiro de 2009, foi emitido sem ressalva, com ênfase em relação aos mesmos assuntos mencionados no parágrafo 4.”

f) - Conclusões do último estudo atuarial

PARECER ATUARIAL ANUAL 2010

A avaliação atuarial anual de 2010 foi realizada, na data base de 31 de agosto, especificamente para mensurar os custos e a situação financeiro-atuarial do Plano CONAB do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL, dimensionar as provisões matemáticas e apresentar os resultados da avaliação atuarial, em consonância com o Regulamento do Plano, metodologia, hipóteses e premissas atuariais definidas conforme determina legislação em vigor, com base em dados cadastrais fornecidos pela Entidade.

Os dados cadastrais dos Participantes, fornecidos pela Entidade, foram consistidos comparando com parâmetros mínimos e máximos aceitáveis na data desta avaliação, e foram considerados suficientes e completos para efeito da avaliação.

Para atendimento as exigências legais, especificamente a Resolução CGPC n.º 18/2006, foram efetuados estudos de aderência das hipóteses, apresentados em relatório específico, que não apontaram necessidade de alteração das hipóteses analisadas em relação ao ano anterior.

Utilizando a mesma metodologia dos anos anteriores, o estudo estatístico da hipótese de crescimento real de salários apontou um incremento médio anual de 3,09% ao ano.

Da avaliação realizada obteve-se um resultado para Reserva Matemática total de R\$ 924.318.110,77 em 31/08/2010 e comparando com o Ativo Líquido Previdenciário de R\$ 315.766.645,62, registrado no balancete nesta mesma data, para equilíbrio do Plano deve ser acrescido das Reservas Matemáticas a Constituir de R\$ 608.551.465,15, cujo valor deverá ser objeto de contrato com a Patrocinadora.

Para formalização do contrato das insuficiências, recomendamos observar o valor apurado na avaliação de 31/05/2000, devendo-se observar o limite de R\$282.032.218,17, devidamente atualizado (juros e correção monetária), de maneira a se enquadrar nas disposições da Emenda Constitucional n.º 20/98, que, inclusive, foi o evento determinante para a intervenção no Instituto que foi suspensa em 2007.

No momento da contratação, caso este valor seja insuficiente o excedente deverá ser objeto de majoração de contribuições a fim de equilibrar o Plano.

O valor registrado no balancete de agosto/2010, na mesma data da avaliação, na conta de Provisões Matemáticas a Constituir, corresponde a R\$641.363.117,58, que comparado ao valor da insuficiência desta avaliação, de R\$608.551.465,15, apresenta uma diferença a menor de R\$32.811.652,43 em relação ao contabilizado.

O valor da insuficiência apurada na avaliação de 31/05/2000 atualizada até 31/08/2010 corresponde a R\$799.870.566,77, que deduzindo-se o atual contrato da Dotação Inicial que está sendo amortizado, registrado no balancete nesta data, de R\$44.830.506,05 e mais a insuficiência apurada nesta avaliação, apresenta uma redução de R\$146.488.595,57.

Quanto aos custos percentuais do plano, sobre o total da folha de Salários de Participação dos Participantes, comparativamente ao ano anterior:

Discriminação	2009	2010	%
Custo Normal	18,48%	18,54%	0,06%
Custo a Amortizar Serviço Passado	177,92%	210,43%	32,51%
Custo Total do Plano	196,40%	228,97%	32,57%
Contribuição Total em Vigor	19,11%	19,21%	0,10%
Déficit de Cobertura	-177,29%	-209,76%	-32,47%

Em contrapartida as contribuições vertidas, de acordo com a tabela de contribuições aplicada em vigor, apresentam um custeio sobre o total da folha de Salários de Participação dos Participantes, comparativamente ao ano anterior:

Contribuições	2009	2010	Diferença%
Normais Participantes	9,55%	9,58%	0,03%
Jóias	0,02%	0,07%	0,05%
Normais Patrocinadoras	9,55%	9,57%	0,02%
Assistidos para o Plano (1)	9,59%	9,59%	-
Assistidos administração (1)	1,22%	1,22%	-

1% sobre os benefícios dos assistidos

Relativamente aos resultados apurados nesta avaliação e comparados à avaliação anterior, cabe ressaltar os fatos relevantes que ocorreram no intervalo entre a avaliação anterior, ocorrida em 2009 e esta avaliação, em 31/08/2010, que influenciaram para que tais resultados fossem obtidos.

Motivos de aumento do custo percentual dos compromissos

- A variação ocorrida no custo normal do plano está dentro da normalidade e compatível com a metodologia de apuração do custo, considerando a massa de participantes sem novos entrados, o crescimento dos salários, do SRB e do benefício hipotético do INSS, que em relação ao

ano anterior, está dentro da normalidade;

- A insuficiência das Reservas Técnicas a amortizar apontada na avaliação de 2009, no valor de R\$578.540.441,65, correspondente a compromissos de serviço passado, equivalente a 177,92% do total da folha de salários de participação naquela data, não foi amortizado conforme proposto no plano de custeio, em função da não efetivação da contratação das insuficiências de responsabilidade da patrocinadora CONAB, referente ao custo do serviço passado a contratar;

- O saldo devedor a Amortizar do valor da Dotação Global (serviço passado contratado), com recontração em dezembro/2002, cujo valor registrado no balancete agosto/2010 equivale a R\$44.830.506,05, que inclui o valor referente ao reconhecimento de correção monetária integral do mês de maio de 1994 no saldo do valor original da dotação global, não atingiu o grau exigido de rentabilidade devido ao índice de correção inflacionária contratual (TR) constante do termo aditivo, estar abaixo da inflação efetiva. Não foi adotada a devida correção recomendada, permanecendo com o indexador da TR, enquanto o recomendado seria o INPC-IBGE e consequentemente a amortização mensal não está no compasso das necessidades do plano;

- Alertamos da necessidade imediata de equilíbrio do plano, muito embora a contratação das insuficiências das reservas técnicas a contratar (serviço passado de responsabilidade da Patrocinadora CONAB) e a mudança de índice já tenha sido reconhecida pela Patrocinadora, através da Nota Técnica DIAFI N.º 006/03, de 24/06/2003, referendada pela Diretoria Colegiada da CONAB (sexcentésima primeira reunião ordinária) e pelo Conselho de Administração da mesma (126ª reunião ordinária), respectivamente, em 07/07/2003 e 06/08/2003. Tais aprovações foram referendadas pelo MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através dos Ofícios n.º 693/MAPA/SE de 26/09/2003 e n.º 694/MAPA/SE de 26/09/2003 enviados, respectivamente, ao Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, indicando que o MAPA estava de acordo com a proposição da CONAB, consubstanciada no Ofício CONAB/PRESI/N.º 498 de 06/08/2003 e, no momento, em análise para aprovação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Através do Ofício n.º 1.911 DEFIS/CGRE de 28/09/2004 a Secretaria de Previdência Complementar reitera o entendimento, já por diversas vezes externado pelo CIBRIUS, pela CONAB e pela própria SPC/MPS que, sobre o ponto de vista técnico atuarial, não existia óbice em se atribuir ao serviço passado o déficit remanescente no plano de benefícios da Entidade. Na oportunidade a SPC/MPS solicitou o obséquio das providências no âmbito do DEST, no sentido de propiciar imediata contratação da dívida entre o CIBRIUS e a CONAB, de maneira que pudesse ser cessada a intervenção na entidade.

Conforme informação da Entidade, a Patrocinadora CONAB encaminhou ao Secretário Executivo do MAPA, OFÍCIO PRESI N.º 412, de 30 de junho de 2006, onde solicitava apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, no sentido de buscar uma solução definitiva acerca da contratação das insuficiências atuariais relativas ao serviço passado, bem como a alteração do indexador do plano de benefícios da TR para o INPC-IBGE, e que foi atendido pelo Ofício n.º 409/2006/SE-MAPA para reunião conjunta com o CIBRIUS, CONAB/MAPA, DEST/MP e SOF/MP.

Nesta reunião, ocorrida no DEST, a pauta foi revertida para o levantamento da intervenção na entidade, sob protestos da patrocinadora, vez que o objetivo da intervenção não havia sido alcançado, qual seja, a contratação das insuficiências atuariais do plano. Contudo a Secretaria de Previdência Complementar ratificou seu entendimento quando enviou o Ofício N.º 1749/SPC/DEFIS/CGRE de 08/06/2007 ao MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no qual, o Secretário foi enfático, no sentido de determinar levantamento da intervenção na entidade e dar posse aos órgãos estatutários.

Nesse Ofício restou claro ainda, que a Secretaria de Previdência Complementar, afirmou

a responsabilidade da patrocinadora CONAB sobre o passivo atuarial do CIBRIUS e solicitou providências quanto à responsabilidade de contratar a dívida das insuficiências do serviço passado e troca do indexador, bem como a continuidade da manutenção da Entidade.

O MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio do Ofício n.º 390/2007/SE-MAPA de 13/06/2007 solicitou providências cabíveis à Patrocinadora, ensejando o encerramento da intervenção, que ocorreu em 30/11/2007, oficializado pelo Ofício SPC/DEFI/CGRE N.º 2791 de 31/07/2006.

- Muito embora o regulamento estabeleça indexador menor para correção dos benefícios concedidos (TR + 6% ao ano), ressaltamos a necessidade de se fixar um indicador que reflita efetivamente a inflação, ou seja, o INPC-IBGE, tendo em vista que hoje, de maneira geral, é o que se tem praticado para salários.

Entretanto, cabe destacar a necessidade da efetivação do contrato das insuficiências de responsabilidade da Patrocinadora CONAB (Dotação Inicial e Serviço Passado, contratado e a contratar) com a substituição do indexador atual (TR + 6% aa), pois ao contrário haveria um novo déficit no plano, podendo levar o mesmo a uma situação de insolvência definitiva ou a um aumento das contribuições dos Participantes ativos, assistidos e da Patrocinadora.

- A redução da Folha salarial futura, base de cálculo das contribuições, evidencia que a massa de participantes ativos não está se renovando.

Motivos de redução do custo nominal do compromisso passado:

- De acordo com o Regulamento do Plano, os Benefícios já Concedidos foram corrigidos pelo índice da Caderneta de Poupança, deduzindo a taxa de juros (TR – taxa referencial);

- A rentabilidade nominal da aplicação do Patrimônio, no período de 31/08/2009 a 31/08/2010, obtida através do fluxo dos registros contábeis das receitas e despesas, pelo método da taxa interna de retorno, resultou em percentual de 10,92%, descontando-se a inflação (INPC-IBGE) acumulada no período, de 4,29%, mais a taxa de juro atuarial de 6% ao ano, resulta em -0,34% de rentabilidade real;

- Se considerarmos a meta de inflação pela TR (Taxa referencial), acumulada em 0,45%, resultaria em 4,17% de rentabilidade real;

- Destaque-se que ao simularmos a Taxa de rentabilidade, considerando que o contrato da Dotação Global aditada, de R\$44.830.506,05 em 31/08/2010, contratualmente corrigido pelo indexador TR, caso fosse substituído pelo indexador do INPC, a rentabilidade bruta do Patrimônio seria de 11,32%. E ainda, caso desconsiderássemos o contrato existente, bem como o fluxo das respectivas prestações recebidas, a rentabilidade bruta do Plano seria de 12,38%.

- Reiteramos as considerações feitas em anos anteriores, sobre o índice de correção dos Benefícios Concedidos (TR), que apesar de ser item regulamentar, não é compatível com a realidade da inflação, e sua mudança, dependendo do momento econômico, deve provocar aumento de custo ao plano. Portanto, julgamos conveniente indicar, nos contratos de amortização – da Dotação Inicial, bem como de Serviço Passado, de responsabilidade da patrocinadora, no que concerne ao indexador atuarial do mesmo, a necessidade de se aplicar o INPC-IBGE, ou outro índice compatível com a inflação, acrescido de juros atuariais de 6% ao ano, necessário para capitalização, a fim de atender a hipótese de rentabilidade adotada nesta avaliação atuarial.

Ressalte-se que para o caso de não ser alterado o indexador da Dotação Inicial já contratada mais o Serviço Passado a contratar junto à patrocinadora, a aplicação de reajustes nos benefícios dos assistidos de forma diversa àquela estabelecida pelo Regulamento do plano, ocasionaria um déficit no Plano, ocasionando o aumento das contribuições dos Participantes assistidos, ativos e Patrocinadora e ainda, conforme a relevância deste déficit, talvez a própria insolvência definitiva do plano.

Quanto ao grau de capitalização do Fundo, considerando o Patrimônio Líquido Previdenciário de R\$315.766.645,62, já considerando o valor da Dotação Inicial contratada com a Patrocinadora, registrada contabilmente como ativo do Plano, no momento, deduzindo-se o valor correspondente à cobertura das Reservas de Benefícios concedidos de R\$239.439.822,32, para os Benefícios a Conceder, de R\$684.878.288,45, a cobertura corresponde a 11,14%. Isto indica que em 31/08/2010 os benefícios concedidos estão cobertos e os benefícios a conceder apontam uma cobertura de apenas 11,14%, ou seja, o plano no momento está insolvente.

Salientamos que a maturidade do plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas previstas para o próximo ano de 247% das receitas de contribuição, considerando os iminentes como aposentados e, caso o plano não tenha adesão de novos participantes, o patrimônio da Entidade se apresenta em fase de declínio.

Recomendamos agilizar as negociações para contratação da dívida, pois o prolongamento do prazo, que já decorre por mais de nove anos, poderá ocasionar em uma situação insustentável tanto para Patrocinadora como para os Participantes, tendo em vista que o pagamento dos benefícios já concedidos, com o patrimônio já em descapitalização, tende a reduzir a capitalização do Plano, em tal ponto que, poderá caminhar para uma situação de regime de repartição simples. Ou, por outro lado, a negociação do valor, em prazo muito curto, para Patrocinadora, poderá se tornar inviável, devido à soma que corresponderá a cada parcela. Entretanto, observe-se que na realidade, a gravidade da situação já vem sendo colocada nas avaliações atuariais anuais, inclusive some-se às preocupações da Entidade desde 2003, que se pode verificar quando do encaminhamento da avaliação atuarial daquele ano à Patrocinadora, através da CARTA/CIBRIUS/SUP/INT/N.º 257 DE 29/05/2003, conforme teores da mesma, que nos deu ciência.

O Plano de Custeio Vigente aplicado resulta em uma contribuição média, de 19,20%, para cobertura do Custo Normal do Plano CONAB, com a aplicação da Tabela de Contribuição vigente, conforme anexo deste relatório, em que as Patrocinadoras aportam em média, o equivalente a 9,56% do total dos Salários-de-Participação e, por sua vez, os Participantes ativos contribuem com idêntico percentual, sobre a mesma base, acrescido de 0,07% à título de joia. Aos Participantes assistidos até 2005, aplica-se a taxa 9,59% sobre o valor do benefício suplementar e 1,22% para cobertura de despesas administrativas incluindo todos assistidos.

Atualmente, o aporte relativo à amortização do saldo da dotação global representa, nesta avaliação, 15,50% do total da folha de salários de participação dos participantes, enquanto que o exigido seria de mais 209,76%.

Quanto às hipóteses biométricas, verificamos a aderência das tábuas de Mortalidade Geral e Invalidez adotadas pelo Plano, com o objetivo de adequar as estimativas de ocorrências ao real comportamento da massa de participantes do Plano.

Em relação às tábuas atualmente utilizadas pelo Plano, Tábua “AT-2000 – media (male, female)” para mortalidade e sobrevivência de válidos, “Light Média” para Entrada em Invalidez e “Winklevoss” sobrevivência dos inválidos, observamos que no período analisado de 2000 a 2009 não houve desvio significativo dos fatos observados em relação ao esperado.

Assim, de acordo com os testes estatísticos aplicados que indicam aderência das hipóteses adotadas, sugerimos para esta avaliação a manutenção das atuais Tábuas aplicadas, com monitoramento ao longo do tempo.

Assim, com base em tais fatos concluímos que o Plano de Benefícios CONAB do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL, mantendo a atual tabela de contribuição, encontra-se em equilíbrio na cobertura do custo normal do Plano. Contudo, na

cobertura dos encargos de Serviço Passado é insuficiente e a situação financeiro-atuarial é deficitária, neste momento, em virtude dos valores a amortizar ainda estarem sendo aportados com insuficiência.

Destacamos que, os percentuais apresentados deverão ser reavaliados após o prazo de um ano desta avaliação ou na ocorrência de fato relevante.

O Plano de Custeio atual está ajustado às determinações legais vigentes, aplicando-se a paridade de contribuições aos Participantes e Patrocinadoras para cobertura do custo normal do Plano, e estendendo o custeio das despesas administrativas para os assistidos, considerando as disposições do artigo 7.º da Lei n.º108/2001.

Além da preocupação com a contratação das insuficiências, cumpre-nos salientar que devido às características do Plano, principalmente no que diz respeito à vitaliciedade dos benefícios, aumentos constantes na expectativa de vida dos Participantes e tendência global de perspectivas de redução nas taxas de juros, destacamos a necessidade de acompanhamento e monitoramento destas variáveis.

Relativamente ao Fundo Previdencial, relativo a Reserva de Poupança de desligados de R\$693.238,73, sugerimos mantê-lo conforme dispõe o Regulamento do Plano.

Por fim, salientamos que os resultados desta avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e que, modificações futuras destes fatores, poderão implicar variações substanciais nos resultados atuariais.

Projeções considerando o Plano de Custeio Atual, com aporte das Reservas a Amortizar Contratadas (Sobrevida até 2017).

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R\$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
Patrimônio					270936139,57
2010	17.750.245,92	R\$ 12.205.379,85	2.773.475,93	43.909.342,53	254.208.946,89
2011	15.593.345,80	R\$ 11.514.509,30	2.436.460,28	46.128.252,77	232.752.088,93
2012	13.427.958,15	R\$ 10.862.744,62	2.098.118,46	48.379.109,96	206.565.563,28
2013	11.279.276,85	R\$ 10.247.872,28	1.762.387,01	50.331.879,39	175.998.446,01
2014	9.739.765,90	-	1.521.838,42	50.773.667,75	133.442.705,74
2015	8.448.207,81	-	1.320.032,47	50.451.665,54	90.119.215,55
2016	7.445.673,96	-	1.163.386,56	49.448.003,90	46.953.499,06
2017	6.609.510,50	-	1.032.736,02	47.986.847,08	4.543.426,46
2018	5.803.073,23	-	906.730,19	46.522.158,93	(37.082.389,43)
2019	5.214.854,43	-	814.821,00	44.510.286,96	(77.192.642,97)
2020	4.637.381,54	-	724.590,86	42.653.187,06	(115.933.039,36)
2021	4.190.675,35	-	654.793,02	40.505.588,64	(152.902.745,68)
2022	3.822.374,55	-	597.246,02	38.272.324,29	(187.949.941,44)
2023	3.528.670,33	-	551.354,74	35.960.262,51	(220.932.888,37)
2024	3.225.902,26	-	504.047,23	33.836.601,11	(252.047.634,45)
2025	2.988.119,46	-	466.893,67	31.609.249,19	(281.135.657,85)
2026	2.768.640,16	-	432.600,03	29.467.288,41	(308.266.906,13)
2027	2.553.109,99	-	398.923,44	27.419.834,52	(333.532.554,09)
2028	2.345.520,53	-	366.487,58	25.484.298,50	(357.037.819,65)
2029	2.162.261,72	-	337.853,39	23.625.971,50	(378.839.382,82)
2030	1.978.788,93	-	309.185,77	21.890.604,70	(399.060.384,36)
2031	1.806.457,04	-	282.258,91	20.252.269,99	(417.788.456,22)
2032	1.641.232,19	-	256.442,53	18.672.009,26	(435.075.675,82)
2033	1.491.801,57	-	233.094,00	17.167.476,22	(450.984.444,46)
2034	1.352.778,51	-	211.371,64	15.747.969,23	(465.591.006,82)
2035	1.226.648,09	-	191.663,76	14.392.329,84	(478.948.352,34)
2036	1.108.759,57	-	173.243,68	13.112.196,43	(491.125.032,88)
2037	992.330,48	-	155.051,64	11.912.773,44	(502.200.527,48)
2038	890.401,37	-	139.125,21	10.777.566,55	(512.226.817,87)
2039	795.956,51	-	124.368,20	9.712.714,32	(521.267.943,89)
2040	708.756,34	-	110.743,18	8.716.987,52	(529.386.918,25)
2041	628.562,89	-	98.212,95	7.789.242,66	(536.645.810,97)
2042	555.131,97	-	86.739,37	6.928.384,86	(543.105.803,23)
2043	488.206,10	-	76.282,20	6.133.224,61	(548.827.103,94)
2044	427.518,53	-	66.799,77	5.402.521,69	(553.868.906,86)
2045	372.789,85	-	58.248,41	4.734.856,71	(558.289.222,14)
2046	323.719,51	-	50.581,17	4.128.476,82	(562.144.560,62)
2047	279.995,85	-	43.749,35	3.581.449,89	(565.489.764,02)
2048	241.287,90	-	37.701,23	3.091.436,26	(568.377.613,62)
2049	207.250,22	-	32.382,85	2.655.754,05	(570.858.500,30)
2050	177.524,38	-	27.738,18	2.271.405,43	(572.980.119,53)
2051	151.744,27	-	23.710,04	1.935.019,47	(574.787.104,78)
2052	129.535,46	-	20.239,92	1.642.983,43	(576.320.792,67)
2053	110.468,70	-	17.260,73	1.390.878,51	(577.618.463,21)
2054	93.794,24	-	14.655,35	1.171.018,62	(578.710.342,94)
2055	79.824,30	-	12.472,55	985.853,30	(579.628.844,49)
2056	67.853,49	-	10.602,11	827.860,86	(580.399.453,97)
2057	57.136,68	-	8.927,61	688.999,82	(581.040.244,72)
2058	47.262,97	-	7.384,84	564.454,31	(581.564.820,89)
2059	38.732,01	-	6.051,88	458.322,19	(581.990.462,94)
2060	31.990,96	-	4.998,59	374.193,56	(582.337.664,13)

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R\$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
2061	25.702,56	-	4.016,02	298.339,52	(582.614.317,12)
2062	20.604,64	-	3.219,47	237.246,42	(582.834.178,37)
2063	16.485,69	-	2.575,89	188.295,25	-583008563,83

2064	12.861,04	-	2.009,54	146.248,09	(583.143.960,42)
2065	9.610,73	-	1.501,68	109.479,61	(583.245.330,98)
2066	6.808,01	-	1.063,75	78.341,89	(583.317.928,61)
2067	4.861,73	-	759,65	56.523,87	(583.370.350,40)
2068	3.419,48	-	534,29	40.369,40	(583.407.834,61)
2069	2.390,34	-	373,49	28.783,39	(583.434.601,15)
2070	1.660,55	-	259,46	20.514,84	(583.453.714,91)
2071	1.025,84	-	160,29	13.464,20	(583.466.313,55)
2072	732,25	-	114,41	9.944,66	(583.475.640,38)
2073	462,39	-	72,25	6.816,25	(583.482.066,48)
2074	299,81	-	46,84	4.839,95	(583.486.653,47)
2075	194,93	-	30,46	3.511,26	(583.490.000,26)
2076	138,24	-	21,60	2.711,15	(583.492.594,77)
2077	71,80	-	11,22	1.861,62	(583.494.395,81)
2078	50,76	-	7,93	1.485,08	(583.495.838,06)
2079	39,39	-	6,16	1.231,79	(583.497.036,61)
2080	31,15	-	4,87	1.029,11	(583.498.039,43)
2081	23,66	-	3,70	850,63	(583.498.870,10)
2082	19,70	-	3,08	720,56	(583.499.574,04)
2083	12,00	-	1,88	566,71	(583.500.130,62)
2084	5,81	-	0,91	437,49	(583.500.563,22)
2085	3,60	-	0,56	356,31	(583.500.916,49)
2086	2,25	-	0,35	291,81	(583.501.206,40)
2087	0,97	-	0,15	234,73	(583.501.440,32)
2088	0,75	-	0,12	194,00	(583.501.633,69)
2089	0,65	-	0,10	159,99	(583.501.793,13)
2090	0,04	-	0,01	125,84	(583.501.918,94)

25.8. Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício, com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanar as irregularidades verificadas.

A Patrocinadora Conab, por meio da Auditoria Interna-AUDIN, órgão interno de auditoria, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001 e no §2.º do art. 41 da Lei Complementar n.º 109/2001, realizou, no transcorrer do exercício de 2010, Auditorias Especial de Gestão no INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL-CIBRIUS, relativa aos exercícios de 2009, que deram origem aos Relatórios Audin n.º 01/2010, n.º 02/2010 e n.º 03/2010, que consignaram as seguintes **RECOMENDAÇÕES**, em fase de avaliação e resposta do auditado:

Auditorias Especial de Gestão- Audin n.º 01/2010

“Sob o ponto de vista da performance relativa à gestão do Instituto, os indicadores apresentados, os instrumentos de controle e acompanhamento implementados aos longo do exercício, e ainda o aprimoramento dos mecanismos de governança corporativa, evidenciam que o perfil da entidade, em termos de eficiência e eficácia, apresenta-se como satisfatório.

Entretanto, alguns aspectos que envolvem riscos ainda permeiam a gestão e, pela significância no contexto da entidade, devem merecer, por conseguinte, recomendações específicas.

A) Entre as regras de funcionamento do Comitê de Investimentos, cabe destacar as que se seguem:

As decisões no âmbito do Comitê deverão contar com a presença de no mínimo quatro representantes, sendo dois deles Diretores e o Chefe da Área de Investimentos ou seu substituto, e mais um Chefe de Área.

As matérias aprovadas no âmbito do Comitê deverão ser embasadas em pareceres, análises técnicas, econômicas, financeiras e conjunturais, estando sempre em consonância com a Política de Investimentos do Instituto.

Sobre as regras supracitadas, **recomendamos** a alteração da redação, na forma a seguir explicitada.

R-1 – “As decisões no âmbito do Comitê deverão contar, obrigatoriamente, com a presença de, no mínimo, quatro representantes, sendo dois deles Diretores e o Chefe da Área de Investimentos ou seu substituto, e mais um Chefe de Área”.

R-2 - “Todas as matérias discutidas no âmbito do Comitê deverão estar, obrigatoriamente, embasadas em pareceres e análises técnicas, econômicas, financeiras e conjunturais, em estreita consonância com a Política de Investimentos do Instituto. As discussões, ponderações e decisões finais deverão ser explicitadas em Ata, e os documentos referenciados, de suporte às decisões do Comitê, serão obrigatoriamente arquivados, para consulta a qualquer tempo”.

B) Na comparação dos dois últimos exercícios constata-se que houve uma redução de 60 participantes, sendo 25 no grupo dos ativos e 35 no dos assistidos. Não houve menção sobre esse aspecto nas Notas Explicativas e no Relatório Anual de Informações aos Participantes de 2009.

Recomendamos que a entidade preste os seguintes esclarecimentos:

R-3 - Os quantitativos informados em 2008 e 2009 representam, efetivamente, a massa de participantes no Plano de Benefícios?

R-4 - No caso da confirmação dos números apresentados, explicitar as causas das diferenças observadas em cada situação no contexto do plano, como também os reflexos financeiros advindos dessas alterações na avaliação atuarial de 2009.

C) Por meio da SA n.º 014/2010, a equipe de auditores fez as seguintes indagações acerca dos estudos que estavam sendo desenvolvidos pela GAMA – Consultores Associados, dentre estes:

a) se os estudos contemplam retroatividade para os benefícios concedidos, por conta de uma eventual mudança do indexador de TR para INPC/IBGE? Caso positivo, qual o horizonte temporal dessa retroatividade, e haverá pagamento retroativo das diferenças?

b) sendo positiva a resposta da questão anterior, será contemplada, também a retroatividade da correção pelo INPC/IBGE das insuficiências já contratadas junto à patrocinadora? Caso negativo, não haverá um forte desequilíbrio financeiro no âmbito dos recursos garantidores do Plano?

c) sendo positivas as respostas para os itens anteriores, quais os fundamentos fáticos e legais que suportariam uma proposição dessa natureza? Quais as perspectivas de haver concordância por parte da patrocinadora e das demais instâncias decisórias?

d) na eventualidade de serem demandados estudos específicos sobre a matéria no contexto do projeto global, objeto de uma eventual contratação junto à uma entidade de consultoria e, em face da fragilidade dos fundamentos fáticos e legais, não se constituiria em uma iniciativa temerária, já que, por certo, irá gravar os custos totais dos serviços?

Inicialmente cabe registrar a Comunicação Interna Cibrius n.º 103/2010, por meio da qual foi oferecida as respostas, não obstante as questões tratadas envolvam aspectos relevantes no contexto da gestão, foi subscrita, pelo Chefe da Área de Cadastro, e não a quem o pedido de esclarecimentos

foi dirigido – no caso, o Diretor Superintendente -, ou mesmo o Diretor de Seguridade, a que a matéria está afeta.

As respostas oferecidas foram evasivas e em nada esclarecem os questionamentos da equipe de auditoria. A manifestação faz referências a um Grupo de Trabalho que apresentou sugestões para compor os estudos atuariais, mas não informa como foi constituído, ou mesmo o ato formal de constituição desse grupo (houve, sim, um grupo de trabalho formalmente constituído pela Patrocinadora, mas que foi desfeito, já que parte de seus componentes passou a fazer parte do Conselho Deliberativo, por indicação da Patrocinadora).

Diante dos fatos elencados, **recomendamos** que a entidade adote as seguintes providências:

R-5 -Melhor explicitação das respostas frente aos questionamentos formulados pela equipe de auditoria por meio da SA n.º 014/2010.

R-6 - Tendo em vista que todas as respostas aos questionamentos da equipe de auditores foram no sentido de aguardar a conclusão dos estudos da empresa de consultoria, depreende-se que um novo contrato foi pactuado com a Gama – Consultores Associados.

Ora, se os questionamentos formulados pela equipe de auditores ficaram pendentes até a conclusão dos estudos por parte da empresa de consultoria, então o Cibrius não estabeleceu, conforme é natural em qualquer processo de gestão, as diretrizes e os pressupostos básicos para o desenvolvimento e o delineamento desses mesmos estudos?

R-7 - Pelo que nos foi dado a observar, grande parte dos estudos voltados ao processo de saldamento do atual plano e constituição de um novo plano estavam contemplados no contrato firmado em 5.11.2007 com a empresa GAMA – Consultores Associados, mesma entidade que está elaborando novos estudos. Não foram aproveitados os estudos realizados sob a égide do contrato anterior, cujo pagamento, por parte do Cibrius, foi de aproximadamente R\$70.000,00?

R-8 - As propostas intituladas de “serviços complementares” apresentadas pela Gama – Consultores Associados ainda em 2008 – segundo essa entidade, por solicitação da Patrocinadora – foram considerados nos estudos desenvolvidos pela mesma consultoria em 2010?

R-9 - Essa entidade promoveu análise minuciosa, objetivando verificar a existência de eventuais redundâncias nas propostas apresentadas pela empresa de consultoria, ou seja: a) estudos contratados por meio de pacto firmado em 5.11.2007, em que o Cibrius desembolsou aproximadamente R\$70.000,00; b) propostas apresentadas em 2008 – em número de cinco – a um custo de R\$179.276,00; c) últimos estudos desenvolvidos e apresentados ao Cibrius em 2010?

R-10 - O grupo de trabalho mencionado na CI Cibrius 103/2010 é constituído formalmente? Como se deu a indicação dos seus componentes? Houve algum ato da Patrocinadora constituindo o Grupo? Caso o grupo seja informal, não se constitui em uma disfunção à sua participação ativa nas discussões relativas ao processo de gestão da entidade? Outros participantes também não poderiam reivindicar essa mesma condição?

Constata-se que a entidade condiciona todos os esclarecimentos solicitados à apresentação dos estudos finais por parte da empresa contratada, o que reforça, em princípio, o não estabelecimento prévio de diretrizes e dos pressupostos básicos, que deveriam balizar o desenvolvimento dos trabalhos.

D) **O saldo de R\$220.897,60, alocado no programa de investimentos como “impostos a recuperar”**, refere-se ao Imposto de Renda retido indevidamente em exercícios anteriores a favor da Receita Federal do Brasil, incidentes sobre pagamento de dividendos e juros sobre o Capital a partir de 01.9.2001, data em que o Cibrius já se encontrava sob Regime Especial de Tributação - RET. Até o encerramento do exercício, a matéria ainda se encontrava pendente.

R-11 - Tendo em vista que a matéria vem se arrastando há quase dez anos, recomendamos que a

entidade viabilize outras alternativas objetivando a celeridade do desfecho da questão, informando a Audin as medidas adotadas.

E) Sobre as provisões para perdas, recomendamos que a entidade adote as seguintes providências:

R-12- Elabore relatório circunstanciado sobre os créditos objeto das provisões para perdas, informando, inclusive, as ações que vem sendo implementadas para o recebimento, como também uma avaliação sobre a perspectiva de sucesso.

R-13 -Melhor explicita a baixa do valor de R\$630.124,84, relativa à provisão para perdas relacionadas aos créditos junto a Parque Temático Playcenter (atualmente Hopi Hari) – segmento de Renda Variável/Mercado de Ações), já que as Notas Explicativas das contas de 2009 não fazem menção ao fato.

f) Por oportuno, cabe registrar que o saldo de R\$ 36.703,89, registrado ao final do exercício de 2008 na rubrica 1.2.4.4.02 – Financiamentos Imobiliários, refere-se a contrato de empréstimo imobiliário concedido em 17.10.2000, e que não honrado pelo participante. O Cibrius, além de promover o provisionamento para perda de R\$ 16.575,24, ajuizou ação de cobrança na 13ª Vara Cível (Processo 2003.01.1.081840-2). Já em 31.12.2009, não há registro dessa operação, como também esclarecimentos nas Notas Explicativas.

R-14 -Relativamente à rubrica 1.2.4.4.02 – Financiamentos Imobiliários, recomendamos que a entidade preste os esclarecimentos sobre os atos e fatos que ensejaram a baixa dos respectivos valores, inclusive se a ação em curso na justiça foi arquivada, se for o caso.

F) Com referências às aplicações em DPGE's, recomendamos o que se segue:

R-15 - Que a entidade verifique a data correta da emissão e compra das aplicações indicadas como de 2005, elaborando, se for o caso, uma errata com a indicação das datas corretas, dando a publicidade julgada necessária.

R-16 - No que se refere à opção por essa modalidade de investimento, recomendamos que a entidade mantenha um controle bastante rígido sobre suas aplicações, levando-se em conta os limites legais representados pelo Patrimônio Líquido das instituições e os dos saldos de depósitos a prazo e obrigações por letras de câmbio, o horizonte temporal de recuperação dos recursos na eventualidade de decretação de regime especial ou insolvência, avaliação do custo-benefício no confronto *riscos X rentabilidade* e comparação com os cenários das demais alternativas de investimentos, entre outras variáveis.

G) No que concerne às aplicações em renda fixa, verifica-se que, enquanto o montante médio aplicado cresceu nominalmente na proporção de 18,25%, os rendimentos advindos experimentaram uma retração de 1,24%. Já os índices de rentabilidade obtidos nos Fundos de Investimentos em Renda Fixa, renda variável e fundos imobiliários (estruturados), excetuando o Fundo de Renda Fixa Pactual Select Bolsa e os de modalidade estruturantes (imobiliários), não alcançaram as metas fixadas para o exercício.

R-17 - Com referência aos investimentos médios em renda fixa *versus* ganhos financeiros em 2009, recomendamos que a unidade auditada elabore e apresente relatório sucinto sobre os fatores restritivos da performance apresentada.

R-18 - Sob o ponto de vista das aplicações em Fundos de Investimentos, recomendamos que a entidade elabore e apresente relatório sucinto sobre as que não alcançaram as metas de rentabilidade fixadas para o exercício, apontando as causas mais relevantes.

H) por meio da SA n.º 13/2010, solicitou esclarecimentos sobre a convocação sistemática da Conselheira Suplente do Conselho Deliberativo Zélia Holanda Mar, lotada em Manaus-AM, embora as reuniões contassem com a presença do Conselheiro titular Francisco Pereira da Silva

(que também tem domicílio fora de Brasília, gerando, por conseguinte, despesas de mesma natureza).

Diante do exposto, recomendamos:

R-19 - Que a entidade promova um levantamento detalhado das despesas derivadas do deslocamento da Conselheira Suplente (somente no caso da presença do titular nas reuniões), submetendo a matéria à apreciação do Conselho Fiscal.

R-20 - Objetivando um melhor aprimoramento no processo de governança, no que concerne à clareza e objetividade nas normas de conduta, recomendamos à entidade a alteração do § 3.º do artigo 27 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo, que passaria a ter a seguintes redação:

“Além dos casos previstos no § 1.º deste artigo, o suplente poderá comparecer às reuniões, a Convite do Presidente do Conselho Deliberativo, em caráter excepcional e quando alguma matéria a ser tratada assim justificar. a) a justificativa para a formulação do convite deverá ser devidamente registrada em Ata; b) o Suplente convidado não terá direito a voto e nem poderá relatar matéria ou formular proposições”.

I) Consoante Relatório de Processos Judiciais posicionado em 18.8.2010, o contencioso da entidade estava composto por 198 ações nas quais a entidade figura como autora e ré. Nos casos em que a entidade encontra-se como pólo passivo, grande parte das ações refere-se ao pleito dos assistidos em alterar o indexador do benefício de TR para INPC/IBGE, como também dos reintegrados e anistiados, cujas petições têm como fulcro central a inserção no Plano de Benefício sem o pagamento da jóia regulamentar.

R-21 - Sobre a matéria em lide, recomendamos que a entidade disponibilize relatório circunstanciado sobre as principais ações em curso, destacando o andamento, data provável de desfecho, probabilidade de recursos subsequentes, prováveis valores atualizados, entre outras informações julgadas relevantes

J) A propósito, ao compulsarmos as Atas do Conselho Deliberativo, verificamos que, na 1.º Reunião Extraordinária ocorrida em 27.11.2009, ficou consignado que um dos Conselheiros colocou em dúvida a redação dada ao artigo 31 do Estatuto da entidade, ao afirmar que, além de contrariar o disposto na Lei Complementar n.º 108/2001, teve o intuito de anular as conquistas dos participantes e assistidos, conseguidas no passado.

R-22 - Diante da observação supracitada e formalmente registrada em ata, recomendamos que a entidade analise e se posicione formalmente e de forma circunstanciada sobre os pontos ali focados. E para que não paire nenhuma dúvida quanto à aderência da gestão ao marco regulatório a que está sujeita a entidade, recomendamos, ainda, que seja feita consulta a Previc, se for o caso, sobre a exata aplicabilidade da Lei Complementar n.º 108/2001.

Auditorias Especial de Gestão- Audin N° 02/2010

Exercício de 2003

Consoante Acórdão N° 2.887/2008-TCU-1ª Câmara, o Tribunal de Contas da União – TCU, determinou à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab “que exerça supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Instituto Conab de Seguridade Social (Cibrius), ainda que o Instituto esteja sob condição de intervenção ou liquidação extrajudicial, devendo tais atividades serem retomadas a partir do último exercício em que houve ações de supervisão e fiscalização, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar n° 108/2001 c/c art. 41, § 2º, da Lei Complementar n° 109/2001”.

Tendo em vista a quantidade expressiva de exercícios a serem auditados, foi ajustado

com a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC que a Audin incluiria em seu plano de trabalho a fiscalização no Cíberius nos exercícios pretéritos, de forma escalonada, a partir do último exercício auditado. Nesse sentido, o relatório contemplou a **análise da gestão do exercício de 2003 e consignou as seguintes conclusões:**

Conclusões

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios

1. As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

2. Relativamente à reavaliação atuarial elaborada pela empresa responsável pelo Plano de Benefícios, merecem ser destacados os seguintes pontos:

2.1 Os resultados apurados na reavaliação e projetados para 31.12.2003, apontam uma Reserva Matemática de R\$430.596.194,17 e um Ativo Líquido Previdenciário de R\$211.662.179,76, resultando em um déficit técnico de R\$240.930.776,90.

2.2 Sugere que, não obstante o regulamento do Plano estabelecer o indexador de correção dos benefícios pela TR + 6% a.a., seja fixado um indexador que reflita efetivamente a inflação, apontando o INPC-IBGE. Enfatiza, entretanto, que a fixação de um outro indexador contemplaria, não só os benefícios concedidos, como também sobre os valores correspondentes ao serviço passado já contratado e a contratar junto à patrocinadora. Por outro lado, alerta que a alteração do indexador somente para os benefícios concedidos, levaria a um déficit do plano, podendo levá-lo a uma situação de insolvência definitiva ou aumento significativo da contribuição dos participantes.

2.3 Relativamente ao grau de capitalização do Plano, chama a atenção para o fato de que, considerando o volume do Patrimônio Líquido Previdenciário (já considerado o valor da dotação contratada) e a exigibilidade derivada dos benefícios concedidos, os benefícios a conceder estão cobertos em apenas 19,02%.

2.4 Por outro lado, chama a atenção para o fato de que o plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas correspondendo a 100,87% das receitas. Diante desse cenário, e caso o plano não tenha novas adesões, o patrimônio da entidade entra em fase de declínio.

2.5 Recomenda a agilização das negociações relativas à contratação das insuficiências atuariais, porquanto a postergação de tal providência poderá levar a entidade a uma situação insustentável, com reflexos diretos para a patrocinadora e participantes, já que o quadro atual de descapitalização do plano poderá levar a uma situação de insolvência.

3. Com base nos dados analisados, concluiu que o Plano de Benefícios Previdenciários encontrava-se, na data da reavaliação, em equilíbrio na cobertura do custo normal do plano, justificando a manutenção da aplicação da tabela atual de contribuições. Chama a atenção, contudo, para o fato de que a cobertura dos encargos de Serviço Passado é insuficiente e a situação financeiro-atuarial é deficitária, pelo fato de que os valores a amortizar aportados serem inferiores às necessidades preexistentes.

4. A avaliação da empresa atuária registra que o Plano de Custeio encontrava-se, no exercício, ajustado ao disposto nos diplomas legais vigentes, com a aplicação adequada da paridade de contribuições dos participantes e patrocinadoras, na cobertura dos custos normais do Plano, e, inclusive, com a extensão de cobertura do custeio das despesas administrativas por parte dos assistidos, na forma preceituada no art. 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

5. Finalizando o seu parecer, a empresa responsável pela reavaliação, destaca que, em vista das

características do Plano da entidade, no que se refere à vitaliciedade dos benefícios, há uma tendência de majoração dos custos pelo agravamento dos aumentos na expectativa de vida dos participantes. Diante desse cenário, recomenda a manutenção dos superávits futuros em reservas de contingências, distribuídas somente após estudos atuariais.

6. Ao examinar os balanços patrimoniais do Cibrius levantados em 31 de dezembro de 2003, e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro, a Auditoria Independente (Trevisan Auditores Independentes), emitiu o seguinte parecer: “*Em nossa opinião, com base em nosso exame e no parecer do atuário externo sobre a adequação dos cálculos atuariais das provisões matemáticas e fundos e reservas, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto CONAB de Seguridade Social – Cibrius, em 31 de dezembro de 2003, a apuração de seu resultado e seu fluxo financeiro para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas contábeis emanadas pela Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social*”.

7. Relativamente à aderência regulatória, as diligências levadas a efeito indicam que a entidade cumpriu, à espécie, os normativos e legislação prevalecentes, notadamente os emanados do Conselho Monetário Nacional – CMN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

8. A patrocinadora promoveu, no transcorrer do exercício, o pagamento das contribuições patronais, assim como dos serviços contratados, dentro dos prazos regulamentares.

9. O portfólio dos investimentos garantidores apresenta um perfil relativamente conservador, já que 73,10% dos recursos estavam alocados em renda fixa.

10. Os rendimentos obtidos na carteira de aplicações globalmente considerada situaram-se no patamar de 18,83%, superior à meta atuarial (10,93%:TR + 6% a. a.) e de referência (17,00% : INPC + 6% a .a.)

11 Encontram-se registradas no balanço do exercício, provisões constituídas para perdas de ativos aplicados em investimentos realizados em exercícios pretéritos, no montante de R\$ 17.477.612,28. Na tentativa de recuperar tais ativos, o Cibrius ajuizou diversas ações, as quais ainda se encontram em curso até a presente data.

12.. As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO DE 2003

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2003	TR+6% aa JAN A DEZ 2003	RESULTADO
RENDA FIXA	19,32%	10,9300%	7,56%
RENDA VARIÁVEL	53,40%		38,29%
IMÓVEIS	-18,85%		-26,85%
Fundo Imobiliário	5,26%		-5,11%
EMPRÉSTIMOS	38,22%		24,60%
CARTEIRA GERAL	18,83%		7,12%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2003	INPC+6% aa JAN A DEZ 2003	RESULTADO
RENDA FIXA	19,32%	17,00%	1,98%
RENDA VARIÁVEL	53,40%		32,96%
IMÓVEIS	-18,85%		
Fundo Imobiliário	5,26%		
EMPRÉSTIMOS	38,22%		18,14%
CARTEIRA GERAL	18,83%		1,78%

Relativamente à rentabilidade bruta dos investimentos, constata-se que o resultado global obtido, quando cotejado com os índices de referência, manteve-se em patamar superior.

No caso da carteira de imóveis, o resultado adverso se deu, principalmente pelo ajuste do valor do imóvel localizado no Centro Século XXI, que provocou um impacto negativo de R\$3.228.625,68 na rentabilidade dessas aplicações.

Auditorias Especial de Gestão- Audin N° 03/2010 Exercício de 2002

Consoante Acórdão N° 2.887/2008-TCU-1ª Câmara, o Tribunal de Contas da União – TCU, determinou à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab “*que exerça supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Instituto Conab de Seguridade Social (Cibrius), ainda que o Instituto esteja sob condição de intervenção ou liquidação extrajudicial, devendo tais atividades serem retomadas a partir do último exercício em que houve ações de supervisão e fiscalização, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar n° 108/2001 c/c art. 41, § 2º, da Lei Complementar n° 109/2001*”.

Tendo em vista a quantidade expressiva de exercícios a serem auditados, foi ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC que a Audin incluiria em seu plano de trabalho a fiscalização no Cibrius nos exercícios pretéritos, de forma escalonada, a partir do último exercício auditado. Nesse sentido, o relatório contemplou a **análise da gestão do exercício de 2002 e consignou as seguintes conclusões:**

Conclusões

1. As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

2. Relativamente à reavaliação atuarial elaborada pela empresa responsável pelo Plano de Benefícios, merecem ser destacados os seguintes pontos:

2.1 Os resultados apurados na reavaliação de 31.12.2002, apontam uma Reserva Matemática total de R\$344.693 mil e um Ativo Líquido Previdenciário de R\$91.710 mil, resultando em um Déficit Técnico de R\$252.983mil.

2.3 Relativamente ao grau de capitalização do Plano, chama a atenção para o fato de que, considerando o volume do Patrimônio Líquido Previdenciário (incluído o valor da dotação contratada de R\$66.135 mil) e a exigibilidade derivada dos benefícios concedidos, os benefícios a conceder estão cobertos em apenas 14,14%.

2.4 Salienta que o índice atual de correção dos Benefícios Concedidos (TR), apesar de regulamentado, não é compatível com a realidade da inflação, e sua mudança, dependendo do momento econômico, deve provocar aumento do custo do plano. Nesse sentido, entende como conveniente de estabelecer, no caso da contratação do serviço passado junto à patrocinadora, o INPC/IBGE como indexador, ou outro índice compatível com a inflação, acrescido de juros atuariais de 6% ao ano.

2.5 A avaliação da empresa atuária registra que o Plano de Custeio encontrava-se, no exercício, ajustado ao disposto nos diplomas legais vigentes, com a aplicação adequada da paridade de contribuições dos participantes e patrocinadoras, na cobertura dos custos normais do Plano.

3. Ao examinar o parecer do atuário externo sobre os cálculos atuariais das provisões matemáticas e dos fundos e reservas e os balanços patrimoniais do Cibrius e as respectivas demonstrações do

resultado e do fluxo financeiro, a Auditoria Independente (Trevisan Auditores Independentes), emitiu parecer, no sentido de que as demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2002 “representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto CONAB de Seguridade Social – Cibrius, em 31 de dezembro de 2002, a apuração de seu resultado e seu fluxo financeiro para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas contábeis emanadas pela Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social”.

4. Relativamente à aderência regulatória, as diligências levadas a efeito indicam que a entidade cumpriu, à espécie, os normativos e legislação prevalecentes, notadamente os emanados do Conselho Monetário Nacional – CMN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

5. A patrocinadora promoveu, no transcorrer do exercício, o pagamento das contribuições patronais, assim como dos serviços contratados, dentro dos prazos regulamentares.

11. Encontram-se registradas no balanço do exercício provisões constituídas para perdas de ativos aplicados em investimentos realizados em exercícios pretéritos, no montante de R\$13.476 mil. Na tentativa de recuperar tais ativos, o Cibrius ajuizou diversas ações, as quais ainda se encontram em curso até a presente data.

12. As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas às diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

26-INFORMAÇÕES RELEVANTES QUE INFLUENCIAM NA CONFORMIDADE E NO DESEMPENHO DA GESTÃO DA SUREG-PR

Destaca-se neste item, os aspectos que influenciam nos resultados apresentados pela SUREG-PR, a saber:

1. às estruturas física e organizacional;
2. os recursos humanos e operacionais;
3. aspectos administrativos e funcionais.

26.1. ESTRUTURA FÍSICA

A Sede da SUREG-PR está instalada em um imóvel residencial, adquirido em 1979 pela ex Companhia de Financiamento da Produção. Após duas reformas, o terreno de 1.036 m² abriga um imóvel com 1.173 m², o qual, com o aumento das atividades da Regional, não oferece espaços condizentes ao seu quadro de pessoal e ao público visitante.

Salientando que o Auditório foi desativado e adaptado para instalar os empregados disponibilizados pela Matriz e demais SUREGs, tendo em vista o incremento de operações e das tarefas decorrentes, inerentes ao SECOM

Tendo em vista o imóvel da Sede não dispor de espaço para a guarda dos documentos contábeis, fiscais e operacionais, parte dos mesmos encontram-se depositados na Unidade Frigorífica de Curitiba, em espaço inadequado para tal finalidade, que acarretará problemas a sua conservação no que se refere à temperatura, umidade, poeira, insetos e roedores.

Na tentativa de solucionar os problemas atuais de estrutura física, a SUREG-PR continua desenvolvendo estudos no sentido de viabilizar a construção ou aquisição de uma nova sede

própria.

No que concerne as estruturas físicas das Unidades Armazenadoras, por trata-se de construções com mais de 20 anos, apresentam deteriorações normais face o uso e a ação do tempo. Embora a empresa venha investindo na recuperação dessas Unidades, não atingiu a medida necessária, de modo a operacionalizá-las sem problemas e atendendo os requisitos técnicos obrigatórios e recomendados pelo Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras.

26.2. ESTRUTURA DE PESSOAL

Em função do Estado Paraná ser um dos maiores produtores de grãos do País, o que constantemente tem gerado volume de trabalho superior à capacidade de execução da Regional, o que minimiza as ações da SUREG-PR. O contingente de pessoal, tanto da área técnico-operacional, quanto das áreas que sofrem os reflexos indiretos dessas operações (contábil e administrativa), resume-se a um total de 125 empregados em efetivo exercício na Sede e nas Unidades Armazenadoras, incompatível com as necessidades da Regional, adicionando-se que os recentes anistiados/recontratados encontram-se em processo de treinamento e readaptação e uma quantidade expressiva possuem faixa etária média entre 51 a 55 anos.

Após mais de 10 anos sem contratação, a Conab realizou concurso público para a contratação de profissionais de nível superior, de forma a equacionar questões de recursos humanos. No entanto, devido à baixa remuneração ofertada à esses empregados, incompatível com a de mercado, dentre outros fatores, parte não se fixaram na Companhia, motivando elevado pedidos de demissões.

Assim, torna-se premente a necessidade de ações que revitalizem do quadro de Recursos Humanos da SUREG-PR através da contratação de novos empregados, e, ainda que: intensifiquem a transferência de conhecimentos dos atuais empregados aos anistiados e recém contratados; reenquadramento dentro das funções desenvolvidas e plano de desligamento incentivado.

Saliente-se que para a gestão dos recursos humanos a SUREG-PR, ante a excessiva centralização do poder na Matriz, depende da mesma para a execução das correspondentes ações.

26.3. ESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Nos exercícios de 2008 a 2010, foram adquiridos novos equipamentos de informática, de forma a substituir os obsoletos e ampliar o parque computacional, melhorando as condições de rede interna e atendendo as demandas identificadas pela gestão da SUREG-PR.

No entanto, existem entraves para a obtenção das informações relativas a tramitação de documentos e das operações realizadas pela SUREG-PR que poderiam ser otimizadas com a implantação/desenvolvimento de softwares adequados para o controle informatizado das áreas administrativa e operacional, evitando-se, consequentemente, a busca destas informações através de levantamentos em processos e documentos.

26.4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A que causa maior impacto é ausência de um setor específico, vinculado à GEFAD, para o trato dos assuntos inerentes aos tributos, pois a legislação é extensa e com frequentes modificações, necessitando de atendimento especializado, mantendo no setor um conjunto de atividades com o mesmo objetivo.

26.5. IMPACTOS NA GESTÃO

Nos resultados apresentados em todas as Ações que foram detalhadas neste relatório, pode-se ter uma ideia do volume significativo de atividades que a SUREG-PR desenvolveu durante os exercícios de 2008 a 2010: milhares de operações de subvenção, com considerável movimentação financeira, expressivos pagamentos em tributos federais, estaduais e municipais; geração de centenas de empregos diretos e outros tantos indiretos; movimentação de produtos; incentivos ao aumento de produção de alimentos, doações de alimentos; treinamentos e incentivos à educação de empregados e seus dependentes.

Apesar das limitações listadas neste item a Conab, através da SUREG-PR, contribuiu para a efetivação no alcance de sua missão enquanto empresa do Governo Federal: *“Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e da execução das políticas agrícola e de abastecimento.”*

Reduzir as limitações listadas neste item, também, agregaria considerável potencial de ação à SUREG-PR, conduzindo à produtividade e a melhoria da qualidade dos serviços prestados e dos resultados, bem como na qualidade do atendimento ao público alvo das suas ações.

26.6. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE SUBVENÇÕES DE PEP, PEPRO E PROP, PARA POSTERIOR ENCAMINHAMENTO PARA PAGAMENTO

Embora a SUREG-PR atue somente na conferência da documentação comprobatória, amparada nas instruções e normativos estabelecidos pela Matriz, encaminhando, posteriormente, à Matriz as informações necessárias aos pagamentos das subvenções.

Saliente-se que o elevado volume de operações e de documentos a serem manuseados, que formalização estas operações, demandam uma expressiva carga de trabalho e de empregados.

Ante o acima relatado, demonstramos abaixo as informações relativas as operações nas quais esta SUREG-PR teve participação nos exercícios de 2008 e 2009, a saber:

QUADRO 116 - INFORMAÇÕES ENCAMINHADAS À MATRIZ OBJETIVANDO O PAGAMENTO DAS SUBVENÇÕES DE PEP – PEPRO

EXERCÍCIOS DE 2008 a 2010

Programas	Produtos	Numero de Operações	Quantidades (t)	Valores (R\$1,00)
EXERCÍCIO DE 2008				
PROP	Soja	526	14.195	412.186
	Algodão	26	700	350.000
Sub Total		552	14.895	762.186
PEPRO	Soja	192	5.186	169.428
	Milho	9.174	247.686	8.052.655
	Café	220	5.931	3.733.947
	Algodão	3.872	104.533	65.496.113

Sub Total		13.458	363.336	77.452.143
PEP	Algodão	2	54	22.577
	Milho	2.931	79.141	4.251.264
Sub Total		2.933	79.195	4.273.841
Total		16.943	457.426	82.488.170
EXERCÍCIO DE 2009				
PEPRO	Milho	3.926	106.007	4.715.808
	Algodão	3.848	103.888	54.440.860
Sub Total		7.774	209.895	59.156.668
PEP	Feijão	40	1.090	120.102
	Milho	6.737	181.905	10.782.611
	Trigo	7.123	192.308	41.000.834
Sub Total		13.900	375.303	51.903.547
Total		21.674	585.198	111.060.215
EXERCÍCIO DE 2010				
PEP	Trigo	1.218	1.344.433	201.314.295
	Milho	425	334.628	19.817.401
Sub Total		1.643	1.679.061	221.131.696
PEPRO	Milho	137	82.432	4.873.906
	Algodão	1.643	86.648	57.216.000
Sub Total		1.780	169.080	62.089.906
Total		3.423	1.848.141	283.221.602

FONTE:SUREG-PR/GEOPE/SECOM